

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Maria Rodrigues de Oliveira

**Discurso parlamentar:
retextualização e (des)cortesia em foco**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**São Paulo
2016**

Maria Rodrigues de Oliveira

**Discurso parlamentar:
retextualização e (des)cortesia em foco**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Língua Portuguesa, sob a orientação da Profª. Dra. Leonor Lopes Fávero.

São Paulo
2016

Maria Rodrigues de Oliveira

**Discurso parlamentar:
retextualização e (des)cortesia em foco**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Língua Portuguesa, sob a orientação da Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho ao meu pai (*in memoriam*) que, mesmo diante de todas as improbabilidades, quando eu ainda era criança, afirmou que eu, um dia, seria doutora.

AGRADECIMENTOS

Ao meu **DEUS**, que me dá saúde para resistir física e psicologicamente aos trancos da vida, coragem para enfrentar os “leões” que aparecem em cada esquina e falta de juízo para não temer o desconhecido.

À Professora Doutora Leonor Lopes Fávero, pela acolhida no meio do caminho e pela dedicação, paciência e cortesia com que me orientou até o fim da jornada.

À Professora Doutora Vanda Maria da Silva Elias, pela orientação até metade do percurso e pelo incentivo para que eu continuasse a caminhada.

Às Professoras Doutoras Zilda Gaspar de Oliveira Aquino e Ana Rosa Ferreira Dias, pelas valorosas sugestões durante a qualificação.

Aos Professores Doutores componentes da banca de defesa, pela gentileza com que aceitaram participar da avaliação.

À amiga Professora Doutora Heloisa Gonçalves Barbosa, pelo *abstract*.

Àquela a quem ousou chamar de “colega de profissão” da Câmara dos Deputados, Mônica Xavier, pela oferta do *Manual do Detaq* e pelo interesse pelo meu trabalho.

Ao colega da Câmara Municipal de São Paulo, Alexandre Liceski da Fonseca, pela leitura da introdução e pelo interesse demonstrado pela pesquisa.

Aos colegas de retextualização de discursos parlamentares que se interessaram pelo meu trabalho.

À Secretária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Lourdes Saglione, pelas informações burocráticas.

À CAPES, pelo apoio financeiro de parte da pesquisa.

OLIVEIRA, Maria Rodrigues de. *Discurso parlamentar: retextualização e (des)cortesia em foco*. São Paulo, 2016. 181 f. Tese (Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

A pesquisa insere-se na Linha de Pesquisa “Texto e discurso nas modalidades oral e escrita”, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e trata do discurso parlamentar com foco em sua retextualização e na (des)cortesia corrente nesses discursos, principalmente aquela oriunda de pedidos de correção nos discursos alheios. Nas sessões parlamentares é comum que os oradores pronunciem termos considerados descorteses por seus pares, os quais solicitam a correção desses termos no texto retextualizado com vistas à proteção das próprias faces ou das faces de terceiros. A partir das hipóteses de que tais pedidos de correção colaborariam para a expansão da ameaça às faces no plenário e de que as correções nos discursos retextualizados não contribuiriam para a proteção das mesmas faces, além da certeza de que algumas práticas retextualizadoras podem levar ao falseamento do dito pelo orador, a pesquisa propõe-se a responder às seguintes questões: a) as solicitações de correção no discurso do outro no plenário contribuem para o salvamento das faces ameaçadas ou provocam exacerbação da ameaça?; b) as correções realizadas pelos retextualizadores em atendimento a tais solicitações cumprem o papel de proteção de faces no texto escrito?; c) as correções efetuadas pelos retextualizadores para adequação dos discursos a padrões recomendados pelas casas legislativas ou por motivos pessoais atuam sobre os aspectos da (des)cortesia? Fundamentada em estudos da Análise do Discurso, da Linguística Textual, da Análise da Conversação e da Sociolinguística Interacional, além de manuais de procedimentos de casas legislativas e de legislação pertinente, esta tese analisa um *corpus* formado por quatro blocos de discursos proferidos na Câmara dos Deputados. Os resultados obtidos indicam: a) as solicitações de correção do discurso do outro no plenário *não* contribuem para o salvamento de faces e provoca a expansão da ameaça; b) as correções realizadas pelos retextualizadores em atendimento a tais solicitações *não* cumprem o papel de proteção de faces e, sim, colaboram para despertar o interesse pelas ameaças; c) as correções efetuadas pelos retextualizadores para adequação dos discursos a padrões recomendados pelas casas legislativas ou por motivos pessoais podem atuar tanto para a implantação da cortesia quanto da descortesia nos discursos publicados na forma escrita. A pesquisa justifica-se pela necessidade de se contribuir para a conscientização da importância do registro escrito dos discursos parlamentares e para a mudança das práticas de retextualização no sentido de se privilegiar o que é dito nos discursos e não aquilo que o orador deveria ou desejaria dizer. Ela traz, portanto, contribuições para os trabalhos de retextualização de discursos parlamentares e pretende despertar a atenção de pesquisadores para o estudo de campo tão vasto e ainda pouco explorado.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso parlamentar. (Des)cortesia. Face. Reformulação textual. Textualização. Retextualização.

OLIVEIRA, Maria Rodrigues de. Parliamentary discourse: focusing on retextualization and (dis)courtesy. São Paulo, 2016. 181 f. Thesis (Portuguese Language) – Pontifícia Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

This research is part of the Line of Research ‘Text and discourse in the oral and written modalities’, of the Postgraduate Studies Program in the Portuguese Language of the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, and deals with parliamentary speeches, focusing on their retextualization and on the (dis)courtesy present in these speeches, especially that arising from requests of corrections to be made in another's speech. In parliamentary sessions, it is common for speakers to utter words considered discourteous by their peers, who request the correction of these words in the retextualized text to save their own faces or third-party faces. From the hypotheses that such requests for corrections would in fact aid in the expansion of the threat to the faces in the plenary sessions and that the corrections in the retextualized speeches would not contribute to saving those same faces, in addition to the certainty that some retextualization practices may lead to a distortion of what the speaker has said, this research aims to answer the following questions: a) do requests for corrections in another's speech in a plenary session contribute to saving threatened faces or cause an exacerbation of the threat?; b) do the corrections made by retextualizers in response to such requests fulfill the task of saving faces in the written text?; c) do the corrections made by retextualizers in order to make speeches meet the standards recommended by the legislative bodies or for personal reasons have an effect on aspects of (dis)courtesy? Based on studies of Discourse Analysis, Text Linguistics, Conversation Analysis and Interactional Sociolinguistics, in addition to procedure manuals of legislative bodies, relevant legislation, this thesis analyzes a corpus made up of four blocks of speeches delivered in the House of Representatives. The results obtained suggest that: a) the requests for corrections of another's speech at plenary sessions do not contribute to saving faces but causes an expansion of the threat; b) corrections made by retextualizers in response to such requests do not fulfill the face saving task but, to the contrary, they aid in arousing an interest in the threats; c) the corrections made by retextualizers to adjust speeches to the standards recommended by legislative bodies or for personal reasons can result both in the insertion of courtesy and of discourtesy in the speeches published in the written form. This research is justified by the need to contribute to an awareness of the relevance of the written record of parliamentary speeches and to the changing of retextualization practices in order to prioritize what is said in the speeches, not what the speaker should or would have said. Therefore, this thesis brings contributions to the task of retextualizing parliamentary speeches and intends to arouse the attention of researchers to this vast field of study that is still little explored.

KEYWORDS: Parliamentary speech. (Dis)courtesy. Face. Textual reformulation. Textualization. Retextualization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instância política	21
Figura 2 – Faixa etária dos deputados da Câmara dos Deputados	24
Figura 3 - Esquema geral do plenário da Câmara dos Deputados.....	34
Figura 4 – Mesa Diretora e tribunas	34
Figura 5 – Equipe (coordenadores, taquígrafos e revisores)	35
Figura 6 – Espaço para os Deputados e microfones de apartes.....	35
Figura 7 – Galeria	36
Figura 8 – Sugestões de linguagem politicamente correta relativa a gênero.....	73
Figura 9 – Esquema de reformulação textual	90
Figura 10 – Reparo x correção	103
Figura 11 – Procedimentos de retextualização na Câmara dos Deputados	111

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DISCURSO PARLAMENTAR: UM GÊNERO DO DISCURSO POLÍTICO	17
2.1	OS LUGARES DOS DISCURSOS POLÍTICO E PARLAMENTAR	20
2.1.1	As instâncias	20
2.1.1.1	<i>As instâncias política e adversária</i>	20
2.1.1.2	<i>A instância cidadã</i>	25
2.1.1.3	<i>A instância midiática</i>	28
2.1.2	O cenário	32
2.2	OS ATORES DOS DISCURSOS POLÍTICO E PARLAMENTAR	37
2.2.1	Quem são?	37
2.2.2	Os <i>ethé</i>	38
2.2.2.1	<i>O ethos de credibilidade</i>	39
2.2.2.2	<i>O ethos de identificação</i>	41
2.3	AS SESSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	45
2.3.1	O ritual/as regras	46
2.3.2	O uso da palavra	48
2.4	SÍNTESE	51
3	FACE E CORTESIA LINGUÍSTICA	53
3.1	FACE	53
3.2	CORTESIA LINGUÍSTICA	58
3.2.1	Uma teoria	60
3.2.1.1	<i>Atos explícitos de ameaça à face (FTAs on record)</i>	60
3.2.1.2	<i>Atos implícitos de ameaça à face (FTAs off record)</i>	63
3.2.2	Revisão da teoria	64
3.2.3	Linguagem politicamente correta	69
3.2.3.1	<i>As formas de tratamento</i>	69
3.2.3.2	<i>Uma cortesia reivindicada e imposta</i>	71
3.2.4	A (des)cortesia no discurso parlamentar	77
3.3	SÍNTESE	81
4	TEXTUALIZAÇÃO E RETEXTUALIZAÇÃO	82
4.1	TEXTUALIZAÇÃO	82
4.2	RETEXTUALIZAÇÃO	86
4.1.2	Procedimentos de reformulação	88
4.1.2.1	<i>Repetição</i>	90
4.1.2.2	<i>Paráfrase</i>	98
4.1.2.3	<i>Correção</i>	102
4.2.1	Procedimentos de retextualização	109
4.2.2	Um propósito das retextualização de discursos parlamentares: as atas	115
4.2.2.1	<i>Ata resumida</i>	116
4.2.2.2	<i>Ata integral</i>	118

4.3 SÍNTESE	119
5 RETEXTUALIZAÇÃO E (DES)CORTESIA EM DISCURSOS PARLAMENTARES: A CÂMARA DOS DEPUTADOS EM DESTAQUE	120
5.1 CORPUS E ANÁLISE	120
5.1.1 Primeiro bloco: discurso do Deputado Nilson Leitão (Apêndice A)	121
5.1.1.1 Identificação dos envolvidos.....	121
5.1.1.2 Discurso-base	123
5.1.1.3 Análise	123
5.1.1.4 Intervenções dos retextualizadores.....	128
5.1.2 Segundo bloco: discurso do Deputado Fernando Chiarelli (Apêndice B)	130
5.1.2.1 Identificação dos envolvidos.....	130
5.1.2.2 Discurso-base	130
5.1.2.3 Análise	131
5.1.2.4 Intervenções dos retextualizadores.....	132
5.1.3 Terceiro bloco: discurso do Deputado Paulo Marinho (Apêndice C).....	133
5.1.3.1 Identificação dos envolvidos.....	133
5.1.3.2 Discurso-base	134
5.1.3.3 Análise	134
5.1.3.4 Intervenção dos retextualizadores.....	136
5.1.4 Quarto bloco: discurso do Deputado José Carlos Aleluia (Apêndice D).....	139
5.1.4.1 Identificação dos envolvidos.....	139
5.1.4.2 Discurso-base	139
5.1.4.3 Análise	139
5.2 SÍNTESE	143
6 CONCLUSÃO	145
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE A – DISCURSO DO DEPUTADO NILSON LEITÃO (NL)	160
APÊNDICE B – DISCURSO DO DEPUTADO FERNANDO CHIARELLI (FC)	166
APÊNDICE C – DISCURSO DO DEPUTADO PAULO MARINHO (PM).....	168
APÊNDICE D – DISCURSO DO DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA (JC)	174
ANEXO A – SISTEMA DE CORTESIA DE KERBRAT-ORECCHIONI	177
ANEXO B – MÁXIMAS E SUBMÁXIMAS DE LEECH	178
ANEXO C – TRECHO DE SESSÃO DO PARLAMENTO QUENIANO	179
ANEXO D – NORMAS DO PROJETO NURC/SP PARA TRANSCRIÇÃO.....	180

1 INTRODUÇÃO

O discurso parlamentar é um gênero do discurso político cuja principal característica é ter lugar no parlamento e ser pronunciado por um parlamentar. Nesse discurso, as faces dos envolvidos – oradores, pessoas presentes e ausentes ao evento e instituições – são constantemente ameaçadas, pois são defendidos pontos de vista muitas vezes antagônicos que levam os oradores e seus parceiros a reagirem com descortesia. Além disso, cada parlamentar precisa mostrar-se melhor que o outro e, portanto, não hesita em evidenciar as falhas do oponente, principalmente para seus eleitores e a imprensa, a qual se encarrega de divulgar os deslizes para um público ainda maior.

Uma forma comum de revelar as falhas do adversário no parlamento é a solicitação de correções do discurso do outro no texto retextualizado, a ser publicado nos *Anais* das casas legislativas. Esse ato, que teria o objetivo de salvar as faces dos próprios contestadores e de pessoas ou instituições citadas pelo autor do discurso, fragiliza o parlamentar na medida em que exhibe suas fraquezas tanto em termos de conhecimentos quanto de ideologia, essencialmente quando se trata do uso de expressões consideradas politicamente incorretas. Nesses casos, as correções são solicitadas em nome do respeito a pessoas ou entidades, o que corresponde a afirmar que quem proferiu o termo interdito foi descortês com alguém, com alguma parcela da população ou com instituições.

No parlamento, há dispositivos que visam à manutenção da cortesia durante as sessões. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por exemplo, além de estabelecer formas de tratamento a serem adotadas tanto entre os parlamentares quanto com relação a autoridades externas ao parlamento, determina que “nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República, às instituições nacionais, ou a Chefe de Estado estrangeiro com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas”.

O respeito às regras, entretanto, nem sempre se verifica, já que há deslizes nas formas de tratamento, conjunção de formas de tratamento corteses com adjetivos descorteses, falas descorteses voluntárias e até mesmo involuntárias, quando o orador é descortês com alguém ou alguma instituição, por não se dar conta do fato ou por não julgar a fala como descortês. Muitas dessas práticas linguísticas descorteses costumam ser objeto de pedidos de correção no discurso alheio e envolvem, além do autor da fonte do problema e do contestador, um terceiro agente, o presidente da sessão, pois a ele são dirigidas as solicitações de alteração e é ele quem as autoriza, com anuência ou não do autor do discurso contestado. A correção

solicitada por um igual e autorizada por um superior é um ato de ameaça à face de grande relevância pois, se a heterocorreção pode ser um ato de constrangimento, mais ainda ela o será quando solicitada a intervenção de um outro, como se o autor do objeto da contestação não estivesse presente e não tivesse autoridade sobre sua fala. Pode-se dizer que, nesse caso, um ato descortês é pago com descortesia em dobro.

As correções no discurso retextualizado, cujo objetivo principal seria a ausência de termos considerados descorteses nas publicações oficiais, acabam não cumprindo esse papel, pois as alterações são indicadas pelos retextualizadores¹ na forma de reticências ou de texto padronizado para tal fim. Na Câmara dos Deputados, as alterações podem ser indicadas por reticências ou por enunciados como “Texto escoimado de expressão, conforme arts. 17, inciso V, alínea “b”, 73, inciso XII, e 98, § 6º, do Regimento Interno”² ou, simplesmente, “expressões retiradas por determinação da Presidência”.

Além do mais, as transcrições dos discursos proferidos na Câmara dos Deputados são disponibilizadas no portal da Casa com diversas possibilidades de acesso, de forma individual ou reunida em atas, como também os áudios e os vídeos das sessões, o que possibilita a comparação entre o dito e o escrito, tornando inócua a alteração do teor do texto para aqueles que desejam saber o que realmente foi dito.

É oportuna ainda a observação de que os pedidos de correção nesse contexto nem sempre são atendidos, pois há ocasiões em que o presidente da sessão não autoriza a mudança ou, então, o orador solicita que o termo seja mantido no texto escrito na forma como foi pronunciado. Nesse caso, observa-se o prenúncio de um conflito que pode tomar rumos inesperados, como a exacerbação da ofensa e até mesmo questionamentos no âmbito judicial.

As correções descritas anteriormente não são as únicas alterações a que são submetidos os discursos parlamentares no percurso do oral para o escrito, já que os retextualizadores promovem mudanças diversas nos discursos, em virtude da adequação dos textos orais para a modalidade escrita e, também, em obediência a padrões recomendados pelas casas legislativas ou por questões subjetivas.

¹Usamos o termo retextualizador para rotular todos os profissionais envolvidos na transformação dos discursos orais para a forma escrita. Na Câmara dos Deputados esses profissionais são os taquígrafos, os revisores e os supervisores. Cabe ressaltar a importância das pistas de alteração fornecidas pelos retextualizadores, pois alterações promovidas no discurso do outro sem informação de sua ocorrência significam falseamento do dito.

²Os artigos 17 e 98 referem-se à proibição da publicação de “pronunciamentos ou expressões atentatórias ao decoro parlamentar”; o artigo 73 diz respeito ao uso da cortesia no parlamento.

O início da retextualização de discursos parlamentares no Brasil data de 1823, nos trabalhos da Assembleia Constituinte, por iniciativa do Imperador D. Pedro I e providências de José Bonifácio de Andrada e Silva, como se observa nos *Anais* daquela Constituinte:

O SR. ANDRADA E SILVA – [...] Logo que se convocou esta assembleia viu Sua Majestade a necessidade de haver taquígrafos. Eu fui incumbido de dar as precisas providências. Um oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros se incumbiu de abrir uma aula de taquigrafia e alunos matriculados trabalharão nessa aula. (BRASIL, 1874, p. 92, grafia atualizada por nós).

Com um quadro formado por um redator, oito taquígrafos e um escriturário, os primeiros retextualizadores do Brasil tiveram a honra de registrar discursos de homens poderosos de nossa história imperial, mas, também, passaram pela desdita de transcrever críticas a seus trabalhos, como a do Deputado Andrada Machado, transcrita a seguir:

Todas as atribuições que se dá aqui ao redator tendem somente a fazer brilhar gralhas com penas de pavão; eu quisera que todos os discursos saíssem com o cunho próprio, com o estilo difuso ou conciso de seu autor, mas deste modo aparecem todos com as mesmas vestiduras. Agora o que eu não consentirei jamais é que, na forma de artigo, se permita que o redator possa substituir às falas recolhidas pelos taquígrafos outras diversas delas, quando tiverem sido trabalhadas de espaço, ou exposta de memória à assembleia. (BRASIL, 1874, p. 103, grafia atualizada por nós).

Percebe-se, no trecho anterior, a reprovação do orador à uniformização dos discursos imposta pelos retextualizadores da época, hábito corrente entre alguns profissionais até hoje, apesar de rejeitado por outros representantes da retextualização. Verifica-se, ainda, crítica à entrega de discursos para publicação diferentes dos pronunciados na tribuna. Essa prática, ainda comum nos parlamentos, era usada por um dos mais eloquentes oradores da Assembleia Nacional Francesa, Honoré Gabriel Victor Riqueti, o Conde de Mirabeau, que pronunciava discursos agradáveis aos partidários da Revolução Francesa e dava, para publicação, outros que não o comprometiam com o Rei Luís XVI, de quem era conselheiro secreto.

Enfeitados ou com sua roupagem original, como diria Andrada Machado, o fato é que os discursos pronunciados nos plenários das casas legislativas e transpostos para a escrita são documentos essenciais para a história do País e são consultados com os mais diversos objetivos. Há quem pergunte qual o motivo de, com as tecnologias de áudio e vídeo, os discursos ainda serem transpostos da oralidade para a escrita. A resposta é simples: as tecnologias e os equipamentos para reprodução das gravações são atualizados com velocidade superior à capacidade de atualização das gravações pelas casas legislativas. Nesse caso, sem o registro escrito, a documentação dos discursos parlamentares ficaria prejudicada. Outro fator em prol do registro escrito é a facilidade de acesso aos discursos proporcionada pela leitura, já que não exige o uso de máquinas para tal fim.

Nosso interesse pelo discurso parlamentar e sua retextualização surgiu quando assumimos a chefia do Serviço de Taquigrafia da Câmara Municipal de Guarulhos, em 2002. Naquela época, aprovada em concurso público para assumir o cargo, apesar de experiente na atividade de transcrição de textos, carecia de familiaridade com as atividades do parlamento e com os afazeres dos taquígrafos parlamentares, principalmente com relação aos níveis de intervenção nos discursos.

A angústia diante dos problemas enfrentados com a falta de conhecimento sobre o assunto e as diversas práticas dos servidores do setor que administrávamos levou-nos a pesquisas sobre o tema em fontes variadas, a consultas a estudiosos da linguagem e a colegas de profissão de outras casas legislativas. As respostas obtidas nessas primeiras buscas de socorro não foram suficientes para nos dar segurança no comando dos trabalhos e, assim, decidimos aprofundar os estudos em torno da transcrição de discursos parlamentares.

Estávamos ciente de que deveríamos iniciar pelos estudos da linguagem, o que fizemos ao ingressar no curso de Especialização em Língua Portuguesa oferecido pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), para o qual produzimos a monografia *Do oral para o escrito: um ofício do taquígrafo parlamentar*, em 2005, sob a orientação da Professora Doutora Vanda Maria da Silva Elias.

O objetivo da pesquisa era verificar, no texto transcrito, as alterações ocorridas em relação ao texto oral. Para isso, foram selecionados trechos de atas de sessões da Câmara Municipal de Guarulhos realizadas em 2001, os quais foram transcritos de acordo com as normas do projeto NURC-SP e confrontados com as transcrições impressas nas atas. A análise desse material foi realizada com base em trabalhos de estudiosos da Linguística Textual e da Análise da Conversação, em manuais de procedimentos de casas legislativas e em textos produzidos por representantes da retextualização de discursos parlamentares, além das gramáticas de Celso Cunha e Lindley Cintra e de Evanildo Bechara.

Constatamos, na análise, o uso de estratégias de retextualização como eliminação, substituição e inserção que interferiam na fidelidade do dito pelo orador, sem justificativas gramaticais, linguísticas ou de procedimentos de retextualização. Além disso, verificamos que textos mais elaborados apresentavam maior distanciamento do dito que outros menos trabalhados. Essa descoberta aumentou nossa preocupação com respeito à qualidade dos discursos publicados nas atas, principalmente no tocante à fidelidade do dito pelo orador. Assim, partimos para a pesquisa de Mestrado, também sob a orientação da Professora Doutora Vanda Maria da Silva Elias, já com uma bibliografia ampliada e um *corpus* maior e mais

abrangente, o que resultou na dissertação denominada *Discurso parlamentar*: estratégias de retextualização.

O objetivo dessa segunda pesquisa era semelhante ao da primeira, ou seja, o “levantamento de alterações promovidas por retextualizadores na passagem de discursos parlamentares orais para a modalidade escrita e análise dessas alterações com vistas às suas implicações para o sentido do texto”. Para análise, selecionamos discursos publicados em atas de sessões da Câmara Municipal de Guarulhos realizadas em 2001, 2005 e 2007. Da mesma forma que na pesquisa anterior, destacamos trechos das atas selecionadas, os quais foram transcritos de acordo com as normas do Projeto NURC-SP e comparados com as versões introduzidas nas atas. A análise do material foi realizada com fundamento em estudos da Linguística Textual, da Análise da Conversação e da Pragmática, além de manuais de procedimentos de retextualização no âmbito parlamentar e de textos de profissionais da área de retextualização parlamentar.

A partir da comparação dos textos publicados nas atas e naqueles transcritos por nós, foram levantadas as eliminações, as inserções e as substituições efetuadas pelos taquígrafos e analisadas com fundamento no referencial teórico reunido. Os resultados revelaram alterações relacionadas à adequação do texto à modalidade escrita, ao atendimento a normas regimentais e à explicitação do contexto. Porém, muitas dessas alterações afetavam tanto o sentido do texto quanto o estilo do orador, contrariando as recomendações de fidelidade ao dito e respeito ao estilo do orador.

Os estudos empreendidos para a elaboração da dissertação, a análise dos textos retextualizados e a experiência adquirida no dia a dia do plenário da Câmara Municipal de Guarulhos levaram-nos a imaginar que os pedidos de correção do discurso alheio não surtem efeitos positivos em relação às faces dos envolvidos. Certificaram-nos ainda de que, nos procedimentos de retextualização, há operações que levam ao falseamento do exposto pelo orador, tanto por iniciativa dos parlamentares (ao pedirem correções em seus discursos ou nos discursos alheios) quanto dos retextualizadores (ao fazerem intervenções inadequadas). Surgiram, então, as seguintes questões: a) as solicitações de correção no discurso do outro no plenário contribuem para o salvamento das faces ameaçadas ou provocam exacerbação da ameaça?; b) as correções realizadas pelos retextualizadores em atendimento a tais solicitações cumprem o papel de proteção de faces no texto escrito?; c) as correções efetuadas pelos retextualizadores para adequação dos discursos a padrões recomendados pelas casas legislativas ou por motivos pessoais atuam sobre os aspectos da (des)cortesia?

Com o objetivo de responder a essas questões, adotaremos a seguinte metodologia: i) procederemos ao levantamento e à leitura de textos relacionados aos discursos político e parlamentar, à cortesia e à descortesia em âmbito geral e no discurso parlamentar, à textualização e à retextualização, principalmente no tocante ao discurso parlamentar; ii) redigiremos capítulos relacionados aos temas revistos na literatura levantada; iii) procederemos à análise de um *corpus* formado de discursos-base e de pronunciamentos periféricos³ selecionados de material coletado no portal da Câmara dos Deputados, com base no referencial teórico.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de se chamar a atenção para os efeitos da prática de correção no discurso do outro no que respeita aos aspectos de face e de cortesia e de se apresentarem estudos que incentivem a prática de retextualização de discursos parlamentares com vistas ao que é dito pelo orador e não ao que ele deveria dizer.

Além desta introdução e da conclusão, a tese será composta de três capítulos teóricos e um de análise. No primeiro capítulo teórico, *Discurso parlamentar*: um gênero do discurso político, trataremos de aspectos do discurso parlamentar tendo em vista o fato de que ele faz parte dos gêneros do discurso político. Assim, traçaremos um panorama desse gênero do discurso considerando suas relações com o discurso político, as instâncias que atuam sobre ele, o local em que é encenado e os seus atores. Como nosso *corpus* provém da Câmara dos Deputados, o ritual e as regras que orientam o uso da palavra naquela Casa também serão contemplados no capítulo.

No segundo capítulo teórico, *Face e cortesia linguística*, apresentaremos considerações sobre as questões de face e de cortesia considerando aspectos como elaboração de face, atos de ameaça à face e de sua valorização, linguagem politicamente correta e descortesia no discurso parlamentar.

No terceiro capítulo teórico, *Textualização e retextualização*, teremos como objeto a textualização do discurso parlamentar, ou seja, a sua elaboração para proferimento no plenário, e a retextualização, considerando a passagem dos discursos orais para a modalidade escrita, suas estratégias e implicações. As atas do parlamento também serão observadas no capítulo tendo em vista que elas são os principais suportes dos discursos retextualizados.

³Discursos-base são aqueles objetos da correção; pronunciamentos periféricos, os que contêm os desafios, as oferendas ou tentativas de “fazer ponto” e as decisões do presidente da sessão.

No capítulo de análise, *Retextualização e (des)cortesia em discursos parlamentares*: a Câmara dos Deputados em destaque, apresentaremos uma análise do material selecionado, com base no referencial teórico.

Na conclusão, faremos uma retomada do exposto ao longo do trabalho e discutiremos os resultados encontrados.

2 DISCURSO PARLAMENTAR: UM GÊNERO DO DISCURSO POLÍTICO

O discurso político tem ampla circulação em todos os meios sociais, em diversas circunstâncias. Mas como se define esse discurso? Encontramos, em van Dijk (1999) e em Charaudeau (2008), informações que nos ajudam a responder a essa questão.

Conforme van Dijk, “a resposta mais fácil, e não completamente descabida, é que o discurso político é aquele que é dito por seus atores ou autores: os políticos”⁴. (VAN DIJK, 1999, p. 12, tradução nossa). Essa afirmação poderia nos levar a acreditar que os responsáveis pelo discurso político são apenas aqueles que chamam para si a tarefa de fazer política. Entretanto, temos de considerar que existem atores não investidos oficialmente no poder de fazer política que têm influência sobre os discursos dos investidos em tal poder ou daqueles que pretendem investir-se nele. Nas palavras de van Dijk:

[...] embora seja crucial na ciência política e na ADP [análise do discurso político] os afazeres de atores e autores do discurso político e outras práticas políticas, os políticos não são os únicos participantes no terreno da política. Do ponto de vista interacional da análise do discurso, deveríamos incluir também os diversos receptores de eventos comunicativos políticos, como as pessoas, o povo, os cidadãos, as “massas” e outros grupos ou categorias.⁵ (Ibid, p. 13, tradução nossa).

Essas considerações, apesar de pertinentes, não são satisfatórias, pois para que um discurso seja considerado realmente político ele precisa enquadrar-se em contextos específicos que envolvem diversas variáveis. Embasamos essa afirmação nas seguintes palavras do autor:

Os participantes e as ações são o núcleo de tais contextos, mas poderíamos ir mais longe analisando os contextos amplamente a partir do ponto de vista dos acontecimentos políticos e comunicativos com seus cenários próprios (tempo, lugar, circunstâncias), ocasiões, intenções, funções, metas e implicações políticas ou legais⁶. (Ibid, p. 15, tradução nossa).

Podemos afirmar, com base nas palavras de van Dijk, que o discurso político é de autoria e/ou apresentação de políticos, sob a influência de diversos atores, em contextos determinados. Entretanto, essa definição é simples demais para uma questão tão complexa que levou Charaudeau (2008) a dedicar trinta e duas páginas a um capítulo intitulado “O que é

⁴Original: La más fácil, y no completamente descabellada, respuesta es que el discurso político es aquello que es dicho por sus actores o autores, los políticos.

⁵Original: Sin embargo, aunque es crucial en la ciencia política y en el ADP los quehaceres de actores y autores del discurso político y otras prácticas políticas, los políticos no son los únicos participantes en el terreno de la política. Desde el punto de vista interaccional del análisis de discurso, deberíamos incluir también a los diversos receptores de sucesos comunicativos políticos, tales como la gente, el pueblo, los ciudadanos, las “masas” y otros grupos o categorías.

⁶Original: Los participantes y las acciones son el núcleo de tales contextos, pero podríamos ir más lejos analizando los contextos ampliamente desde el punto de vista de los sucesos políticos y comunicativos, con sus escenarios propios (tiempo, lugar, circunstancias), ocasiones, intenciones, funciones, metas y implicaciones políticas o legales.

discurso político?”. Para esse autor, falar de discurso político “é tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 32).

Ao mencionar campo de práticas, o autor aponta para o contexto em que o discurso político se desenvolve, levando em conta as práticas situadas, isto é, ele tem de ser moldado para atender às características dessas comunidades de práticas e, assim, o orador deve ajustar seu dizer e seu comportamento às expectativas, aos valores e ao conhecimento de seu público. Nesse sentido, Charaudeau afirma que nossa individualidade é construída “mediante *nossas relações com os outros*, nas comunidades mais ou menos constituídas, mais ou menos fechadas, e nas situações de troca que são simultaneamente diversas e recorrentes”. (Ibid., p. 51, grifo nosso).

Na citação anterior, destacamos o segmento “nossas relações com os outros”, indicativa de que o orador não está sozinho no discurso: ele tem de considerar seus interlocutores com seus conhecimentos, suas ideologias e sua disposição para colaborar para a construção do sentido intencionado, ou seja, o discurso tem de ser construído e reconstruído de acordo com aquilo que se sabe e se descobre, no momento mesmo da interação, a respeito de seus destinatários.

As informações anteriores indicam os autores, os atores, o contexto e os interlocutores como índices essenciais para a rotulação de um discurso como político ou não. A conceituação dos gêneros fundados a partir desse discurso é polêmica, pois envolve pontos de vista de diversas áreas do saber e perspectivas variadas que apresentam questionamentos tanto sobre o que é discurso político quanto sobre seu objeto de discurso: a política. Não nos deteremos nesse tema. Basta-nos encontrar uma forma de situar o discurso parlamentar, nosso objeto de pesquisa. Para tanto, nos serviremos da proposta de Menezes (2004) de agrupamento dos gêneros distintos a partir do campo do discurso político nos espaços *doméstico*, de *produção*, de *cidadania* e *mundial/local*. Na concepção do autor:

Ao invés de tentar fazer coincidir a política com *tudo*, trata-se, nesta opção, de localizar os diversos lugares de realização da política, buscando as regularidades nas atitudes de fala. Assim, pode-se propor o discurso político como atividade de sujeitos nos diferentes *espaços estruturais* de produção e de manifestação deste discurso, como o *espaço doméstico*, o *espaço da produção*, o *espaço da cidadania* e o *espaço global/local*. (Ibid., p. 250, grifo do autor).

No *espaço doméstico* encontra-se o gênero político doméstico; no *espaço de produção*, está o gênero político institucional da empresa e do sindicato; no *espaço da cidadania* acham-se os gêneros político partidário, político parlamentar, político eleitoral e

político de governo; no *espaço global/local* estão os gêneros político diplomático e político popular (de movimentos sociais).

Interessam-nos, para este trabalho, os gêneros alocados no espaço da cidadania, em especial o discurso parlamentar. Esse gênero tem lugar no parlamento e é obrigatoriamente proferido por parlamentares, que devem seguir normas institucionalizadas e não institucionalizadas.

Van Dijk expõe essa característica nas seguintes palavras:

[...] os debates parlamentares são definidos principalmente pelo fato de que as pessoas implicadas nesses debates são membros do parlamento e têm lugar na instância política do parlamento, além de seus atores principais estarem atuando como políticos ou como legisladores, entre outras características contextuais. (VAN DIJK., p. 2001).

O discurso parlamentar é usado no parlamento com vistas principalmente à deliberação e decisão sobre temas de interesse do povo. Sua origem, de acordo com Piris, “confunde-se com a própria invenção da política, que surgiu na Grécia e em Roma como forma de mediação dos conflitos entre as classes sociais envolvidas na disputa pelo poder”. (PIRIS, 2005, p. 66). Para que esses pronunciamentos tivessem efeito, eram essenciais alguns elementos que foram sendo criados ou adaptados, como o local de encenação, os atores e a forma de apresentação dos discursos. Segundo o autor:

[...] ao longo do tempo, estabeleceu-se no interior da atividade política uma série de convenções sociais que instituíram a própria atividade e seus dispositivos de linguagem. Entre algumas dessas invenções, podemos destacar a criação do espaço público (a assembleia e o senado) como o espaço de deliberação, da figura dos políticos (tribunos e senadores) como interlocutores imediatos, da argumentação retórica como elemento organizador do discurso, da linguagem rebuscada como marca privilegiada do estilo da linguagem, etc. (Ibid., p. 66).

No glossário da Câmara dos Deputados, o termo “discurso parlamentar” é definido como “pronunciamento⁷ público de parlamentar na tribuna da Casa legislativa sobre assunto determinado”. A partir dessa definição, podemos entender que há pelo menos quatro itens indispensáveis para que um discurso seja considerado parlamentar: a) *a situação*: o pronunciamento tem de ser público; b) *o status do orador*: tem de ser parlamentar; c) *o local*: tem de ser proferido na tribuna da Casa legislativa; d) *o assunto*: tem de ser determinado. Os itens (a), (b) e (d) dispensam comentários. Destacamos o item (c) pela indicação da tribuna como local obrigatório para o proferimento do discurso parlamentar, já que esse fato exclui da

⁷O glossário concebe o termo “discurso” como um hipônimo de “pronunciamento”, pelo que se percebe na definição desse último: “Pronunciamento parlamentar: manifestação de opinião do parlamentar, seja em discurso ou em intervenção nos trabalhos legislativos”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/glossario>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

categoria de discursos os apartes e os questionamentos que são feitos a partir dos microfones de apartes.

As seguintes palavras de Souza (2009) complementam as definições de discurso parlamentar aqui apresentadas:

Um deputado, por exemplo, pode pronunciar-se numa universidade, pode fazer um discurso de cima de um palanque, pode, em uma entrevista, até mesmo dentro do parlamento, falar ininterruptamente durante minutos a respeito de um tema. Nesses casos, seriam discursos de um parlamentar, e não discursos parlamentares. Esses seriam os proferidos de maneira formal por vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores nos plenários de suas respectivas Casas. (SOUZA, 2009, p. 11).

Com esta parte introdutória, conceituamos os discursos político e parlamentar. Agora, passaremos aos lugares onde esses discursos são produzidos e encenados.

2.1 OS LUGARES DOS DISCURSOS POLÍTICO E PARLAMENTAR

2.1.1 As instâncias

Charaudeau (2008, p. 55) considera conveniente, em virtude das características do discurso político, distinguir três lugares de produção do discurso político: um *lugar de governança* (onde se encontram as *instâncias política e adversária*, responsáveis pela ação política), um *lugar de opinião* (no qual se localiza a *instância cidadã*, que delega poderes à instância política) e um lugar de mediação (em que se inscreve a *instância midiática*, elo entre as instâncias política e cidadã).

2.1.1.1 As instâncias política e adversária

Conforme Charaudeau (id., p. 56), “a instância política encontra-se no lugar em que os atores têm um ‘poder de fazer’ – isto é, de decisão e de ação – e um ‘poder de fazer pensar’ – isto é, de manipulação”. Em virtude dos diversos *status* e situações que comporta, compõe-se de vários núcleos (satélites, na terminologia de Charaudeau), para quem a instância política é composta de um centro e de vários satélites, da seguinte forma:

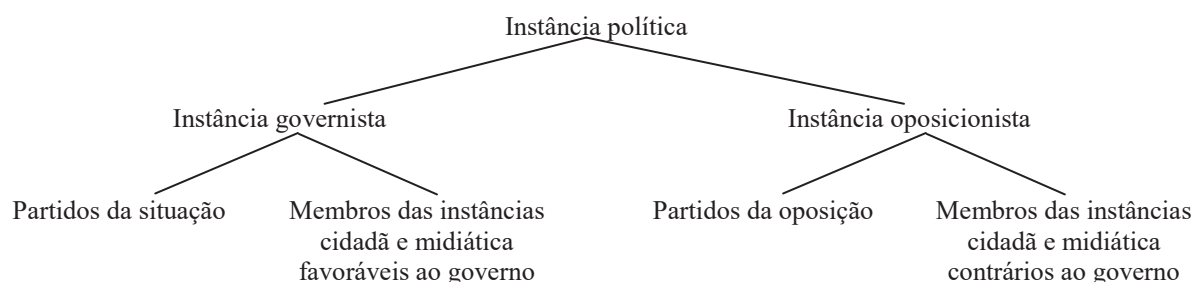
O centro seria constituído pelos representantes do Estado, dos governos, dos parlamentos e das instituições aferentes. Entre os satélites haveria um primeiro círculo, constituído pelos partidos políticos, uma vez que são eles que alimentam o debate sobre a representação política; um segundo círculo, constituído pelos partidos políticos, pelas instâncias jurídicas, financeiras, científicas e técnicas que dependem intimamente do poder político em virtude do processo de nomeação para as chefias de diversos órgãos de representação de uma mesma tendência política [...]; um terceiro círculo seria constituído pelos organismos supranacionais (parlamento europeu), internacionais (Gatt e depois OMC, FMI) e não-governamentais (ONU, Unesco). (Ibid., p. 57).

A instância adversária ocupa o mesmo lugar que a instância política, ou seja, o da governança, também por delegação da instância cidadã, com as mesmas finalidades. O que difere uma da outra é a relação com o poder central: governo e oposição, como ilustra o próximo recorte:

Como a instância política, ela deve propor ao cidadão um projeto de sociedade ideal, deve tornar-se fidedigna e tentar persuadi-lo da legitimidade da sua posição. A única diferença em relação à instância precedente reside no fato de que, estando ela na oposição, isto é, despojada do poder, mas representando, ao mesmo tempo, uma parcela da opinião cidadã, é levada a produzir um discurso sistemático de crítica ao poder vigente, que lhe é simetricamente retribuído. Observa-se, assim, que a instância adversária utiliza as mesmas estratégias discursivas que a instância política. (CHARAUDEAU, 2008, p. 58).

Acreditamos que a divisão proposta por Charaudeau em “instância política” e “instância adversária” não é satisfatória, já que ambas são políticas e fazem parte da governança. Em nosso entender, poder-se-ia considerar a instância política como uma instância compreendendo duas instâncias menores (subinstâncias): governista e oposicionista, ambas com seus “satélites”. Assim, teríamos o seguinte gráfico:

Figura 1 – Instância política



Fonte: A autora, 2016.

A observação desse gráfico, considerando o fato de que os atores da instância política têm um “poder de fazer” e um “poder de fazer pensar”, nos leva a atribuir o primeiro poder à instância governista e o segundo à instância oposicionista, à qual cabe ainda o poder de “fazer executar”, pois, com suas intervenções, leva a instância governista não só a pensar, mas também a executar ações propostas ou impostas.

✓ A instância política na Câmara dos Deputados

Na Câmara dos Deputados, essa instância é composta de 513 deputados eleitos de forma proporcional por Estado, conforme determina a Constituição Federal. Esse número foi estabelecido pela Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, nos seguintes termos:

Art. 1º Proporcional à população dos Estados e do Distrito Federal, o número de Deputados Federais não ultrapassará quinhentos e treze representantes, fornecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano anterior às eleições, a atualização estatística demográfica das unidades da Federação.

Parágrafo único. Feitos os cálculos da representação dos Estados e do Distrito Federal, o Tribunal Superior Eleitoral fornecerá aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos partidos políticos o número de vagas a serem disputadas. (BRASIL, 1993).

O Tribunal Superior Eleitoral, em atendimento a essa Lei, emitiu a Resolução nº 23.389, em abril de 2013, com base no censo de 2010, aumentando a quantidade de deputados federais dos Estados de Minas Gerais, Ceará, Pará, Santa Catarina e Amazonas. Para tanto, reduziu o número de membros dos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo, Alagoas e Piauí, para manter o total de 513 parlamentares.

A Resolução do TSE provocou a reação de representantes dos Estados que se sentiram prejudicados, os quais recorreram ao Supremo Tribunal Federal. Ela foi também rejeitada pelo Congresso Nacional, que a sustou por meio do Decreto Legislativo nº 424 de 4 de dezembro de 2013. O STF, por sua vez, declarou inconstitucionais tanto a Resolução do TSE e o Decreto Legislativo do Congresso quanto a própria Lei Complementar nº 78.

✓ Perfil dos integrantes da instância política brasileira

Dentre os integrantes dessa instância, além daqueles que compõem o Poder Legislativo, encontram-se os representantes do Poder Executivo. No Brasil, para fazer parte de um desses poderes, é preciso que o postulante ao cargo atenda a algumas condições expressas na Constituição Federal, no capítulo que trata dos direitos políticos, especificamente no artigo 14, do qual transcrevemos o parágrafo 3º:

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador. (BRASIL, 1988).

Destacamos ainda o parágrafo 4º do mesmo artigo, referente à escolaridade exigida para que um cidadão seja elegível: “§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos”. Apesar da não exigência de escolaridade, pois basta não ser analfabeto para ser elegível, a grande maioria dos Deputados Federais possui nível superior: 410 contra 4 com

nível de escolaridade mais baixo⁸, conforme reportagem de Thyago Marcel para a Agência Câmara de Notícias. O autor da reportagem comenta a disparidade entre a escolaridade dos deputados e a dos eleitores brasileiros:

O percentual dos que têm 3º grau completo surpreende quando comparado com a escolaridade do eleitorado brasileiro. De acordo com o TSE, dos 142,8 milhões de eleitores aptos a votar nas eleições deste ano, 5,6% concluíram a graduação. O valor corresponde a 8 milhões de eleitores – 2,8 milhões de pessoas a mais do que no pleito de 2010. (MARCEL, 2014).

Além da escolaridade, fatores relativos à raça⁹, ao gênero social, à idade e à religião devem ser levados em conta quando se pretende traçar o perfil dos componentes do parlamento brasileiro, pois há de se considerar que cada grupo tem interesse em defender suas causas além, é claro, daquelas de interesse geral.

No quesito raça, tendo os deputados federais como exemplo, Backes (2015) aponta para um total de 407 deputados (79,3%) que se declararam brancos quando da candidatura e 106 (20,7%) que informaram ser negros ou pardos. Não há representantes das raças indígena e amarela na Câmara dos Deputados nem candidatos que se tenham declarado pertencentes a essas raças quando da candidatura. A presença de negros na Câmara dos Deputados é desproporcional com relação à população brasileira, pois, conforme observa a autora:

Ainda que se considere que o critério adotado é subjetivo, e que talvez fatores simbólicos e culturais possam aumentar o número dos autodeclarados brancos, o percentual de negros ou pardos alcançado na Casa está bem distante do percentual para o Brasil, 50,7% dos brasileiros (dados do IBGE, também obtidos por autodeclaração). (BACKES, 2015, p. 14).

O gênero social que prevalece na Câmara dos Deputados é o masculino, com 462 homens (90,10%) contra 51 mulheres (9,9%). Conforme a autora “a legislação tem procurado criar mecanismos de estímulo à eleição de mulheres, como a exigência de que 30% das candidaturas sejam femininas” (ibid., p. 12). A cota para candidatura de mulheres de que fala a autora é estabelecida no parágrafo 3º do Artigo 10 da Lei 9.504 de 1997, sancionada pelo vice-Presidente da República Marco Antônio de Oliveira Maciel, a qual não surgiu efeito, já que os partidos ainda têm dificuldade em cumprir os números exigidos pela lei.

⁸Percebe-se que, entre esses dois polos, 99 deputados têm escolaridade de nível fundamental ou médio, já que aqueles quatro de escolaridade inferior são os que não têm escolaridade alguma.

⁹Ciente de que não existe raça humana em termos biológicos (Cf. PENA; THELMA (2006, p. 19), utilizamos o termo “raça” neste trabalho de acordo com a tendência de pesquisadores brasileiros que atuam na área das relações raciais e interétnicas de recorrerem “com mais frequência ao conceito de raça não mais para afirmar sua realidade biológica, mas sim para explicar o racismo”. (MUNANGA, 2006, p. 12).

O Senado Federal, com a intenção de aumentar a representatividade feminina no parlamento, aprovou e enviou à Câmara dos Deputados, em setembro de 2015, a Proposta de Emenda à Constituição nº 98, que “reserva vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes”. (BRASIL, 2015).

A idade dos deputados, conforme demonstra a tabela publicada pelo TSE, reproduzida a seguir, tem maior representação na faixa dos 40 e 64 anos, enquanto a quantidade de jovens eleitos aproxima-se daquela de idosos maiores de 80 anos: 2 e 3 deputados respectivamente.

Figura 2 – Faixa etária dos deputados da Câmara dos Deputados

Eleição: Eleições Gerais 2014 - 1º Turno - 05/10/2014 Abrangência: Brasil - Situação: Eleito - Cargo: Deputado Federal					
Cargo	Faixa Etária	Quantidade de Candidatos	Eleito	2º Turno	Não Eleitos
Deputado Federal	20 A 24 ANOS	2	2	0	0
	25 A 29 ANOS	19	19	0	0
	30 A 34 ANOS	29	29	0	0
	35 A 39 ANOS	49	49	0	0
	40 A 44 ANOS	60	60	0	0
	45 A 49 ANOS	51	51	0	0
	50 A 54 ANOS	97	97	0	0
	55 A 59 ANOS	91	91	0	0
	60 A 64 ANOS	56	56	0	0
	65 A 69 ANOS	39	39	0	0
	70 A 74 ANOS	10	10	0	0
	75 A 79 ANOS	7	7	0	0
	80 A 84 ANOS	3	3	0	0
	Subtotal	513	513	0	0
	Subtotal	513	513	0	0
Total Geral		513	513	0	0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral: Estatísticas eleitorais 2014.¹⁰

No item religião, o catolicismo prevalece na Câmara dos Deputados, conforme reportagem publicada no portal G1, intitulada *71% dos futuros deputados se dizem católicos e 16%, evangélicos*:

De 421 deputados que responderam ao questionário proposto, 300 (71,2%) se declararam católicos. Outros 68 (16%) afirmaram ser evangélicos, oito (1,9%) disseram ser adeptos do espiritismo e apenas um deputado (0,23%) afirmou ser judeu.

Outros 14 (3,3%) afirmaram ser cristãos, mas não especificaram se seguem alguma religião. Dois (0,47%) disseram seguir todas as religiões, enquanto 19 (4,51%)

¹⁰Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

alegaram não pertencer a religião alguma. Dos 513 deputados, 101 não responderam sobre o tema. (G1, 2015).

Os dados da citação anterior provam a supremacia do catolicismo no parlamento brasileiro. Entretanto, há que se ponderar, quando se trata de questões de ideologia e de opiniões em um ambiente capaz de decidir o futuro da população, que o catolicismo no Brasil, em algumas situações, é um catolicismo entre aspas, pois engloba crenças não genuinamente católicas. A esse respeito, transcrevemos as palavras de Teixeira:

Mas o olhar atento para as práticas e crenças reais favorece perceber outras vertentes que escapam aos dados quantitativos. O que se vê, como no caso do catolicismo majoritário, é a presença de uma identidade plástica, permeável ao influxo de outras tradições e sistemas religiosos, ou, pelo menos, de seus fragmentos. (TEIXEIRA, 2005, p. 22).

O exposto neste subitem revela que os membros da Câmara dos Deputados, em sua maioria, têm alta escolaridade, são de cor branca, do sexo masculino e de meia-idade. Apesar das ponderações de Teixeira sobre a “plasticidade” religiosa do povo brasileiro, podemos afirmar que o parlamento brasileiro é majoritariamente católico em virtude do alto percentual de deputados que declararam professar a religião católica.

2.1.1.2 A instância cidadã

Essa instância, teoricamente, tem poder sobre a instância política na medida em que é ela quem lhe concede o mandato. Charaudeau a define “como aquela que se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo” e “no qual os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhes são propostos ou as ações que lhes são impostas, e para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 58). Ainda segundo o autor:

Se a instância cidadã dispõe de um poder evidente, isso sempre acontece por via indireta, a de um questionamento da legitimidade e da credibilidade da instância política. Ela produz discursos de *reivindicação*, quando se trata de protestar contra determinadas medidas (ou omissões) políticas; de *interpelação*, quando se trata de exigir explicações ou atos; e também de *sanção*, quando se trata de eleger ou reeleger representantes do povo. (Ibid. p. 58).

A instância cidadã “define-se, assim, de maneira global diante da instância política em uma relação recíproca de influência, mas de não-governança”. (Ibid., 59). A exemplo da instância política, ela também se compõe de “círculos” diversos, dos quais o autor propõe que se distinga a sociedade civil, “um lugar de pura opinião, que concerne à vida em sociedade, tanto pública quanto privada” (ibid., p. 59) e a sociedade cidadã, que “é uma construção. Ela reúne indivíduos que têm consciência de um papel a desempenhar na organização política da vida social”. (Ibid., p. 60).

No contexto brasileiro, essa instância faz-se presente principalmente nas urnas na escolha dos representantes políticos, mas sua participação é requerida também nos referendos, nos plebiscitos e nos projetos de iniciativa popular, conforme previsto nos incisos I, II e III do Artigo 14 da Constituição Federal, regulamentados pela Lei nº 9.709 de 18 de novembro de 1998. A seguir, os artigos 1º, 2º e 13 da referida Lei, os quais conceituam essas três formas de participação do povo nas decisões políticas do País:

Art. 1º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

[...]

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. (BRASIL, 1998).

A contribuição direta do povo para a criação de leis não é comum no legislativo brasileiro. Prova disso é que, em mais de cem anos de República e de quase trinta anos da Nova Constituição, a Constituição Cidadã, só tivemos dois plebiscitos, um referendo e quatro leis de iniciativa popular. O primeiro plebiscito foi realizado em 1963, sobre o sistema de governo, no qual vigia o parlamentarismo, e teve o presidencialismo como resposta do povo; o segundo, realizado trinta anos após o primeiro, também teve a forma de governo questionada, tendo resposta igual à obtida no primeiro: presidencialismo.

O único referendo que tivemos foi realizado em 2005, sobre a Lei nº 10.826 de 2003, relativa à proibição de venda de armas de fogo e munição. Quanto às leis de iniciativa popular, a instância cidadã também não se faz representar como poderia, pois, até o momento, só temos aprovadas quatro leis que contaram com a iniciativa do povo: a Lei nº 8.930/1994, que trata de crimes hediondos; a Lei nº 9.840/1999, sobre compra de votos; a Lei nº 11.124/2005, sobre o Fundo Nacional de Moradia; a Lei Complementar nº 135/2010, a chamada de “Lei da ficha limpa”.

Além da pouca participação da população com referência aos três incisos do Artigo 45 da Constituição (plebiscito, referendo e iniciativa popular), nem todas as leis de iniciativa do povo podem ser consideradas totalmente de iniciativa popular em decorrência de

coautorias entre essa iniciativa e o Executivo ou o Legislativo, por motivos diversos, como a dificuldade de conseguir o total de assinaturas exigido.

Acreditamos que a presença da instância cidadã nas galerias dos parlamentos exercendo pressão nas decisões relativas a projetos de interesse dos grupos sociais ou de ações de relevância nacional, nas manifestações públicas nas ruas e nos meios de comunicação, principalmente na internet, é uma forma eficiente de atuação dessa instância, pois, dessa forma, ela mostra sua aprovação ou reprovação aos atos praticados por aqueles que dependem de seu voto.

✓ Perfil dos integrantes da instância cidadã brasileira

Traçaremos o perfil dos representantes dessa instância a partir dos mesmos elementos utilizados no perfil dos componentes da instância política: escolaridade, raça, gênero social, faixa etária e religião.

Notícia publicada pela Agência Senado intitulada “TSE indica que maioria do eleitorado é jovem e com baixa escolaridade” responde às questões de escolaridade e de faixa etária:

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que cerca de 60% dos eleitores brasileiros têm menos de 45 anos e se declaram solteiros. Os números revelam ainda que 74% dos 142,8 milhões de cidadãos aptos a votar ainda não concluíram a educação básica e menos de um em cada dez eleitores tem diploma de curso superior. (AGÊNCIA SENADO, 2014).

Quanto ao gênero social, a notícia intitulada “Maioria do eleitorado, mulher soma 30% das candidaturas”, publicada no Portal Notícias do Senado Federal em 29 de agosto de 2014, informa que “o eleitorado feminino chega a 74,5 milhões (52,1%) contra 68,2 milhões de homens (47,8%) – 115 mil eleitores não declararam o sexo”. (JORNAL DO SENADO, 2014).

A raça, conforme a tabela publicada na mesma notícia, é composta de 50,7% de pessoas declaradas pardas (negras), 47,7% brancas, 1,1% amarelas e 0,4% indígenas.

A religião católica prevalece na população brasileira, conforme notícia publicada no Portal do IBGE sobre os resultados do Censo de 2010:

A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8 %, evangélicos não determinados. A pesquisa indica também o aumento do total de espíritas, dos que se declararam sem religião, ainda que em ritmo inferior ao da década anterior, e do conjunto pertencente às outras religiosidades. (BRASIL, 2012).

Podemos afirmar, pelo exposto, que a instância cidadã no Brasil é majoritariamente jovem, de baixa escolaridade, feminina, negra e católica. Percebemos então, considerando os índices da instância política, que o único fator coincidente entre eleitos e eleitores é a religião.

2.1.1.3 A instância midiática

Essa instância, como a cidadã, não se insere na governança. Sua função é unir as outras duas instâncias pelos meios de comunicação de que dispõe. Conforme Charaudeau:

Os atores que compõem a instância midiática estão legitimados de antemão em seu papel de informantes, mas, ao mesmo tempo, estão em busca da credibilidade dos cidadãos (e dos políticos) – o que inscreve essa instância em uma lógica democrática – e de captação do maior número de adeptos, dada sua situação de concorrência com outros órgãos de informação – o que a inscreve em uma lógica de sedução comercial. (CHARAUDEAU, 2008, p. 62).

Ponte entre as duas outras, essa instância atende a situações específicas no ambiente parlamentar uma vez que, além da mídia privada, existe a mídia institucional, cujos principais meios de difusão atualmente são as emissoras de rádio e televisão legislativas, além da internet. Tanto a primeira quanto a segunda são fundamentais para a transparência das ações políticas, já que a publicidade é um dos princípios a serem obedecidos pela administração pública. Conforme o artigo 37 da Constituição Federal, “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, *publicidade* e eficiência”. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Em cumprimento à exigência de publicidade de suas ações, as instituições divulgam seus atos em veículos oficiais. A Câmara dos Deputados, por exemplo, faz suas publicações principalmente no *Diário Oficial da União*, no *Diário da Câmara dos Deputados* e no *Boletim da Câmara dos Deputados*. Dentre as publicações da Câmara no *Diário Oficial* destacam-se, conforme estipulado no Anexo do Decreto Presidencial nº 4.520, de 16 de dezembro de 2002, as “leis e demais atos resultantes do processo legislativo do Congresso Nacional” e “tratados, convenções e outros atos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e os respectivos decretos de promulgação”. Os atos de caráter interno e aqueles relativos a assuntos de pessoal, como também os discursos, têm publicação vetada no *Diário Oficial*. Assim, os atos são publicados no *Boletim da Câmara* e os discursos, reunidos em de

atas, no *Diário da Câmara*¹¹. Além do *Diário*, os discursos são publicados em <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>, tanto reunidos em atas (íntegra das sessões) quanto separados por orador (registros das sessões). Os discursos por orador podem também ser acessados em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>, na opção “discursos proferidos em plenário”.

A publicação na forma escrita não é o único meio de divulgação dos atos da instância política. Eles são veiculados também em áudio e vídeo pela internet, pelas emissoras de rádio e televisão institucionais e, ainda, pelas emissoras privadas. As emissoras de rádio particulares, por exemplo, são obrigadas a transmitir o programa *A voz do Brasil*, de segunda a sexta-feira, entre dezenove e vinte horas. Esse programa, com duração de sessenta minutos divididos entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, começou a ser transmitido em 22 de julho de 1935. (Cf. *Época*, 2010).

Chamamos a atenção para a importância que tem sido dispensada à mídia institucional, principalmente no tocante às TVs legislativas. Atualmente, a maioria das casas de leis, mesmo as municipais, dispõe de meios televisivos para veicular suas sessões. Conforme Azevedo, a mídia institucional no Brasil expandiu-se a partir da instalação da TV Senado no ano de 1996, inspirada no modelo americano de TV legislativa, com o objetivo de dar transparência aos trabalhos do parlamento e promover maior aproximação entre o povo e seus representantes. Na opinião da autora:

Seu advento, a partir de 1996, conferiu transparência à atuação dos senadores, não só para permitir que seus eleitores acompanhem e verifiquem o desempenho que é dado ao mandato parlamentar conferido aos seus representantes, como também permite amplificar os pronunciamentos proferidos da Tribuna para o público brasileiro em geral e os eleitores do Estado representado em particular. (AZEVEDO, 2014, p. 9).

A transmissão dos eventos legislativos pelas emissoras de televisão levou os parlamentares a mudanças de comportamento, como maior frequência às atividades parlamentares, zelo no trajar-se e mais dinamicidade nos discursos. Esse fato é relatado por Azevedo, com relação aos senadores, a partir de depoimentos de servidores ligados à TV Senado. Noleto Filho compartilha da mesma opinião, conforme se verifica no seguinte trecho:

No que tange especialmente ao mundo político, entretanto, as influências de fatores institucionais – isto é, do próprio campo da política institucionalizada, como já abordado no capítulo primeiro – e, também, as que decorrem do tipo de sistema midiático dominante no país e do padrão de jornalismo político praticado, todas elas são menos ou mais condicionadas por um processo que vem sendo chamado de midiaticização da política. Nesse processo os atores são instados a adaptar a sua

¹¹Esses dois veículos podem ser acessados em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>.

atuação e, sobretudo, o seu discurso, a sua linguagem, às demandas e características da mídia, não só em termos de tempo e espaço, mas principalmente tentando adequar-se aos formatos e à lógica operacional dos meios de comunicação. (NOLETO FILHO, 2014, p. 73).

A instância midiática cumpre o papel de informar a instância cidadã a respeito das atividades da instância política, constituindo-se em formadora de opinião por excelência. Mas quantas vezes descobrimos que as notícias não correspondem à realidade ou omitem informações? Afinal, não podemos nos esquecer de que tudo depende do ponto de vista e até dos interesses de quem informa. Diante desse fato, a instância cidadã precisa estar ciente de que não pode acreditar cegamente naquilo que é veiculado pela mídia.

A esse respeito, reproduzimos as seguintes palavras de Charaudeau:

Pode-se dizer que a instância midiática encontra-se em um duplo dispositivo: de *exibição*, que corresponde à sua busca por credibilidade, e de *espetáculo*, que corresponde à sua busca por cooptação. Esta última adquiriu uma posição dominante no circuito de informação a ponto de não se saber mais qual crédito conceder à instância midiática. (CHARAUDEAU, 2008, p. 63).

A credibilidade dessa instância é constantemente questionada, principalmente quando se trata de assuntos políticos. Charaudeau observa, porém, que ela não é um satélite da instância política e “goza de relativa independência, salvo quando controlada pelo poder político, como ocorre em regimes autoritários, ou quando é militante, como é o caso de emissoras particulares ou jornais de partido”. (Ibid., p. 63). Além da imprensa militante e dos jornais de partido, deve-se incluir a imprensa institucional cada dia mais aparelhada que, apesar da seriedade e da competência de seus profissionais, certamente não dispõe de liberdade total sobre os objetos de divulgação.

Apesar da necessidade de filtragem das informações, é inegável a importância da mídia para a formação da consciência da instância cidadã, conforme reconhece Noleto:

[...] mesmo com todas as possíveis ressalvas à sua atuação, em especial quanto à insuficiência de pluralismo, a mídia informativa tem de fato a capacidade de contribuir para reforçar o potencial de escrutínio na sociedade em relação ao desempenho de deputados e senadores, com ênfase na fiscalização do exercício de seus mandatos, e, assim, estaria colaborando para pressionar o Legislativo a atuar responsivamente. (NOLETO FILHO, op. cit., p. 316).

Acreditamos que, mesmo com a diversidade de meios de divulgação, as informações sobre os atos políticos transmitidas pelos órgãos públicos não despertam a atenção da população em geral, tanto por desconhecimento de tais publicações quanto pela dificuldade de acesso aos meios utilizados para veiculação das informações. Assim, as notícias dos atos políticos chegam aos cidadãos graças aos integrantes da mídia privada, que reinterpreta as informações e as transmite nos veículos de grande circulação.

A mídia privada, pelo fato de não estar teoricamente presa a regras e interesses da esfera política, é um instrumento indispensável na construção da consciência cidadã, além de ser uma espécie de freio para os políticos que pretendem manter sua credibilidade diante do povo. As palavras de Pompéo e Martini complementam nossa ideia:

Aproximando e difundindo informações independente de nível ou casta social, a comunicação contemporânea atua como verdadeira aliada na busca pela democracia, cidadania e justiça, uma vez que proporciona combater o esquecimento social, fortalecendo a participação popular como forma de garantia de direitos, fazendo com que se deixe a democracia meramente representativa e se adote um modelo que dá prevalência a aproximação do cidadão à realidade governamental. (POMPÉO; MARTINI, 2012, p. 4).

A influência da mídia na formação de opinião é de tamanha importância que organizações da sociedade civil denunciaram quarenta parlamentares ao Ministério Público por serem sócios de emissoras de rádio e de televisão, conforme matéria publicada no Jornal do Brasil em 24 de novembro de 2015, intitulada “MPF/SP recebe representação contra 40 congressistas por sociedade em emissoras”:

O Ministério Público Federal em São Paulo recebeu nesta segunda-feira (23) representação de 13 organizações da sociedade civil denunciando 40 parlamentares de 19 estados brasileiros que, segundo o Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (Siacco), da Anatel, são sócios/as de emissoras de rádio e televisão no país. As entidades solicitam que o MPF atue para que estas empresas tenham suas licenças canceladas, tendo em vista que a Constituição proíbe que congressistas sejam sócios ou associados de concessionárias de serviços de radiodifusão. (JORNAL DO BRASIL, 2015).

A denúncia apresentada ao Ministério Público foi também tema de matéria dos jornalistas Ricardo Mendonça e Paula Reverbel, publicada em 22 de novembro de 2015, no jornal *Folha de S.Paulo*, sob o título “Ações visam caçar licenças de rádio e TV de 40 congressistas”. As justificativas que os parlamentares apresentaram para a posse das emissoras, conforme a publicação da *Folha*, revelam as seguintes estratégias: a) *denegação*: “Dez afirmaram que não são mais sócios de emissoras ligadas aos seus nomes”; b) *divergência de interpretação*: “sete creem que a legislação permite esse tipo de participação, desde que eles não exerçam funções administrativas nas emissoras”; c) *herança*: “disse que todas são herança de seu pai. ‘Não foram concessões dadas a mim’”; “afirmou que a Difusora de Inhamuns é de sua família ‘há mais de cem anos’”; d) *minimização*: “minha participação é minoritária”; e) *ignorância*: “Desconhecia a legislação e achei que era permitido que um deputado mantivesse a rádio, desde que tivesse sido concedida antes do começo do mandato”; f) *silêncio*: “só comentará quando for notificado”; “não responderam”.

No contexto brasileiro, ultimamente, as oportunidades de verificação das práticas dessas três instâncias são várias. O exemplo maior é representado pelos movimentos em torno do impeachment da Presidenta da República. A partir de problemas identificados na instância

política (Executivo), a instância cidadã, informada pela instância midiática, protagonizou protestos diversos e outras ações, como os pedidos de impeachment da Presidenta, resultando na reação da instância política (Legislativo), que culminou com a abertura do processo de impeachment da Presidenta.

No próximo item, trataremos do cenário em que são encenadas as sessões parlamentares. Os termos “cenário”, “ator”, “encenação” e outros relacionados à arte teatral, os quais julgamos apropriados quando se trata do discurso político, serão usados com base em Goffman que, considerando seu trabalho como “uma espécie de manual que descreve detalhadamente uma perspectiva sociológica a partir da qual é possível estudar a vida social, principalmente aquela que é organizada dentro dos limites físicos de um prédio ou de uma fábrica” (Goffman, 2011, p. 9), compara ações da vida cotidiana a práticas da dramaturgia.

2.1.2 O cenário

O cenário do discurso político pode ser aquele da emissora de televisão ou a mesa da estação de rádio nos debates eleitorais, nas entrevistas ou nas propagandas políticas; o estúdio onde são gravados os discursos de propaganda eleitoral; o palanque montado na praça para o comício de campanha eleitoral; a rua nas campanhas eleitorais corpo a corpo; a tribuna do parlamento nos discursos, nas declarações de votos, enfim, no uso da palavra nas diversas oportunidades de manifestação verbal comuns no ambiente parlamentar.

Goffman classifica cenário como um dos componentes daquilo a que denomina de “fachada” como sendo um “equipamento expressivo de um tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação”. (Ibid., p. 29). Dele fazem parte “a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele”. (Ibid., p. 29).

Continuando sua definição de cenário, o autor informa que ele normalmente é fixo, isto é, os atores vão ao cenário, não ele aos atores:

O cenário tende a permanecer na mesma posição, geograficamente falando, de modo que aqueles que usem determinado cenário como parte de sua representação não possam começar a atuação até que se tenham colocado no lugar adequado e devam terminar a representação ao deixá-lo. (Ibid., p. 29).

A essa definição de cenário juntamos o contexto indicado por Charaudeau (2008) como condição para que um discurso seja considerado político:

Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar. Mas é igualmente verdade que um

enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política, a ponto mesmo de neutralizar o sentido. Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza. (CHARAUDEAU, 2008, p. 39-40).

Vimos, no início deste capítulo, que uma das condições para um discurso ser considerado parlamentar é que ele seja pronunciado no parlamento. Esse local tem configuração específica e dispõe de objetos fixos e móveis que compõem o ambiente propício ao evento. Esses elementos caracterizam aquilo que trataremos como cenário do discurso parlamentar, seguindo a linha de Goffman (2011). Uma vez que nosso foco são os discursos proferidos na Câmara dos Deputados, usaremos o plenário daquela Casa para exemplificação.

✓ O plenário da Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados localiza-se em Brasília, na Praça dos Três Poderes, sede também do Senado Federal. Essas duas casas, a primeira também denominada Câmara Baixa e o segundo chamado de Câmara Alta, formam o Congresso Nacional. Seu plenário¹², denominado Ulysses Guimarães, é maior que o do Senado em virtude de a Câmara comportar maior número de membros (513) que o Senado (81). Em decorrência da disponibilidade de espaço, é nesse plenário que se reúne o Congresso Nacional.

O Plenário Ulysses Guimarães dispõe de acomodações específicas para os parlamentares, os convidados, a imprensa, os profissionais em serviço e os cidadãos, para os quais são disponibilizadas quatrocentas cadeiras na galeria. Salientamos que os ocupantes da galeria têm o direito de assistir às sessões, mas não podem se manifestar, sob pena de serem repreendidos ou mesmo retirados do recinto.

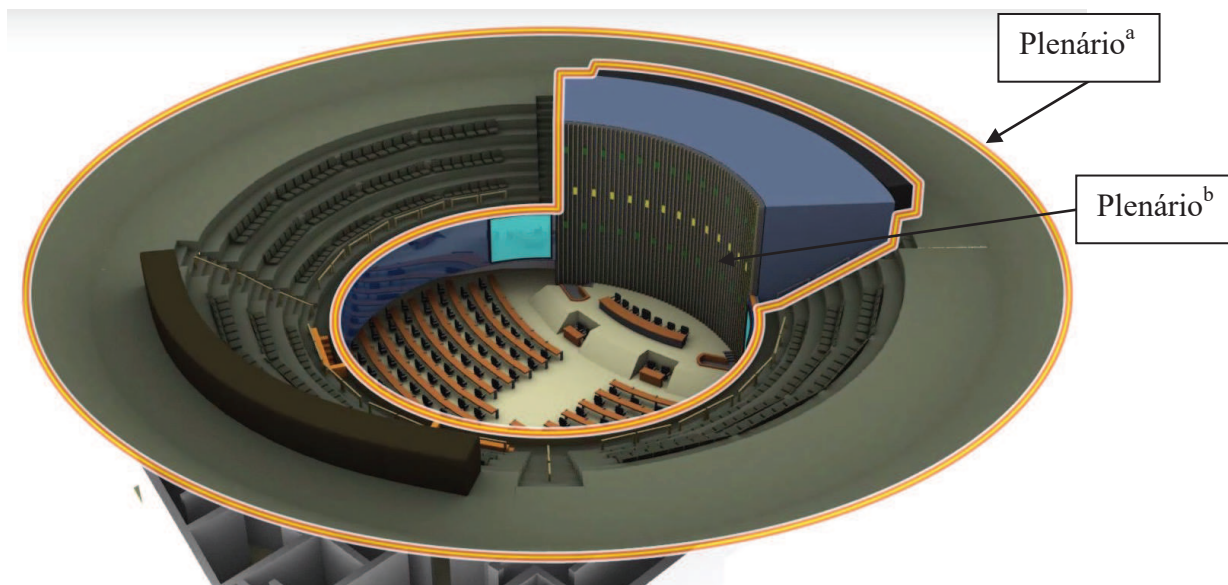
A seguir, apresentaremos esquemas do cenário da Câmara dos Deputados criados a partir de capturas de telas dos vídeos “Por dentro da Câmara”¹³ e “Visita virtual da Câmara dos Deputados”¹⁴.

¹²O termo plenário pode ser entendido em três dimensões: a) o espaço total onde se realizam as sessões, incluindo os locais reservados aos parlamentares, aos convidados, aos cidadãos e aos funcionários que assessoram as sessões; b) o local reservado aos parlamentares, aos ex-parlamentares, aos jornalistas credenciados e aos funcionários da Casa em serviço; c) o conjunto de deputados (representantes da instância política no legislativo). Quando necessário, para clareza, esses termos serão representados com as letras a, b e c sobrescritas após a palavra plenário, da seguinte forma: plenário^a, plenário^b e plenário^c.

¹³Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2223Q5JmfPg&feature=youtu.be>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

¹⁴Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/internet/midias/plen/vvcd/flash/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

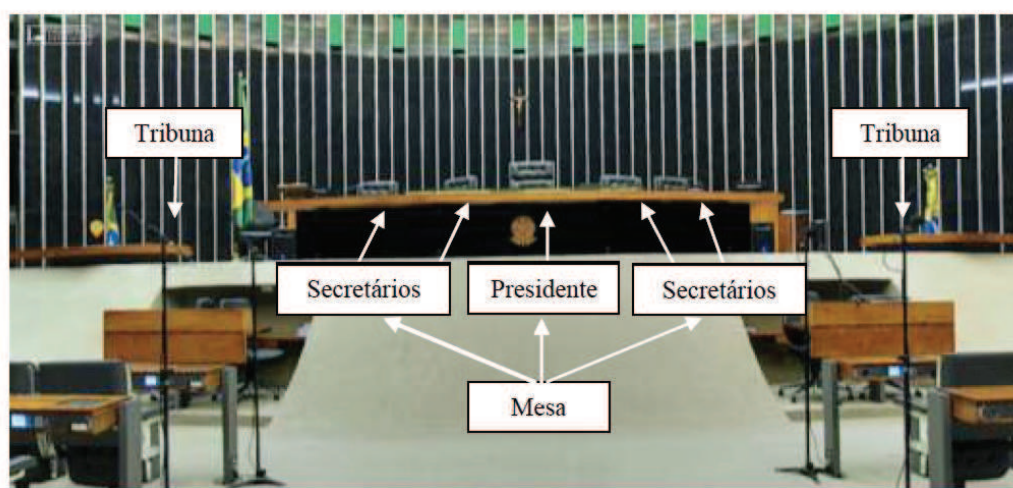
Figura 3 - Esquema geral do plenário da Câmara dos Deputados



Fonte: Por dentro da Câmara (adaptada com as legendas).

O plenário^a compreende o plenário^b e os espaços reservados à equipe de apoio e ao público. O plenário^b é o lugar onde são encenadas as sessões parlamentares, ou melhor, é aquele “que concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 40). Nesse plenário, sobre o palco, temos o espaço destinado à Mesa Diretora (onde ficam o presidente da sessão e quatro secretários) e duas tribunas (de onde os deputados proferem seus discursos).

Figura 4 – Mesa Diretora e tribunas

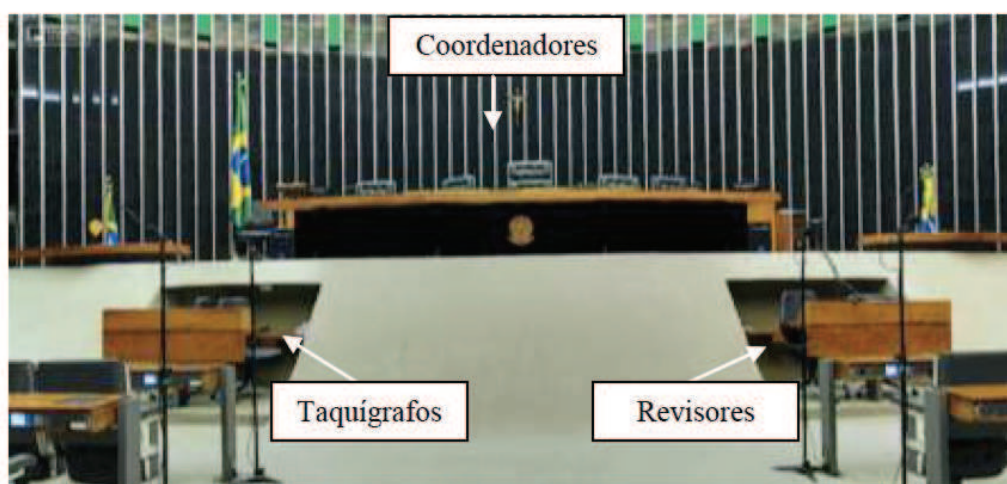


Fonte: Visite a Câmara. Visita virtual (adaptada com as legendas).¹⁵

¹⁵Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/internet/midias/plen/vvcd/flash/index.html>>. Acesso em 10 fev. 2016.

Temos ainda sobre o palco, mas na condição de equipe, atrás da Mesa, os funcionários que organizam as sessões e dão suporte durante a sessão, os quais rotulamos de “coordenadores”. Fora do palco, próximo à mesa, há lugar para uma equipe de servidores envolvidos no andamento dos trabalhos e no seu registro, como os taquígrafos e os revisores.

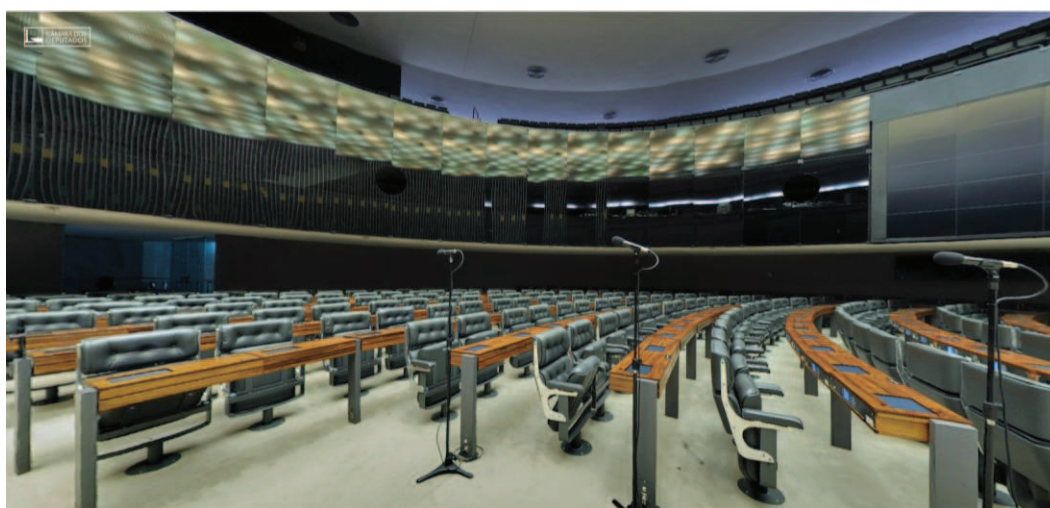
Figura 5 – Equipe (coordenadores, taquígrafos e revisores)



Fonte: Visite a Câmara. Visita virtual (adaptada com as legendas).

Ainda no plenário^b, ficam os assentos para os deputados e os microfones de apartes de onde eles fazem intervenções nos discursos de seus pares ou questionamentos ao presidente da sessão.

Figura 6 – Espaço para os Deputados e microfones de apartes



Fonte: Visite a Câmara. Visita virtual.

O plenário^b é uma espécie de solo sagrado no qual nem todos podem pisar no momento das sessões. Assim, o artigo 77 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados determina:

Art. 77. No recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Deputados e Senadores, os ex-parlamentares, os funcionários da Câmara em serviço local e os jornalistas credenciados.

§ 1º Será também admitido o acesso a parlamentar estrangeiro, desde que no respectivo Parlamento se adote igual medida.

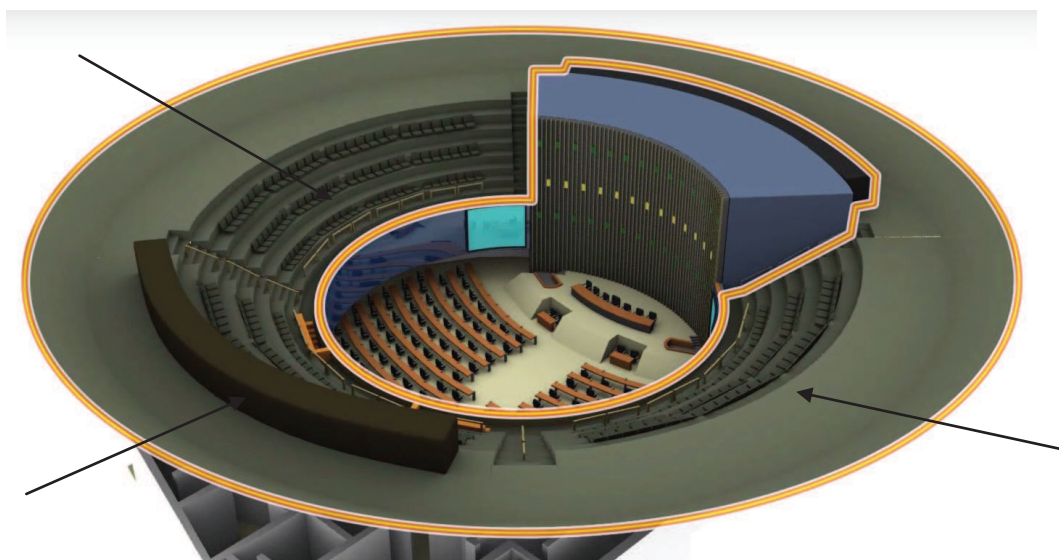
§ 2º Nas sessões solenes, quando permitido o ingresso de autoridades no Plenário, os convites serão feitos de maneira a assegurar, tanto aos convidados como aos Deputados, lugares determinados.

§ 3º Haverá lugares na tribuna de honra reservados para convidados, membros do Corpo Diplomático e jornalistas credenciados.

§ 4º Ao público será franqueado o acesso às galerias circundantes para assistir às sessões, mantendo-se a incomunicabilidade da assistência com o recinto do Plenário. (BRASIL, 2003).

O parágrafo 4º confirma a sacralização desse espaço durante as sessões plenárias e sua concepção como ambiente de encenação, pois o público poderá ver e ouvir os acontecimentos, mas fora dele, como se assistissem a uma peça teatral.

Figura 7 – Galeria



Fonte: Por dentro da Câmara.

Com base em Goffman (2011), podemos afirmar que o cenário parlamentar equipara-se a uma casa teatral, pois o local destinado aos componentes da Mesa e as tribunas de onde discursam os deputados configura-se como um palco; o lugar destinado aos deputados e ao público compõe-se de plateia, de camarotes e de galeria. Podemos acrescentar que as TVs legislativas complementam o cenário, transformando o “ambiente teatral” em “ambiente televisivo”.

A definição de cenário de Goffman aplica-se ao plenário da Câmara dos Deputados, pois é naquele ambiente, com todos os equipamentos específicos e orientadas por um roteiro predefinido, que as sessões são realizadas com data e hora marcadas de acordo com o Artigo 2º do Regimento Interno daquela Casa:

Art. 2º A Câmara dos Deputados reunir-se-á durante as sessões legislativas:
 I - ordinárias, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;
 (Vide Emenda Constitucional nº 50, de 2006)
 II - extraordinárias, quando, com este caráter, for convocado o Congresso Nacional.
 § 1º As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.
 § 2º A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.
 § 3º A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 17 de julho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pelo Congresso Nacional.
 (BRASIL, 2003).

As instâncias geradoras do discurso político, bem como o cenário em que ele se desenrola, são fatores relevantes na construção e na apresentação dos discursos parlamentares, como acabamos de demonstrar. Porém, não podemos nos esquecer das personagens principais desses discursos e como elas se compõem e se apresentam diante do público. Esse é o assunto de que trataremos em seguida.

2.2 OS ATORES DOS DISCURSOS POLÍTICO E PARLAMENTAR

2.2.1 Quem são?

Os atores principais do discurso político são os políticos, assim como os atores do discurso parlamentar são os parlamentares, mas existem outras personagens que devem ser incluídas no rol de atores desses discursos, que são as instâncias política, cidadã e midiática, já que elas personificam-se ao dar voz às ideologias, aos projetos dos partidos e aos anseios do povo. De acordo com van Dijk:

Todos esses grupos e indivíduos, assim como também suas organizações e instituições, podem formar parte do processo político e muitos deles se envolvem ativamente no discurso político.¹⁶ (VAN DIJK, 1999, p. 14, tradução nossa).
 [...]

Além de serem os representantes políticos eleitos e pagos, esta classe de atores é comumente definida como todos os que estão comprometidos na política e realizam ações políticas nas quais se incluem também os ativistas, os negociadores e os grevistas.¹⁷ (Ibid., p. 22, tradução nossa).

Esses atores, para conseguirem a adesão daqueles que lhes interessam, procuram mostrar suas qualidades de diversas formas para a construção da imagem que consideram ideal aos olhos de quem pretendem impressionar, ou seja, constroem seus *ethé* e os mostram tendo em vista seu público alvo: os eleitores.

¹⁶Original: Todos esos grupos e individuos, así como también sus organizaciones e instituciones, pueden formar parte del proceso político, y muchos de ellos se involucran activamente en el discurso político.

¹⁷Original: Además de ser los representantes (“políticos”) elegidos y pagados, esta clase de actores es comúnmente definida como todos los que están “comprometidos en la política” y realizan acciones políticas donde se incluyen también los activistas, negociadores y los huelguistas.

2.2.2 Os *ethé*

Um dos três elementos influenciadores do auditório propostos por Aristóteles é o *ethos*¹⁸, item de destaque no discurso político, já que reflete o “eu” do candidato (diante dos potenciais eleitores) ou do sujeito investido no cargo político (diante do povo). A sua eficácia depende da situação de interação, já que os valores sociais mudam ao longo do tempo e o auditório, mesmo que de uma mesma época, pode ter valores diferenciados. Por essa razão, o detentor da imagem deve sempre procurar adequá-la ao público, conforme recomenda Reboul:

O orador, portanto, não terá o mesmo *ethos* se estiver falando com velhos camponeses ou com adolescentes citadinos. Mas, em todo caso, ele deve preencher as condições mínimas de credibilidade, mostrar-se sensato, sincero e simpático. (REBOUL, 2004, p. 48).

Além do *ethos* individual, também as agremiações políticas constroem sua imagem, representada pelo “nós” que cada partido procura demonstrar nos comportamentos e ideologias que apregoam. Esse “nós” é formado dos vários “eus” componentes do partido que, por sua vez, têm de moldar-se à configuração partidária para a formação da imagem apregoadada pela agremiação.

O *ethos* pode ser construído ao longo da existência do sujeito por meio de experiência profissional e de vida, de herança cultural ou financeira, de comportamento social e de formação cultural, dentre outros, constituindo-se, assim, em um *ethos* pré-discursivo (*ethos* prévio), que “atua fortemente no âmbito da política, em que os políticos em geral buscam encontrar argumentos e fatos que possam desqualificar seus opositores”. (LOUZADA, 2010, p. 309). Ainda conforme a autora:

No que se refere ao discurso político, em especial, a cada nova cena enunciativa, o co-enunciador retoma esse *ethos* prévio e usa-o como um parâmetro, um norteador para realizar a interpretação do discurso que ali se profere. Pode-se dizer que esse *ethos* pré-discursivo pode consistir numa representação prévia de políticos em particular e até mesmo de certos grupos de políticos, tais como os políticos mineiros que, segundo se diz popularmente, “comem quietos”, por exemplo, construindo certos estereótipos sociais. (Ibid., p. 303).

De acordo com Charaudeau (2008), seguidores de Isócrates, de Cícero e dos retóricos da Idade Clássica concebem o *ethos* como um dado pré-existente ao discurso; os partidários de Aristóteles, porém, o inscrevem no ato da enunciação. Em sua opinião:

Desse antagonismo entre os partidários de um *ethos* prévio, que poderia ser chamado pré-discursivo, e os de um *ethos* discursivo, surge a questão do sujeito linguageiro: ele é somente um ser feito de discurso, somente um ser social empírico, ou ambos? E, nesse caso, um teria precedência sobre o outro? Nossa posição é a de que para

¹⁸Os outros dois elementos são o *logos* e o *pathos*.

tratar do *ethos* é preciso considerar esses dois aspectos. (CHARAUDEAU, 2008, p. 114).

O autor fundamenta seu ponto de vista no fato de o *ethos* relacionar-se ao cruzamento de olhares do orador e do auditório e que, para construir a imagem do primeiro, o segundo baseia-se tanto no que conhece sobre o orador quanto naquilo que é dito na cena discursiva. Em suas palavras:

O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. [...] O *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única. De fato, quem pode crer que quando os indivíduos falam, não se toma o que eles dizem pelo que eles são? Como aceitar que a imagem que o sujeito falante faz dele próprio não corresponderia ao que ele é como indivíduo? (Ibid., p. 115-116).

O *ethos* do político, segundo esse autor, precisa ser ao mesmo tempo crível, porque não há político sem que se possa crer em seu poder de fazer, e suporte da identificação da pessoa, pois para aderir às suas ideias é preciso aderir à sua pessoa. Dessa necessidade advêm os *ethé* de *credibilidade* e de *identificação*. O primeiro resulta da “construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo *digno de crédito*” (ibid., p. 119); o segundo tem as imagens “extraídas do afeto social: o cidadão, mediante um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político”. (Ibid., p. 137).

A seguir, uma apresentação resumida dos *ethé* de *credibilidade* e de *identificação*, conforme a proposta de Charaudeau, identificáveis no discurso parlamentar.

2.2.2.1 O *ethos* de credibilidade

A credibilidade é um item essencial para a persuasão e pode ser construída no discurso, conforme indica o seguinte trecho colhido em Aristóteles:

A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito. Confiamos em pessoas de bem de modo mais pleno e mais profundamente do que em outras pessoas, o que é válido geralmente, não importa qual seja a questão, e absolutamente válido quando a certeza exata é impossível e há divergência de opiniões. (ARISTÓTELES, 2013, p. 45).

No discurso político, a credibilidade deve reunir as condições de sinceridade, de desempenho e de eficácia. Para enquadrar-se nessas condições, o sujeito “procura construir para si os *ethé* de *sério*, de *virtuoso* e de *competente*”. (CHARAUDEAU, op.cit., p. 120). Quando esses *ethé* são postos à prova, o orador recorre a discursos de justificação na tentativa de manter sua credibilidade.

✓ O *ethos* de sério

Charaudeau postula que esse *ethos* depende das representações sociais, uma vez que o conceito de seriedade varia de grupo para grupo. Para a sua construção, são usados alguns índices listados pelo autor, dos quais destacamos os verbais, que pressupõem “um tom comedido, sem muitos efeitos oratórios, sem ‘frases de efeito’ que frequentemente desacreditam o sujeito, ainda que suscitem admiração; uma escolha de palavras e de construções simples, apropriadas; uma elocução continuamente serena”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 120-121).

Além desses índices, o autor acrescenta que “esse *ethos* se constrói igualmente com a ajuda de declarações a respeito de si mesmo, sobre as ideias que guiam o político” e que “convém que as propostas apresentadas nas diversas declarações do político não contenham promessas ou compromissos que venham a ser considerados de difícil realização”. (Ibid., p. 121).

✓ O *ethos* de virtude

Assim como o *ethos* de sério, o de virtude também é necessário ao político, pois ele deve servir de exemplo para o povo. Para a construção desse *ethos*, o político precisa demonstrar sinceridade, fidelidade e honestidade. Charaudeau afirma que, “de maneira geral, o *ethos* de ‘virtude’ se faz acompanhar por uma atitude de respeito para com o cidadão: o político deve ser transparente, não deve se valer de embustes, deve ser direto”. (Ibid., p. 134).

✓ O *ethos* de competência

Esse *ethos* pressupõe a manifestação de saber e habilidade pelo político. Para tanto, “ele deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos”. (Ibid., p. 125). Para a composição desse *ethos*, o político pode invocar itens como herança, estudos, funções exercidas ou experiência adquirida.

✓ O discurso de justificação

Esse discurso consiste principalmente da negação de fatos, da invocação de razões superiores ou da alegação de não intencionalidade. Charaudeau considera o uso da justificação uma estratégia importante, mas que deve ser usada com cautela, pois esses

discursos “podem produzir um efeito de ridículo se a justificação se limitar a uma autossatisfação: declarar-se satisfeito com uma situação, com os resultados de uma ação particular, mesmo quando estes são negativos, pode gerar o riso”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 135). Além disso, o esforço pode ser inútil, pois “o discurso de justificação não consegue restabelecer a imagem de credibilidade que foi afetada por declarações infelizes”. (Ibid., p. 136).

2.2.2.2 O *ethos* de identificação

Esse *ethos* é resultado da construção de identidade entre os sujeitos. No discurso político, ela é construída entre o candidato a cargos políticos (legislativo ou executivo) ou os já investidos nesses cargos e o povo. A diversidade de imagens que compõem esse *ethos* torna difícil sua descrição e classificação. Sobre esse fato, Charaudeau afirma:

Tentar descrever e classificar os tipos de imagens que caracterizam o *ethos* de identificação é uma questão delicada. Essas imagens são destinadas a tocar o maior número de indivíduos, e viu-se que esse maior número é heterogêneo e vago do ponto de vista dos imaginários”. (Ibid., p. 137).

Das imagens que caracterizam o *ethos* de identificação do discurso político, Charaudeau destaca os *ethé* de potência, caráter, inteligência, humanidade, chefe e solidariedade.

✓ O *ethos* de potência

O *ethos* de potência é representado por uma espécie de força sobrenatural que dota o indivíduo de capacidades especiais. Para Charaudeau:

O *ethos* de “potência” é visto como uma energia física que emerge das profundezas terrestres, anima e impulsiona os corpos na ação. Ele nos remete à imagem de uma “força da natureza”, força telúrica contra a qual não se pode grande coisa. Esse imaginário não pode ser confundido com o do poder; esse resulta de uma ação coordenada que tem por finalidade a organização da vida coletiva. (Ibid., p. 138).

Esse *ethos* é mais voltado para os homens e relaciona-se tanto às forças corporal (mostrada pela resistência física ou brutal) e verbal (revelada pela capacidade de falar por longas horas ou pelo uso de discursos agressivos) quanto à “potência sexual” (nem não necessariamente declarada: “o *ethos*” de potência pode se exprimir mediante uma figura de *virilidade sexual*, nem sempre explicitamente declarada. É assim que certos políticos constroem uma reputação de “Don Juan”, de alguém que tem aventuras extraconjugais”. (Ibid., p. 138). Ainda nas palavras do autor:

Daí a existência de determinadas versões populistas, na medida em que é exaltado o papel do corpo como prova de verdade, papel que pode ir até às “vias de fato” em manifestações ou comícios, à realização de proezas físicas pessoais, à organização

de comícios com encenações que glorificam a força, a apresentação de si como vociferador pela voz e pelo verbo (“Quando encontro a ralé, eu a olho nos olhos. Eu lhes digo: ‘tenho orgulho de ser francês’, isso incomoda?”) e exercer uma violência verbal (insultos, ameaças ou bravatas) em relação a adversários políticos. (CHARAUDEAU, 2008, p. 138).

Essa versão de *ethos* de potência é apenas uma das possibilidades de demonstração desse *ethos* pois, conforme o autor:

[...] há figuras mais brandas de *ethos* de “potência”, que mostram, por exemplo, sua determinação em agir. Mostra-se que é ativo, presente em todas as frentes, mas de maneira coordenada, quase militar ou esportiva, como as maratonas nas campanhas eleitorais realizada de modo ordenado. (Ibid., p. 139).

✓ O *ethos* de caráter

Esse *ethos* também faz parte do imaginário de força, “mais da força do espírito que da do corpo, como quando se diz que alguém ‘tem caráter’. Isso pode aparecer por meio de diversas figuras”. (Ibid., p. 139). Dessas figuras, o autor lista a *vituperação* e suas variantes (*provocação e polêmica*), a *força tranquila*, a *coragem*, a *firmeza*, o *orgulho* e a *moderação*.

Na *figura de vituperação* inserem-se a provocação, que “é feita com declarações que têm por fim único fazer alguém reagir, a ponto de não se saber jamais se suas manifestações devem ser consideradas reflexos do pensamento daquele que as enuncia” (Ibid., p. 141) e a polêmica, que “aparece, sobretudo, nos debates, pois os debatedores, que são também adversários, encontram-se em uma situação conflituosa uns em relação aos outros, cada qual negando os argumentos de seu oponente”. (Ibid., p. 142).

Com a *figura da força tranquila*, o sujeito mostra-se comedido, cauteloso e discreto:

O *controle de si*, correlato da força tranquila, supostamente denota um caráter equilibrado que não se deixa levar por pequenas coisas, que mantém a cabeça fria em todas as circunstâncias e não se entrega a uma agitação inconsequente, que não faz declarações a todo momento e que se mantém fora da agitação da mídia. (Ibid., p. 143).

Outras figuras que caracterizam esse *ethos* são a *coragem*, que dá a entender ao cidadão que o político que a possui saberá enfrentar adversidades sem enfraquecer e sem ceder à demagogia; o *orgulho*, figura “necessária ao político, pois ela garantiria – ao menos, acredita-se nisso – seu desejo de defender os valores e a integridade identitária de seu povo, até com sacrifício (e às vezes, infelizmente, até o absurdo” (ibid., p. 143); a *firmeza*, uma versão mais atenuada e moral do orgulho; a *moderação*, importante na intermediação nos conflitos. No discurso político, ela “é uma atitude de conveniência tática que visa a desbloquear as situações em conflito a fim de que o acordo seja alcançado”. (Ibid., p. 145).

✓ O *ethos* de inteligência

Esse *ethos* “faz parte dos *ethé* de identificação na medida em que pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim os faz aderir a ele”. (Ibid., p. 145). A sua construção não se faz apenas durante os acontecimentos políticos, mas também pelo seu comportamento no dia a dia, revelando-se aí o *ethos* prévio: “Tratando-se do político, a inteligência é percebida não em função da maneira como ele age durante os acontecimentos políticos, mas também pelo que se pode apreender de seu comportamento em sua vida privada”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 145).

O autor observa que, na construção desse *ethos*, concorrem duas figuras razoavelmente opostas, que são a do “*honnête homme cultivé*, segundo a qual um homem culto não pode ser senão um homem de bem” (ibid., p. 145) e a da *astúcia* ou *malícia*, que pode ser percebida de duas maneiras: positiva, quando relacionada à competência do político para agir em favor do povo; negativa, quando usada para práticas que o favoreçam em detrimento do povo.

No Brasil, temos uma versão do *honnête homme cultivé* na figura dos “homens bons” dentre os quais, no Brasil Colônia, eram selecionados os integrantes das câmaras com a finalidade de servirem de ponte entre a localidade por eles representada e o governo central. Eram os vereadores da época. A composição do *ethos* desses homens não previa um capital cultural, mas financeiro, religioso, étnico e moral para os costumes vigentes naquele período, ou seja, o *ethos* do nosso “homem bom” não se encaixa na categoria de “identificação”, mas na de “credibilidade”, mais precisamente na figura de “sério”. Essas nossas palavras são atestadas por Comissoli:

As Câmaras tinham seus cargos ocupados por indivíduos denominados *homens bons*. Essa designação vaga se referia aos integrantes das elites socioeconômicas locais, que deveriam atender a uma série de requisitos. Ser maior de 25 anos, casado ou emancipado, católico e sem nenhuma “impureza de sangue”, isto é, nenhum tipo de mestiçagem racial. Era necessário que fossem homens de cabedal, o que significava, geralmente, serem proprietários de terra. *Esses indivíduos de reconhecida posição social eram coletivamente chamados de homens bons, ou mais vagamente, povo.* (COMISSOLI, 2008, p. 26, grifo do autor).

A palavra “povo” nesse contexto não guarda exatamente o mesmo significado que tem hoje. Conforme explica o autor, “povo, aqui, remete ao povo político, detentor do privilégio de participar nas eleições para cargos camarários, simultaneamente como eleitores e elegíveis”. (Ibid., p. 26).

✓ O *ethos* de humanidade

O *ethos* de humanidade exige, para sua construção, a demonstração de sentimentos revelados pela compaixão e pela humildade mostrada na capacidade do sujeito de expor seu “eu” diante do outro pela confissão de suas fraquezas e de seus prazeres. A manipulação desses traços do comportamento necessita de cautela, pois “a figura do sentimento é difícil de manipular porque não é necessário que o político passe por fraco: em política, é preciso ‘saber controlar seus sentimentos’” (CHARAUDEAU, 2008, p. 148) e “a figura da confissão é, também, difícil de manipular, pois confessar pode ser igualmente uma marca de fraqueza”. (Ibid., p. 149).

✓ O *ethos* de chefe

Esse *ethos* manifesta-se pelas figuras de *guia* (supremo, pastor e profeta), de *soberano* e de *comandante*. O *guia supremo* é uma figura necessária para a permanência de um grupo social e pode ser originária do grupo (uma pessoa pertencente à comunidade com qualidades que o tornem capaz de conduzir seus companheiros) ou originária de instâncias superiores, isto é, um ser maior, que tudo sabe: “um ser abstrato, uma voz que indica o caminho a seguir, revela um destino, diz como obter a salvação eterna” (ibid., p. 154); o *guia pastor* é aquele que reúne e guia seu rebanho pelo caminho certo, com tranquilidade, rumo à concretização de objetivos de interesse comum. Essas características representam “um condutor de homens que sabe se fazer seguir, do sábio que tem uma vida interior e do homem determinado que sabe aonde vai” (ibid., p. 154); o *guia profeta* é parecido com o guia pastor, com algumas diferenças. Dentre elas está o fato de que o pastor visa ao presente e conduz seu rebanho silenciosamente, enquanto o profeta tem em vista o futuro e guia seu rebanho pela palavra.

A imagem do *chefe soberano* é construída a partir de “discursos que lembram seus valores, de modo a encarnar-se neles” (ibid., p. 157) e também pelas posições que toma diante de situações que lhe são apresentadas:

[...] tomando uma posição *acima do conflito*, o político deve mostrar que não entra no jogo das pequenas querelas politiqueras, que se recusa a polemizar quando é diretamente implicado, de maneira a se dar uma estatura de homem que domina a cena política: não se rebaixar ao nível dos agitadores, não se comprometer em vãs controvérsias, mas, ao contrário, elevar-se acima de tudo que poderia parecer conflitos estéreis. (Ibid., p. 157).

O *chefe comandante* assemelha-se aos outros chefes (guia e soberano), já que “deve ter uma visão clara do que faz a diferença entre o bem e o mal, e, conseqüentemente, ao

dizer-se esclarecido por uma força sobrenatural, indicar a via que segue para combater as forças do mal” (CHARAUDEAU, 2008, p. 159), mas difere deles pela autoridade e agressão que usa na condução de seus comandados, pelo uso da força e não do silêncio ou da palavra.

✓ O *ethos* de solidariedade

O *ethos* de solidariedade é apresentado por aquele que sabe das necessidades do outro, as partilha e se esforça para ajudar a saná-las. Conforme Charaudeau, “a solidariedade caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem ameaçados”. (Ibid., p. 163).

Essas são informações sobre os atores do discurso político parlamentar e suas representações diante do público que consideramos importantes para este trabalho. Na continuação, serão apresentadas informações sobre as sessões parlamentares tendo como base as sessões da Câmara dos Deputados.

2.3 AS SESSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

As sessões da Câmara dos Deputados, conforme o artigo 65 do Regimento Interno, são preparatórias, deliberativas (ordinárias e extraordinárias) e não deliberativas (de debates e solenes):

- Art. 65. As sessões da Câmara dos Deputados serão:
- I - preparatórias, as que precedem a inauguração dos trabalhos do Congresso Nacional na primeira e na terceira sessões legislativas de cada legislatura;
 - II - deliberativas:
 - a) ordinárias, as de qualquer sessão legislativa, realizadas apenas uma vez por dia, de terça a quinta-feira, iniciando-se às quatorze horas;
 - b) extraordinárias, as realizadas em dias ou horas diversos dos prefixados para as ordinárias;
 - III - não deliberativas:
 - a) de debates, as realizadas de forma idêntica às ordinárias, porém sem Ordem do Dia, apenas uma vez às segundas e sextas-feiras, iniciando-se às quatorze horas nas segundas e às nove horas nas sextas-feiras, disciplinando o Presidente da Câmara dos Deputados o tempo que corresponderia à Ordem do Dia, podendo os Líderes delegar a membros de suas bancadas o tempo relativo às Comunicações de Lideranças;
 - b) solenes, as realizadas para grandes comemorações ou para homenagens especiais;
 - IV - (revogado). (*Artigo com redação dada pela Resolução nº 19, de 2012*). (BRASIL, 2003).

Nessas sessões, os parlamentares têm a oportunidade de usar a palavra em várias situações, por diversos motivos, usando seus estilos e seu linguajar, com liberdade garantida no Artigo 53 da Constituição Federal: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (“Caput” do artigo com redação

dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)”. (BRASIL, 1988). Porém, a liberdade prevista na Constituição não isenta os parlamentares de seguirem o ritual imposto pelo Regimentos Internos das casas legislativas para o bom andamento dos trabalhos nem das regras de cortesia previstas no Regimento e daquelas que regulam as interações cotidianas nos diversos contextos sociais. Como observa Piris:

O ritual parlamentar, além de exercer influência sobre o estilo da linguagem, regula a concessão da palavra, bem como determina o tipo de relação que se estabelece entre os participantes da comunicação discursiva, ou seja, determina os lugares enunciativos que devem ser assumidos para a legitimação do discurso. (PIRIS, 2005, p. 77).

Na sequência, serão descritos os rituais e as regras das sessões, conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

2.3.1 O ritual/as regras

O ritual das sessões parlamentares costuma ser pormenorizado nos regimentos internos das casas legislativas e não varia muito de instituição para instituição. Assim, as normas seguidas pelas assembleias legislativas e as câmaras municipais assemelham-se às da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A título de ilustração, transcrevemos o artigo 79 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, referente ao início das sessões daquela Casa.

Art. 79. À hora do início da sessão, os membros da Mesa e os Deputados ocuparão os seus lugares.

§ 1º A Bíblia Sagrada deverá ficar, durante todo o tempo da sessão, sobre a mesa, à disposição de quem dela quiser fazer uso.

§ 2º Achando-se presente na Casa pelo menos a décima parte do número total de Deputados, desprezada a fração, o Presidente declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras:

“Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.”

§ 3º Não se verificando o *quorum* de presença, o Presidente aguardará, durante meia hora, que ele se complete, sendo o retardamento deduzido do tempo destinado ao expediente. Se persistir a falta de número, o Presidente declarará que não pode haver sessão, determinando a atribuição de falta aos ausentes para os efeitos legais. (BRASIL, 2003).

O mesmo Regimento estabelece, além do roteiro das sessões, regras que os parlamentares devem respeitar nesses eventos. O Artigo 73, por exemplo, “para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões”, determina:

a) o silêncio durante as sessões: “II – não será permitida conversação que perturbe a leitura de documento, chamada para votação, comunicações da Mesa, discursos e debates”.

b) o posicionamento físico dos parlamentares no uso da palavra: “III - o Presidente falará sentado, e os demais Deputados, de pé, a não ser que fisicamente

impossibilitados”; “V - ao falar da bancada, o orador em nenhuma hipótese poderá fazê-lo de costas para a Mesa”;

c) quando a palavra pode ser usada: “IV - o orador usará da tribuna à hora do Grande Expediente, nas Comunicações de Lideranças e nas Comunicações Parlamentares, ou durante as discussões, podendo, porém, falar dos microfones de apartes sempre que, no interesse da ordem, o Presidente a isto não se opuser”;

d) condições para uso da palavra: “VI - a nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda, e somente após essa concessão a taquigrafia iniciará o apanhamento do discurso”;

e) a quem as falas devem ser dirigidas: “X - o Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente, ou aos Deputados de modo geral”;

f) a forma de tratamento: “XI - referindo-se, em discurso, a colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor ou de Deputado; quando a ele se dirigir, o Deputado dar-lhe-á o tratamento de Excelência”;

g) a cortesia: “XII - nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República, às instituições nacionais, ou a Chefe de Estado estrangeiro com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas”;

h) o uso dos turnos: “XIII - não se poderá interromper o orador, salvo concessão especial deste para levantar questão de ordem ou para apartear-lo, e no caso de comunicação relevante que o Presidente tiver de fazer”.

A obediência a essas regras é condição para que o parlamentar possa permanecer na tribuna. Caso contrário, podem ser tomadas as seguintes providências:

VII - se o Deputado pretender falar ou permanecer na tribuna antirregimentalmente, o Presidente adverti-lo-á; se, apesar dessa advertência, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;

VIII - sempre que o Presidente der por findo o discurso, os taquígrafos deixarão de registrá-lo;

IX - se o Deputado perturbar a ordem ou o andamento regimental da sessão, o Presidente poderá censurá-lo oralmente ou, conforme a gravidade, promover a aplicação das sanções previstas neste Regimento; (BRASIL, 2003).

Chamamos a atenção para o fato de que esse Artigo não é respeitado em sua totalidade, principalmente no que diz respeito ao Inciso II. Prova desse desrespeito são reclamações de parlamentares de que seus pares não prestam atenção a seus pronunciamentos, como a queixa do então Deputado Clodovil Hernandes na sessão ordinária realizada em 6 de fevereiro de 2007.

O SR. CLODOVIL HERNANDES – [...] Digo aos senhores que a única coisa de que tenho medo – já me fizeram muito medo aqui, como estrangeiro que sou nesta Casa – é da expressão decoro parlamentar. Eu não sei o que é decoro, com um barulho destes enquanto um Deputado fala. Eu não sei o que é decoro, porque aqui parece um mercado! Nós representamos o País! Não entendo por que há tanto barulho enquanto um orador está falando. Nem na televisão, que é popular, fazem isso.

[...]

O SR. CLODOVIL HERNANDES – Eu farei silêncio toda vez que um amigo meu estiver falando, porque fui muito bem-educado. (SESSÃO 002.1.53.O, 6/2/2007)¹⁹.

As consequências da falta de respeito ao Inciso II do Regimento são relatadas por Souza nas seguintes palavras:

Não se trata aqui de criticar tal postura – essa é uma característica do parlamento brasileiro, é uma característica até do povo brasileiro, o qual, em regra, não prioriza os aspectos formais –, mas de constatar que no plenário da Câmara dos Deputados prepondera a informalidade, que gera efeitos, nem sempre positivos, tanto para servidores, que encontram maiores dificuldades para bem realizar suas funções, quanto para deputados especialmente, que às vezes têm dificuldade até para saber o teor da matéria sobre a qual estão deliberando, por causa da azáfama que predomina em algumas sessões. (SOUZA, 2009, p. 13).

Além das normas institucionais, os oradores precisam estar atentos às regras externas, que são aquelas determinadas pela sociedade e vigiadas pelos colegas parlamentares, pela mídia e pelos cidadãos. Essas regras são patentes na questão do comportamento politicamente correto, hoje amplamente difundido, e que terá espaço no próximo capítulo, em que trataremos da (des)cortesia no discurso parlamentar.

O uso da palavra nas sessões da Câmara dos Deputados pode ser exercido em vários momentos e com diversos objetivos, todos previstos no Regimento Interno, como veremos no próximo tópico.

2.3.2 O uso da palavra

As normas para uso da palavra nas sessões da Câmara são pormenorizadas no Regimento Interno. Destacamos as sessões ordinárias como exemplo, por apresentarem maior diversidade de pronunciamentos. Essas sessões são previstas no Artigo 66 do Regimento Interno, com dia e hora estabelecidos: de terça a quinta-feira, iniciando-se às quatorze horas. Têm duração prevista de cinco horas e compreendem: pequeno expediente, com duração de sessenta minutos improrrogáveis; grande expediente, com duração improrrogável de cinquenta minutos; ordem do dia, com duração de três horas prorrogáveis; comunicações parlamentares desde que haja tempo dentro das cinco horas estabelecidas. Nelas, os

¹⁹Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2007/2/V060207.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

parlamentares podem se pronunciar, conforme dispõe o Regimento Interno, com propósitos diversos, todos com tempo estipulado, como segue:

a) *apartes*: como reza o artigo 176 do Regimento Interno, “é a interrupção, breve e oportuna, do orador [que estiver na tribuna] para indagação, ou esclarecimento, relativos à matéria em debate”. Ao fazer o aparte, o orador deverá falar de pé e respeitar as seguintes restrições previstas nesse artigo:

§ 2º Não será admitido aparte:

I - à palavra do Presidente;

II - paralelo a discurso;

III - a parecer oral;

IV - por ocasião do encaminhamento de votação;

V - quando o orador declarar, de modo geral, que não o permite;

VI - quando o orador estiver suscitando questão de ordem, ou falando para reclamação;

VII - nas Comunicações a que se referem o inciso I e § 1º do art. 66. (Inciso com redação adaptada aos termos da Resolução nº 3, de 1991)

§ 3º Os apartes subordinam-se às disposições relativas à discussão, em tudo que lhes for aplicável, e incluem-se no tempo destinado ao orador.

§ 4º Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais.

§ 5º Os apartes só serão sujeitos a revisão do autor se permitida pelo orador, que não poderá modificá-los. (BRASIL, 2003).

O parágrafo 5º revela uma prática comum nas casas legislativas que é a alteração de discursos pelo orador para a reprodução na forma escrita. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, os deputados podem retirar seus discursos para revisão e, feitas as alterações, devolvê-los para publicação. Consideramos essa prática nociva, pois os discursos parlamentares constroem a história do país e sua alteração implica o falseamento da história e dos *ethés* de seus protagonistas. Além disso, os discursos na forma impressa podem ser requeridos para ações judiciais e, nesse caso, fica comprometida sua validade. Também apostamos na inutilidade de tais revisões atualmente, diante do fato de que os áudios dos discursos são disponibilizados na internet e podem ser ouvidos e baixados por qualquer indivíduo.

b) *breves comunicações*: regulamentadas pelo artigo 81 do Regimento Interno, essas comunicações são feitas durante o Pequeno Expediente, por no máximo cinco minutos, sem apartes. Conforme o Glossário da Câmara, são “pequenos discursos realizados na primeira fase das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados, também chamados de discursos de Pequeno Expediente”.

c) *comunicações de liderança*: regulamentadas pelo artigo 89 do Regimento Interno, essas comunicações podem ser feitas a qualquer momento da sessão, pelos líderes, por tempo proporcional ao número de membros de suas bancadas, entre três e dez minutos,

sem apartes. O líder do governo dispõe de mais tempo para falar, já que seu tempo é a média daquele reservado à Maioria e à Minoria²⁰.

d) *comunicações parlamentares*: regulamentadas pelo artigo 90 do Regimento Interno, essas comunicações são feitas após o encerramento da Ordem do Dia quando a sessão termina antes das dezenove horas, após a votação de todas as matérias, por no máximo 10 minutos, por oradores indicados pelas lideranças partidárias para pequenos pronunciamentos.

e) *encaminhamento de votação*: regulamentado pelo Artigo 192 do Regimento Interno, é o pronunciamento a favor ou contra determinada matéria, pelo prazo de cinco minutos, logo após o anúncio da votação.

f) *questões de ordem*: regulamentadas pelo artigo 95 do Regimento Interno, não podem exceder a três minutos, têm de se relacionar à interpretação do Regimento Interno e respeitar ao disposto em dez parágrafos desse artigo, dos quais realçamos o décimo para mostrar a importância dessas questões na ordenação dos trabalhos parlamentares:

§ 10. As decisões sobre questão de ordem serão registradas e indexadas em livro especial, a que se dará anualmente ampla divulgação; a Mesa elaborará projeto de resolução propondo, se for o caso, as alterações regimentais delas decorrentes, para apreciação em tempo hábil, antes de findo o biênio. (BRASIL, 2003).

Apesar de o Regimento Interno ser teoricamente rígido quanto às questões de ordem, alguns parágrafos não costumam ser respeitados quando os deputados pretendem obstruir os trabalhos, dentre eles os seguintes:

§ 1º Durante a Ordem do Dia só poderá ser levantada questão de ordem atinente diretamente à matéria que nela figure;

[...]

§ 4º A questão de ordem deve ser objetiva, claramente formulada, com a indicação precisa das disposições regimentais ou constitucionais cuja observância se pretenda elucidar, e referir-se à matéria tratada na ocasião. (Ibid.).

Além de fugirem ao assunto tratado, os parlamentos costumam revezar-se nas mesmas questões, com as mesmas palavras ou não, quando pretendem dificultar o andamento das sessões. Essa prática é registrada na 31ª Sessão do Congresso Nacional, realizada em 2 de dezembro de 2014, em que o Deputado Henrique Fontana apela aos deputados para que não repitam questões de ordem.

A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é no seguinte sentido: como há uma disputa de obstrução – ela é pública –, eu peço a V.Exa. e, evidentemente, à

²⁰Conforme o *Glossário da Câmara*, “constitui a Maioria o partido político ou bloco parlamentar integrado pela maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa. Se nenhuma representação atingir a maioria absoluta, assume as funções regimentais e constitucionais da Maioria o partido ou bloco parlamentar com o maior número de representantes”. A Minoria, segundo o mesmo glossário, é a “representação partidária que, sendo a segunda em número de membros, em relação ao Governo, expresse posição diversa da maioria”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/glossario>>. Acesso em: 6 dez. 2015.

Oposição que não sejam reproduzidas três, quatro, cinco, seis questões de ordem com o mesmo teor das que V.Exa. respondeu, porque nós temos quórum, o que certamente é difícil de ser atingido. (SESSÃO 031.4.4.N, 2/12/2014)²¹.

A decisão sobre as questões de ordem é tomada pelo presidente da sessão em curso e não pode ser contestada pelos deputados na mesma sessão, como expresso no Regimento Interno: “§ 6º Depois de falar somente o Autor e outro Deputado que contra-argunte, a questão de ordem será resolvida pelo Presidente da sessão, não sendo lícito ao Deputado opor-se à decisão ou criticá-la na sessão em que for proferida”. (BRASIL, 2003).

g) *As reclamações*: regulamentadas pelo artigo 96 do Regimento Interno, assemelham-se às questões de ordem e são regidas pelos primeiros sete parágrafos que normatizam essas últimas. A diferença é que as reclamações podem ser relativas a serviços administrativos da Casa.

h) *Temas diversos*: discursos proferidos no Grande Expediente, por vinte e cinco minutos, incluídos os apartes, que são descontados do tempo dos oradores. A seleção para uso da palavra nesse espaço é feita por sorteio eletrônico e cada deputado só pode falar no máximo três vezes a cada semestre.

Essas são as modalidades de fala correntes no discurso parlamentar, todas com normas e objetivos específicos, nas quais os membros do parlamento podem fazer uso da palavra.

2.4 SÍNTESE

Este capítulo teve, como foco, o discurso político parlamentar, considerando-o como um dos gêneros do discurso político. Com base em trabalhos de estudiosos do discurso político e do discurso parlamentar e também em manuais de casas legislativas, evidenciamos os seguintes aspectos influenciadores ou intervenientes do discurso parlamentar: a) as instâncias (política, cidadã e midiática) em que são gestados e encenados o discurso político e o discurso parlamentar, no tocante ao perfil de seus componentes e ao papel dessas instâncias na política brasileira; b) o cenário em que ocorrem os discursos políticos, principalmente o discurso parlamentar, tendo como exemplo o plenário da Câmara dos Deputados; c) os atores do discurso parlamentar e suas imagens, tendo em vista a credibilidade que tentam demonstrar aos eleitores e a identificação que procuram manter com eles; d) os rituais das sessões das

²¹Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/conjuntas/2014/12/cn0212141824.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

parlamentares da Câmara dos Deputados e as regras a que são submetidos os oradores no uso da palavra nessas sessões.

No próximo capítulo, cuidaremos das questões de face, cortesia e descortesia, tendo em vista o discurso parlamentar.

3 FACE E CORTESIA LINGUÍSTICA

3.1 FACE

O presente capítulo fundamenta-se principalmente nos trabalhos de Erving Goffman que, em seus estudos sobre o comportamento humano, introduziu o termo “face”, conceituado-o como “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico”. (GOFFMAN, 1980, p. 76-78).

A face pode ser elaborada, mantida, protegida, perdida, salva. A elaboração consiste nas “ações através das quais uma pessoa é capaz de tornar qualquer coisa que esteja fazendo consistente com a face” (ibid., p. 82) e é, também, um instrumento de promoção do equilíbrio nas interações, pois “serve para contrabalançar ‘incidentes’ – isto é, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a face”. (Ibid., p. 82).

Uma forma de elaboração que sobressai nas interações é o *aplomb*, considerado pelo autor como “um tipo importante de elaboração de face, pois permite à pessoa controlar seu embaraço e, como consequência, o embaraço que o mesmo provoca nela e nas outras pessoas”. (Ibid., p. 82-83). O autor justifica o uso de *aplomb* com as seguintes palavras: “Empregarei o termo *aplomb*, seguindo o uso que comumente dele se faz, para me referir à capacidade de suprimir e ocultar qualquer tendência a ficar envergonhado (*shamefaced*) durante encontros com outros”. (Ibid., p. 79-80).

As definições do *Grande Dicionário Houaiss Beta da Língua Portuguesa* (daqui por diante denominado *Dicionário Houaiss*) para *aplomb* chamaram a nossa atenção em virtude do momento político em que vivemos e das características de nosso *corpus*: “grande autoconfiança; naturalidade verbal e gestual” ou, de forma pejorativa, “confiança exagerada em si mesmo; arrogância”. O exemplo fornecido pelo Dicionário é revelador: “O *aplomb* do político condenado por corrupção era afrontoso”.

Quanto à manutenção da face, “pode-se dizer que uma pessoa *tem, está em, ou mantém* uma face quando a linha que efetivamente segue apresenta uma imagem de si mesma internamente consistente, apoiada por julgamento e evidência transmitidos pelos outros participantes e confirmada por evidência transmitida através de agências impessoais na situação”. (GOFFMAN, op. cit., p. 77-78).

As práticas do indivíduo fora da interação em curso, em outros espaços ou em outros momentos, contam para a manutenção de sua face. Goffman afirma isso nas seguintes palavras:

Enquanto a preocupação com a face focaliza a atenção da pessoa na atividade presente, para manter a face nesta atividade é necessário levar em consideração o lugar ocupado no mundo social mais amplo. Uma pessoa que consegue manter a face na situação presente é alguém que, no passado, se absteve de certas ações que, mais tarde, teria dificuldade de enfrentar. (GOFFMAN, 1980, p. 78).

A perda da face relaciona-se a situações em que o indivíduo é exposto a fatores que podem lhe trazer constrangimentos, como se constata na definição de Goffman para a expressão “perder a face”: “Na nossa sociedade anglo-americana, como em algumas outras, a expressão ‘perder a face’ parece significar estar na face errada, estar fora de face ou envergonhado (*shamefaced*)”. (Ibid., p. 80).

Quando se perde a face, resta salvá-la (ou tentar fazer isso). O autor observa que “a expressão ‘salvar a face’ parece se referir ao processo pelo qual a pessoa sustenta, para os outros, a impressão de não ter perdido a face”. (Ibid., p. 80). O salvamento de face pode ser efetivado tanto pelo indivíduo que a perdeu como pelos seus parceiros de interação ou, ainda, por terceiros:

Da mesma forma que se espera que qualquer membro de um grupo tenha autorrespeito, espera-se que ele sustente um padrão de consideração; espera-se um certo esforço de sua parte para salvar os sentimentos e a face de outros presentes, e que o faça voluntária e espontaneamente devido à identificação emocional com os outros e com seus sentimentos, mostrando-se, em consequência disso, pouco inclinado a testemunhar o desfiguramento (*defacement*) dos outros”. (Ibid., p. 81).

[...]

Sempre que há uma ameaça à face, uma elaboração deve ser feita; no entanto, é de importância secundária se a mesma é iniciada e levada a cabo primariamente pela pessoa cuja face foi ameaçada, pelo ofensor, ou por uma mera testemunha. (Ibid., p. 93).

O indivíduo, tendo em conta que deve não apenas proteger sua face mas também a do seu interlocutor, envolve-se em dois tipos de ação: uma defensiva, com vistas ao salvamento de sua própria face; outra, protetora, no intuito de salvar a face do interlocutor. Por isso, “algumas práticas serão primariamente defensivas e outras primariamente protetoras, embora, geralmente, as duas perspectivas tendam a coexistir”. (Ibid., p. 84). Porém, deve haver cautela nessas ações pois, “ao tentar salvar a face de outros, deve-se escolher uma ação que não leve à perda da própria face; ao tentar salvar a própria face, deve-se considerar a perda de face que esta ação possa acarretar nos outros”. (Ibid., p. 84).

O autor observa que “o modo mais seguro de se evitar ameaças à própria face é evitar contatos nos quais exista a probabilidade de ocorrência de tais ameaças”. (Ibid., p. 84). Como os confrontos nem sempre podem ser evitados, são usados procedimentos corretivos ou amenizadores dos embaraços causados por situações indesejáveis e inesperadas. A seguir, algumas observações de Goffman sobre procedimentos a serem adotados na manutenção da face, numerados por nós para efeito didático:

1. A pessoa mostra-se respeitosa e polida, não deixando de estender a outros o tratamento cerimonial que lhes possa ser devido.
2. Emprega discrição; deixa de expor fatos que poderiam implícita ou explicitamente contradizer e embaraçar as reivindicações positivas feitas por outros.
3. Emprega circunlóquios e artifícios, construindo suas respostas com cuidadosa ambiguidade a fim de preservar a face dos outros, mesmo que não seja possível preservar seu bem-estar.
4. Emprega cortesias, faz ligeiras modificações nas exigências feitas aos outros e na apreciação dos outros de tal forma que estes sejam capazes de definir a situação como uma situação na qual seu autorrespeito não é ameaçado.
5. Ao fazer-lhes exigências depreciativas ou imputar-lhes atributos desagradáveis, pode fazê-lo de maneira jocosa, permitindo que sigam a linha segundo a qual são pessoas que não perdem a esportiva, capazes de relaxar seus padrões habituais de orgulho e honra.
6. E, antes de se encetar um ato potencialmente ofensivo, podem-se fornecer explanações de como e por que os outros não deveriam ver-se afrontados pelo mesmo. (GOFFMAN, 1980, p. 85-86).

Os processos corretivos são chamados à ação quando não é possível evitar as ameaças que não podem ser ignoradas. Nesse caso, “os participantes tendem a dar-lhe o *status* acreditado de incidente – para ratificá-lo como uma ameaça que merece atenção oficial direta – e tentar corrigir seus efeitos”. (Ibid., p. 87). Na tentativa de correção dos efeitos de uma ameaça podem ocorrer os seguintes movimentos:

- desafio: “pelo qual participantes tomam a responsabilidade de chamar atenção para a conduta desviada; sugerem, por implicação, que as reivindicações ameaçadas devem permanecer firmes e que o evento ameaçador deve ser trazido de volta à linha” (ibid., p. 88);
- oferta: “pela qual é dada a um participante, tipicamente o ofensor, uma chance de corrigir a ofensa e restabelecer a ordem expressiva”, que pode ocorrer na forma de compensação ao ofendido ou de castigo para o ofensor” (ibid., p. 88);
- aceitação: “as pessoas às quais é feita a oferta podem aceitá-la como uma forma satisfatória de restabelecer a ordem expressiva e as faces apoiadas por esta ordem. Somente depois disto é que o ofensor pode fazer cessar a maior parte de sua oferta ritual” (ibid., p. 89);
- agradecimento: “no movimento terminal do intercâmbio, a pessoa perdoada transmite um sinal de gratidão àqueles que lhe deram a indulgência do perdão” (ibid., p. 89).

As quatro fases indicadas por Goffman para a correção de uma ameaça (desafio, oferta, aceitação e agradecimento) podem não ser concretizadas satisfatoriamente em virtude da não aceitação do desafio ou da oferta. Uma dificuldade da concretização dessas

fases é representada pela insistência do desafiado no processo ofensivo e pode acarretar medidas drásticas por parte dos desafiadores:

Um importante afastamento do ciclo corretivo padrão ocorre quando um ofensor desafiado patentemente se recusa a considerar a admoestação e dá prosseguimento a seu comportamento ofensivo, em vez de corrigi-lo. Este movimento faz com que o jogo retorne às mãos dos desafiadores. (GOFFMAN, 1980, p. 90).

Afrontados, os desafiadores podem tomar atitudes de retaliação que atinjam a si próprios ou ao ofensor ou, ainda, retirar-se do evento em mostra de desaprovação. Nas palavras do autor:

Existem alguns movimentos clássicos que podem ser feitos com o intuito de evitar esse desenlace. Por exemplo, os desafiadores podem fazer uso de uma retaliação violenta e rude, ou destruindo a si próprios ou às pessoas que se recusam a levar em consideração sua admoestação. Ou podem retirar-se da empresa visivelmente ofendidos – justamente indignados, ultrajados, mas confiantes na vitória final. (Ibid., p. 90).

Ciente das consequências da desobediência às admoestações de seus parceiros, geralmente o ofensor não tarda em aceitar o desafio e entrar na linha. Como observa Goffman (Ibid., p. 90), “ambas as estratégias são maneira de salvaguardar a face; porém, geralmente custam caro para todos os envolvidos. É parcialmente para evitar tais cenas que, em geral, o ofensor oferece logo suas desculpas”. (Ibid., p. 90).

Além dos processos de evitação e de correção, podem ser utilizados processos de pontualização, que se constituem no uso de estratégias agressivas para a elaboração da face. Essa prática, porém, deve ser usada com cautela, pois “toda prática de salvar a face que consegue neutralizar uma ameaça específica abre a possibilidade de a ameaça ser introduzida pelos benefícios que pode trazer”. (Ibid., p. 91). Ainda, como adverte o autor:

Pontos feitos por alusão a *status* de classe social são, às vezes, chamados de afronta; os conseguidos através de alusões à respeitabilidade moral são às vezes chamados de alfinetadas; em ambos os casos está-se lidando com uma capacidade que pode ser descrita como malevolência. (Ibid., p. 92).

Nas interações sociais, os cumprimentos e as despedidas são formas essenciais de elaboração da face. Nos primeiros, revelam-se tanto a face do locutor quanto a imagem que ele tem de seu interlocutor e colaboram para a harmonia, mesmo que temporária, entre os interlocutores. É o que afirma o autor nos seguintes termos:

Os cumprimentos são um modo de mostrar que a relação ainda é o que era quando do término da co-participação anterior, e, o que é típico, que esta relação envolve uma supressão de hostilidade suficiente para que os participantes deixem cair, temporariamente, suas defesas, e conversem. (Ibid., p. 104).

As despedidas, por seu turno, garantem a possibilidade de harmonia nos próximos eventos e colaboram, assim, para a continuidade do trabalho de face, uma vez que elas

“resumem o efeito do encontro sobre a relação e mostram o que os participantes podem esperar um do outro quando se encontrarem da próxima vez”. (GOFFMAN, 1980, p. 104).

Até aqui, vimos que cada indivíduo procura manter sua face e a do outro (presente ou ausente) para manter a concórdia. Entretanto, a preservação da face pode não depender apenas do indivíduo, mas da comunidade à qual ele pertence ou é submetido:

O fato de cada um dos membros garantir seu apoio a uma dada face para os outros membros em uma dada situação parece ser uma obrigação característica de muitas relações sociais. Portanto, para impedir o rompimento de tais relações é necessário que cada membro evite destruir a face dos outros. Ao mesmo tempo, muitas vezes é a relação social que a pessoa mantém com outras que a leva a participar de certos encontros com elas, nos quais, incidentalmente, dependerá delas para apoiar sua face. Além disso, em muitas relações os membros chegam a partilhar uma face, de tal forma que, na presença de terceiros, um ato impróprio cometido por um dos membros torna-se fonte de um grande embaraço para todos os outros. Uma relação social, então, pode ser vista como um modo pelo qual a pessoa é forçada a confiar sua autoimagem e sua face ao tato e à boa conduta de outros. (Ibid., p. 104-105).

O conceito de face idealizado por Goffman foi apropriado por estudiosos de diversos ramos do saber. No campo da linguística, *Politeness: some universals in language usage* (Brown e Levinson), um dos textos basilares deste capítulo, é exemplo da apropriação do termo e de sua aplicação aos estudos da cortesia. Os autores confirmam esse fato na explicação de sua noção de face: “Nossa noção de ‘face’ deriva daquela de Goffman (1967) e do termo do folclore inglês, que liga face a noções de estar embaraçado ou humilhado, ou “perdendo a face”²². (BROWN; LEVINSON, 1996, p. 61, tradução nossa).

A face é uma característica do indivíduo e pode ser perdida, mantida ou realçada a qualquer momento, daí a necessidade de vigília constante durante uma interação para evitar sua perda. A manutenção deve ser buscada tanto pelo locutor quanto pelo interlocutor, tendo em vista sua vulnerabilidade. Nas palavras dos autores:

[...] face é algo emocionalmente investido e que pode ser perdido, mantido, ou realçado, e deve ser constantemente observado na interação. Em geral, a pessoa coopera (e assume a cooperação de cada um) na manutenção da face durante a interação, tal cooperação sendo baseada na vulnerabilidade mútua da face.²³ (Ibid., p. 61, tradução nossa).

De fato, a colaboração do interlocutor na manutenção da face é uma condição essencial na interação, pois, “dado que face consiste em uma série de desejos que podem ser satisfeitos apenas pela ação de outros, em geral será de mútuo interesse de duas MPs [pessoas

²²Original: Our notion of ‘face’ is derived from that of Goffman (1967) and from the English folk term, which ties face up with notions of being embarrassed or humiliated, or ‘losing face’.

²³Original: [...] face is something that is emotionally invested, and that can be lost, maintained, or enhanced, and must be constantly attended to in interaction. In general, people cooperate (and assume each other’s cooperation) in maintain face in interaction, such cooperation being based on the mutual vulnerability of face.

modelo] manterem reciprocamente suas faces”²⁴. (BROWN; LEVINSON, 1996, p. 59, tradução nossa).

Findas essas considerações sobre face, as quais julgamos suficientes para o nosso trabalho, passaremos a tratar da cortesia linguística, teoria originária dos conceitos de face.

3.2 CORTESIA LINGUÍSTICA

Iniciamos esta seção a partir da definição do que se considera “cortesia”. Muitos são os autores que se encarregaram dessa tarefa, portanto, não nos compete conceituar o termo, mas arrolar definições fornecidas por alguns desses estudiosos, como Fávero e Andrade (2015, p. 103): “a cortesia pode ser concebida como um conjunto de normas sociais que cada comunidade estabelece para regular o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes às normas”; Leite (2008, p. 62): “A cortesia é um comportamento marcado socialmente. Isto é, há atitudes que são avaliadas positivamente como corteses e próprias de gente civilizada, que tem conhecimento das boas maneiras”; Preti (2008, p. 217): “Podemos entender a cortesia como um conjunto de normas de natureza social que se manifesta, entre outras formas, por meio da linguagem. Cada sociedade possui determinadas normas que funcionam como atos de cortesia e alguns deles têm caráter universal”; Rodrigues (2003, p. 13): “expressão que designa tanto os fenômenos verbais de cortesia e as suas regras, como, pela sua ausência ou negação, os de descortesia. Designa também a teoria linguística que os estuda”.

Além da definição do termo, também cabe uma justificativa sobre seu uso neste trabalho. Os textos pioneiros dos estudos da cortesia usam as palavras “politeness” em inglês e “politesse” em francês, correspondentes a “polidez” em português, mas verificamos uma grande incidência do termo cortesia nos textos de portugueses, de espanhóis e de brasileiros, usados na mesma acepção em que os outros autores usam “polidez”, o que nos levou à dúvida sobre o termo a ser usado.

Em nossas leituras, verificamos que alguns autores consideram polidez e cortesia como sinônimos, enquanto outros lhes atribuem conceitos diferentes. Dentre os autores que defendem a diferença entre cortesia e polidez estão Villaça e Bentes (2008), que dedicam o primeiro item de seu artigo à discussão sobre a diferença entre esses dois conceitos. Quanto à polidez, as autoras afirmam:

²⁴Original: given that face consists in a set of wants satisfiable only by the actions of others, it will in general be to the mutual interest of two MPs to maintain each other's face.

[...] defendemos a posição de que a polidez está mais ligada às normas, convenções e princípios gerais que presidem a interação pela linguagem em dada cultura, em dada sociedade. Isto é, a polidez é uma prática regida por convenções sociais de natureza mais geral impostas ao contrato conversacional, como os princípios de tomada de turnos na conversação, as formas de tratamento (sujeitas às condições específicas de cada cultura), as estratégias de preservação da face etc., de modo que tem mais a ver com educação, *savoir faire*, obediência às regras gerais da interação social. (VILLAÇA; BENTES, 2008, p. 29).

Sobre a cortesia, as autoras afirmam o seguinte:

[...] a cortesia, dentre outros aspectos, estaria relacionada a uma tomada de atitude por parte do indivíduo que leve ao reconhecimento de sua distinção em relação ao outro. Neste sentido, o comportamento cortês, atualmente, seria menos ritualmente determinado e mais ligado às instâncias subjetivas da interação, aos tipos de relações que emergencialmente (Bourdieu, 1985; Hanks, 1996²⁵) podem ser estabelecidas entre os interlocutores, bem como ligado aos próprios interlocutores, variando também, como a polidez, de cultura para cultura. (Ibid., p. 31).

Hilgert (2008), por seu turno, defende a sinonímia dos termos:

De acordo com o senso comum, é cortês o indivíduo que trata os outros com delicadeza, amabilidade, urbanidade; que os cumprimenta, elogia, lhes faz reverência. Por essas mesmas características no convívio humano também se diz que as pessoas são polidas. Na prática, portanto, cortesia e polidez são sinônimos, embora etimologicamente recebam explicações distintas. (Ibid., p. 134).

A abundância de textos lidos nos quais se verifica o emprego de cortesia como sinônimo de polidez, mesmo que não explicitamente informado, reforçada pelas palavras de Hilgert anteriormente transcritas, nos inclinou a optar pelo primeiro termo, cuja decisão concretizou-se com a informação de Rodrigues:

Tomamos aqui cortesia como arquilexema que recobre sentidos expressos também por termos como boa educação, boas maneiras, bons modos, bom tom, cavalheirismo, cerimônia, civilidade, civismo, comedimento, conveniência, deferência, delicadeza, etiqueta, homenagem, honraria, modéstia, polidez, respeito, reverência, protocolo, tato, urbanidade, etc. (RODRIGUES, 2003, p. 13).

A opção de Silva também corroborou a nossa decisão, pois, da mesma forma que Rodrigues, usa cortesia como hiperônimo de polidez e justifica tal uso com as seguintes palavras: “usamos, neste trabalho, o termo cortesia recobrindo sentidos expressos por outros vocábulos, como *boa educação, boas maneiras, deferência, polidez, respeito, reverencia*, entre outros”. (SILVA, 2008, p. 159, grifo do autor).

Justificado o uso do termo cortesia neste trabalho, faremos um percurso sobre alguns estudos que tratam do assunto.

²⁵As autoras referem-se a BOURDIEU, P. The social space and the Genesis of groups. *Social science information*. 24, 2, 1985, p. 195-220 e a HANKS, W.F. *Language and communicative practices*. Boulder, Colorado: Westview, 1996.

3.2.1 Uma teoria

A teoria objeto desta seção é a de Brown e Levinson (1996), fundamental para qualquer pesquisa que verse sobre os atos de cortesia. *Face* e *racionalidade*²⁶ como propriedades inerentes a todo ser humano apto à comunicação (pessoa modelo = *MP*), tendo em conta as variações de cada cultura, são dois elementos chave no desenvolvimento da teoria desses autores. Para eles, toda pessoa modelo é um agente racional e possui duas faces: uma positiva e outra negativa²⁷. Desse modo, há sempre quatro faces em jogo na interação, isto é, as faces positiva e negativa do locutor e as faces positiva e negativa do interlocutor. Partindo do princípio de que toda interação verbal é um ambiente propício à ameaça de faces, os autores propõem o conceito de *face threatening acts* (atos ameaçadores da face), representados pela sigla FTAs. Esses atos podem ser praticados:

i) explicitamente (*on record*): a) FTA sem ação reparadora, de forma direta (*baldly*); b) FTA com ação reparadora, pelo uso de estratégias de cortesia positiva: “Você deve estar com fome. Faz bastante tempo que tomamos café. Que tal almoçarmos?” (ibid., p. 103) ou negativa: “Você poderia, por favor, passar o sal?”. (Ibid., p. 133);

ii) implicitamente (*off record*): FTA de forma indireta: “Está frio aqui (Feche a janela)”. (Ibid, p. 215).

A seguir, uma representação das estratégias usadas em atos de ameaça à face apresentadas por Brown e Levinson, conforme a tradução de Fávero (2008, p. 309-311).

3.2.1.1 Atos explícitos de ameaça à face (FTAs on record)

✓ Cortesia positiva

As estratégias de cortesia positiva, em número de quinze, todas dirigidas à face positiva do interlocutor, abrigam-se em três superestratégias que pressupõem afagos à face do interlocutor.

a) Primeira superestratégia: reivindique interesses comuns

Essa superestratégia abriga as primeiras oito estratégias, organizadas em três tópicos, e envolve: a) atenção aos interesses, desejos e necessidades do interlocutor; b)

²⁶Racionalidade diz respeito à competência da pessoa modelo na produção de atos comunicativos eficazes e evoca, assim, as máximas conversacionais de Grice.

²⁷Face positiva corresponde à concepção gofiniana de face; face negativa equivale ao seu conceito de território. (Cf. Kerbrat-Orecchioni, 1992, p. 168).

exagero no interesse, na aprovação e na simpatia pelo interlocutor; c) intensificação na mostra de interesse pelo interlocutor; d) uso de marcas de identidade de grupo, como formas de tratamento, jargão, gíria etc; e) busca de acordo; f) evitação de desacordo; g) demonstração de interesses comuns; h) uso de brincadeiras.

Primeiro tópico: demonstre que o interlocutor é admirável, interessante

Estratégias	
1	Perceba o outro e mostre-se interessado pelas necessidades e desejos dele
2	Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro
3	Intensifique o interesse pelo outro

Segundo tópico: reivindique associação ao grupo do interlocutor

Estratégia	
4	Utilize as marcas de identidade do grupo

Terceiro tópico: reivindique pontos de vista, opiniões, atitudes, conhecimentos e empatia comuns

Estratégias	
5	Procure acordo
6	Evite desacordo
7	Pressuponha e exponha pontos em comum (saber partilhado)
8	Brinque

b) Segunda superestratégia: declare que ambos são cooperativos

Essa superestratégia abarca as estratégias 9 a 14. Em três tópicos, ela compreende:

a) afirmação ou pressuposição do conhecimento do falante em relação aos desejos do ouvinte; b) oferecimento, promessa; c) mostra de otimismo; d) inclusão do falante e do ouvinte na mesma atividade pelo uso da forma “nós”, mesmo que a atividade deva ser desenvolvida por um ou por outro; e) fornecimento ou solicitação de razões para uma ação; f) assunção ou declaração de reciprocidade.

Primeiro tópico: indique que conhece os desejos do interlocutor e que os leva em conta

Estratégia	
9	Leve em conta os desejos do outro

Segundo tópico: reivindique reflexividade (se o interlocutor quer alguma coisa, ele a terá; o locutor deseja que ele a tenha)

Estratégia	
10	Ofereça, prometa
11	Seja otimista
12	Inclua o outro
13	Dê ou peça razões

Terceiro tópico: reivindique reciprocidade

Estratégia	
14	Simule ou explicita reciprocidade (simpatia, entendimento, cooperação)

c) Terceira superestratégia: satisfaça o desejo do interlocutor por algo

Essa superestratégia, que abriga a estratégia 15, consiste na oferta de presentes, na demonstração de simpatia, de entendimento e de disposição para cooperar.

Estratégia	
15	Dê presentes (na forma de bens ou de marcas de compreensão, de simpatia etc.)

✓ Cortesia negativa

As estratégias de cortesia negativa, em número de 10, abrigam-se em cinco superestratégias e são, essencialmente, de evitação.

a) Primeira superestratégia: seja direto

Essa superestratégia colide com o objetivo de não invadir o território do interlocutor. Por isso, ela deve ser feita de forma indireta.

Estratégia	
1	Seja convencionalmente indireto

b) Segunda superestratégia: não presuma/assuma → faça suposições mínimas sobre os desejos do ouvinte, sobre o que é relevante para ele

Essa superestratégia prevê o mínimo de afirmações acerca dos desejos do interlocutor.

Estratégia	
2	Recorra aos modalizadores

c) Terceira superestratégia: não pressione o interlocutor → ofereça-lhe opções para não agir

Essa superestratégia remete às duas anteriores, pois recomenda que o locutor seja indireto e use rodeios. Por outro lado, ele deve assumir que o interlocutor não é apto para fazer algo, mostrando pessimismo. Além disso, deve minimizar a ameaça pelo uso de valores explícitos das relações de distância (D), de poder (P) e do grau (G) absoluto de imposição do FTA, pela minimização de imposições e pela manifestação de deferência.

Estratégias	
3	Seja pessimista
4	Minimize a imposição
5	Seja deferente

d) Quarta superestratégia: informe seus desejos para não haver confronto com o interlocutor

Além do pedido de desculpas (estratégia 6), esta categoria prevê a dissociação dos interlocutores de situações específicas, pelo uso das estratégias 7, 8 e 9.

Estratégias	
6	Peça desculpas
7	Recorra ao discurso impessoal
8	Considere o FTA como regra geral
9	Nominalize

e) Quinta superestratégia: atenda a outros desejos do interlocutor

Neste caso, o locutor assume responsabilidades de um ato para salvar a face do interlocutor. Essa estratégia assemelha-se à estratégia 5: “Manifeste deferência”.

Estratégia	
10	Ofereça compensações, aja como se estivesse assumindo o débito

3.2.1.2 Atos implícitos de ameaça à face (FTAs off record)

Esses atos são indiretos e, por isso, pode haver mais de uma interpretação da intenção comunicativa em virtude do uso de ironia, de metáfora ou de insinuações. As estratégias para a consecução dos FTAs implícitos são em número de 15, organizadas em duas superestratégias.

a) Primeira superestratégia: provoque implicaturas conversacionais (por meio de pistas desencadeadas pela violação das Máximas de Grice).

Essa superestratégia invoca o entendimento que o interlocutor pode ter da fala do locutor, que depende do contexto. Já que a resposta envolve seu entendimento, o interlocutor pode corresponder ou não às intenções do locutor. Os meios utilizados nessa superestratégia envolvem a violação das Máximas de Relevância, de Quantidade e de Qualidade, da seguinte forma:

Máxima de Relevância

Estratégias	
1	Faça alusões, dê pistas
2	Forneça índices
3	Pressuponha

Máxima de Quantidade

Estratégias	
4	Minimize a importância
5	Aumente a importância
6	Use tautologias

Máxima de Qualidade

Estratégias	
7	Use contradições
8	Seja irônico
9	Use metáforas
10	Faça perguntas retóricas

b) Segunda superestratégia: seja vago ou ambíguo: viole a Máxima de Modo

Essa superestratégia compreende cinco estratégias e é usada quando o locutor pretende que sua intenção comunicativa não fique bem definida. Viola, assim, a quarta máxima.

Máxima de Modo

Estratégias	
11	Seja ambíguo
12	Seja vago
13	Faça generalizações
14	Faça substituição do destinatário
15	Use elipse

3.2.2 Revisão da teoria

O Modelo de Brown e Levinson, fundamental para os estudos da cortesia linguística e de grande aceitação entre os teóricos da matéria, apresenta pontos controversos e carentes de reformulação, criticados por alguns autores. As contestações ao Modelo dizem respeito principalmente: a) à concepção negativa sobre as relações dos indivíduos nas interações; b) ao relevo dado aos atos de ameaça à face; c) à ideia de universalidade dos atos de cortesia.

Dentre os críticos do Modelo de Brown e Levinson destacamos Kerbrat-Orecchioni (1992; 2002), que tece comentários tanto a respeito do Modelo quanto sobre as críticas a ele dirigidas. Além disso, propõe correções e aperfeiçoamentos ao Modelo e apresenta um Sistema de Cortesia que, conforme destaca Rodrigues, além de basear-se no Modelo original, fundamenta-se também em estudos de outros pesquisadores da cortesia:

O modelo de cortesia linguística de Kerbrat-Orecchioni é, nos seus pontos fundamentais, a teoria de Brown & Levinson que, todavia, corrige e desenvolve. Esta linguista não deixa, contudo, de ter em consideração as propostas de Lakoff e sobretudo de Leech, bem como de outros autores que, depois dos *fundadores*, têm vindo a estudar também os fenômenos verbais da cortesia. (RODRIGUES, 2003, p. 131, grifo do autor).

Conforme Kerbrat-Orecchioni, Auchlin²⁸ é um daqueles que acusam a teoria de Brown e Levinson de reducionista, pelo que se observa no seguinte recorte:

Para Auchlin, a teoria de Brown e Levinson reflete uma concepção reducionista da interação na medida em que reduz tudo a esse “primitivo etológico” que é a face, ou trata de um “nível da competência relacional da pessoa que se pode qualificar de superficial”.²⁹ (KERBRAT-ORECCHIONI, 2002, p. 8, tradução nossa).

A esse tipo de crítica, Kerbrat-Orecchioni observa que polidez é um assunto de face, o que não significa que tudo na interação seja questão de polidez. Especificamente sobre a crítica de Auchlin, ela afirma:

Em relação a Auchlin, é em nome dos afetos (componente menos “superficial” sem dúvida) que ele critica a polidez. Eu me reservo o direito de tomar partido sobre a questão de saber, entre os diferentes ingredientes (informacionais, relacionais, emocionais) dos quais se compõe uma interação, que devem ser considerados como mais importantes e, portanto, dignos de interesse.³⁰ (Ibid., p. 8, tradução nossa).

Sobre as críticas referentes ao etnocentrismo, ou “ocidentalocentrismo”, Kerbrat-Orecchioni cita Matsumoto³¹ por queixar de que o Modelo não se enquadra na cultura japonesa:

Mas vamos às críticas ao caráter “ocidentalocêntrico” do modelo de BL. Na verdade, é a esse respeito que ele é questionado com mais frequência, geralmente por especialistas na área asiática, como Matsumoto, cujo texto de 1988 é um dos mais representativos dessas críticas vindas do Leste. Vejamos o que ele diz de substancial: no Japão, o conceito de território está longe de ter a importância que tem nas sociedades ocidentais. O que predomina, por outro lado, o que é realmente decisivo para o comportamento dos interactantes, é a preocupação em marcar: 1) a participação no grupo (família, universidade, empresa...); 2) seu respeito por hierarquias: comportar-se adequadamente (ou “polidamente”) na interação, é manifestar seu justo “lugar” no seio da rede social.³² (Ibid., p. 8, tradução nossa).

A autora considera as críticas de Matsumoto justas, mas afirma não ver em que ponto tais críticas podem por em questionamento o Modelo de Brown e Levinson. Após uma

²⁸A autora refere-se a AUCHLIN, A. Analyse du discours et bonheur conversationnel. *Cahiers de linguistique française* 11, 1990, p. 331-328.

²⁹Original: Pour Auchlin, la théorie de Brown et Levinson refléterait une conception réductionniste de l'interaction, en ce qu'elle ramène tout à ce “primitif éthologique” qu'est la face, or il s'agit là d'un “niveau de la compétence relationnelle de la personne qu'on peut qualifier de superficielle.”

³⁰Original: En ce qui concerne Auchlin, c'est au nom des affects (composante moins “superficielle” sans doute) qu'il fustige la politesse. Je me garderai bien de prendre parti sur la question de savoir, parmi les différents ingrédients (informationnels, relationnels, émotionnels) dont se compose une interaction, lesquels sont à considérer comme les plus importants, et donc dignes d'intérêt.

³¹A autora refere-se a MATSUMOTO, Y. Reexamination of the Universality of face: politeness phenomena in Japanese. *Journal of pragmatics*, 12-4, 1988, p. 403-426.

³²Original: Mais venons-en aux critiques portant sur le caractère “occidentalocentrique” du modèle BL. C'est en effet à ce titre qu'il est le plus souvent mis en cause, généralement par des spécialistes du domaine asiatique, comme Matsumoto, dont le texte de 1988 est l'un des plus représentatifs de ces critiques venues de l'est. Voici ce qu'il nous dit en substance : au Japon, la notion de territoire est loin d'avoir l'importance qu'elle revêt dans les sociétés occidentales ; ce qui prime en revanche, ce qui est véritablement déterminant pour le comportement des interactants, c'est le souci de marquer: 1) son appartenance au groupe (famille, université, entreprise...); 2) son respect des hiérarchies: se comporter adéquatement (ou “poliment”) dans l'interaction, c'est exprimer sa juste “place” au sein du réseau social.

série de explicações sobre o Modelo e justificativas para seu posicionamento, a autora afirma o seguinte:

Para concluir sobre esse ponto: o modelo BL permite integrar, sem artifício excessivo, as observações de Matsumoto, que conclui (p. 424), de modo menos inesperado do que se poderia imaginar, que tudo o que foi dito não exclui a existência de uma “estrutura universal para os fenômenos da polidez”, admitindo que se considere “o desejo de manter a face” como um “princípio dinâmico” fundamental para o desenvolvimento de qualquer interação social.³³ (KERBRAT-ORECCHIONI, 2002, p. 10, tradução nossa).

Ainda sobre o caráter “etnocêntrico” do Modelo, a autora faz as seguintes declarações:

[...] o modelo BL permite também, a custo de um certo número de ajustes, revelar algumas diferenças no funcionamento da polidez de uma cultura para outra; diferenças “superficiais” sem dúvida, mas que não constituem mais que a ponta do iceberg que constitui o conjunto das representações e dos valores de uma determinada sociedade.³⁴ (Ibid., p. 12, tradução nossa).

Sobre a concepção pessimista do Modelo, Kerbrat-Orecchioni aceita a noção de FTA, mas aponta para um lado da questão que precisa ser revisto, ou seja, existem os atos valorizadores da face, os “anti-FTAs”, que não podem ser desprezados. Com relação a esse fato, ela assim se expressa:

Há sobretudo, e com razão, críticas a essa teoria por refletir uma concepção excessivamente pessimista, e até mesmo “paranoide”, da interação (concebida como uma espécie de campo minado por todos os tipos de “FTAs” permanentemente prontos para detonar) e dos interactantes (apresentados como obcecados por essas ameaças sobre suas cabeças e montando guarda constante ao seu território e à sua face). [...] Se as faces requerem principalmente a preservação, elas reclamam também, às vezes, recompensas mais positivas... É, portanto, indispensável prever, no modelo teórico, um lugar para esses atos que são, de alguma forma, o lado positivo dos FTAs, atos valorizadores da face do outro, aos quais propomos a denominação de FFAs (*Face Flattering Acts*).³⁵ (Ibid., p. 3-4, tradução nossa).

³³Original: Pour conclure sur ce point: le modèle B-L permet d'intégrer sans artifice excessif les observations de Matsumoto, lequel conclut du reste (p.424), de façon moins inattendue qu'on pourrait le penser, que tout ce qu'il vient de dire n'exclut en rien l'existence d'un “cadre universel pour les phénomènes de politesse”, admettant de considérer “le désir de maintenir la face” comme un “principe dynamique” fondamental pour le déroulement de toute interaction sociale.

³⁴Original: [...] le modele BL permet aussi, au prix d'un certain nombre d'aménagements, de mettre en lumière certaines différences dans le fonctionnement de la politesse d'une culture à l'autre; différences “superficielles” sans doute, mais qui ne constituent que la partie émergée de cet iceberg que constitue l'ensemble des représentations et valeurs d'une société donnée.

³⁵Original: On a surtout, et à juste titre, reproché à cette théorie de refléter une conception excessivement pessimiste, et même “paranoïde”, de l'interaction (conçue une sorte de terrain miné par toutes sortes de “FTAs” qu'il faut en permanence s'employer à désamorcer) et des interactants (présentés comme obsédés par ces menaces qui planent sur leur tête, et montant sans désespérer la garde autour de leur territoire et de leur face). [...] Si les faces demandent avant tout à être préservées, elles réclament aussi parfois des gratifications plus positives... Il est donc indispensable de prévoir dans le modèle théorique une place pour ces actes qui sont en quelque sorte le pendant positif des FTAs, actes valorisants pour la face d'autrui, que nous proposons d'appeler FFAs (*Face Flattering Acts*).

Com a noção de FFA, Kerbrat-Orecchioni reorganiza os conceitos de cortesia positiva e negativa de Brown e Levinson. Suas definições para esses dois tipos de cortesia são:

A polidez negativa será do tipo abstencionista, consistindo em evitar cometer um FTA ou, a rigor, se não houver como não cometê-lo, em suavizar a violência por algum processo de “reparação”; a polidez positiva consistirá, ao contrário, em concretizar um ato intrinsecamente polido, isto é, valorizador para uma ou outra das faces de A.³⁶ (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992, p. 177, tradução nossa).

A autora propõe o enquadramento da cortesia em quatro situações de acordo com as faces do interlocutor:

1. Polidez negativa, direcionada à face negativa: ex: “um pedido de desculpas visando a reparar uma desordem, um atraso, um interrupção ou qualquer outra violação territorial”.
 2. Polidez negativa, direcionada à face positiva: ex.: “a atenuação de uma crítica”
 3. Polidez positiva direcionada à face negativa: ex.: “o presente”.
 4. Polidez positiva direcionada à face positiva: ex.: o cumprimento”.
- (Ibid., p. 178, tradução nossa).³⁷

A partir dos Modelos de Brown & Levinson e de Leech, Kerbrat-Orecchioni elabora seu Sistema de Cortesia “Système de la politesse” (Anexo A), tendo em vista o locutor (L) e o alocutário (A), cujo resumo³⁸ será traduzido por nós e apresentado em forma reduzida. Antes, porém, é necessário que se apresentem as Máximas do Princípio da Polidez (PP) de Leech para melhor compreensão do Sistema, já que ele fundamenta-se também nesse Princípio.

✓ Máximas e submáximas de Leech³⁹

Máximas	Submáximas
I) Máxima de tato	(a) Minimize o custo para o outro (b) Maximize o benefício para o outro
(II) Máxima de generosidade	(a) Minimize o benefício para você (b) Maximize o custo para você
III) Máxima de aprovação	(a) Minimize a reprovação para o outro (b) Maximize a aprovação para o outro
(IV) Máxima de Modéstia	(a) Minimize a aprovação para você (b) Maximize a reprovação para você

³⁶Original : la politesse négative sera de type abstentionniste, consistant à éviter de commettre un FTA, ou à la rigueur si l'on est amené à en commettre, à en adoucir la violence par quelque procédé de « redressement »; la politesse positive consistera au contraire à accomplir un acte intrinsèquement poli, c'est-à-dire valorisant pour l'une et/ou l'autre des faces de A.

³⁷Original: Politesse négative envers la face négative, ex.: une excuse visant à réparer une bousculade, un retard, une interruption, ou toute autre violation territoriale. 2. Politesse négative envers la face positive, ex. : l'atténuation d'une critique. 3. Politesse positive envers la face négative, ex. : le cadeau. 4. Politesse positive envers la face positive, ex. : le compliment.

³⁸O resumo em questão encontra-se em Kerbrat-Orecchioni, 1992, p. 184.

³⁹LEECH, (1990 [1983], p. 132). Tradução e rearranjo nossos. Original no Anexo B.

(V) Máxima de acordo	(a) Minimize o desacordo entre você e o outro (b) Maximize o acordo entre você e o outro
VI) Máxima de simpatia entre você e o outro	(a) Minimize a antipatia entre você e o outro (b) Maximize a simpatia entre você e o outro

✓ Sistema de cortesia de Kerbrat-Orecchioni

(I) Princípios A-orientados	(II) Princípios L-orientados
(1) Cortesia negativa: Evite ou atenuar atos verbais ameaçadores para a) a face negativa de A [cf. Leech I-a) b) a face positiva de A [Leech III-a, V-a, VI-a]	A – Princípios favoráveis a L (1) Cortesia negativa: Proceda de modo a não perder, de forma demasiado ostensiva, a) a sua face negativa b) a sua face positiva
(2) Cortesia positiva: Produza atos verbais valorizadores para a) a face negativa de A [Leech I-b] b) a face positiva de A [Leech III-b, V-b, VI-b]	(2) Cortesia positiva (sem princípios) B – Princípios desfavoráveis a L (1) Cortesia negativa: Evite ou atenuar a formulação de atos valorizadores da a) sua face negativa [Leech II-a] b) sua face positiva [Leech IV-a]
	(2) Cortesia positiva: Realize atos ameaçadores em relação a a) sua face negativa [Leech II-b] b) sua face positiva [Leech IV-b]

A revisão da Teoria de Brown e Levinson empreendida por Kerbrat-Orecchioni traz uma grande contribuição para os estudos da cortesia, porém, há lacunas a serem preenchidas, conforme aponta Rodrigues (2003, p. 155-156):

- (i) a não inclusão, no “sistema de cortesia”, das formas de cortesia orientadas para a face dupla de terceiros, presentes ou ausentes;
- (ii) a pouca atenção prestada aos fenômenos verbais de descortesia, os quais, em nosso entender, podem ser analisados também segundo os eixos de orientação e das faces acima referidos;
- (iii) não considerar que, na realização cortês de um FTA, se encontram também FFA’s e que, por isso, os processos de cortesia negativa se conjugam, por vezes, com processos de cortesia positiva;
- (iv) considerar que os fenômenos verbais de cortesia e/ou de descortesia se destinam, sobretudo, a promover, respectivamente, a “paz social” ou “a guerra” entre os interlocutores, não revelando a importância que eles podem ter, também, como estratégias discursivo-textuais que visam a outros objetivos retórico-argumentativos.

Chamamos a atenção para a primeira lacuna apontada por Rodrigues, já que ela se revela em nosso *corpus*. Além das faces de instituições ou de pessoas ausentes ao evento serem constantemente ameaçadas, os deputados presentes também são tratados como terceiros, uma vez que os colegas não podem, regimentalmente, se dirigir diretamente a eles, mas por intermédio do Presidente da sessão.

3.2.3 Linguagem politicamente correta

3.2.3.1 *As formas de tratamento*

As formas de tratamento são instrumentos de cortesia essenciais nas relações interpessoais em qualquer estrato da sociedade, em todo tipo de interação, e variam de acordo com os contextos social e histórico. Rodrigues afirma que “‘respeitar as distâncias’, ou seja, o estatuto social, a idade, o sexo, a profissão, o cargo, a habilitação acadêmica, os gostos, o conhecimento mútuo, a situação etc., é uma regra do viver socialmente correto”. (RODRIGUES, 2003, p. 153). O “viver socialmente correto” a que o autor se refere significa viver em harmonia, isto é, manter o mínimo de equilíbrio nas interações.

Conforme Silva, as formas de tratamento têm papel fundamental na busca de equilíbrio durante a conversação, pois os participantes precisam suavizar qualquer tipo de imposição e preservar a imagem. Na concepção desse autor, o tratamento é um sistema de significação que contempla diversas modalidades de se dirigir a uma pessoa. “Trata-se de um código social que, quando transgredido, pode causar prejuízo no relacionamento entre os interlocutores”. (SILVA, 2008, p. 159).

O respeito às distâncias é, sem dúvida, uma forma de demonstrar cortesia, mas pode também gerar desconforto entre os interlocutores, pois a forma escolhida pode não agradar ao destinatário. Exemplos desse fato são diversos. Silva (2008, p. 161), por exemplo, lembra o episódio em que o chefe da equipe que cuidava do Presidente Tancredo Neves exigiu que os jornalistas o chamassem de “Professor Doutor”. A propósito, recordamos o caso de um juiz de São Gonçalo, Rio de Janeiro, que resolveu processar o condomínio onde morava sob o argumento de que fora chamado pelo porteiro do condomínio por “você” e “cara” e de ter ouvido a expressão “fala sério” após ter se queixado do tratamento. Sua intenção era ser chamado de doutor pelos empregados do condomínio e, em caso de não cumprimento da exigência, que fosse aplicada multa diária ao condomínio até que os empregados se ajustassem aos padrões exigidos por ele.

O pedido inicial foi rejeitado, pois, conforme o Juiz que o julgou, o termo “doutor” não é pronome de tratamento, mas título acadêmico de quem faz doutorado. Além disso:

O empregado que se refere ao autor por ‘você’ pode estar sendo cortês, posto que ‘você’ não é pronome depreciativo. [...] Na relação social não há ritual litúrgico a ser obedecido. Por isso, se diz que a alternância de ‘você’ e ‘senhor’ traduz-se numa questão sociolinguística, de difícil equação num país como o Brasil. Ao Judiciário não compete decidir sobre a relação de educação, etiqueta, cortesia ou coisas do

gênero”, escreveu o juiz que analisou o caso na primeira instância. (OLIVEIRA, 2014).

Ainda com relação ao tratamento de “doutor”, Brum informa que esse título usado pelos advogados embasa-se em um alvará régio assinado por Dona Maria I, que teria outorgado o título de doutor aos advogados, e em um decreto do Imperador Dom Pedro I, datado de 1827, que asseguraria o direito de uso do título pelos bacharéis de Direito. Ela aponta, porém, para um problema de interpretação do decreto do Imperador, pois ele estabelece o seguinte:

Os que frequentarem os cinco anos de qualquer dos cursos, com aprovação, conseguirão o grau de Bacharéis formados. Haverá também o grau de doutor, que será conferido àqueles que se habilitarem com os requisitos que especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e só os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentes. (BRUM, 2012).

Um diálogo da autora com um carregador de malas do Aeroporto Salgado Filho, em 1999, revela a percepção de distância de um representante da classe submetida aos “doutores”:

- E como os fregueses o chamam?
- Os doutor me chamam assim, ó: “Ô, negão!” Eu acho até que é carinhoso.
- O senhor chama eles de doutor?
- Pra mim todo mundo é doutor. Pisou no aeroporto é doutor. É ó, doutor, como vai, doutor, é pra já, doutor....
- É esse o segredo do serviço?
- Tem que ter humildade. Não adianta ser arrogante. Porque, se eu fosse um cara importante, não ia tá carregando a mala dos outros, né? Sou pé de chinelo. Então, tenho que me botar no meu lugar. (Ibid.).

A palavra “doutor”, como ilustra o diálogo anterior, tem amplo uso como forma genérica para designar pessoas com maior *status* aquisitivo ou cultural, ou seja, revela um caráter assimétrico.

No ambiente parlamentar, uma forma de tratamento que sobressai é “excelência”. Nesse contexto, por força de regimentos, os oradores são obrigados a se tratarem por excelência e senhor ou senhora, independente de qualquer diferença etária, social ou de gênero. Na Câmara dos Deputados, o inciso XI do Regimento Interno estabelece: “referindo-se, em discurso, a colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor ou de Deputado; quando a ele se dirigir, o Deputado dar-lhe-á o tratamento de Excelência”.

Oliveira (2009, p. 31) aponta para uma questão de *status* revelada em gramáticas e em manuais de redação no tocante ao tratamento a ser dispensado às autoridades. A autora cita o *Manual de Redação* da Presidência da República (BRASIL, 2002), que, na relação de autoridades que devem receber o tratamento de “excelência”, elenca os deputados federais e os senadores, os ministros do Tribunal de Contas da União, os deputados estaduais e distritais,

os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e os presidentes das Câmaras Legislativas Municipais e, para os vereadores, reserva a forma “senhoria”. Essa diferença de tratamento é corrigida no *Manual de Redação* da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2004, daqui por diante denominado *Manual da Câmara*), ao incluir os vereadores no rol daqueles que devem ser tratados por “excelência”.

No contexto parlamentar, o uso de formas verbais cortesias tem a finalidade de evitar conflitos e manter a imagem dos parlamentares como indivíduos, como representantes das agremiações a que pertencem e também do parlamento como um todo. Conforme Oliveira (2009, p. 32), “as formas de tratamento e outras regras de cortesia prescritas pelos regimentos das casas legislativas visam à preservação das faces dos parlamentares, pois a imagem e a honra dos componentes do parlamento devem ser resguardadas em benefício do colegiado”. Nessa linha, repetimos as palavras de Preti (2008, p. 217): “Na linguagem verbal, o objetivo da cortesia, em princípio, é buscar uma forma de evitar conflitos entre os falantes, tornando possível a interação, ainda que haja uma discordância de opiniões gerada por diferentes causas”.

3.2.3.2 *Uma cortesia reivindicada e imposta*

A linguagem politicamente correta é uma forma de cortesia reivindicada imposta não só à linguagem verbal como também a outros tipos de linguagem, com a finalidade de não ferir os sentimentos de determinadas categorias sociais. É uma prática que tomou força em universidades americanas a partir dos anos 70 do século XX e expandiu-se pelo mundo, tomando proporções e características de acordo com os contextos histórico-sociais de cada região.

O advento da linguagem politicamente correta decorre de reivindicações de grupos minoritários – principalmente mulheres e negros, aos quais se uniram outros grupos – que se consideravam marginalizados e prejudicados em seus direitos civis. Nas palavras de Guitart Escudero:

A vertente estadunidense, herdeira em grande medida dos pressupostos pós-modernistas anteriores, se relaciona diretamente com os movimentos sociais de denúncia e reivindicação que têm lugar nos Estados Unidos da América durante os anos sessenta. Movimentos que partem de múltiplos e diversos grupos minoritários, primeiro, como expressão de denúncia relacionada com a discriminação sofrida ao longo da história; segundo, como meio para reivindicar direitos civis que acreditam

que lhes tenham sido negados”.⁴⁰ (GUITART ESCUDERO, 2003, p. 66, tradução nossa).

A teoria do politicamente correto, concebida para dar visibilidade às minorias, na opinião de Courtine, trouxe dificuldades para o relacionamento entre grupos sociais pela rejeição a contribuições provenientes de grupos externos a essas minorias. Conforme o autor:

[...] consequência do triunfo do comunitarismo na esfera universitária, ela tornou incontornáveis as problemáticas da diversidade cultural fundadas sobre o gênero, o pertencimento étnico, a preferência sexual, a idade ou a deficiência, enquanto ao mesmo tempo uma retórica da desconfiança vinha desqualificar, pelo simples fato de sua origem, todo objeto teórico, histórico ou literário de proveniência “masculina” ou “branca”. (Ibid., p. 148).

A necessidade de atender às reivindicações de respeito pelos grupos reivindicadores levou instituições educacionais americanas a adotarem manuais escolares limpos de tudo o que pudesse causar polêmica. Sobre essa limpeza dos manuais, Courtine faz o seguinte comentário:

[...] o mundo da edição escolar colocou em circulação de maneira preventiva seus próprios comitês e dotou-os de um sistema de *guidelines*, de normas discursivas destinadas aos autores. Essas normas visavam a expurgar os manuais de todo texto, tema, ou palavra a respeito do qual qualquer grupo de pressão pudesse levantar suspeita. (COURTINE, 2006, p. 148).

A preocupação com a linguagem politicamente correta no mundo universitário norte-americano não se revela apenas nos manuais escolares, mas também nos livros que os alunos poderiam ler, com a proibição do uso de alguns e a reescrita de outros, passando por um processo de “*bowdlerization*”.⁴¹

A exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, outros países têm passado por processos de adaptação com vistas ao atendimento de reivindicações de diversos segmentos da população, não apenas por meio de ações afirmativas como também no trato da linguagem com o objetivo de evitar ofensas a indivíduos ou grupos específicos. Assim, além da “bawdlerização” de livros escolares, são editados manuais para as mais diversas possibilidades de interação, principalmente para os meios de comunicação, com indicações de termos a serem usados em substituição a outros considerados politicamente incorretos.

⁴⁰Original: La vertiente estadounidense, heredera en gran medida de los presupuestos postmodernistas anteriores, se relaciona directamente con los movimientos sociales de denuncia y reivindicación que tienen lugar en Estados Unidos de la América durante los años sesenta. Unos movimientos que parten de múltiples y diversos grupos minoritarios, primero, como expresión de denuncia, una denuncia relacionada con la discriminación sufrida a lo largo de la historia, segundo, como medio para reivindicar unos derechos civiles, que sienten que les han sido negados.

⁴¹Esse termo usado por Courtine deve-se a Thomas Bowdler, médico inglês que adaptou e publicou o *Family Shakespeare*, em 1807, com a intenção de proporcionar uma leitura “não pernicioso” da obra de Shakespeare pelas crianças.

No Brasil, a polêmica em torno do livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, traz à tona a prática higienista da literatura para o público infantil, como atesta o seguinte texto:

A solução é na verdade simples, e já largamente praticada com a obra de outros autores clássicos. Se a escritora infantil Ruth Rocha simplifica a *Odisseia* para permitir que crianças possam se deleitar com suas histórias fantásticas, sem terem que se deter na cena do Livro XXII, por exemplo – quando a seta de Odisseus entra pela garganta de Antinos, pretendente de Penélope, atravessando-lhe o pescoço, e fazendo-o verter sangue abundantemente pelas narinas enquanto cai morto por sobre a mesa de repasto –, por que não permitir também que “simplifiquem” Monteiro Lobato, excluindo trechos que estão além de uma compreensão contextualizada para aquele determinado público-alvo? (FERES JÚNIOR; NASCIMENTO; EISENBERG, 2013, p. 99).

Os manuais (ou guias) para o uso politicamente correto da linguagem, dirigidos principalmente ao pessoal da imprensa, são diversos. Além daqueles editados pelas empresas jornalísticas, existem os especializados, editados por representantes de segmentos específicos, com a intenção de contribuir para o uso de uma linguagem adequada ao tratamento dos grupos que representam. Dentre esses manuais citamos Basthi (2011), guia pertencente, conforme expresso na apresentação, “à agenda de trabalho articulada entre a FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas e a ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (antes Unifem)”. (Ibid., p. 7). Apesar do título, “Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia”, o guia enfatiza a questão da mulher e dá pouca atenção aos itens raça e etnia. Prova desse fato são os exemplos constantes do quadro das recomendações sobre a linguagem a ser usada pelos jornalistas, o qual reproduzimos a seguir:

Figura 8 – Sugestões de linguagem politicamente correta relativa a gênero

Sugestões	Sim	Não
Evite usar o gênero masculino para generalizar as situações. Nesses casos, prefira os genéricos reais (idade, grupos sociais, etc.)	Os povos indígenas denunciaram violações...	Os indígenas denunciaram violações...
Prefira as duas formas – o feminino e o masculino – para destacar a participação das mulheres	Trabalhadores e trabalhadoras reivindicam um aumento de...	Os trabalhadores reivindicam um aumento de...
Se possível, feminilize alguns cargos e profissões.	A Presidenta Dilma Rousseff declarou que...	A Presidente Dilma Rousseff declarou que...
Evite o uso de adjetivos que reforcem os estereótipos sobre as mulheres.	Em Brasília, as mulheres adotam uma política de contenção de despesas...	Em Brasília, está instalada a política de salto alto...

Evite o uso de verbos ou adjetivos que reforcem estereótipos sobre os grupos aos quais as mulheres pertencem tais como negro/a (no sentido negativo), denegrir, indolentes, etc.	O grave problema da morte materna tem revelado que...	A face negra da more materna tem revelado que...
--	---	--

Fonte: Basthi, 2011.

O Manual de Comunicação LGBT é outro do tipo especializado produzido com vistas aos profissionais da imprensa. Seus objetivos são reduzir os insultos provocados pela linguagem ao segmento LGBT e àqueles que os rodeiam, conforme explícito em sua apresentação.

É um dos objetivos da atual diretoria da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, e de ativistas ligados ao segmento LGBT no Brasil, reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade de 20 milhões de LGBT no país, seus familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho. (MARTINS et al, 2010, p. 5).

A ideologia do politicamente não se restringe à linguagem, mas ela sobressai nas discussões que envolvem o tema. Conforme Possenti e Baronas (2006, p. 51), “a expressão ‘politicamente correto’ (ou incorreto) aplica-se não apenas à linguagem, embora esta seja a candidata mais constante àquela qualificação”. Os autores observam que a análise de certos itens lexicais mostra a clara relação desses itens com as formações discursivas históricas nas quais passaram a ter os sentidos que têm. Essa opinião dos autores nos remete ao fato de que os sentidos do texto são construídos no contexto e aquilo que é linguisticamente adequado em um dado momento, em certo local, expresso por determinada pessoa, não necessariamente o será em outra situação. Além disso, não podemos nos esquecer da dinamicidade da língua, fator previsto no *Manual da Folha de S. Paulo*:

Não use, ao menos em textos noticiosos, palavras que sabidamente têm carga pejorativa, como *crioulo* ou *preto* para designar *negro*, *japa* para *japonês*, *gringo* para qualquer *estrangeiro*, *ianque* para *americano*, *polaco* para *polonês*. O mesmo vale para termos que originalmente designavam etnias e depois receberam sentido depreciativo ou que, associados a etnias, sejam pejorativos, como *fariseu*, *negrice* ou *baianada*. (FOLHA, p. 68, grifo do *Manual*).

Oliveira (2015) aponta para o fato de que, na tentativa de encontrar termos neutros ou apropriados, têm sido apresentadas soluções que nem sempre atendem às expectativas ou que se revelam também preconceituosas causando, assim, rotulações sucessivas de objetos e situações, gerando dificuldades para o uso atualizado dos termos politicamente corretos.

A esse respeito, cabe a manifestação de Neves sobre a polêmica criada pelo Ministério Público Federal com a solicitação de retirada do *Dicionário Houaiss* de circulação, sob a alegação de que ele conteria referências preconceituosas e racistas contra ciganos.

Bem sabemos, e também está dito com todas as letras em Borba (2003, p. 7), obra que trata da organização de dicionários, que não existe texto neutro quanto à ideologia, ou seja, quanto a “ideias, opiniões, valores, crenças etc., que expressam, explicam ou justificam a ordem social e as condições de vida do homem em suas relações com os outros homens”. (NEVES, 2012, p. 205).

Uma palavra que se destaca no rol daquelas com as quais é preciso atenção com o uso é “negro”. Essa palavra, atualmente preferida pelos militantes do Movimento Negro, também é usada como adjetivo para fatos ruins ou para seres ou objetos destoantes de seu meio. Daí expressões como *ovelha negra*, *nuvem negra*, *mercado negro* e *câmbio negro*, dentre outras, serem objeto de protesto pelo uso considerado politicamente incorreto do termo.

Para complementar os motivos que levam a tantas discussões sobre os termos usados para a designação de pessoas negras temos Jerônimo (2007), que apresenta um estudo sobre a evolução das representações sociais acerca do negro, com base no jornal *A Província de S. Paulo* (1875) e o caderno especial da *Folha de S. Paulo* (1995). Conforme a autora, “as *lexias negro* e *peças*, por exemplo, foram vistas como sinônimas no século XIX” e “*negro* e *escravo* já foram vistos como parassinônimos em nossa sociedade em épocas passadas”. (Ibid., p. 46, 47). Com base em sua pesquisa, a autora conclui:

A *lexia* determinada para se referir ao indivíduo de pele escura é mesmo *negro*, vista pelo jornal como a mais objetiva. Interessante observar como hoje essa palavra tornou-se sinônimo de objetividade jornalística na abordagem de temas raciais enquanto ontem era a veiculadora de preconceitos por excelência, como ocorria em *A Província de S. Paulo*. Essa mudança de perspectiva semântica ocorreu motivada por fatores sociais e históricos, já que a evolução do homem fez com que suas concepções de mundo, em relação ao outro, fossem modificadas pela quebra de estereótipos e de teorias pseudocientíficas. (Ibid., p. 122).

A edição de maio de 1992 do *Manual de redação* da Folha de S. Paulo apresenta uma relação de termos a serem evitados pelos redatores. Dentre esses termos estão *preto*, *crioulo*, *escurinho*, *alemão*, *moreno* e *de cor*. Outra recomendação é de que seja usada a palavra *negro*, mas não *afro-brasileiro* e *cidadão do tipo negroide*. Sobre essas orientações do *Manual*, Possenti e Baronas fazem o seguinte comentário:

É evidente, para quem fala português no Brasil, isto é, para quem está mergulhado nessa cultura, que a primeira lista contém palavras cujo efeito é claramente discriminatório. A última, por sua vez, revela que provavelmente a direção do jornal se deu conta de que a utilização de termos escolhidos com demasiado cuidado denunciaria, exatamente pelo cuidado excessivo, atitudes racistas. (POSSENTI; BARONAS, 2006, p. 57).

Outro assunto que tem sido objeto de discussão no campo do discurso politicamente correto é o tratamento de gêneros, a começar pelos nomes de profissões e cargos. Como observa Bechara:

A presença, cada vez mais justamente acentuada, da mulher nas atividades profissionais que até bem pouco eram exclusivas ou quase exclusivas do homem tem

exigido que as línguas – não só o português – adaptem o seu sistema gramatical a estas novas realidades. Já correm vitoriosos faz muito tempo femininos como *mestra, professora, médica, advogada, engenheira, psicóloga, filósofa, juíza*, entre tantos outros. (BECHARA, 1999, p. 134).

A citação anterior pode parecer estranha para nós brasileiros, pois não estamos acostumados a ouvir mulheres nas profissões elencadas serem chamadas pela forma masculina. Porém, como frisa o autor, esse fato não se restringe à Língua Portuguesa.

No Brasil, a preocupação com nomes de cargos e funções vem de longa data se considerarmos a Lei nº 2.749, de 2 de abril de 1956, de autoria do Senador Mozart Lago, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que normatiza o tratamento de gênero dos nomes designativos das funções públicas. O artigo 1º é o seguinte:

Art. 1º Será invariavelmente observada a seguinte norma no emprego oficial de nome designativo de cargo público:

“O gênero gramatical desse nome, em seu natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refira, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexicologia do idioma. Devem portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genericamente variáveis, assumindo, conforme o caso, eleição masculina ou feminina, qualquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome”. (BRASIL, 1956).

Outra lei que regulamenta a flexão de gênero no campo profissional é a de nº 12.605, de 3 de abril de 2012, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em 2014, cujos artigos 1º e 2º transcrevemos a seguir:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.

Art. 2º As pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no art. 1º a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 2012).

As duas leis mencionadas não surtiram efeito, pois nem mesmo órgãos públicos as cumprem, já que a maioria das instituições, senão todas, continuam conferindo títulos de “mestre” e “doutor” a mulheres. Além das instituições educacionais, as judiciárias também descumprem tais leis, como o Tribunal Superior Eleitoral, que usa os termos “apto”, “inapto”, “eleito” e “não eleito” tanto para homens como para mulheres.

Não é demais lembrar a polêmica causada em torno da lexia “presidenta” com referência à atual Presidenta do Brasil. Antes de adotarmos a utilização da forma feminina neste trabalho, procuramos justificativas para o uso de “presidente” ou “presidenta” e encontramos duas explicações plausíveis para o primeiro termo: a primeira é de que se trataria de um substantivo comum de dois gêneros; a segunda teria respaldo na Lei 2.749, que trata da adequação de nomes de cargos aos sexos dos seus ocupantes. Essa lei não recomenda a adequação indiscriminada, pois observa que isso deve ser feito apenas se os nomes forem genericamente variáveis. Conforme se verifica no *Dicionário Houaiss*, a forma “presidenta”

tem datação antiga: “substantivo feminino (1872)”. As definições do *Dicionário* são: mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição: a presidenta da Academia de Letras; na política: mulher que se elege para a presidência de um país: a excelentíssima senhora presidenta do Brasil; mulher que preside (sessão, assembleia, reunião etc.): a presidenta da sessão do Congresso. Pode ainda, em acepção pouco usada, representar a mulher de um presidente.

Neves também certifica o uso da forma marcada da palavra em causa, pois inclui, entre os nomes variáveis terminados em “E”, o verbete “presidente”:

1.4 Dos nomes em -E, uns ficam invariáveis, outros mudam o -E em -A:
[...]

1.4.2 Variam:

ALFAIATE-ALFAIATA: *Era ALFAIATA exímia e fazia os ternos do marido e dos filhos.* (BAL)

GOVERNANTE-GOVERNANTA: *Tinha certeza de que a GOVERNANTA o notara também.* (CP)

MONGE-MONJA: *Não sou MONJA hindu.* (SEG)

PARENTE-PARENTA: *É meio PARENTA do Governador.* (COR)

PRESIDENTE-PRESIDENTA: *No Congresso, só se falava do impeachment da PRESIDENTA.* (NBN). (NEVES, 2011, p. 146).

Feitas essas reflexões sobre os usos da linguagem politicamente correta no tocante a esses dois grupos “minoritários”⁴², passaremos a tratar da (des)cortesia no discurso parlamentar, onde o código do politicamente correto é vigiado e constantemente infringido, já que o parlamento, “por se destinar à exposição de ideias e a debates, é campo fértil para a emergência de termos politicamente incorretos”. (OLIVEIRA, 2015, p. 398).

3.2.4 A (des)cortesia no discurso parlamentar

Como a harmonia no contexto parlamentar nem sempre é possível, entram em cena os atos de descortesia. Mas o que é descortesia? Como ela se manifesta? Para muitos autores, descortesia é o antônimo da cortesia; para outros, ela é mais que isso, ou seja, é uma entidade autônoma com características próprias. Da mesma forma que fizemos ao tratar da cortesia, não nos deteremos na definição do que é descortesia. Limitar-nos-emos a transcrever as definições de alguns autores que se encarregaram do assunto, tais como Rodrigues (2003, p. 15): descortesia “é simples ausência de cortesia e a sua negação ostensiva, em graus diferentes, de que a calúnia, a grosseria, a injúria e o insulto são a expressão máxima e mais nítida”; Bolívar (2006, p. 159): “A análise interacional focada nos atores políticos nos mostra

⁴²Grafamos o termo “minoritários” entre aspas porque, de fato, negros e mulheres não representam minoria em sua existência. O termo minoria, então, justifica-se apenas no que se refere à sua representação nas escalas social e econômica do País.

que a descortesia é muito mais que o oposto da cortesia e também mais que o rompimento de um contrato conversacional”⁴³; Aquino (2008, p. 366): “A descortesia pode ser associada à grosseria, à rudeza. Ser descortês corresponde a ferir a imagem do outro, expondo-o publicamente. Pode estar associada à desconsideração do outro, à desconsideração do dizer do outro e à negação do seu dizer”.

Os diversos estudos sobre o comportamento dos oradores no parlamento demonstram que descortesia nesse ambiente é regra e não exceção como se poderia supor a partir dos preceitos da cortesia. Marques (2008, p. 8) afirma que “a linguagem agressiva é uma característica do discurso político parlamentar. É um ‘estilo’ discursivo, condicionado pelas suas características genéricas, pelos objetivos da interação, pelo estatuto social dos interlocutores”.

Neste gênero do discurso político, respeito à face do outro em detrimento da própria face é um aspecto da cortesia inexistente. Segundo Marques:

A polarização da relação com o adversário favorece, por um lado, a derrogação da máxima de modéstia proposta por Leech através da realização de autoelogios e, por outro, favorece o insulto como ato ameaçador que põe em causa a relação interpessoal. (Ibid., p. 9).

Além da linguagem verbal, outras podem se apresentar como recursos insultuosos:

A expressão da arrogância envolve procedimentos não inteiramente linguísticos, isto é, pode realizar-se, no discurso oral, por meio de dimensões proxêmicas e cinésicas, com particular importância para a mímica, os gestos, o tom de voz, ou o ritmo da locução.⁴⁴ (Ibid., p. 2).

Flores Treviño e Infante Bonfiglio (2014) comprovam a descortesia no ambiente parlamentar pela análise de trabalhos da Câmara dos Deputados mexicana, em que foram registrados insultos verbais e não verbais de diversas formas. Dentre os atos verbais descorteses relatados pelos autores encontram-se insulto, desafio, acusação, degradação, deslegitimação, revelação de segredos, coerção e protesto. Os autores reproduzem e analisam alguns trechos de matérias jornalísticas que dão conta de ofensas trocadas pelos deputados durante a sessão realizada em 10 de março de 2010. Desses trechos, transcrevemos dois, representantes de ofensa não verbal.

(21) E a sessão terminou a moedadas. O Deputado panista Guadalupe Robles foi acusado de jogar “moedas aos montes” no Deputado mexicano do PVEM Alejandro

⁴³Original: El análisis interaccional enfocado en los actores políticos nos muestra que la descortesía es mucho más que el opuesto de la cortesía y también mas que el rompimiento de un contrato conversacional.

⁴⁴É providencial lembrar aqui a defasagem com que se depara o leitor dos discursos publicados na forma impressa, já que são desprovidos de todos esses insultos não verbais, perceptíveis apenas aos presentes ao evento ou àqueles que tenham acesso aos vídeos.

del Mazo, quando ele tomou a palavra para apoiar o PRI... Cinco moedas foram encontradas entre as cadeiras.⁴⁵

(22) No piso do plenário permaneceu um punhado de moedas que o panista Guadalupe Robles atirou de seu assento para o outro extremo, o dos deputados do PVEM ...⁴⁶. (FLORES TREVIÑO; INFANTE BONFIGLIO, 2014, p. 73, tradução nossa).

Conforme os autores, no México, atirar moedas é uma ofensa grave, pois representa uma “acusação não verbal destinada a questionar a reputação da pessoa na qual as moedas são atiradas, como corrupção com pagamento de serviços e favores. Além disso, quanto menor for o valor das moedas, mais degradante é a acusação”. (Ibid., p. 74, tradução nossa).⁴⁷

A ofensa representada pelo arremesso de dinheiro em alguém se estende a outros países. No Brasil, temos dois exemplos recentes, como se pode comprovar nas reportagens de Nathalia Passarinho e Fernanda Calgaro, publicadas no Portal G1: “Militante joga dólares de mentira na cabeça de Cunha durante entrevista” (PASSARINHO; CALGARO, 2015) e de Luciana Lima, publicada no portal Poder on Line: “Durante votação do ajuste fiscal, manifestantes jogam dinheiro falso no Plenário”. (LIMA, 2015).

San Martín Núñez e Guerrero Gonzáles também comprovam o caráter descortês do discurso parlamentar, em seu artigo sobre a descortesia no discurso parlamentar chileno:

Em nosso trabalho, pudemos comprovar que os enunciados descorteses constituem uma característica do debate político face a face, posto que em uma grande parte das interações da Câmara dos Deputados pretendeu-se alterar o equilíbrio interpessoal desafiando normas e violando o “contrato conversacional” que deveria caracterizar o comportamento verbal dos deputados”. (SAN MARTÍN NÚÑEZ; GUERRERO GONZÁLES, 2012, p. 166, tradução nossa).⁴⁸

Os resultados encontrados pelos autores estão representados em duas categorias. A primeira consiste no ataque à imagem do adversário, representada pelas seguintes estratégias: desacreditar: 59,3%; ridicularizar: 9,4%; amedrontar: 8,3%. A outra categoria diz respeito ao resguardo da própria imagem, com índice de 23%. Com essas porcentagens, os

⁴⁵Original: “(21) Y la sesión terminó a monedazos, el diputado panista Guadalupe Robles fue acusado de lanzar “monedas de a peso” al diputado mexiquense del PVEM Alejandro del Mazo, cuando éste tomó la palabra para respaldar al PRI ... Cinco monedas fueron detectadas entre los curules”.

⁴⁶Original: “(22) En el suelo del salón de plenos quedó un puño de monedas que el panista Guadalupe Robles sorrajó desde su curul hasta el otro extremo, el de los diputados del PVEM...”.

⁴⁷Original: En los segmentos (21) y (22), se documenta una acción que en México es una ofensa grave, ya que arrojar dinero significa una acusación no verbal que está orientada a poner en tela de juicio la honorabilidad del sujeto a quien es lanzado, en cuanto indica corrupción relacionada con el pago de servicios y favores. Por otra parte, cuanto menor sea la denominación del pecunio arrojado, más degradante es la acusación.

⁴⁸Original: En nuestro trabajo hemos podido comprobar que los enunciados descorteses constituyen una característica del debate político cara a cara, puesto que en una gran parte de las interacciones de la Cámara de Diputados se pretendió alterar el equilibrio interpersonal desafiando normas y violando el “contrato conversacional” que debería caracterizar el comportamiento verbal de los diputados.

autores demonstram a preferência, no discurso parlamentar – pelo menos na Câmara dos Deputados do Chile –, da ameaça à face do outro em detrimento de sua proteção, contrariando, assim, os preceitos da cortesia.

Outra forma de descortesia corrente no parlamento é a falta de atenção ao orador, como se observa na queixa do Deputado Clodovil Hernandes, transcrito no primeiro capítulo deste trabalho: “Eu não sei o que é decoro, porque aqui parece um mercado! Nós representamos o País! Não entendo por que há tanto barulho enquanto um orador está falando. Nem na televisão, que é popular, fazem isso”. Afinal, como afirma Charaudeau:

Ouvir é sempre valorizado, particularmente nas sociedades em que a palavra prolifera. “Escutar”, “saber ouvir”, “estar atento” são expressões que denotam uma atitude de consideração para com os outros, seus problemas, seu sofrimento, mas também para com suas necessidades. Essa atitude tem a virtude de mostrar que se respeita esse outro pelo que ele é, sem ter a pretensão de julgá-lo, mas conferindo-lhe sua legitimidade de ser. Assim pode-se dizer que: “ouvir é fazer existir”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 165).

Além dessas manifestações de descortesia descritas, a solicitação de correção nos discursos dos colegas parlamentares é uma descortesia corrente na maioria dos parlamentos, com pedidos de alteração da fala ou mesmo de não inclusão do dito pelo parlamentar nas atas dos trabalhos, como ocorreu na Sessão Extraordinária do Congresso Nacional realizada em 20 de novembro de 2013, em que a Deputada Janete Pietá protestou pelo uso da palavra “negra” no enunciado “Não queremos que esta seja uma noite triste, negra, em que se deixe de cumprir a palavra dada”, pronunciado pelo Deputado Domingos Sávio:

Sr. Presidente, hoje é o Dia de Zumbi, Dia da Consciência Negra, e nós gostaríamos de protestar e solicitar que fosse retirada dos Anais desta Casa a expressão que o Deputado Sávio colocou no seu pronunciamento: “uma noite negra.” Por que noite negra? De uma forma negativa e pejorativa. (SESSÃO 027.3.54.N, 20/11/2013).⁴⁹

O protesto, compartilhado pela Deputada Luciana Santos, é refutado pelo Deputado Domingos Sávio:

Isso aí é algo absurdo. Eu tenho, na minha história de vida, em todos os meus momentos, um respeito profundo pela etnia negra, que, aliás, é a etnia da qual se originam praticamente 100% dos brasileiros, inclusive eu, com muita honra, com ancestrais afrodescendentes.

[...]

Portanto, um gesto de respeito à Deputada Janete. Se ela me entendeu mal, que fique claro o meu respeito a todos os nossos irmãos. Não há a menor possibilidade [...] me referindo a uma possibilidade de uma atitude obscura, da falta de luz, de clareza nas ideias, com qualquer referência de natureza racial, que não existe na minha biografia, na minha história.

⁴⁹Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/conjuntas/2013/11/CN201113.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

A reação do Deputado justifica-se, pois, com o pedido de alteração do discurso do colega parlamentar, a Deputada Janete o coloca em situação desconfortável uma vez que, além de chamar à sua atenção por suas palavras, há o agravante de a queixa ser a respeito do uso de termo racista. Conforme van Dijk:

Em um contexto político de gerenciamento da imagem pública, a negação do racismo desempenha um papel destacado. Seja qual for a orientação política, ou o partido em questão, inclusive a direita extremista, todos os parlamentares rejeitam enfaticamente qualquer acusação ou sugestão de preconceito, discriminação ou racismo. Na realidade, quanto mais racistas são as opiniões defendidas, mais insistentes são as negações de racismo. (VAN DIJK, 2008, p. 190).

3.3 SÍNTESE

Este capítulo dedicou-se à questão de face e cortesia linguística, com foco no discurso parlamentar. Em sua composição, procedemos a uma revisão da literatura sobre os temas de face (Goffman, 1979, 2011) e de cortesia linguística, incluindo tanto textos acadêmicos como manuais técnicos de casas legislativas e legislação pertinente ao assunto. A teoria da polidez de Brown e Levinson e a revisão dessa teoria por Kerbrat-Orecchioni, bem como a linguagem politicamente correta e a (des)cortesia no discurso parlamentar foram tratadas aqui.

4 TEXTUALIZAÇÃO E RETEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo, trataremos da textualização e da retextualização do discurso parlamentar considerando algumas estratégias empregadas por textualizadores e retextualizadores desses discursos.

4.1 TEXTUALIZAÇÃO

Com o termo “textualização” nos remetemos à elaboração do texto que, no discurso parlamentar, pode ser de autoria⁵⁰ do próprio orador, de um redator oficial da casa legislativa, de um assessor particular do parlamentar ou de um cidadão que, não tendo voz no parlamento, entrega o discurso pronto para ser pronunciado. Os discursos podem, ainda, ser textualizados *on line*, ou seja, de improviso, em ocasiões em que o parlamentar assume o microfone sem haver planejado sua fala.

No parlamento brasileiro, como vimos anteriormente, o discurso pode ser elaborado por vários indivíduos. Considerando esse fato e tendo em vista a diversidade cultural, estilística e de interesses reinante entre os parlamentares, pode-se inferir que as estratégias utilizadas na elaboração dos discursos parlamentares são complexas e exigem mestria dos envolvidos em sua redação, pois se trata de produzir discursos apropriados para oradores específicos, com a finalidade de atingir a um público plural em termos de conhecimentos e de interesses. Conforme indica o *Manual da Câmara*, naquela Casa as estratégias utilizadas na elaboração do discurso parlamentar variam de orador para orador, de acordo com seus conhecimentos, seu estilo e seus interesses discursivos, sempre tendo em vista as regras do Regimento Interno. Vale destacar a recomendação constante do *Manual*:

Em se tratando de pronunciamento parlamentar, não há como definir um estilo mais adequado ou menos adequado, muito menos considerar determinado estilo certo ou errado, visto que ele é próprio de cada orador, de cada redator, de cada produtor de texto, enfim. (BRASIL, 2004, p. 39).

Os discursos redigidos para os oradores devem ser adequados não apenas ao público, mas também ao próprio orador, considerando seu estilo, suas relações políticas e sociais e sua intenção comunicativa, dentre outros aspectos. Sobre esse fato, Paiva faz a seguinte afirmação:

⁵⁰Os redatores da Câmara não podem reivindicar direitos autorais sobre os discursos redigidos, pois a Resolução que regulamenta os serviços da Consultoria Legislativa determina que “as obras intelectuais produzidas na Consultoria são de titularidade e uso público dos que as encomendaram”. Assim, na teoria, os discursos serão sempre de autoria do parlamentar. (Cf. PAIVA, 2006, p. 34).

É de grande relevância ter em mente quais aspectos do tema a ser abordado deverão constar no texto, qual o perfil do parlamentar, sua postura político-partidária, sua proximidade com o ideário das outras instâncias governamentais e da sociedade em geral, qual o nível de comprometimento que o orador deseja, ou não, revelar em sua fala.

Acresça-se a essas considerações preliminares o singular aspecto de que se trata de um texto que será proferido, dele se fará uma leitura audível, de modo que não basta que a redação esteja primorosamente correta do ponto de vista estilístico-gramatical. A argumentação deverá envolver a audiência de maneira a predispor-la a acompanhar o seu desenvolvimento. (PAIVA, 2007, p. 63).

A deturpação do *ethos* do orador no discurso redigido por outro é uma possibilidade que chama a atenção de Paiva, como se observa no seguinte recorte:

Por fim, em se tratando de discurso parlamentar, fez-se importante citar o conceito de *ethos*, que, segundo Aristóteles, é a imagem que o orador transmite de si mesmo de modo implícito. Como diz respeito aos costumes, ao comportamento e ao caráter daquele que fala, engloba a maneira de falar, a entonação, os gestos, o porte de modo geral, o que contribui fortemente para a legitimação do discurso proferido. Por esse motivo, é que não se deve, por exemplo, na redação de um pronunciamento parlamentar, incluir uma citação em outro idioma na fala de um orador que possua um nível de instrução muito elementar. (Ibid., p. 70).

Os aspectos informacionais, interacionais, semânticos e sintáticos, além daqueles já apontados, são também comentados pela autora. Destacamos os aspectos interacionais, dentre os quais ela inclui as máximas conversacionais de Grice e afirma que tais máximas podem ser violadas no discurso parlamentar com a finalidade de desviar a atenção do auditório:

[...] no caso do discurso parlamentar, tem-se que o seu conteúdo deve integrar o debate oferecendo-lhe informações que se atenham ao tema escolhido, que sejam fundamentadas, pertinentes, claras e ordenadas. Contudo, nada impede que uma ou mais, ou todas, as máximas sejam subvertidas. Por exemplo, o discurso parlamentar pode ser utilizado como uma cortina de fumaça que desvie a atenção para um assunto, ou aspecto(s) de um assunto, em detrimento do tema que se deveria efetivamente discutir. (Ibid., p. 64).

Respeito ao estilo do orador, clareza e concisão, uso de linguagem de fácil compreensão, adequação da linguagem ao contexto do parlamentar solicitante da redação e ajuste da extensão do discurso ao tempo de fala são itens constantes do *Manual da Câmara*, no tópico que trata da linguagem no pronunciamento parlamentar.

Uma orientação desse *Manual* digna de nota diz respeito à adaptação do discurso escrito às características da oralidade.

Tenha-se em mente, também, que o texto de um discurso parlamentar tem a finalidade de ser proferido, devendo, portanto, subordinar-se às características da oralidade. Esta, no entanto, não se confunde com a informalidade que vige no registro distenso da língua, registro este que dá muita, se não total, liberdade ao falante de usar a língua como instrumento elementar de comunicação, sem a necessidade do comprometimento com a formalidade gramatical. (BRASIL, 2004, p. 39).

Alguns recursos gráficos e outros que normalmente compõem o texto escrito, mas que exigem versatilidade do leitor, são desaconselhados quando se trata da adequação do discurso para leitura na tribuna:

Devem ser evitados, a menos que aprovados pelo próprio orador, recursos que funcionam no texto escrito, mas que, na leitura, dependem do perfeito domínio da arte da oratória. Exemplos são as aspas indicativas de ironia, as exclamações, os negritos, grifos e assemelhados, os parênteses, as notas e remissões, que perdem a força expressiva se não forem devidamente interpretados pela correta entoação do orador. A evitar, também, citações em língua estrangeira, a não ser que essenciais. (BRASIL, 2004, p. 40).

O recorte anterior inclui as “aspas indicativas de ironia” como recurso a ser evitado. Consideramos que, na verdade, a ironia no discurso parlamentar é uma estratégia arriscada, pois, mesmo que a fala seja entendida como irônica pelos ouvintes, não se pode esquecer de que os discursos parlamentares são convertidos para a modalidade escrita, onde uma expressão entendida como irônica na forma oral pode parecer verdadeira ao ser lida em uma situação descontextualizada.

O *Manual de redação parlamentar e legislativa* do Senado Federal (BRASIL, 2006), daqui por diante denominado *Manual do Senado*, também recomenda o ajuste dos discursos à oralidade ao abonar o uso de repetições para a memorização dos discursos pelos ouvintes e ao afirmar que, “em textos destinados à leitura em voz alta, como discursos e pareceres, as citações e referências bibliográficas devem ser feitas no corpo do texto, de forma adequada à oralidade”. (Ibid., p. 13). Uma estratégia aconselhada aos redatores para a conferência da adequação do discurso à oralidade é a leitura em voz alta pelo redator: “O consultor ou a consultora, ao elaborar a minuta, deve levar em conta aspectos como o ritmo, a entonação, a facilidade da pronúncia, e assim por diante. Um bom procedimento é a leitura em voz alta após a sua conclusão”. (Ibid., p. 34).

O discurso parlamentar deve privilegiar a linguagem simples, de fácil entendimento, que atinja a um auditório universal, como atesta a seguinte observação constante do *Manual da Câmara*.

Valem, no entanto, os conceitos de clareza e de concisão, expressos anteriormente, por se aplicarem a qualquer tipo de texto que pretenda alcançar o objetivo da comunicação. Nesse sentido, é sempre bom ter em mente que o discurso, por mais solene que seja a ocasião, deverá se adequar à linguagem atual. Desse modo, são de evitar os preciosismos, os rebuscamentos, os arcaísmos sintáticos ou lexicais, para que a mensagem não se perca no trajeto emissor-receptor. (BRASIL, 2004, p. 39).

Clareza, precisão, coerência, concisão e consistência nos discursos parlamentares são itens recomendados pelo *Manual do Senado*. Merece destaque o item relativo à precisão:

- articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto;

- manifestação do pensamento ou da ideia com as mesmas palavras, sempre que possível, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;
- escolha de expressão ou palavra que não confira duplo sentido ao texto, exceto nos casos em que o duplo sentido seja utilizado como recurso de retórica;
- escolha de termos que tenham o mesmo sentido e significado em todo o território nacional ou na maior parte dele, evitando o emprego de expressões regionais ou locais. (BRASIL, 2006, p. 11-12).

A quarta característica da precisão manifesta a necessidade de adequação do discurso parlamentar a um auditório amplo, universal, também demonstrada no trecho que segue:

A partir do advento da TV Senado, as Senadoras e os Senadores passaram a se dirigir cada vez mais ao telespectador, em vez de a um restrito público presente no Plenário. Resulta daí a necessidade de uma interlocução permanente, equilibrada e harmoniosa entre a Consultoria e quem lhe solicita o trabalho. Quando o uso de linguagem mais sofisticada ou de termos técnicos for imperativo, deve-se buscar explicá-los em termos mais simples e acessíveis. (Ibid., p. 10).

Essas recomendações são voltadas aos redatores dos discursos parlamentares, isto é, dizem respeito à textualização do discurso para ser proferido. Se os discursos parlamentares se restringissem a um processo de recepção dos textos escritos por técnicos especializados e proferimento no plenário tal como são entregues, não teríamos o que acrescentar. Entretanto, a dinâmica é mais complexa, pois, apesar de prontos para serem pronunciados, os discursos frequentemente são ajustados pelos oradores durante o proferimento, por vontade própria ou por exigências contextuais, conforme se observa no trecho abaixo:

O SR. CLODOVIL HERNANDES (Bloco/PTC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Narcio Rodrigues, que preside os trabalhos, Sras. e Srs. Deputados, tenho o hábito de falar publicamente há muitos anos. Sou comunicador de grande expressão. Porém, pedi à Assessoria do meu gabinete que digitasse o meu discurso. Prefiro ler o que vou dizer aos Srs. Parlamentares neste momento. (SESSÃO 002.1.53.O, 6/2/2007).

O orador informou que seu discurso seria lido, mas teve de inserir falas em resposta a apartes de seus pares, como o da Deputada Perpétua Almeida:

A Sra. Perpétua Almeida - Pelo menos V.Exa. conseguiu o silêncio no plenário.
O SR. CLODOVIL HERNANDES - Pelo menos isso, não. Os senhores verão quantas coisas eu conseguirei, porque sou um brasileiro que ama o seu País tanto quanto qualquer pessoa que está aqui. E vou me fazer respeitar, porque as coisas que os outros pensam não são as coisas que nós sabemos de nós mesmos. (SESSÃO 002.1.53.O, 6/2/2007).

Esse último trecho, como outros desse pronunciamento, não faz parte do discurso planejado pelo orador. Está aí, portanto, uma demonstração de que os discursos parlamentares, mesmo que previamente elaborados para leitura, podem ser retextualizados durante o pronunciamento. Esse fato leva à seguinte recomendação do *Manual de normas e procedimentos do Detaq* (BRASIL, 2013), doravante denominado *Manual do Detaq*:

“Durante a leitura, o Taquígrafo deve fazer o apanhamento normalmente, para garantir que eventuais trechos proferidos de improviso sejam registrados”. (*Manual do Detaq*, 2013, p. 16). “Trechos omitidos pelo orador durante a leitura devem constar da redação final, a menos que haja pedido expresso de supressão por parte do orador”. (Ibid, p. 17).

Além de os discursos planejados poderem ser retextualizados durante a apresentação, existem aqueles semiplanejados e os de improviso, os quais não recebem os mesmos cuidados que os discursos previamente elaborados e estão, desse modo, sujeitos aos processos de elaboração de textos orais.

Podemos afirmar, pelo exposto, que os discursos parlamentares são retextualizados da escrita para a oralidade pelo orador, o qual empresta seu corpo, com sua mente, sua voz e seus trejeitos para expressar sua intenção comunicativa.

4.2 RETEXTUALIZAÇÃO

Reservamos o termo “retextualização” à passagem do discurso da escrita para a oralidade e da oralidade para a escrita, pois o consideramos adequado para definir a transformação do texto de uma modalidade para a outra. Como vimos ao tratarmos da textualização, os discursos podem se apresentar para a retextualização oral de várias maneiras ou, ainda, pode ser textualizado no momento da apresentação. Essas formas são indicadas pelos retextualizadores da Câmara dos Deputados com as seguintes pistas: a) para pronunciamentos de improviso: “Sem revisão do orador” ou “com revisão do orador”, se o discurso tiver sido revisado⁵¹ pelo orador; b) para pronunciamentos lidos: “pronuncia o seguinte discurso”; c) para pronunciamentos encaminhados pelo gabinete⁵²: “Pronunciamento encaminhado pelo orador”. (Cf. *Manual do Detaq*, 2013, p. 16-18).

Retextualização é um termo ainda não dicionarizado, difundido no Brasil a partir do início da década de 90 do século XX com a tese de Neusa Travaglia, intitulada *A Tradução numa perspectiva textual*, defendida na Universidade de São Paulo em 1993⁵³. A concepção da autora para o termo e a justificativa para seu uso é apresentada nos recortes a seguir:

A tradução vista como retextualização leva em conta que o texto não é só produto, é também processo, uma vez que só existe pelo processo de composição e de leitura.

⁵¹Na Câmara dos Deputados, os oradores podem fazer revisão de seus pronunciamentos e entregá-los alterados para publicação.

⁵²Os deputados podem encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, discursos não pronunciados para inserção nas atas.

⁵³Neste trabalho, usamos a primeira edição publicada em livro, pela EDUFU, em 2003. Assim, o trabalho dessa autora será representado por nós como “TRAVAGLIA, 2003”.

A tradução é pela mesma forma produto e processo: tudo é dinâmico, gerador de significados, fenômeno de mão dupla, de interação. (TRAVAGLIA, 2003, p. 10).
[...]

A tradução será considerada por nós como a retextualização de um segmento linguístico (um texto) numa língua diferente daquela em que foi originariamente concebido. O que acontece realmente no processo de qualquer tradução? O tradutor recoloca em texto numa outra língua a reconstrução de um sentido que faz a partir de uma textualização anterior. (TRAVAGLIA, 2003, p. 63).

Marcuschi utiliza-se do termo concebido por Travaglia para representar a passagem do texto da modalidade oral para a escrita, com a seguinte explicação, em nota de rodapé:

O uso do termo *retextualização*, tal como feito aqui, se recobre apenas parcialmente com aquele feito por Travaglia, na medida em que aqui também se trata de uma “tradução”, mas de uma modalidade para outra, permanecendo-se, no entanto, na mesma língua. (MARCUSCHI, 2003, p. 46).

A preferência do autor pelo uso do termo tem a seguinte justificativa, na mesma nota:

Igualmente poderíamos usar refacção e reescrita, como o fazem Raquel S. Fiad e Maria Laura Mayrink-Sabison (1991) e Maria Bernadete Abaurre et alii (1995)⁵⁴, que observam aspectos relativos às mudanças de um texto no seu interior (uma escrita para outra, reescrevendo o mesmo texto) sem envolver as variáveis que incidem no caso da retextualização como tratada neste estudo, preocupado essencialmente com a passagem da fala para a escrita. (Ibid., p. 46).

A partir dos trabalhos de Travaglia e de Marcuschi, o sentido de “retextualização” ampliou-se e ganhou lugar no terreno da passagem de textos escritos para outros textos escritos, ou seja, a refacção ou reescrita do texto no mesmo gênero ou em gêneros diferentes, conforme se verifica em Matêncio:

Do ponto vista adotado, textualizar é agenciar recursos languageiros e realizar operações linguísticas, textuais e discursivas. Retextualizar, por sua vez, envolve a produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base, o que significa que o sujeito trabalha sobre as estratégias linguísticas, textuais e discursivas identificadas no texto-base para, então, projetá-las tendo em vista uma nova situação de interação, portanto um novo enquadre e um novo quadro de referência. A atividade de retextualização envolve, dessa perspectiva, tanto relações entre gêneros e textos – o fenômeno da intertextualidade – quanto relações entre discursos – a interdiscursividade. (MATÊNCIO, [2003?], p. 4).

Marquesi também abona o termo retextualização para a passagem de um texto escrito para outro também escrito:

Os estudos teóricos sobre *retextualização* têm em Marcuschi (1993)⁵⁵ uma referência fundamental, e ainda que o autor tenha, em seus estudos, visado à relação

⁵⁴O autor refere-se a FIAD, Raquel Salek; MAYRINK-SABINSON, Maria Laura T. A escrita como trabalho. In: MARTINS, Maria H. (Org.). *Questões de linguagem*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 54-63 e ABAURRE, Maria Bernadete M. et al. Considerações sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de refacção textual. *Trabalhos em linguística aplicada*. 1995, 25: 1-25.

⁵⁵A autora refere-se a MARCUSCHI, Luiz Antônio. *O tratamento da oralidade no ensino de língua*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1993. Não tivemos

entre as modalidades oral e escrita da língua, detendo-se na retextualização da fala para a escrita, adoto seus fundamentos, pois acredito que as operações por ele propostas podem ser empregadas na retextualização da escrita para a escrita, como se pode ver a seguir, relacionando-as aos princípios da coerência textual e à referência. (MARQUESI, 2011, 136).

Os taquígrafos, para a passagem da oralidade para a escrita, costumam usar o termo “transcrição” ou, ainda, quando se trata da transcrição de áudio, “degravação”. Nossa preferência por “retextualização” justifica-se pelo fato de não estarmos considerando pura e simplesmente a passagem dos discursos de uma modalidade da língua para outra, mas também as transformações que esses discursos sofrem em virtude da adequação a cada modalidade, além das alterações efetuadas pelos retextualizadores, por motivos diversos, como veremos ao longo desta seção.

A seguir, faremos uma exposição sobre três procedimentos de reformulação recorrentes na oralidade e na escrita: repetição, paráfrase e correção, devido à sua relevância nos processos de retextualização.

4.1.2 Procedimentos de reformulação

Iniciamos esta parte do trabalho com as definições de Barros (2003) e de Garcés Gómez (2004). Conforme a primeira, os atos de reformulação textual são aqueles que têm por objetivo levar o interlocutor a reconhecer a intenção do locutor, ou seja, procuram garantir a intercompreensão na conversação ou em qualquer outro tipo de texto. De acordo com a segunda, reformulação é um procedimento de organização do discurso que permite ao falante voltar sobre um segmento anterior para reinterpretá-lo e apresentá-lo de uma maneira distinta. Para a autora, “o que caracteriza a reformulação em contraste com outras funções discursivas é o processo retroativo que permite explicar, retificar, reconsiderar, recapitular ou distanciar-se de uma formulação prévia”. (GARCÉS GÓMEZ, 2004, p. 664).

As funções da reformulação na oralidade podem ser retóricas ou saneadoras. A primeira “realiza-se basicamente por meio de repetições e parafraseamentos, cuja principal função é, sem dúvida, a de reforçar a argumentação”. (KOCH, 2003, p. 88). Conforme a autora, a reformulação retórica caracteriza-se essencialmente pelo seu aspecto interacional e pode, também, ter a função cognitiva de facilitar a compreensão por meio da desaceleração do ritmo da fala, dando tempo maior para o processamento do que será dito.

A segunda função da reformulação, a de saneamento, pode ocorrer sob a forma de correções ou reparos e de repetições ou de paráfrases saneadoras:

As primeiras decorrem da necessidade de o locutor solucionar, imediatamente após a materialização de um segmento, dificuldades nele detectadas por ele mesmo ou pelos parceiros, podendo, pois, ser auto ou heterocondicionadas. Já as segundas são, via de regra, heterocondicionadas, isto é, provocadas pelo interlocutor. (KOCH, 2003, p. 90).

A função saneadora da reformulação é reconhecida por diversos autores. Dentre eles estão Fávero, Andrade e Aquino, que listam as seguintes atividades indicadoras de “problemas”:

- a) *hesitações*, quando o “problema” é captado durante sua formulação/linearização, isto é, *on-line*, caracterizando-se por seu aspecto prospectivo, já que tem como escopo algo que vem depois;
- b) *correções* e alguns tipos de paráfrases e repetições, denominados por Gülich e Kotschi (1987b) de *refrasagens*: repetição de uma estrutura léxico-gramatical, quando o “problema” é captado após sua formulação [...]. Essas reformulações apresentam um aspecto retrospectivo, tendo como escopo um elemento anterior (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2006, p. 256-257, grifo das autoras).

Na citação anterior, as autoras mencionam o aspecto retrospectivo da correção. Nesse grupo também se enquadram a paráfrase e a repetição, uma vez que voltam a um enunciado anterior para reformulá-lo. A esse respeito, Hilgert (2003, 123) afirma que “a análise de textos orais aponta nitidamente para a distinção entre problemas prospectivos e retrospectivos (terminologia usada por Koch e Oesterreicher (1990, p. 61-2))”⁵⁶.

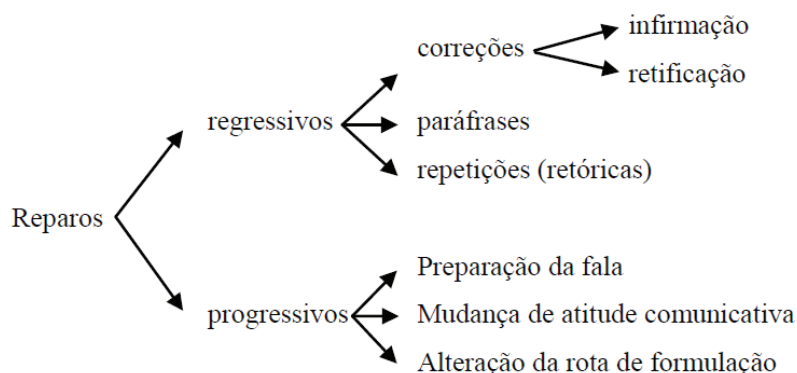
Conforme o autor, os problemas prospectivos caracterizam-se pela sua identificação pelo falante antes da formulação do texto e são marcados por expressões verbais, paralelismos sintáticos, pausas, hesitações, mudanças de ritmo na articulação e diminuições da altura ou do volume de voz. Os problemas retrospectivos, por outro lado, distinguem-se pela identificação após a formulação. Como atividades reformuladoras representativas desses problemas, o autor cita a paráfrase e a correção. A partir da observação dos exemplos analisados, ele afirma:

[...] o fato de o falante retomar um segmento já formulado revela: a) uma descontinuidade, pois retomar sempre significa interromper o fluxo formulativo em andamento; b) um problema de formulação, pois além de o enunciador não encontrar uma alternativa de formulação imediata e definitiva, a retomada não é gratuita; isto é, alguma razão na interação comunicativa a determinou; c) um problema retrospectivo, na medida em que, ao contrário do prospectivo, o falante só percebe o problema e suas dimensões quando ele está sendo ou já se encontra linguisticamente elaborado, levando-o, então, a uma atividade metaformativa. (HILGERT, 2003, p. 128).

⁵⁶O autor refere-se a KOCH, Peter; OSTERREICHER, Wolf. *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer, 1990.

Barbosa (2000) apresenta um esquema que julgamos providencial para um resumo do que vimos até agora. Com a observação de que a autora chama de “reparo” ao que denominamos de “reformulação”, segue o esquema referido:

Figura 9 – Esquema de reformulação textual



Fonte: Barbosa, 2000, p. 106.

Os processos reformuladores em pauta são compostos de duas partes: o enunciado matriz e o enunciado reformulador. Há, porém, entre os dois enunciados, um elemento que serve para indicar o tipo de reformulação, ou seja, se é uma repetição, uma paráfrase ou uma correção: são os marcadores de repetição, de paráfrase e de correção.

Após essa parte introdutória sobre os processos reformuladores, trataremos individualmente da repetição, da paráfrase e da correção.

4.1.2.1 Repetição

O uso da repetição, de acordo com Camacho Adarve (2009), apresenta duas contradições na medida em que tanto é aceito quanto rejeitado em registros formais, pois, enquanto no ensino ela é repudiada em nome de um estilo fluido, em áreas como Direito, Literatura, Publicidade e Política, é aceita em nome da clareza e do estilo e como instrumento de apoio à argumentação. Nas palavras da autora:

[...] nas instituições de ensino se insiste em seu repúdio em busca de um estilo fluido, provido de desenvoltura léxica e gramatical. Isso parece indicar que não é um procedimento apto para registros formais. Contudo, nas esferas do Direito, seu emprego é aceito para evitar ambigüidades e facilitar a tarefa do juiz; na Literatura, encontra-se permissão tácita para repetir em nome da licença estilística amparada no artístico. [...] A mesma ideia pode ser aplicada no âmbito da publicidade e da política, onde repetir é obrigado por sua função de convicção mais ou menos subliminar.⁵⁷ (CAMACHO ADARVE, 2009, p. 13, tradução nossa).

⁵⁷Original: [...] en los centros de enseñanza se insiste en su rechazo, en aras de un estilo fluido, provisto de desenvoltura léxica y gramatical; esto parece indicar que no fuera un procedimiento apto para registros altos; sin embargo, en las esferas del Derecho, su empleo se acepta para evitar ambigüedades y facilitar la tarea al juez; en la literatura, encontramos un permiso tácito para repetir, en clave de licencia estilística amparada en lo artístico;

A repetição é prática corrente na oralidade e cumpre funções diversas, como veremos adiante. Mas como se define esse recurso reformulador? Repetir é reformular? Iniciamos as respostas com Garcés Gómez (2004):

A repetição é um fenômeno que consiste em reiterar, em seu aspecto formal, uma parte ou a totalidade dos elementos de um segmento ou enunciado anterior, com suas possíveis modificações (de entonação, de unidades dêiticas, de morfemas verbais, etc.) e com variações no sentido semântico e pragmático do novo segmento com relação ao anterior.⁵⁸ (GARCÉS GÓMEZ, 2004, p. 439, tradução nossa).

Marcuschi (2006) também nos traz esclarecimentos sobre o assunto ao informar que repetição é a produção de segmentos textuais idênticos, nos quais o segmento repetido é realizado sem variação em relação à primeira entrada (repetição exata), ou semelhantes, em que há produção de um segmento com variação, seja no item lexical ou na estrutura, incluindo-se a variação prosódica, duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo. O autor afirma que, “intuitivamente, todos admitimos que repetir é produzir o mesmo segmento linguístico duas ou mais vezes. Contudo, a repetição não é um simples ato tautológico, pois ela expressa algo novo”. (MARCUSCHI, 2006, p. 220).

Camacho Adarve (2009) vai ao encontro da ideia de Marcuschi de que repetição não implica redundância, pois rejeita a opinião de alguns autores de que, na repetição, haveria um “grau zero” de reformulação. Para ela, no discurso, as repetições devem ser consideradas como procedimentos de reformulação porque, na segunda vez em que se expressa algo, mesmo que pareça ser a mesma coisa, a nova expressão carrega múltiplas informações não constantes do enunciado original. Essa opinião é sustentada nas seguintes palavras:

As repetições, pois, copiam as emissões próprias ou alheias, mas em nenhum caso reproduzem o mesmo sentido pragmático, a mesma denotação de sua “matriz” ou “fonte”. Essa igualdade, essa identidade total entre significante e significado ou “repetição idêntica” é impossível sob o ponto de vista discursivo, seja foneticamente – inclusive sendo o mesmo falante o que efetua tal repetição – seja textual, seja interativamente. Isso ocorre porque a repetição carrega uma espécie de “história discursiva” mais ampla que a do segmento original, o que repercute na diferença de significado pragmalinguístico entre o primeiro e o segundo fragmento emitido. (CAMACHO ADARVE, 2009, p. 14, tradução nossa).⁵⁹

[...] El mismo planteamiento se puede elaborar sobre las repeticiones en los ámbitos de la publicidad o de la política, donde repetir es obligado por su función de convicción, más o menos subliminal.

⁵⁸Original: La repetición es un fenómeno que consiste en reiterar en su aspecto formal una parte o la totalidad de los elementos de un segmento o enunciado anterior, con posibles modificaciones (de entonación, de unidades dêiticas, de morfemas verbales, etc.) y con variaciones en el sentido semántico y pragmático del nuevo segmento respecto del anterior.

⁵⁹Original: “Las repeticiones, pues, copian las emisiones propias o ajenas, pero en ningún caso reproducen el mismo sentido pragmático, la misma denotación de su ‘matriz’ o ‘fuente’. Esa igualdad, esa identidad total entre significante y significado o ‘repetición idêntica’ es imposible desde el punto de vista discursivo, ya fonéticamente – incluso siendo el mismo hablante el que efectúa tal repetición –, ya textual, ya interactivamente. Ello es así porque la repetición arrastra una especie de ‘historia discursiva más larga que la del segmento

As repetições podem ser classificadas de acordo com a autoria, a literalidade, a abrangência e a posição no enunciado. De acordo com Garcés Gómez, “na caracterização da repetição, devem-se levar em conta vários aspectos: 1) se ela é realizada pelo próprio falante ou por um interlocutor distinto; 2) se é literal ou não literal; 3) se alcança a totalidade ou só uma parte dos elementos; 4) se é imediata ou distante”.⁶⁰ (GARCÉS GÓMEZ, 2004, p. 439, tradução nossa).

Ao se referir à “repetição realizada pelo próprio falante”, a autora põe em foco a autorrepetição, também chamada de repetição própria ou monológica e, ao mencionar a “repetição por um interlocutor distinto”, ela evidencia a heterorrepetição, também denominada de alorrepetição ou repetição dialógica.

Quanto à literalidade ou não das repetições, repetimos as palavras da autora: “A repetição é literal quando as mesmas palavras são pronunciadas com idêntica curva melódica e é não literal quando se introduzem variações ou modificações que podem ser de diversos tipos”. (Ibid., p. 441)⁶¹. Dentre os tipos listados pela autora estão: a) repetição das mesmas palavras com entonação diferente; b) transformação de perguntas em afirmações e vice-versa; c) substituições relativas à dêixis pessoal quando se trocam os interlocutores; d) alteração na ordem dos elementos, nos modos ou nos tempos verbais; e) variação do segmento anterior pela inserção ou eliminação de algum elemento na nova formulação.

Sobre a abrangência das repetições, a autora informa que ela pode ser total quando se reproduz o segmento, enunciado ou intervenção anterior em sua totalidade, ou parcial, quando se reitera apenas uma parte. A repetição total costuma ser usada para intensificar um segmento que se quer destacar, dando maior força ao ato ilocutivo; a repetição parcial, por sua vez, costuma ser usada quando o falante deseja apenas reiterar o segmento considerado relevante, esclarece a autora.

A respeito da posição no enunciado (se é imediata ou distante), a autora afirma que a repetição pode ocorrer de forma consecutiva (quando se reitera um segmento na continuação do anterior, no caso da autorrepetição, ou quando ela é feita por um interlocutor)

original, lo que repercute en la diferencia de significado pragmalingüístico entre el primer y el segundo fragmento emitido”.

⁶⁰Original: En la caracterización de la repetición hay que tener en cuenta varios aspectos: 1) si es realizada por el propio hablante o por un interlocutor distinto; 2) si es literal o no literal; 3) si alcanza a la totalidad o sólo a una parte de los elementos; y 4) si es inmediata o diferida.

⁶¹Original: la repetición es *literal*, cuando las mismas palabras son pronunciadas con idéntica curva melódica, y es *no literal*, cuando se introducen variaciones o modificaciones que pueden ser de distinto tipo.

ou distante (quando existem outros elementos intercalados entre os segmentos repetidos ou há intervenções dos interlocutores).

As repetições podem ser identificadas por marcadores específicos para os discursos próprios e de terceiros. Segundo Blas Arroyo (1999), tipologicamente, os marcadores dos discursos próprios distinguem-se dos marcadores dos discursos alheios. Há repetições em forma de citação e em forma de eco. As primeiras “são reconhecíveis pela menção do interlocutor e pela indicação metalinguística de seu ato de fala precisamente mediante o uso de tais marcadores”⁶² (BLAS ARROYO, 1999, p. 12, tradução nossa), ao passo que as repetições em eco não são marcadas:

[...] as repetições em eco não utilizam tais sinais de marcação. Stati (1993)⁶³ distingue dentre elas dois tipos: ao primeiro, pertencem aquelas expressões nas quais o interlocutor toma um fragmento do discurso do falante para reproduzi-lo não só de forma idêntica verbalmente mas também do ponto de vista entonacional. No segundo, pelo contrário, se incluem aquelas repetições de um fragmento prévio de outro falante nas quais se produz alguma modificação tanto segmentar quanto suprasegmentar.⁶⁴ (Ibid., p. 12-13, tradução nossa).

O autor relata ter observado em seu trabalho que as repetições em eco – em que o interlocutor interrompe o discurso do falante para criticá-lo, corrigi-lo ou ridicularizá-lo – são mais frequentes no debate político eleitoral que as citações.

As funções da repetição na conversação são diversas, dentre elas, colaborar na produção, na compreensão, na conexão, na interação e na coerência (Cf. TANNEN, 1987, p. 58 et seq.). As funções apresentadas pela autora, resumidamente, são exercidas: a) na produção: habilita o falante a produzir a linguagem de forma mais eficiente, com menos gasto de energia, e contribui para a fluência discursiva; b) na compreensão: a natureza automática da repetição facilita o entendimento por propiciar um discurso semanticamente menos denso; c) na conexão: tem função referencial e de ligação; d) na interação: contribui para a realização de objetivos sociais ou orienta o assunto da conversação; e) na coerência como envolvimento interpessoal: fornece recursos para a manutenção da conversação.

Também com relação às funções da repetição, em outros termos, mas referindo-se a aspectos semelhantes, Garcés Gómez (2004) destaca as funções textuais, conversacionais e

⁶²Original: [...] son reconocibles porque contienen la mención del interlocutor y la indicación metalingüística de su acto de habla precisamente mediante el uso de dichos marcadores.

⁶³O autor refere-se a STATI, S. “Author” and “speaker” of the utterance. In: H. Löffle; C. Grolimund; M. Gyer (eds). *Dialoganalyse IV*. Referate de 4. Arbeitstagung, Basel 1992. Tübingen: Niemeyer, 1993. p. 367-374.

⁶⁴Original: las repeticiones en eco no utilizan tales señales de marcación. Stati (1993) distingue dentro de ellas dos tipos. Al primero pertenecen aquellas expresiones en las que el interlocutor toma un fragmento del discurso del hablante para reproducirlo no solo de forma idéntica verbalmente sino también desde el punto de vista entonacional. En el segundo, por el contrario, se incluyen aquellas repeticiones de un fragmento previo de otro hablante en la que se produce alguna modificación tanto segmental como suprasegmental.

interativas da repetição. Conforme a autora, as primeiras cumprem um importante papel como elemento de coesão entre as distintas sequências que compõem o discurso e como elemento que contribui para a organização informativa dos enunciados que o constituem; as segundas, estreitamente ligadas às primeiras, relacionam-se à troca de papéis do emissor e do receptor, com a tomada ou a concessão do turno e com atos de controle do diálogo; as terceiras marcam as relações que se estabelecem entre os participantes na conversação e comportam aceitação ou desacordo entre os participantes do evento comunicativo.

O papel da repetição apontado por Garcés Gómez não difere daquele indicado por Marcuschi (2006) para o mesmo fenômeno, já que esse autor declara que a repetição é uma das estratégias de formulação textual mais presente na oralidade e exerce várias funções nas atividades interacionais. De acordo com o autor:

Por sua maleabilidade funcional, a repetição assume um variado conjunto de funções. Contribui para a organização discursiva e para a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e a geração de sequências mais compreensíveis; dá continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas. Disso tudo resulta uma textualidade menos densa e maior envolvimento interpessoal, o que torna a repetição essencial nos processos de textualização na língua falada. (MARCUSCHI, 2006, p. 219).

O autor resume o papel da repetição da seguinte forma:

Quanto às suas funções, a repetição tem na coesividade e condução do tópico sua presença mais frequente e sistemática; já as funções de argumentatividade e interação têm uma presença mais variada. Com isso, a repetição constitui-se numa estratégia valiosa para o processo textual-interativo, seja na sua contribuição para o processamento informacional, seja na preservação da funcionalidade comunicativa. (Ibid., p. 254).

Camacho Adarve apresenta funções para a repetição que se referem a atitudes de cortesia e descortesia na interação, que são as “funções empáticas” e “antipáticas”. No entender da autora:

As repetições proporcionam relações afáveis e corteses entre falantes na medida em que suavizam os imperativos, mostram adesão ao que está sendo dito, introduzem pessoas na conversação ou salvaguardam suas imagens, conseguem a atenção dos ouvintes e geram um sentimento lúdico mediante o humor.⁶⁵ (CAMACHO ADARVE, 2009, p. 208, tradução nossa).

As funções empáticas, como explícito na citação anterior, são representativas de cortesia. O contrário acontece com as repetições antipáticas, as quais demonstram atitudes de descortesia principalmente sob a forma de sarcasmo:

O automatismo da repetição facilita a produção de uma resposta na conversação, mas quando ela contém variação, ao contrário do que acontece com o humor

⁶⁵Original: Las repeticiones proporcionan relaciones afables y corteses entre hablantes, en la medida que suavizan los imperativos, muestran adhesión a lo que se ha dicho, introducen a personas en las conversaciones o salvaguardan su imagen, consiguen la atención de los oyentes y generan un sentimiento lúdico mediante el humor.

empático, serve para "instigar" o primeiro orador. Com uma nova entonação – aquela a que temos chamado de irônica – as palavras tornam-se caricaturas que expressam dúvidas e destruição mediante o escárnio sobre a validade do original.⁶⁶ (Ibid., p. 211, tradução nossa).

Um texto providencial para nosso trabalho é o de Blas Arroyo (1999), sobre o debate político-eleitoral, em que analisa as repetições produzidas pelos candidatos às eleições gerais espanholas de 1993, José María Aznar e Felipe Gonzales, em debates televisivos. A importância desse estudo para nossa pesquisa prende-se ao fato de o debate político eleitoral televisivo guardar fortes semelhanças com o debate político parlamentar, já que dispõe de um moderador (o presidente da sessão), de debatedores (os parlamentares) e de audiência (os próprios parlamentares, o público presente e os assistentes da TV Legislativa). Isso nos leva a entender que as repetições nesses dois gêneros do discurso político tenham a mesma motivação e semelhante configuração.

Conforme o autor, no debate político eleitoral, ocorrem tanto a autorrepetição quanto a heterorrepetição. As autorrepetições aparecem principalmente nas sequências monologais do debate, em que o falante tem garantida a palavra e tentativas de interrupção são raras, pois violam as normas do debate. As heterorrepetições, por sua vez, caracterizam-se por sequências dialogais advindas da interrupção de um interlocutor no transcurso da intervenção do oponente, com funções diversas, mas quase sempre com um componente interacional conflituoso provocado pela manifestação do desacordo, pela intenção de retificação da fala do adversário ou pela mostra de ironia às suas palavras.

Apesar das regras estabelecidas para os debates, as tentativas de interrupção são frequentes, o que obriga os detentores da palavra a usarem diversas estratégias para a manutenção do turno, dentre elas a repetição. Reproduzindo as palavras do autor:

Como assinala Stati (1995)⁶⁷, a repetição própria é também característica das relações simétricas nos diálogos, o que, em nosso caso, pode ocorrer quando o falante que está em uso da palavra intervém imediatamente após ou durante a interrupção do interlocutor. (BLAS ARROYO, 1999, p. 10, tradução nossa).

As repetições podem ter origem no estilo dos falantes, como aquelas a que Blas Arroyo (1999) chama de “tique verbal” (repetições automáticas de algumas palavras), ou

⁶⁶Original: El automatismo de la repetición facilita la producción de una respuesta en la conversación, pero cuando esta contiene variación, al contrario de lo que acontecía con el humor empático, sirve para “espolear” al primer hablante. Con una nueva entonación – la entonación que hemos llamado irónica – las palabras se convierten en caricaturas que expresan duda y destrucción mediante la mofa sobre la validez del original.

⁶⁷O autor refere-se a STATI, Sorin. L'argumentation dans les dialogues: les stratégies d'appui. In: Cahiers du Centre interdisciplinaire des sciences du langage 10, *Actes du colloque "Le dialogue en question"*, 1993. p. 93-100. A data informada pelo autor, 1995, não corresponde àquela constante da página de Sorin Stati na internet. Disponível em: <http://sorin.stati.free.fr/articles_1990.php>. Acesso em: 30 jun. 2015.

podem ser polifônicas, provenientes do conhecimento partilhado pelos interlocutores. Conforme o autor, os tiques verbais aparecem de maneira recorrente no discurso político eleitoral, em especial quando as intervenções são longas; as repetições polifônicas, por outro lado, costumam ser representadas por citações de diversas origens.

No âmbito do discurso político eleitoral, Blas Arroyo (1999) chama a atenção para as repetições com funções cognitivas, textuais, conversacionais e interacionais. As de funções cognitivas são atribuídas pelo autor à extensão das falas apresentadas nessa categoria de discurso, uma vez que, para vencer o adversário e convencer a audiência, o orador necessita de “economia e efetividade na comunicação” para facilitar não apenas sua tarefa, mas também a compreensão da audiência.

No rol das repetições com funções textuais, o autor inclui aquelas que têm funções não argumentativas – usadas pelo orador para a recuperação de tópicos após digressões, para a retomada da palavra após interferências orais ou gestuais do interlocutor ou para a continuação da fala após autocorreções – e argumentativas – em que a repetição focaliza a atenção sobre um tópico no desenvolvimento da argumentação levada a cabo pelo falante. Essas últimas podem ocorrer: a) no início de um tópico, onde “o falante repete determinadas construções no momento em que, depois de uma troca de tópico, dá começo a uma nova sequência temática”; b) na continuação de um tópico, em que “a repetição serve, com frequência, para fazer uma ponte entre a menção de um tópico e os dados sucessivos que o completam, com a finalidade de esclarecer ou de especificar seu alcance”; c) no encerramento de um tópico, “acompanhado quase sempre de realce enfático”; d) no realce de tópico, em que “a repetição não leva a cabo o encerramento de uma sequência temática, mas focaliza a atenção, mediante realce articulatório de uma determinada parte no desenvolvimento da argumentação”. (Cf. BLAS ARROYO, 1999, p. 23 et seq.)

As repetições com funções conversacionais relacionam-se ao sistema de turnos e podem ocorrer no início do turno, na sua manutenção e no seu encerramento. No que respeita ao início de turnos, conforme o autor, é comum que as primeiras palavras de um candidato ao assumir o turno sejam repetidas como apoio verbal para o preenchimento do vazio entre a assunção da palavra e o começo da argumentação e, por isso, é habitual que tais repetições sejam precedidas e seguidas por pausas, hesitações ou outros sinais paralinguísticos.

No debate político eleitoral, a repetição na manutenção de turnos é atribuída pelo autor à necessidade de lutar pela posse do turno, nem sempre garantida pelo moderador. O encerramento de turnos com repetição de determinadas palavras assemelha-se à conclusão de tópicos, mas há algumas diferenças:

[...] enquanto a conclusão de um tópico em desenvolvimento da intervenção deve ser acompanhada de um realce articulatório e de uma entonação ascendente, as repetições ao final do turno devem ser do tipo contrário, amortização do volume de voz e entonação descendente. Na realidade, assistimos aqui a um desenlace lógico da comunicação linguística segundo a qual as proposições conclusivas acabam por lógica com um descendo entonacional. (BLAS ARROYO, 1999, p. 30, tradução nossa)⁶⁸.

As funções interacionais da repetição no debate político eleitoral são atreladas ao contexto de conflito que envolve tais debates. Como assinala o autor, “o que singulariza o debate eleitoral no conjunto das interações é o predomínio das relações de caráter conflituoso em detrimento das relações de solidariedade, mais habituais na conversação ordinária”.⁶⁹ Assim, “dada a natureza conflituosa do gênero, a repetição, como outras estratégias discursivas, é empregada para ressaltar o que separa os interlocutores e não o que os une, para insistir no desacordo em lugar do acordo e da solidariedade”. (Ibid., p. 31).⁷⁰

O autor destaca ainda, no debate político eleitoral, a existência de repetições opcionais e obrigatórias e chama a atenção para as segundas, que são características da abertura do debate pelo moderador e pelas sequências de saudação dos debatedores, correspondentes às normas de cortesia.

Nos discursos parlamentares, a repetição tem lugar marcado nas sequências de encaminhamento da sessão pelo presidente e no cumprimento dos oradores a seus pares, mas ela se faz presente também em muitas outras situações. Trazemos, como ilustração, trechos do discurso de renúncia do Deputado Severino Cavalcanti, no qual são observados vários exemplos de repetição, como vocativos e palavras que indicam o sentimento do orador naquele momento:

Meus prezados companheiros de representação popular, minhas prezadas Deputadas, minhas senhoras, meus senhores, as palavras de Euclides da Cunha em *Os Sertões* ecoam ainda nas terras mais longínquas do Nordeste: “*O sertanejo é antes de tudo um forte*”.

[...]

E diante do que estou vivendo no momento, diante das circunstâncias que me cercam de ameaças, de escárnio, de contestação, de processos sem causa, eu me

⁶⁸Original: “[...] mientras la conclusión de un tópico en el desarrollo de la intervención suele ir acompañada de un realce articulatório y de una entonación ascendente, las repeticiones al final del turno de palabra suelen ser del tipo contrario, amortiguación del volumen de voz y entonación descendente. En realidad asistimos aquí a un desenlace lógico en la comunicación lingüística según el cual las proposiciones conclusivas acaban por lógica con un descendo entonacional”.

⁶⁹Original: Lo que singulariza al debate electoral en el conjunto de las interacciones es el predominio de las relaciones de carácter conflictivo en detrimento de las relaciones de solidaridad, más habituales en la conversación ordinaria.

⁷⁰Original: “[...] dada la naturaleza conflictiva del género, la repetición, como otras estrategias discursivas, se emplea para subrayar lo que separa a los interlocutores y no lo que los une, para insistir en el desacuerdo en lugar del acuerdo y la solidaridad”.

recordo de que *o sertanejo é antes de tudo um forte* e tento me lembrar do que isso queria dizer para mim.

[...]

Já anunciava o profeta Jó: “*O júbilo dos ímpios é breve, e a alegria dos hipócritas apenas um momento*”. (SESSÃO 257.3.52.O, 1/9/2005).⁷¹

No discurso, há mais três citações, atribuídas à imprensa, cuja transcrição é desnecessária neste trabalho.

4.1.2.2 Paráfrase

Paráfrase é um tema do qual se têm ocupado muitos autores a partir da segunda metade século XX. Ela faz parte de nosso cotidiano, seja nos textos orais seja nos escritos, tanto quando não nos damos conta de que estamos parafraseando quanto nos momentos em que anunciamos que vamos parafrasear o dito ou o escrito por alguém.

A definição de paráfrase não diferencia muito de fonte para fonte. Assim, encontramos em Gülich e Kotschi (1987, p. 30, tradução nossa): “parafrasear é, antes de tudo, produzir um enunciado do tipo xRy, em que x e y são dois segmentos da estrutura proposicional do texto e R é uma relação semântica”⁷²; em Hilgert (2003, p. 126): “um enunciado que reformula um enunciado anterior, mantendo com este uma relação de equivalência semântica”; em Hilgert (2006, p. 275): “O parafraseamento é uma estratégia de construção textual que se situa entre as atividades de reformulação, por meio das quais novos enunciados remetem, no curso da fala, a enunciados anteriores, modificando-os parcial ou totalmente”; em Hilgert (2009, p. 184): “enunciado-alvo resultante de uma atividade de reformulação de um enunciado-origem, por meio da qual se realiza, em dada situação discursiva, uma predicação de identidade semântica entre os dois enunciados”; em Petit (2006, p. 366): “A paráfrase é uma relação de equivalência entre dois enunciados, um deles podendo ser ou não a reformulação do outro”; em Neveu (2008, p. 232): “chama-se paráfrase a relação de equivalência semântica entre dois segmentos linguísticos. Dois enunciados podem ser tidos como paráfrase quando manifestam as mesmas condições de verdade”.

A partir dessas definições, podemos entender que paráfrase é o resultado de uma reformulação textual pela qual se restaura o conteúdo de um texto fonte em um texto derivado, em um contexto específico, com equivalência semântica. Os estudos da paráfrase,

⁷¹Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2005/9/V210905.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2016.

⁷²Original: Paraphraser, c’est avant tout produire un énoncé de la forme xRy, où x et y sont deux segments de la structure propositionnelle du texte et où R est une relation sémantique.

tal como a entendemos hoje, coincidem com aqueles voltados ao texto, conforme se depreende das palavras de Fuchs:

O termo “paráfrase” aparece na literatura linguística por volta dos anos 60 em função do triplice desenvolvimento de pesquisas em matéria de tratamento automático de texto; do estudo sistemático das relações entre frases (gramáticas transformacionais) e do alargamento das preocupações semânticas (da palavra ao enunciado). (FUCHS, 1985, p. 129).

Destacamos as observações da autora sobre “paráfrase como sinonímia de frases” e “paráfrase como reformulação”. No primeiro caso, ela deixa claro que a mesma questão que se aplica à sinonímia entre palavras aplica-se também à paráfrase, ou seja, assim como um sinônimo pode não representar perfeitamente uma palavra, uma paráfrase pode não reproduzir o mesmo sentido da matriz tendo em vista aspectos contextuais. Quanto ao segundo caso, paráfrase como reformulação, a autora informa:

A tradição retórica e literária tem, desde sempre, abordado a paráfrase no plano do discurso como uma atividade efetiva de reformulação pela qual o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto fonte sob a forma de um texto segundo”. (Ibid., p. 133).

As paráfrases caracterizam-se de acordo com a autoria (autoparáfrases e heteroparáfrases) e com a iniciativa (autoiniciadas e heteroiniciadas). Hilgert (2006, p. 285) propõe o seguinte quadro classificatório para elas:

- a) autoparáfrases autoiniciadas – L1 parafaseia L1 por iniciativa de L1;
- b) autoparáfrases heteroiniciadas – L1 parafaseia L1 por iniciativa de L2;
- c) heteroparáfrases autoiniciadas – L1 é parafaseado por L2 por iniciativa de L2;
- d) heteroparáfrases heteroiniciadas – L1 é parafaseado por L2 por iniciativa de L1.

O autor cita alguns traços desses tipos de paráfrase, com base em exemplos de seu *corpus*, dos quais destacamos os seguintes: as autoparáfrases autoiniciadas são mais frequentes, principalmente em turnos longos e com pouca interferência do ouvinte; as autoparáfrases heteroiniciadas tendem a ser mais complexas que as matrizes e a ter caráter explicativo; as heteroparáfrases autoiniciadas são comumente introduzidas por marcadores que demonstram concordância; as heteroparáfrases heteroiniciadas costumam ocorrer em contextos em que o falante tem dificuldade de encontrar o termo adequado e pede ajuda do interlocutor.

Hilgert (2003) enfoca dois aspectos da paráfrase que vale destacar: são os aspectos distribucionais e a semântica das relações parafrásticas. O aspecto distribucional diz respeito à localização da paráfrase no enunciado, ou seja, se ela é adjacente ou não adjacente ao enunciado matriz. As duas formas têm funções diferenciadas, pois, conforme indica o autor, “às primeiras cabe uma função local no desenvolvimento do texto; as últimas estruturam a conversação num nível mais abrangente”. (Ibid., p. 133).

A noção de paráfrase remete à existência de equivalência semântica entre dois enunciados, como já vimos anteriormente. Entretanto, Gülich e Kotschi (1993) apontam um aspecto que consideram importante, que é o grau de equivalência entre os enunciados, pois esse grau pode variar consideravelmente pela possibilidade de haver equivalência não apenas entre enunciados que têm estrutura sêmica idêntica, mas também aqueles em que os semas comuns são mais ou menos reduzidos. Outro aspecto relevante apontado pelos autores é o fato de que, no discurso oral, a relação de equivalência pode se apresentar sob a forma de expansão, de redução ou de variação.

Segundo esses autores, as paráfrases do tipo redução são aquelas que apresentam significante mais complexo que o significante do enunciado fonte e concretizam-se sob a forma de explicação definidora e exemplificação; as do tipo redução possuem características inversas às paráfrases do tipo expansão, ou seja, são menos complexas que o enunciado fonte e prestam-se a denominações e a resumos; as paráfrases do tipo variação não apresentam redução nem expansão e são caracterizadas pelo fato de que os sememas do enunciado fonte não são decompostos em enunciado reformulador expandido nem reduzido.

As paráfrases são normalmente compostas do enunciado matriz, do enunciado parafrástico e do marcador de relação parafrástica. Entretanto, afirmam os autores, há casos em que a paráfrase não contém marcador no senso estrito e a relação parafrástica é assinalada por outros elementos constituintes da linguagem. Dessa forma, há diferentes formas de realizar a marcação parafrástica, seja pelo uso de expressões como “je m’explique” (eu me explico), “c’est-à-dire” (isto é), “précisément” (precisamente), “enfin” (enfim), “donc” (portanto), “bon” (bom), “autrement dit” (dito de outro modo) ou por meio de expressões suprasegmentais e paralinguísticas, como entonação e velocidade da fala, dentre outras.

A respeito das funções da paráfrase, Gülich e Kotschi (1987) afirmam que seu emprego permite ao locutor resolver problemas concernentes às hipóteses do interlocutor, à compreensão e à proteção de faces, dentre outros. Os problemas a serem resolvidos têm origem frequentemente nos processos interativos:

[...] de um lado, no que se refere à compreensão, a saber, a necessidade de assegurar a compreensão, as hipóteses dos interlocutores a respeito dos conhecimentos ou das capacidades intelectuais dos outros, as ideias que têm do saber compartilhado etc.; de outro lado, há problemas que resultam das relações dos interlocutores entre eles, as atitudes de um diante do outro, e as ameaças potenciais às faces positivas ou negativas que constituem todo ato comunicativo.⁷³ (GÜLICH; KOTSCHI, 1987, p. 335, tradução nossa).

⁷³Original: [...] d'une part, dans tout ce qui relève de la compréhension, à savoir la nécessité d'assurer la compréhension, les hypothèses des interlocuteurs concernant les connaissances ou les capacités intellectuelles

As funções da paráfrase são organizadas por Hilgert de acordo com seus tipos. Conforme o autor, “a pertinência da classificação das paráfrases em adjacentes e não-adjacentes está nas funções distintas que umas e outras exercem na construção do texto”. (HILGERT, 2006, p. 283-284). Ele afirma que as paráfrases não-adjacentes atuam na macroestrutura textual, enquanto as adjacentes agem no nível microestrutural do texto: “as paráfrases não-adjacentes tecem a macroestrutura de um tópico conversacional, na medida em que mantêm a centração tópica; demarcam diferentes etapas do desenvolvimento do tópico; e, geralmente por meio de paráfrases resumidoras, lhe fazem o fechamento”. (Ibid., p. 284).

Quanto às paráfrases adjacentes, o autor postula que, “encadeadas ou não, na maior parte de suas ocorrências elas realizam a aproximação lexical no processo de escolha do termo mais adequado para os propósitos comunicativos do falante”. (Ibid., p. 284). As funções desse último tipo são, ainda, determinadas pela extensão da paráfrase, pois “se a relação parafrástica for constituída de enunciados longos, predominam as funções explicativa, precisadora, informadora, definidora e exemplificadora”. (Ibid., p. 284).

Vimos anteriormente que “paráfrase é o resultado de uma reformulação textual pela qual se restaura o conteúdo de um texto fonte em um texto derivado, em um contexto específico, com equivalência semântica”. Temos de observar, porém, que os graus de equivalência podem variar e, assim, comprometer o sentido pretendido no enunciado matriz, e, ainda, já que o texto comporta vários sentidos e depende tanto dos contextos de produção e de recepção quanto dos conhecimentos enciclopédicos e partilhados, um enunciado pode ser parafraseado de várias formas.

O expresso no parágrafo anterior evoca a opinião de Fuchs de que o trabalho de interpretação é variável segundo os sujeitos e as situações e, assim, cada indivíduo percebe e restaura o texto de modo diferente. Dessa forma, “a reformulação parafrástica consiste em identificar a significação do texto-fonte assim reconstruída àquela do novo texto (ele também interpretado pelo enunciador no momento mesmo em que ele o produz como paráfrase)” (FUCHS, 1985, p. 134), mas a identificação do significado do texto não se sustenta, pois ela “é sempre momentânea (válida num contexto e numa situação particulares) e frágil (já que resulta de um ‘apagamento’ de diferenças) e por isso a possibilidade de polêmicas (‘mas isto não é o que quer dizer o texto (ou seu autor)’”. (Ibid., p. 134).

des autres, les idées qu'ils se font du savoir partagé etc.; d'autre part, il y a des problèmes qui résultent des relations des interlocuteurs entre eux, des attitudes de l'un vis-à-vis de l'autre, et des menaces potentielles pour leurs faces positives ou négatives que constitue tout acte communicatif.

A fragilidade da identificação do significado a que se refere Fuchs nos remete à retextualização de discursos políticos parlamentares. Há diversos relatos de pesquisadores, de parlamentares e até mesmo de profissionais envolvidos na retextualização desses discursos que revelam essa fragilidade. Testemunha desse fato é Cortelazzo (1985) ao comparar discursos proferidos no Senado italiano com suas transcrições. O interesse do autor pelo assunto originou-se na observação, em pesquisa sobre a linguagem política, de substituições sistemáticas de palavras consideradas inadequadas por reticências e pela constatação de queixas de deputados, registradas em atas, de que os estenotipistas falseavam os discursos.

Oliveira (2009) também evidencia o problema da atividade parafrástica na retextualização de discursos parlamentares ao afirmar que os discursos parlamentares retextualizados, que deveriam primar pela fidelidade ao dito pelo orador e pelo respeito ao seu estilo, por vezes sofrem mudanças que afastam o texto derivado do texto fonte. Essa afirmação da autora baseia-se em sua pesquisa de Mestrado realizada com o objetivo de analisar alterações promovidas por retextualizadores na passagem de discursos parlamentares orais para a modalidade escrita, tendo em vista as implicações de tais alterações para os sentidos do texto.

Com os trabalhos dos dois últimos autores, mostramos, em parte, as complicações da atividade parafrástica na retextualização de discurso parlamentares, cujos oradores, na busca do salvamento de suas faces, não raras vezes negam o que disseram no parlamento.

4.1.2.3 Correção

Antes de tudo, é necessário que se estabeleça o que será visto como correção neste trabalho, já que esse termo e reparo são muitas vezes considerados sinônimos. Segundo Schegloff (2010), pessoas em interação frequentemente enfrentam “problemas”⁷⁴ para falar, ouvir ou entender e, em razão desses problemas, são promovidos reparos ao longo da atividade interacional. O termo reparo, nesse caso, tem significado amplo e não pode ser usado como sinônimo de correção, expressão utilizada por Schegloff e seguidores para representar um dos tipos de reparo, isto é, aquele em que um item considerado errado é substituído por outro julgado correto. Dentre as evidências apontadas por Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) para a não sinonímia entre reparo e correção está o fato de que pode haver

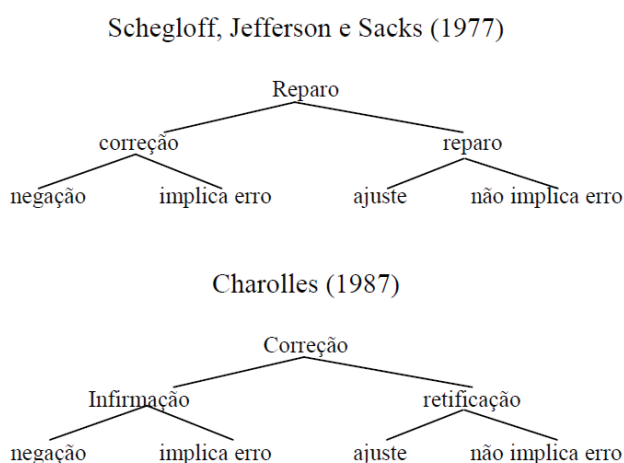
⁷⁴As aspas justificam-se pelo fato de que aquilo que se configura como problemático para um interlocutor pode não se apresentar como problema para outro, como ocorre também com os termos “erro”, “correto” e “adequado”, já que são conceitos subjetivos.

reparo onde não há erro, engano ou falta a ser corrigida, como nos casos em que o falante interrompe o curso da fala na procura de termos que lhe faltam à memória, ao passo que correção é a substituição de termos considerados errados ou equivocados.

Corrigir é “produzir um enunciado linguístico que reformula um anterior, considerado ‘errado’ aos olhos de um dos interlocutores”, assinalam Fávero, Andrade e Aquino (2006, p. 258). As autoras apresentam dois tipos de correção: infirmação e retificação. A primeira anula o dito; a segunda o reformula sem anulá-lo. Os termos infirmação e retificação provêm de Charolles (1987), que os utiliza para diferenciar os atos que anulam o dito daqueles que o ajustam às necessidades da interação. Esse autor usa o termo correção na acepção de reparo apresentada por Schegloff, Jefferson e Sacks (1977), ou seja, para Charolles, correção engloba infirmação e retificação.

O esquema a seguir resume as terminologias do autor americano e do francês.

Figura 10 – Reparo x correção



Fonte: A autora, 2016.

Seguindo o conceito de Charolles, utilizaremos em nosso trabalho o termo correção como hiperônimo de infirmação e de retificação pelo fato de ser essa a terminologia que temos usado ao longo de nossa pesquisa.

No âmbito operacional, as correções seguem a mesma linha da repetição e da paráfrase, ou seja, autocorreções autoiniciadas, autocorreções heteroiniciadas, heterocorreções autoiniciadas e heterocorreções heteroiniciadas. Podemos, portanto, adaptar o quadro classificatório de Hilgert (2006), reproduzido na seção destinada à paráfrase, pela simples substituição dos termos “paráfrases”, “parafraseia” e “parafraseado” por “correções”, “corrige” e “corrigido”, como segue:

- a) autocorreções autoiniciadas – L1 corrige L1 por iniciativa de L1;
- b) autocorreções heteroiniciadas – L1 corrige L1 por iniciativa de L2;
- c) heterocorreções autoiniciadas – L1 é corrigido por L2 por iniciativa de L2;
- d) heterocorreções heteroiniciadas – L1 é corrigido por L2 por iniciativa de L1.

Correção, conforme Barros, é um procedimento de reelaboração do discurso que visa a consertar “erros”, ou seja, “deve ser entendida como um procedimento de reelaboração do discurso com o fim de torná-lo mais ‘correto’ ou ‘adequado’, segundo o ponto de vista de um ou de ambos os participantes do diálogo”. (BARROS, 2003, p. 158). Ela pode ser desencadeada por problemas de ordem linguística ou enunciativa detectados pelo falante ou pelo interlocutor. A autora indica os aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-pragmáticos como categorias que podem representar erros a serem corrigidos e informa haver constatado grande incidência de correções semântico-pragmáticas em seu *corpus* e que esse fato “reforça a ideia de que a intercompreensão é o objetivo fundamental da atividade de correção, seja a compreensão de conteúdos informativos seja, principalmente, a compreensão das intenções do falante”. (Ibid., p. 169).

Fávero, Andrade e Aquino (2006, 263 et seq.) destacam as correções de cunho fonético-fonológico, morfossintático, de itens lexicais e de aspectos enunciativos. Nas primeiras, conforme as autoras, observam-se correções de pronúncia ou de articulação; nas segundas, são ajustados, por exemplo, problemas de concordância e de regência; nas terceiras, verificam-se trocas de itens lexicais quando a seleção léxica não atende aos interesses e às necessidades comunicativas dos participantes da interação; nas quartas, “quando a formulação não é a pretendida, então se reformula, ao mesmo tempo em que se imprime ao enunciado um caráter de maior subjetividade”. (Ibid., p. 265).

No que concerne à frequência nas interações, as autocorreções tem maior ocorrência que as heterocorreções. Conforme Schegloff, Jefferson e Sacks (1977, p. 378), há restrições sobre as heterocorreções e, quando elas ocorrem, são frequentemente moduladas e podem ser amenizadas numa escala de “confidência/incerteza”. Fávero, Andrade e Aquino (op. cit., p. 265-266) também registram a maior ocorrência de autocorreções e informam que é comum que elas ocorram no mesmo turno e na mesma frase em virtude da pressa do falante em reformular seu enunciado.

Além da necessidade que o falante sente de se antecipar à correção, há outros motivos para a menor ocorrência de heterocorreções. Garcez e Loder atribuem a pouca incidência desse tipo de correção à oportunidade que o falante tem de se reparar antes de ser reparado pelo outro e à renúncia do reparo, pelo interlocutor, em razão de ter entendido a intenção do enunciado, mesmo que com “erro”. Os autores destacam:

Segundo vários autores, quando é o caso de perceberem o problema e a solução, o que os interlocutores comumente podem fazer e de fato fazem é “deixar passar” qualquer que seja o problema no turno do outro, dando prosseguimento à interação, sem iniciar reparo. (GARCEZ; LODER, 2005, p. 290).

Essa renúncia à correção é tratada em Jefferson (2007), em que a autora introduz o que denomina de “post-selfcorrection repeat”, que consiste na repetição da autocorreção pelo interlocutor logo após a correção ser efetuada, como uma forma de deixar claro que havia percebido o erro, mas deixou a correção a cargo do falante.

A correção tem funções interacionais de busca de cooperação, de intercompreensão e de estabelecimento de relações entre os interlocutores, além de orientação do foco de atenção para pontos específicos do que está sendo dito. Fávero, Andrade e Aquino (2006) observam, com base em seu *corpus*, que:

[...] ao corrigir seu interlocutor, o falante encontra uma possibilidade de participar da conversação, cooperando para o seu desenvolvimento, já que a correção apresenta um caráter de retomada, evidenciando não só envolvimento entre os interlocutores, mas também atenção, interesse pela fala do outro, mesmo que haja discordância. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2006, p. 271).

Com relação à orientação do foco, as autoras apontam para as correções relacionadas ao tópico discursivo (as quais se prestam ao esclarecimento de aspectos informacionais da mensagem) e aquelas relativas aos interlocutores e às relações entre eles, cujo objetivo é a adequação às normas linguísticas e sociolinguísticas, a preservação da imagem pública e a evidência das opiniões dos interlocutores.

A correção pode ser marcada tanto por indicadores discursivos quanto não discursivos, conforme indicam Fávero, Andrade e Aquino (Id., p. 267) com a afirmação de que a correção é sempre acompanhada de um sinal explícito que marca seu caráter reformulador e que há marcadores prosódicos e discursivos que têm a função de sinalizar a correção. Dentre os marcadores prosódicos encontrados em sua pesquisa, as autoras listam, em ordem decrescente de ocorrência: a pausa, a mudança na curva entonacional, a velocidade da elocução, o alongamento e a intensidade de voz. Elas observam que é muito comum a combinação de dois ou mais marcadores, que eles têm natureza multifuncional e se articulam frequentemente com marcas não-verbais.

Os marcadores discursivos são representados por expressões diversas, que podem ter funções especializadas, isto é, marcadoras de infirmação ou de retificação. Conforme atestam as autoras:

Entre essas marcas, algumas parecem atuar em contextos diferentes: *não* é tipicamente de infirmação e *enfim, finalmente, quer dizer*, de retificação. Isso fez Gülich e Kotschi (1987b)⁷⁵ dividirem os marcadores de reformulação em fortes e fracos. (Ibid., p. 269).

⁷⁵GÜLICH, Elisabeth; KOTSHI, Thomas. Les actes de reformulation dans la consultation: la dame de Caluire. In: BANGE, Pierre. (Org.) *L'analyse des interactions verbales, la dame de Caluire: une consultation*. Berna: Peter Lang, 1987, p. 15-81. Actes du Colloque tenu à l'Univ. Lyon 2 du 13-15 décembre 1985.

Garcés Gómez (2010) informa que o paradigma dos marcadores de correção constitui um grupo de formas de origens diversas e destacam-se, nesse grupo, os marcadores que têm, nos componentes, um elemento relacionado com o verbo dizer, já que se trata de expressões metalinguísticas associadas a um modo diferente de expressão, referentes tanto à expressão correta quanto ao conteúdo mais preciso, como também à inferência mais adequada ou conveniente para a situação comunicativa. Nesse grupo, a autora inclui marcadores como “digo”, “melhor dizendo” e “quero dizer”. Outros marcadores de correção, conforme a autora, caracterizam-se por conter um elemento comparativo em sua composição, como “melhor dizendo” e “mais ainda”, que fazem referência à expressão melhorada ou preferível.

No discurso parlamentar, além dos marcadores comuns a todas as interações verbais, as pistas indicativas de correção apostas pelos retextualizadores – como a expressão “Texto escoimado de expressão antirregimental, conforme art. 17, inciso V, alínea ‘b’, do Regimento Interno”, usada na Câmara dos Deputados – são, também, indicativas de correção. Entretanto, há uma diferença entre essas pistas e os outros marcadores: enquanto eles indicam que haverá correção, elas informam que foram efetivadas correções.

A correção é um recurso bastante usado nos discursos parlamentares, seja para o simples ajuste de palavras ou de expressões seja para a substituição de informações incorretas. Há, porém, um tipo especial de correção que se destaca nesses discursos, que é a aquela em que um parlamentar solicita que seja corrigida a fala de outro. Tais correções podem ocorrer em turnos adjacentes ou em turnos distantes, muitas vezes após vários turnos de diversos oradores, acarretando um longo regresso ao turno fonte do problema.

Além da posição, outros fatores distinguem essas correções nos discursos parlamentares, dentre os quais: a) apesar de expressas na modalidade oral, visam à modalidade escrita do discurso, pois a solicitação de correção geralmente é para que o “erro” não seja reproduzido nos *Anais*; b) a correção é iniciada por um interlocutor, mas sua concretização precisa de autorização do presidente da sessão, aparecendo, nesse caso, um terceiro agente da correção; c) as correções podem não ser realizadas no texto escrito por decisão da Mesa Diretora, do orador ou, até mesmo, dos retextualizadores. (Cf. OLIVEIRA, 2009, 2013, 2015).

Oliveira (2013) observa que as correções solicitadas pelos interlocutores, já que normalmente envolvem a retirada do termo “errado” do texto transcrito, deixam marcas que despertam mais a atenção do leitor que se o termo corrigido fosse mantido no texto escrito tal como proferido, em decorrência de pistas obrigatórias inseridas pelos redatores sobre a

alteração do conteúdo dos discursos ou da repetição dos termos “errados” pelo orador ou por outros parlamentares em diferentes momentos da sessão. Diante desse fato, a opinião da autora é de que, em vez da solicitação de retirada dos termos inadequados, caberia o pedido de retratação por parte do orador.

A seguir, um exemplo de pedido de correção conforme o descrito por Oliveira, extraído da sessão ordinária realizada em 19 de agosto de 2009:

	Texto transcrito (TT)	Texto retextualizado (TR)
1	O SR. SILVIO COSTA	O SR. SILVIO COSTA
2	(Bloco/PMN-PE. Pela ordem. Sem	(Bloco/PMN-PE. Pela ordem. Sem
3	revisão do orador.) – [...] Me parece	revisão do orador.) – [...] Quanto à PEC
4	que essa chamada “PEC da bengala”,	[...] dos 75 anos, parece-me que não há
5	dos 75 anos, me parece que não há	entendimento.
6	um entendimento.	[...]
7	[...]	(Texto escoimado de expressão
8		antirregimental, conforme art. 17, inciso
9		V, alínea ‘b’, do Regimento Interno)
10	O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ.	O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela
11	Pela ordem. Sem revisão do orador.)	ordem. Sem revisão do orador.) -
12	– Eu requeiro a V.Exa. que retire das	Requeiro a V.Exa. que retire das notas
13	notas taquigráficas do trabalho dessa	taquigráficas do trabalho desta Casa uma
14	Casa a expressão “PEC da bengala”.	expressão desrespeitosa relativa à PEC
15	Isso é desrespeitoso.	457/05.
16	[...]	[...]
17		(Texto escoimado de expressão
18		antirregimental, conforme art. 17, inciso
19		V, alínea ‘b’, do Regimento Interno)
20	O SR. SILVIO COSTA	O SR. SILVIO COSTA
22	(Bloco/PMN-PE. Pela ordem. Sem	(Bloco/PMN-PE. Pela ordem. Sem
22	revisão do orador.) – Eu, que sou o	revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu,
23	autor da frase, peço que V.Exa. que	que sou o autor da frase, peço a V.Exa.
24	não retire e eu tenho direito, até	que não a retire. E tenho direito, até
25	porque “PEC da bengala” não é	porque [...] não é pejorativo. Não há
26	pejorativo, não tem nenhuma	nenhuma agressão.
27	agressão.	[...]
28	[...]	(Texto escoimado de expressão
29		antirregimental, conforme art. 17, inciso
30		V, alínea ‘b’, do Regimento Interno)
31	O SR. PRESIDENTE (Michel	O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) -
32	Temer) - Acho que é mais prudente,	Acho que é mais prudente, porque há
33	porque há pessoas que ultrapassaram	pessoas que ultrapassaram a idade de 70
34	a idade de 70 anos e não usam	anos e não usam bengala. De modo que
35	bengala não. De modo que está	está retirada.
36	retirada.	

(SESSÃO 209.3.53.O, 19/8/2009)⁷⁶.

Nesse trecho, o termo “PEC da bengala” (linha 4 do texto transcrito) é o objeto da questão. A expressão foi repetida duas vezes (linhas 14 e 25 do texto transcrito), mas não aparece na versão retextualizada, onde o termo é substituído por paráfrase nas linhas 13-15 do

⁷⁶Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2009/8/V190809.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

texto retextualizado e eliminado na linha 25 do mesmo texto. Esse apagamento, porém, não impede que o leitor saiba que a palavra “bengala” foi usada pelo primeiro orador, já que ela é mantida na fala do presidente da sessão. Além disso, ao final de cada turno onde houve correção, consta o enunciado “Texto escoimado de expressão antirregimental, conforme art. 17, inciso V, alínea ‘b’, do Regimento Interno”, que chama a atenção para as alterações feitas.

Essa forma de correção não é privilégio do parlamento brasileiro. Muito pelo contrário, é prática corrente em casas legislativas de diversos países. Em nossas pesquisas, encontramos o artigo de Ambuyo, Indede e Karanja, resultado da análises de questões de ordem feitas em sessões do parlamento queniano. Esse artigo contém um trecho que apresenta correções do mesmo feitio das encontradas em nosso *corpus*, onde um membro do parlamento pronuncia uma palavra considerada desrespeitosa pelo seu oponente, que solicita a retirada da expressão, resultando em protesto irônico do orador e risos de outros membros do parlamento.

Em seguida, um trecho recolhido pelos autores quenianos:

Mp.⁷⁷ B: Uma questão de ordem, Senhor Presidente. Por mais que eu não queira questionar sua decisão sobre o adiamento da interpelação, eu gostaria de ser corrigido se entendi errado que a razão de adiar a interpelação é que o ministro escreveu para o presidente informando que estaria fora do país e, assim, em sua avaliação, ele não poderia estar presente. Houve uma mudança no gabinete na semana passada e meu amigo Mp. L foi nomeado ministro assistente no Ministério, e eu o vi vadiando. É para adiar a interpelação para quando houver alguém que possa respondê-la? Somos todos mortais.

Mp. C: Uma questão de ordem, Senhor Presidente. Apelei aos nossos colegas para tratarem esta casa com o devido decoro que ela merece. “Vadiar”, pelo amor de Deus, não é uma linguagem parlamentar. Ele pode retirá-la e desculpar-se.

Mp. T1: Uma questão de ordem, Senhor Presidente.

Sr. Presidente: Ordem, Mp Q1! Mp B, a palavra vadiar não é parlamentar. Deputados e ministros não vadiam. Você poderia retirá-la?

Mp. B: Sr. Presidente, e posso esclarecer que o vi perambulando.

Sr. Presidente: Ordem! Ordem! Mp B! Esse não é um assunto para riso. Isso não é uma comédia. Retire a palavra “vadiar”.

Mp. B: Sr. Presidente, eu realmente quero fazer isso, mas que palavra eu usaria aqui?

Sr. Presidente: Você viu o ministro assistente nos arredores do parlamento.

Mp. B: Eu vi o ministro assistente nos arredores do parlamento.

Sr. Presidente: Você não o viu vadiando.
(risos)

Mp. A: Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor esclarecesse se o honorável membro realmente ocupou a tribuna para retirar as palavras e pedir desculpas pela linguagem.

Sr. Presidente: Realmente ele não atendeu ao meu pedido. Por favor, retire e peça desculpas. Há um procedimento padrão para fazer isso.

Mp. B: Sr. Presidente, eu disse que eu vi o ministro assistente nos arredores do parlamento e retiro as palavras “vadiar” e “perambular”.

(AMBUYO; INDEDE; KARANJA, 2011, p. 212-213, tradução nossa)⁷⁸.

⁷⁷Membro do parlamento.

⁷⁸Veja original no Anexo C. Mp (membro do parlamento)

O trecho anterior chama à atenção para uma peculiaridade das sessões parlamentares. Nessas sessões, em que convivem várias modalidades de fala, as questões de ordem são caracterizadas por falas não planejadas (ou menos planejadas que as proferidas em outras modalidades) e maior oportunidade de troca de turnos, o que nos remete à observação de Fávero, Andrade e Aquino (2006) de que quanto maior a troca de turnos menor a formalidade e maior o número de correções.

Um pormenor que chama a nossa atenção nesse trecho é que foi solicitada a “retratação” por parte do orador durante a sessão e não a alteração na retextualização, como ocorre no parlamento brasileiro. Consideramos esse um bom exemplo, já que não implica o falseamento do discurso na versão retextualizada.

Apesar de os oradores parlamentares estarem cientes de que suas falas podem ser criticadas, geralmente não aceitam as heterocorreções, revelando descontentamento com as intervenções dos colegas. Cabem aqui, para encerrar esta seção, as palavras de Leite (2012, p. 14): “A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas”.

4.2.1 Procedimentos de retextualização

Os procedimentos de retextualização compreendem variáveis que não podem ser desprezadas quando se trata de discursos parlamentares. Dessas variáveis, Marcuschi (2003) aponta *o propósito da retextualização, a relação entre o produtor do texto e o transformador, a relação tipológica entre o gênero do texto original e o gênero da retextualização, os processos de formulação típicos de cada modalidade*. Às variáveis apresentados pelo autor, Oliveira acrescenta “*os conhecimentos do retextualizador, que não são adquiridos apenas nos bancos escolares, mas também e principalmente no convívio com os oradores, na experiência profissional e na busca contínua de aprimoramento*”. (OLIVEIRA, 2009, p. 96).

Das variáveis apontadas, sem desconsiderar a importância das outras, destacamos *o propósito da retextualização e os conhecimentos dos retextualizadores*. O propósito é determinante para os níveis de intervenção no texto. No discurso parlamentar, por exemplo, o nível de intervenção dos retextualizadores nos discursos para inserção na ata integral não se compara àquele praticado para a redação das atas resumidas. Além do fator intensidade, há outros que também são patentes na retextualização, como os níveis do registro (formal e informal). De acordo com Marcuschi:

[...] dependendo da finalidade de uma transformação, teremos uma diferença bastante acentuada no *nível de linguagem* do texto, já que é comum uma fala descontraída e casual (informal) receber uma transformação mais descontraída, e uma fala formal receber uma transformação mais formal. O certo é que uma retextualização não é indiferente aos objetivos ou propósitos. Um texto transcrito ao ser talhado para publicação ou para simples utilização em sala de aula, por exemplo, receberá tratamentos muito diferenciados. (MARCUSCHI, 2003, p. 54).

O tratamento diferenciado de que fala o autor é regulamentado na Câmara dos Deputados pelo *Manual do Detaq*:

Por determinação do Secretário-Geral da Mesa, nos debates da Ordem do Dia, observar rigorosamente a fidelidade, corrigindo apenas equívocos gramaticais. Nos pareceres proferidos em plenário, caso o orador pronuncie erradamente o número de uma proposição ou cite incorretamente trechos do Regimento Interno ou da Constituição Federal, por exemplo, manter o que foi dito, seguido da palavra “sic” entre parênteses – (sic). (BRASIL, 2013, p. 12).

Os conhecimentos do retextualizador têm total influência nos resultados da retextualização, já que só se pode transformar aquilo que se conhece. Quando falamos de conhecimento não nos referimos apenas àqueles adquiridos nos bancos escolares ou nos treinamentos institucionais, mas também aos conhecimentos de mundo e partilhados, os quais são adquiridos no dia a dia e no convívio com os atores envolvidos na engrenagem que movimenta a produção dos discursos, sua apresentação e retextualização, ou seja, redatores, oradores e colegas retextualizadores.

O exposto anteriormente, com relação aos saberes do retextualizador, não é suficiente para a prática de uma boa retextualização, já que os conhecimentos adquiridos por uma pessoa não cobrem a gama de informações e questões que lhe serão apresentadas em suas tarefas. Assim, consultas a colegas ou ao orador e pesquisas para sanar dúvidas são essenciais para evitar equívocos e constrangimentos oriundos de retextualizações malsucedidas. Reproduzimos, aqui, as palavras de Oliveira:

O conhecimento é essencial para uma boa retextualização e disso não há dúvida. Sabemos, porém, que é impossível o domínio do retextualizador sobre todos os assuntos que retextualiza, principalmente no contexto parlamentar devido à multiplicidade de domínios discursivos. Nesse ambiente, muitas vezes o profissional terá a seu encargo a retextualização de assuntos dos quais jamais tenha ouvido falar e textos que contenham vocabulário especializado ou itens passíveis de dúvidas. Cabem, então, pesquisas, que suprirão a falta momentânea de conhecimentos e contribuirão para a formação do retextualizador. (OLIVEIRA, 2009, p. 68).

Os níveis de intervenção nos discursos parlamentares têm sido objeto de discussões entre os profissionais de retextualização, já que alguns defendem a limpeza profunda do texto para adequação aos padrões da norma culta da língua e outros sustentam que se deve manter tudo, tal como dito, inclusive as variantes decorrentes da escolaridade dos oradores. Existem outros, porém, que pregam o meio termo, com correções de concordância e

de regência, por exemplo, mas manutenção da ordem dos elementos na oração e do vocabulário do orador. Essa polêmica é justificada em Marcuschi, nos seguintes termos:

Nem tudo é tão mecânico como parece. Também não se podem postular processos lineares, pois a questão é complexa e não há critérios seguros para se dizer o que pode ficar, o que deve sair ou o que deve mudar num texto falado para assegurar patamares aceitáveis da presença da oralidade na escrita. (MARCUSCHI, 2003, p. 76).

Conforme o autor, “pode-se sustentar que as operações de retextualização na passagem da fala para a escrita são atividades *conscientes* que seguem os mais variados tipos de estratégias”. (Idem, p. 55). Algumas dessas estratégias são apresentadas pelo autor, em dez operações, cuja reprodução se faz oportuna neste trabalho:

- 1ª OPERAÇÃO: Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras (*estratégia de eliminação* baseada na idealização linguística).
- 2ª OPERAÇÃO: Introdução de pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas (*estratégia de inserção* em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia).
- 3ª OPERAÇÃO: Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (*estratégia de eliminação* para uma condensação linguística).
- 4ª OPERAÇÃO: Introdução de paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos (*estratégia de inserção*).
- 5ª OPERAÇÃO: Introdução de marcas metalinguísticas para referência de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos (*estratégia de reformulação* objetivando explicitude).
- 6ª OPERAÇÃO: Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos (*estratégia de reconstrução* em função da norma escrita).
- 7ª OPERAÇÃO: Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas (*estratégia de substituição* visando a uma maior formalidade).
- 8ª OPERAÇÃO: Reordenação tópica do texto e reordenação da sequência argumentativa (*estratégia de estruturação argumentativa*).
- 9ª OPERAÇÃO: Agrupamento de argumentos condensando as ideias (*estratégia de condensação*).
- OPERAÇÕES ESPECIAIS: readaptação dos turnos (nos diálogos) para formas monologadas ou dialogadas. (MARCUSCHI, 2003, p. 75).

Essas operações representam os procedimentos utilizados na retextualização de discursos parlamentares, de acordo com orientações das casas legislativas. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, as atividades dos retextualizadores são pautadas pelo *Manual do Detaq*, as quais serão apresentadas no quadro a seguir, lado a lado, para melhor visualização das intervenções de cada um dos setores envolvidos.

Figura 11 – Procedimentos de retextualização na Câmara dos Deputados

	NO REGISTRO	NA REVISÃO	NA SUPERVISÃO
1	Seguir as normas gramaticais (concordância, regência, crase, colocação de pronomes, pontuação, ortografia) e procedimentais (manuais).	Seguir as normas gramaticais (concordância, regência, crase, colocação de pronomes, pontuação, ortografia) e procedimentais (manuais).	Seguir as normas gramaticais (concordância, regência, crase, colocação de pronomes, pontuação, ortografia) e procedimentais (manuais).
2	Conferir grafia de siglas, nomes de autoridades, empresas e órgãos governamentais etc.	-	-

	NO REGISTRO	NA REVISÃO	NA SUPERVISÃO
3	Inserir nota quando siglas, nomes de pessoas, organizações etc. citados pelo orador tiverem sido conferidos. Escrever na nota apenas “o.k.” e o nome da fonte em que foi encontrado.	Inserir nota somente quando não for possível conferir siglas, nomes de pessoas, organizações etc. citados pelo orador. Colocar na nota apenas “(?)”.	-
4	Reouvir o quarto ⁷⁹ .	-	-
5	Rer o quarto.	Rer os quartos revisados.	-
6	Usar o corretor ortográfico.	Usar o corretor ortográfico.	-
7	Fazer o casamento dos quartos.	-	-
8	Usar corretamente as macros.	-	-
9	Respeitar o vocabulário do orador e a mensagem por ele transmitida.	Respeitar o vocabulário do orador e a mensagem por ele transmitida.	Respeitar o vocabulário do orador e a mensagem por ele transmitida.
10	Não incluir nem suprimir palavras ou expressões para efeito de simplificação da fala.	Incluir ou suprimir palavras e expressões apenas para a correta construção sintática, sem prejuízo ou alteração da mensagem.	-
11	Recorrer diretamente ao orador para o saneamento de dúvidas.	Recorrer diretamente ao orador para o saneamento de dúvidas.	Recorrer diretamente ao orador para o saneamento de dúvidas.
12	Não alterar o que está correto, mesmo em nome de aperfeiçoar o discurso.	Não alterar o que está correto, mesmo em nome de aperfeiçoar o discurso.	Não alterar o que está correto, mesmo em nome de aperfeiçoar o discurso.
13	Não retirar a ênfase dada pelo orador.	Não retirar a ênfase dada pelo orador.	Não retirar a ênfase dada pelo orador.
14	Consultar no CamaraNet a página das Comissões, na qual, muitas vezes, há material de consulta de reuniões realizadas.	Consultar no CamaraNet a página das Comissões, na qual, muitas vezes, há material de consulta de reuniões realizadas.	-
15	-	-	Proceder, sem prejuízo do estilo e do pensamento dos oradores e apanteantes, à redação final dos discursos, depoimentos, exposições, conferências e debates havidos no plenário principal da Casa, nas reuniões das Comissões e em outros eventos estritamente relacionados com as atividades legislativas.
16	-	-	Inserir, nos discursos, os documentos cuja publicação tenha sido autorizada pela Mesa Diretora.
17	-	-	Proceder à redação final do sumário das sessões da Câmara dos Deputados e das reuniões das Comissões da Casa.
18	-	-	Eliminar, com a devida autorização, termos ou expressões antirregimentais.

Fonte: BRASIL, 2013, p. 11-12.

⁷⁹O termo “quarto” originalmente significava “quarto de hora”, tempo de cada taquígrafo no apanhamento taquígráfico. Atualmente o termo perdeu essa noção e não equivale mais a quinze minutos, podendo variar de acordo com a instituição. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, o tempo normal de apanhamento é de dois minutos.

Do quadro anterior, podemos destacar os seguintes aspectos:

- a) preocupação com as normas gramaticais, já que elas têm de ser respeitadas pelas três equipes envolvidas na preparação do texto;
- b) zelo pela grafia de siglas e nomes, uma vez que, além de a equipe encarregada do registro ter de fazer a conferência, ainda deverá informar se a fez e onde obteve o resultado; também os revisores fazem tal conferência quando necessário e informam no caso de insucesso;
- c) a fidelidade ao dito pelo orador deve ser respeitada, pois o pessoal do registro deve reouvir o que transcreve;
- d) a correção do texto é privilegiada, pois tanto o pessoal do registro quanto o da revisão deve reler seus trechos e usar o corretor ortográfico;
- e) pressupõe fidelidade ao dito pelo orador, já que as três equipes devem “respeitar o vocabulário do orador e a mensagem por ele transmitida”, “não alterar o que está correto, mesmo em nome de aperfeiçoar o discurso” e “não retirar a ênfase dada pelo orador”;
- f) a equipe do Registro não pode fazer inserções ou eliminações, prática permitida à equipe de revisão;
- g) não devem restar dúvidas, já que as três equipes devem recorrer diretamente ao orador para saná-las;
- h) o estilo e o pensamento dos oradores devem ser preservados pelos supervisores na redação final dos pronunciamentos;
- i) termos e expressões antirregimentais devem ser eliminados pelos supervisores, com a devida autorização.

Ao compararmos as atividades dos retextualizadores descritas no quadro com as operações de Marcuschi (2003), podemos dizer que a primeira, a segunda, a quarta e a sexta operações são básicas, já que fazem parte das atribuições das três equipes; a terceira, a sétima e a oitava não se aplicam, pois todos devem “respeitar o vocabulário do orador e a mensagem por ele transmitida”, “não alterar o que está correto, mesmo em nome de aperfeiçoar o discurso” e “não retirar a ênfase dada pelo orador”.

A nona operação – da mesma forma que a terceira, a sétima e a oitava – também não se aplica, pois, apesar de à primeira vista parecer coincidir com a atividade da linha 17 do quadro, ela não é a uma estratégia de resumo. Conforme explica Marcuschi, essa é “uma estratégia significativa para se estabelecer uma diferença entre *resumir* e *transformar*. Ambas

as atividades são *retextualizadoras*, mas não com o mesmo objetivo nem com o mesmo interesse, nem na mesma intensidade. (MARCUSCHI, 2003, p. 86-87).

A quinta operação não consta do quadro, mas é praticada pelas três equipes com a inserção de pistas contextuais. As operações especiais, por sua vez, também não fazem parte do quadro, mas são atribuições dos supervisores, já que a eles cabe a intervenção em casos de turnos repetitivos de apartes: “às vezes, para evitar que o pedido de aparte fique muito repetitivo nos Anais, é melhor retirá-lo, acrescentando à fala do orador as expressões de praxe”. (BRASIL, 2013, p. 23).

Consideramos que os passos indicados no quadro representam caminhos para uma retextualização confiável do discurso parlamentar. Chamamos a atenção para a linha 4, pois muitos profissionais resistem à reaudição do material transcrito e acabam por deixar erros graves nos textos, como se observa na coletânea de preciosidades taquigráficas nacionais reunidas pelo Professor Waldir Cury, das quais recortamos as seguintes:

O DEPUTADO - ...entrego nas suas mãos o fluxograma.

A TAQUÍGRAFA - ...entrego nas suas mãos e fico sem grana.

ORADOR – Sou Donald de Carvalho Guimarães.

A TAQUÍGRAFA – Sou dono da Carvalho Guimarães.

O DEPUTADO - ...até onde possamos considerar democrático ouvir os técnicos.

A TAQUÍGRAFA - ...até onde possamos considerar democrático o vírus técnico.

O DEPUTADO - ...pois a nossa Bancada tem espírito de corpo...

A TAQUÍGRAFA - ...pois a nossa Bancada tem espírito de porco...

O DEPUTADO – O Governador Israel Pinheiro tem duas amantes: a Política e a Natureza.

A TAQUÍGRAFA – O Governador Israel Pinheiro tem duas amantes: a Política e Ana Tereza.

(CURY, [200-])

É numerosa a lista de “preciosidades” apresentada pelo autor. Elas demonstram falta de conhecimento da pessoa encarregada pelo registro e falta de reaudição e de releitura. Esse tipo de erro não é fácil de ser detectado por revisores e supervisores que atuem nos moldes da Câmara dos Deputados⁸⁰, já que a eles não compete ouvir os discursos, mas lê-los e corrigi-los. Revela-se, então, a importância de quem faz o registro na linha de preparo dos discursos para publicação, já que a fidelidade ao dito tem início na sua atuação. Acreditamos ainda que a audição também deveria fazer parte das atribuições dos revisores para maior garantia de correspondência entre o dito e o escrito.

⁸⁰ Cabe aqui a informação de que as “preciosidades” transcritas não são oriundas da Câmara dos Deputados.

Fidelidade é um ponto de controvérsia entre os retextualizadores. Acreditamos mesmo que, em alguns casos, haja dificuldade em decidir entre ser fiel ao orador ou ao que ele disse. É o que os trechos a seguir nos levam a acreditar:

[...] os servidores do Detaq precisam estar sempre atentos ao modo como vão interferir nos pronunciamentos, a fim de não registrarem algo que não coincida com o que *pretendeu dizer o orador* ou com a mensagem política neles contida.

[...]

Se um deputado de oposição e latifundiário, por exemplo, elabora em seu discurso determinadas frases que de alguma forma acabam por indicar apoio ao governo e à reforma agrária, não pode o revisor, por não identificar qualquer erro gramatical, simplesmente fazer o registro, sem ao menos investigar se o parlamentar *quis realmente dizer o que disse*. (SOUZA, 2009, p. 16, grifo nosso).

Os riscos de uma retextualização nos moldes desses recortes não são desprezáveis, conforme alerta o próprio autor:

Um ponto importante: precisa estar alerta para a possibilidade de o parlamentar ter-se manifestado de forma obscura ou *imprecisa deliberadamente*. Nesse caso e sempre que o servidor tiver dúvida, não é recomendável que faça a alteração. (Ibid., p. 62).

Encerraremos esta parte do capítulo lembrando que a identificação do significado de um texto-fonte é sempre momentânea e frágil (Cf. FUCHS, 1985, p. 134) e que discursos não comportam sentidos únicos, mas vários sentidos a depender dos contextos de produção e de uso e dos interesses dos oradores, que são autores de suas falas e responsáveis pelo que dizem. Assim, não cabe ao retextualizador ajustar o discurso àquilo que acredita que o orador pretendia dizer sob pena de ser responsabilizado por efeitos negativos que tal ajuste possa acarretar.

Destacamos anteriormente que os propósitos da retextualização são fatores que influenciam nos níveis de intervenção do retextualizador. Por isso, dedicaremos o próximo tópico a um desses propósitos no contexto parlamentar.

4.2.2 Um propósito da retextualização de discursos parlamentares: as atas

Os propósitos da retextualização de discursos produzidos no parlamento são diversos, dentre ele está redação das atas que compõem os *anais* das casas legislativas. Conforme Oliveira (2009, p. 63), “ata é um documento oriundo do registro de fatos transcorridos em uma reunião e tem valor administrativo, histórico e jurídico”. Para Belloto (2002), ata é um documento de reunião pertencente ao grupo dos documentos testemunhais, de assentamento:

[...] os documentos testemunhais são aqueles que acontecem depois do cumprimento de um ato dispositivo ou derivam de sua não-observância ou são relativos a observações sujeitas a relatórios, a termos de visita etc. Podem ser de assentamento os configurados por registros oficialmente escritos sobre fatos ou ocorrências, tais como: ata, termo, apostila, auto de infração etc. (BELLOTO, 2002, p. 29).

Há duas espécies de atas adotadas no parlamento: a resumida (conhecida como sintética, sucinta ou relatada) e a integral (chamada de analítica, minuciosa ou detalhada). Na primeira espécie, os discursos proferidos são registrados resumidamente em terceira pessoa e, em atendimento a orientações institucionais, podem ser inseridos resumos de documentos e outras informações julgadas cabíveis. Na segunda, predomina o registro dos discursos em primeira pessoa, ou seja, a transcrição integral dos discursos orais para a modalidade escrita. Nessa espécie há, também, registros em terceira pessoa, já que os oradores podem citar falas suas e de outros. Além disso, os retextualizadores narram, na forma de pistas contextuais, ocorrências relevantes para o entendimento futuro dos textos e podem, também, inserir documentos resumidos ou integrais.

Além de se apresentarem em dois formatos (resumida e integral), as atas parlamentares recebem denominações específicas correspondentes aos eventos registrados. Nesse contexto, lidamos, por exemplo, com os seguintes nomes: ata de sessão ordinária, ata de sessão extraordinária, ata de sessão especial, ata de sessão solene, ata de sessão de instalação⁸¹ e ata de sessão preparatória⁸². Ainda, como explica Fontes (2008), existe a ata declaratória, que é aquela lavrada quando não se realiza a sessão.

Na sequência, apresentaremos algumas características de cada uma dessas atas com base em textos acadêmicos, em manuais de procedimentos e em conhecimentos adquiridos em nosso dia a dia profissional.

4.2.2.1 Ata resumida

Essa ata é incluída por Travaglia (2007) no grupo dos gêneros necessariamente vinculados ao tipo narrativo, em termos de dominância, e na espécie não história. Ela é um documento popular, já que seu uso é comum em todas as reuniões que necessitem de registros escritos para a posteridade. Em face de sua popularidade, quando se fala em ata nos meios não especializados, a representação mental mais imediata é a dessa espécie, cuja definição é encontrada em manuais de redação e em livros didáticos. Nos dicionários, também, as definições de ata correspondem ao registro relatado e resumido dos eventos, como se verifica no *Dicionário Houaiss*:

⁸¹Nas casas legislativas em geral, a sessão de instalação e posse destina-se à instalação da legislatura e à posse dos eleitos, tanto do legislativo quanto do executivo.

⁸²A sessão preparatória ou de eleição de Mesa, na Câmara dos Deputados, precede à inauguração dos trabalhos na primeira e na terceira sessão legislativa ordinária de cada legislatura.

1 registro ou resenha de fatos ou ocorrências verificadas e resoluções tomadas numa assembleia ou numa reunião de corpo deliberativo ou consultivo de uma agremiação, associação, diretoria, congregação etc.; 2 registro escrito de uma obrigação contraída por alguém; 3 fig. relato, crônica.

Uma definição de ata resumida encontrada em livro didático é a de Sautchuk, a qual informa que “ata é um documento em que se relatam todas as ocorrências verificadas em reuniões, desde as que ocorrem em um condomínio até aquelas que constituem uma assembleia, um congresso ou qualquer evento do tipo”. (SAUTCHUK, 2011, p. 256). Sob o título de “Redação na vida profissional ou redação empresarial”, a autora informa como se caracteriza uma ata e como ela deve ser redigida:

Caracteriza-se por uma linguagem corrida, sem parágrafos ou espaços vazios, sem rasuras ou emendas. Se um erro ocorrer, e for percebido no momento da escrita, emprega-se a palavra “digo”, seguida da forma correta. Se, porém, a falha for percebida somente após o fechamento do texto, utiliza-se a expressão “em tempo”, seguida da devida correção. Para evitar fraudes, devem ser escritos números ou valores por extenso e não se usam abreviaturas, ainda que sejam aquelas facilmente compreensíveis. A ata requer ainda uma introdução e um fecho bastante padronizados. (Ibid., p. 256).

Aos ensinamentos de Sautchuk, acrescentamos os de Fontes (2008), a qual, com seu ponto de vista institucional, já que foi redatora de atas da Câmara Municipal de Porto Alegre e faz parte da Escola do Legislativo daquela Casa, faz algumas recomendações especiais, das quais destacamos: a) não fazer registros ambíguos, duvidosos ou infíéis; b) as folhas da ata devem ser numeradas, não rasuradas, dificultando a fraude; c) deve ser redigida por um Secretário efetivo⁸³ e, na sua ausência, deve ser nomeado um Secretário *ad hoc*; d) o secretário redator⁸⁴ da ata deve ser pessoa que não tenha interesse pessoal no assunto em debate a fim de que possa se concentrar e não ser induzido a inserir opiniões subjetivas.

Dos Manuais de redação consultados, destacamos o *Manual da Câmara*, o qual define ata como instrumento “utilizado para o registro expositivo dos fatos e deliberações ocorridos em uma reunião, sessão ou assembleia” (CÂMARA, 2004, p. 236). Esse *Manual* apresenta a seguinte estrutura para a ata resumida das Comissões:

1. Título – ATA – Em se tratando de atas elaboradas sequencialmente, indicar o respectivo número da reunião ou sessão, em caixa alta.
2. Texto, incluindo:
 - a) Preâmbulo – registro da situação espacial e temporal e participantes;
 - b) Registro dos assuntos abordados e de suas decisões, com indicação das personalidades envolvidas, se for o caso; e

⁸³Nesse contexto, secretário efetivo é o membro da mesa diretora a quem é atribuída a função de redação das atas. Na maioria das casas, a redação ou a supervisão da redação das atas é de competência do primeiro secretário.

⁸⁴O secretário redator é um funcionário encarregado da tarefa de redigir as atas.

- c) Fecho – termo de encerramento com indicação, se necessário, do redator, do horário de encerramento, de convocação de nova reunião, etc. (Ibid., p. 236).

O *Manual* traz ainda a informação de que a ata deverá ser assinada e/ou rubricada por todos os presentes à reunião ou apenas pelo presidente e pelo relator, dependendo das exigências regimentais do órgão. Há, também, a recomendação para que sejam evitadas rasuras nas atas manuscritas e que, se houver erro, deve ser utilizado o termo “digo”, seguido da informação correta a ser registrada. No caso de omissão de informações ou de erros constatados após a redação, deverá ser usada a expressão “Em tempo” ao final da ata, com o registro das informações corretas.

As observações a respeito das correções na ata resumida, presentes na maioria dos manuais consultados e também em Sautchuk, remetem a atas manuscritas ou datilografadas. Hoje, porém, com o advento do computador, as correções são feitas durante a redação e não precisam mais ser expostas no documento com expressões do tipo “digo” ou “em tempo”.

4.2.2.2 Ata integral

Nossas pesquisas em textos voltados ao estudo dos gêneros textuais trouxeram respostas apenas para o que chamamos de ata resumida. Porém, a prática legislativa nos autoriza a chamar de ata integral ao documento composto dos pronunciamentos (retextualizados tal como pronunciados, com o máximo de fidelidade à fala dos oradores) e de documentos (resumidos ou integrais), já que essa espécie atende aos mesmos propósitos e funções da ata resumida, que é o registro de fatos decorridos durante um evento para consultas posteriores, com finalidades administrativas, jurídicas e históricas.

Respaldamos a denominação “ata integral” na afirmação de Marcuschi (2010, p. 163) de que “as designações que usamos para os gêneros não são uma invenção pessoal, mas uma denominação histórica e socialmente constituída”. Ainda conforme esse autor, os nomes são atribuídos aos gêneros com base na forma estrutural, no propósito comunicativo, no conteúdo, no meio de transmissão, nos papéis dos interlocutores e no contexto situacional.

Levando em conta os ensinamentos de Marcuschi e nosso conhecimento empírico, podemos afirmar que a espécie ora em discussão é socialmente constituída e denominada historicamente como ata, conforme provam os *Anais* de casas legislativas como o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. O propósito comunicativo, o meio de transmissão, os papéis dos interlocutores e o contexto situacional coincidem com aqueles da ata resumida. A estrutura e o conteúdo, entretanto, são diferentes, já que o texto da ata resumida configura-se

em um único bloco, com teor selecionado e resumido, enquanto o texto da ata integral apresenta-se em vários blocos, com o inteiro teor do evento.

Fidelidade e respeito ao estilo do orador, os dois requisitos fundamentais da boa retextualização, na verdade são impossíveis de serem atendidos plenamente, pois a transformação do código falado para o código escrito acarreta perdas inevitáveis, sobretudo nos aspectos relativos à prosódia, à ironia e aos movimentos corporais. A carência de recursos que expressem, na língua escrita, alguns traços da língua falada, limita a transposição de certas manifestações de ordem prosódica; a ironia, não raras vezes, transforma-se em verdade devido à sua dependência do contexto; e os movimentos que o orador faz com o corpo para indicar seus sentimentos ou mesmo para transmitir mensagens, também ligados ao contexto, nem sempre podem ou devem ser explicitados pelo retextualizador. (OLIVEIRA, 2009, p. 12).

Em nosso entender, a ata resumida, por sua configuração compacta, propicia uma rápida verificação dos acontecimentos da sessão; a ata integral, por seu lado, pelo fato de conter todos os discursos tal como proferidos e documentos relativos ao evento, proporciona visão ampla dos fatos ocorridos durante a sessão.

4.3 SÍNTESE

Neste capítulo, tratamos da textualização e da retextualização, com foco no discurso parlamentar. No que diz respeito à textualização, destacamos que os discursos parlamentares podem ser de autoria tanto do orador quanto de terceiros e são redigidos para serem pronunciados na tribuna, semiplanejados ou pronunciados de improviso. Em todos esses casos, o discurso sofre, em graus diferentes, reelaborações simultâneas ao pronunciamento.

Quanto à retextualização, tratamos da repetição, da paráfrase e da correção, procedimentos de reformulação recorrentes tanto na oralidade quanto na escrita e que devem ser tratados com cautela na passagem do oral para o escrito. No tocante aos procedimentos de retextualização, com base principalmente em Marcuschi (2003) e no *Manual do Detaq*, fizemos uma reflexão sobre as atividades de retextualização tendo em vista os propósitos da retextualização, os conhecimentos dos retextualizadores e as estratégias que utilizam para a concretização do “mesmo/novo” discurso.

Encerramos este capítulo, com o qual damos por finda a parte teórica deste trabalho, com informações sobre o gênero ata (resumida e integral), um dos objetivos da retextualização de discursos parlamentares.

5 RETEXTUALIZAÇÃO E (DES)CORTESIA EM DISCURSOS PARLAMENTARES: A CÂMARA DOS DEPUTADOS EM DESTAQUE

5.1 *CORPUS* E ANÁLISE

O *corpus*, conforme indicado na introdução deste trabalho, compõe-se de discursos-base e de pronunciamentos periféricos selecionados de atas integrais de sessões ordinárias e extraordinárias publicadas no portal da Câmara dos Deputados.

Para a localização do material de análise, foram realizadas buscas sistemáticas com os termos “texto escoimado”, “retirar dos anais”, “termo ofensivo” e “retirar da ata”⁸⁵ no portal da Câmara. Os textos trazidos pelas buscas são do período de 2000 a 2015, porém, nossa atenção voltou-se para os pronunciamentos ocorridos nas sessões realizadas a partir de 2003 em virtude da facilidade de acesso às gravações.

Localizados os textos de nosso interesse, procedemos às seguintes operações: a) baixamos as atas nas quais foram publicados os textos criticados; b) selecionamos os textos considerados passíveis de constituírem o *corpus* e baixamos os áudios correspondentes; c) ouvimos e transcrevemos as gravações, de acordo com as normas do Projeto NURC-SP (Anexo D), com pequenas adaptações; d) comparamos nossa transcrição com o texto publicado pela Câmara dos Deputados para detecção das alterações efetuadas.

Os discursos-base serão reunidos em blocos com os pronunciamentos periféricos e analisados considerando as categorias de desafio, oferta, aceitação, busca de pontos e agradecimento, conforme os processos corretivos propostos por Goffman (1980). Em virtude das características do *corpus*, incluímos os conceitos de “decisão”, já que as correções normalmente ocorrem por decisão do Presidente da sessão, e de “recusa”, pois os oradores podem recusar o desafio ou a oferta.

Os blocos serão integralmente apresentados em apêndices, organizados em tabelas de duas colunas. Da primeira constarão os textos transcritos por nós, com os termos interditados; da segunda, os textos retextualizados, publicados nos *Anais* da Câmara. Para facilidade de identificação das alterações, as substituições serão destacadas em *itálico* nas duas colunas e as eliminações serão marcadas em *itálico* na coluna onde consta a nossa transcrição e representadas por reticências entre colchetes, também em *itálico*, na coluna onde

⁸⁵A busca por esses termos deve-se ao fato de a procura por “termos escoimados” não cobrir a totalidade dos textos de nosso interesse, pois, muitas vezes, apesar de solicitada a limpeza do texto, ela pode não ocorrer por negativa do presidente da sessão ou por solicitação do orador ou de terceiros.

está o texto publicado nos *Anais*. Os trechos destacados para análise serão identificados pelos números das linhas correspondentes nos apêndices, seguidos das siglas TT (texto transcrito) e TR (texto retextualizado).

Com a finalidade de contextualizar os textos analisados, serão fornecidas informações que consideramos importantes para o entendimento dos recortes selecionados. Assim, a análise será precedida de apresentação dos envolvidos nos discursos para facilitar a compreensão do comportamento discursivo e do relacionamento entre cada um deles na Câmara dos Deputados, tendo em conta não só a posição individual do orador, mas também sua posição no partido ou no bloco parlamentar.

Os dados para a identificação dos envolvidos foram colhidos nos sites da Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>) e do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/>).

5.1.1 Primeiro bloco: discurso do Deputado Nilson Leitão (Apêndice A)

Este bloco é composto do discurso principal, intercalado com protestos da Deputada Jandira Feghali, e de quatro pronunciamentos periféricos: dois de desafio, dos Deputados José Guimarães e Sarney Filho; um de justificação, do Deputado ofensor, intercalado com protestos da Deputada Jandira Feghali e do Deputado Arnaldo Faria de Sá; um do Presidente da Sessão, determinando a limpeza do texto.

5.1.1.1 Identificação dos envolvidos

✓ Deputado Nilson Leitão (NL) [Nilson Aparecido Leitão]

Nasceu na Cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul, em 1969. Possui ensino médio completo (técnico em Contabilidade) e é filiado ao PSDB, partido de oposição ao governo, desde o início de sua carreira política. Em sua biografia no portal da Câmara dos Deputados constata-se que, além de estar no segundo mandato de Deputado Federal, foi Deputado Estadual Constituinte no Estado do Mato Grosso, Vereador na Cidade de Sinop e Prefeito da mesma Cidade por duas vezes. Assumiu várias posições de liderança e, quando do discurso, era vice-líder do seu partido.

✓ Deputada Jandira Feghali (JF)

Nasceu em Curitiba, Estado do Paraná, em 1957. É médica e música profissional (baterista). Sempre filiada ao PCdoB, partido aliado do Governo na época em que o discurso

foi proferido, foi eleita Deputada Federal Câmara dos Deputados para vários mandatos e Deputada Estadual (Constituinte) no Rio de Janeiro no período de 1987 a 1991. Assumiu várias posições de liderança e, na época do discurso, era líder de seu partido. Sua interferência consiste de assaltos ao turno do orador, para protestos.

✓ Deputado José Guimarães (JG) [José Nobre Guimarães]

Nasceu na Cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 1959. Possui graduação em Direito. Filiado ao PMDB em 1978, desvinculou-se do Partido em 1984 e passou ao PT em 2005, partido do Governo na época do discurso. Em sua biografia no portal da Câmara dos Deputados, verifica-se que foi eleito Deputado Federal em três períodos pelo Estado do Ceará e Deputado Estadual no mesmo Estado. Assumiu várias posições de liderança e, na época do discurso em questão, era Líder do Governo na Câmara dos Deputados. Sua intervenção consiste de um pronunciamento de três minutos e vinte e cinco segundos, na condição de Líder do Governo, proferido aos dez minutos e trinta e dois segundos do dia 25 de junho de 2015.

✓ Sarney Filho (SF) [José Sarney Filho]

Nasceu na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, em 1957. Possui graduação em Direito e em Economia. Elegeu-se Deputado Federal para vários períodos. Antes de fazer parte do quadro parlamentar da Câmara dos Deputados, foi Deputado Estadual no Estado do Maranhão, no período de 1979 a 1983. Com passagens pelo PDS e pelo FPL, na época do discurso estava filiado ao PV, partido aliado do Governo. Sua participação consiste de um pronunciamento de três minutos e cinquenta e seis segundos, proferido aos trinta e um minutos e doze segundos do dia 25 de junho de 2015, na condição de Líder do seu partido.

✓ Deputado Eduardo Cunha (EC) [Eduardo Cosentino da Cunha]

Nasceu no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1958, é economista e radialista. Filiado ao PPB, foi eleito Deputado do Estado do Rio de Janeiro no período de 2001 a 2003 e, pelo mesmo Partido, elegeu-se Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro para o período de 2003-2007. Como membro do PMDB, elegeu-se Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro para os períodos de 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019. Em 2015, foi eleito para ocupar a Presidência da Câmara dos Deputados no biênio 2015-2016.

Sua intervenção justifica-se pela condição de presidente da Sessão⁸⁶ no momento do discurso e se reflete em alertas ao orador para concluir sua fala e na ordem à Taquigrafia para a correção.

5.1.1.2 *Discurso-base*

O discurso-base, com duração de sete minutos e vinte e um segundos, foi proferido pelo Deputado Nilson Leitão na qualidade de Líder do PSDB, na Sessão Deliberativa Extraordinária da Câmara dos Deputados⁸⁷, a qual teve início no dia 24 de junho de 2015 às vinte horas e dez minutos e término aos cinquenta e oito minutos do dia seguinte. O tema em discussão no momento em que o Deputado proferiu as palavras interditas era a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social para o período de 2016 a 2019.

O Deputado, aproveitando-se de discurso da Presidenta da República proferido no lançamento dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas no dia anterior, em que ela fez uma “saudação à mandioca”, criticou a Presidenta com termos chulos alusivos à mandioca, gerando protestos de colegas e solicitação de não inclusão de tais termos nos *Anais* da Casa. O trecho do discurso que serviu de mote à fala do Deputado é o seguinte:

[...] nenhuma civilização nasceu sem ter acesso a uma forma básica de alimentação. E aqui nós temos uma, como também os índios e os indígenas americanos têm a dele, nós temos a mandioca. E aqui nós estamos comungando a mandioca com o milho. E, certamente, nós teremos uma série de outros produtos que foram essenciais para o desenvolvimento de toda a civilização humana ao longo dos séculos. Então, aqui, hoje, eu estou saudando a mandioca. Acho uma das maiores conquistas do Brasil.⁸⁸

5.1.1.3 *Análise*

Para início da análise deste bloco, reproduziremos dois recortes do discurso nos quais aparecem os trechos geradores da polêmica.

⁸⁶Neste bloco, o Presidente da Sessão é o Presidente da Câmara. Cabe a observação de que, além de serem presididas pelo Presidente da Câmara, as sessões do Plenário podem ser comandadas por qualquer membro da Mesa Diretora (Vice-Presidentes, Secretários e seus Suplentes) ou, na ausência dos componentes da Mesa, pelo deputado mais idoso entre os de maior número de legislaturas.

⁸⁷Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2015/6/en2406152010.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

⁸⁸Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

✓ Ofensa

senhor Presidente... o que a presidente Dilma acha que é magnífico para o Brasil... que é a mandioca... *a mandioca é o que ela tá colocando nos brasileiros com este projeto de lei...* ((gargalhadas, gritos, conversas)) *a mandio::ca ela tá colocando nos brasileiros Brasil afo::ra...* (linhas 1-7TT).

[...]

querem empurrar um relatório goela abaixo... *esse relatório vai embrulhado numa mandioca de porte grande para enfiar em todos os brasileiros Brasil afora...* (linhas 95-98TT).

Os recortes estampam exemplos de descortesia explícita em dois momentos do discurso: um no início e outro, no fim, ambos com a utilização da palavra mandioca em acepção chula para criticar a Presidenta da República. Em sua crítica, o Deputado desrespeitou o Inciso XII do artigo 73 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, isto é, referiu-se de forma descortês a uma autoridade constituída.

Além da grosseria mostrada nos dois recortes, o orador ameaçou a face da Presidenta em outros momentos do discurso, chamando-a implicitamente de irresponsável e incompetente: “é uma irresponsabilidade esse projeto sem tamanho... sem tamanho... deve ser pra isso que ela quer a mandioca... ela não sabe que a mandioca é nativa do Brasil... essa incompetên::cia dessa mulher vai falir o país...” (linhas 8-13TT), de louca: “a Presidente Dilma ela tem que ser interna::da... ela tá precisando de um psiquia::tra...” (linhas 17-18TT) e de mentirosa: “a presidente Dilma... pregou mais uma mentira para o país em junho de 2014” (linhas 76-77TT).

Os FTAs não se restringem à Presidenta, mas afetam também os deputados, sempre chamados por “você”⁸⁹ em lugar de “vossas excelências” ou “senhores” como determina o Regimento Interno da Casa, impondo um caráter informal ao discurso. A forma de tratamento não é o único fator de descortesia do orador para com seus pares: há FTAs representados por:

a) *advertência*: “se vocês aprovarem isso... não têm coragem mais de entrar em avião” (linhas 50-52TT);

b) *acusações*: “vocês nesse projeto estão onerando ainda mais o transporte público” (linhas 67-68TT), “vocês endossaram a desoneração e agora estão assinando a reoneração... resumindo... vocês estão aumentando imposto para o país...” (linhas 87-90),

⁸⁹ A forma de tratamento “você”, apesar de largamente usada no Brasil em relações simétricas, não é recomendada no ambiente parlamentar. Nesse discurso, com tantas ofensas aos colegas parlamentares, poder-se-ia entrever uma insinuação de que o Deputado não estaria considerando seus pares como dignos do tratamento “senhores” e “excelências”.

“vocês essa noite querem empurrar um relatório goela abaixo” (linhas 94-95TT), “vocês já fizeram tudo errado para o país... não continuem fazendo isso” (linhas 108-110TT);

c) *desqualificação*: “muitos que estão aqui hoje... sem precisar desfazer de ninguém... porque não é culpa de ninguém que está aqui... mas muitos não sabem o que está votando hoje... muitos não sabem nem o que está sendo discutido” (linhas 120-125TT).

Sob o ponto de vista da Teoria de Brown e Levinson, o discurso é pródigo em FTAs, tanto *on record*, pela forma direta com que faz suas críticas, quanto *off record*, pelo uso de alusão, ironia, metáforas e generalizações.

No tocante ao sistema de cortesia de Kerbrat-Orecchioni, podemos afirmar que: a) o discurso não atende aos princípios A-orientados, pois os atos ameaçadores não são evitados nem atenuados, muito pelo contrário, são intensificados; b) também não atende aos princípios favoráveis ao locutor, já que o orador não mostra preocupação em evitar a perda de sua face.

O único FFA dirigido aos interlocutores registrado no discurso encontra-se na linha 24TT: “tem muito deputado de bem aqui...”, mas seguido de um desafio: “será que vocês vão estragar sua biografia contra a população” (linhas 25-26TT). Em favor do orador, os FFAs revelam-se na demonstração de: a) *boa intenção*, pois age como conselheiro ao pedir a rejeição do projeto: “eu peço que vocês não votem favorável a esse projeto... votem contrário para voltar para a base de cada um de cabeça erguida” (linhas 110-112TT), b) *colaboração*: “eu fiz uma proposta para que esse Plenário pudesse discutir um pouco mais exaustivamente” (linhas 118-120TT).

Por seu discurso agressivo, além dos protestos da Deputada Jandira Feghali durante sua fala, o orador recebeu dois desafios: um do Deputado José Guimarães e outro do Deputado Sarney Filho.

✓ Primeiro desafio

Este desafio é do Deputado José Guimarães. Inicialmente, dirigindo-se ao Presidente da Sessão, ele requer a retirada de termos dos *Anais* qualificando-os como de “baixo calão” e referindo-se ao desafiado como o “Líder do PSDB”, ou seja, é uma não pessoa cujo nome e posição individual que ocupa na Câmara dos Deputados não são considerados. A referência a ele é feita por meio da função no partido que representa, responsabilizando, desse modo, também o partido. Isso nos lembra da afirmação de Goffman (1980, p. 105) de que, “em muitas relações, os membros chegam a partilhar a mesma face de tal forma que, na presença de terceiros, um ato impróprio cometido por um dos membros torna-se fonte de um grande embaraço para todos os outros”.

Ao fim de sua fala, ainda tratando o desafiado como não pessoa, reforça o desafio sugerindo que haja retratação:

senhor presidente... primeiro eu queria solicitar que vossa excelência retirasse dos Anais essas palavras de baixo calão usadas pelo Líder do PSDB... (linhas 160-163TT).

[...]

o líder do PSDB não merece/ ou ele faz uma autocrítica ou não merece mais o meu respeito por ter usado essas palavras de baixo calão contra a presidenta da República... (linhas 195-198TT).

Justifica seu pedido encaminhando-se primeiramente ao Presidente, de forma cortês, pelo tratamento de “senhor Presidente”, de “vossa excelência” e pelo uso dos verbos no pretérito imperfeito do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo, como se verifica no primeiro recorte. Continua sua fala seguindo os padrões de tratamento determinados pelo Regimento Interno, “vossa excelência”, mas ameaça a face do oponente ao dirigir-se diretamente a ele com verbos no imperativo, isto é, dando-lhe ordens: “vossa excelência *respei::te* a instituição... *resPEIte* a mulher que é a Presidenta do Brasil e *não use* esse tipo de palavra aqui na Câmara dos Deputados... *seja...* no Mínimo educado...”. (linhas 170-175TT). Nessas linhas encontra-se ainda a qualificação do desafiado como desrespeitoso e mal educado.

O único momento de mitigação ocorre quando o orador afirma ter um bom relacionamento com o desafiado: “por isso eu quero neste momento requerer ao líder do PSDB... *com quem eu tenho um bom diálogo...*” (linhas 179-181TT).

Esse desafio, da mesma forma que o discurso-base, é direto e demonstra poucos traços do que se poderia considerar marca de cortesia direcionada ao desafiado. Dentre os que poderiam ser julgados como tal encontram-se *on record*: a) declaração de reciprocidade: “com quem eu tenho um bom diálogo” (linhas 180-181TT); b) busca de acordo, pela oferta de opções: “ou ele faz uma autocrítica ou não merece mais o meu respeito por ter usado essas palavras de baixo calão contra a Presidenta da República” (linhas 195-198TT).

✓ Segundo desafio

O segundo desafio, do Deputado Sarney Filho, tem início suave, dirigido ao Presidente da Sessão, com provérbios bíblicos: “a Bíblia... tão querida... inclusive tá aqui na mesa... diz que há momentos de se plantar e há momentos de se colher” (linhas 205-207TT), mas logo se encaminha diretamente ao desafiado, com aspereza: “Deputado Nilson Leitão... eu digo... há momentos de falar e há momentos de se calar...” (linhas 207-209TT).

Em seguida, desqualifica o discurso: “esse discurso foi desastroso até pelo início desqualificando a mandioca...” (linhas 209-211TT). Depois, parte para acusações ao desafiado: “até nisso sua excelência se equivocou... talvez porque seja Presidente da PEC 215... a PEC que quer exterminar com os índios aqui no Brasil...” (linhas 221-224TT). Finalmente, faz seu pedido de correção, de forma cortês, usando o verbo no futuro do pretérito, mas ainda com um FTA, já que classifica o discurso como desrespeitoso: “gostaria que essas/ esses discursos desrespeitosos que aqui foram pronunciados estivessem fora dos nossos Anais porque eles desrespeitam a nossa Casa... desrespeitam a mulher e desrespeitam as instituições...” (linhas 226-230TT).

✓ Busca de pontos

Na tentativa de salvar sua face, o desafiado não faz oferendas. Reage com *aplomb* procurando fazer pontos utilizando-se das seguintes estratégias:

a) *negação da ofensa*: “eu tenho convicção que não usei nenhuma palavra de baixo calão... eu tenho convicção que não fui machista...” (linhas 234-237TT), “jamais ofenderia uma mulher... eu tenho mãe... esposa... filha... e convivo bem com todas elas e com todas as pessoas...” (linhas 246-248TT);

b) *desqualificação da ofendida*: “a fala da presidente Dilma sobre a questão da mandioca hoje lá... quando recebeu os índios... ela foi de uma infelicidade enorme...” (linhas 239-244TT);

c) *acusação/ameaça*: “quem apelou comigo não é santo... eu conheço a história... mas não é o mérito que vou entrar...” (linhas 252-254TT), “não vem se defender do projeto distorcendo a situação...” (linhas 291-292TT);

d) *colocando-se como vítima*: “esse tipo de maldade aqui na tribuna não precisa também... sabem que eu não estou traindo com a PEC 2015...” (linhas 267-270TT);

e) *outra ofensa*: “o meu desrespeito à gestão da presidente Dilma continua cada vez maior...” (linhas 293-294TT).

Os FTAs direcionados aos interlocutores e a terceiros são intensificados e estão ausentes os princípios de cortesia propostos por Kerbrat-Orecchioni orientados para o interlocutor, ao passo que os princípios favoráveis ao locutor são evidentes, pois o orador trabalha na manutenção de suas duas faces.

✓ Decisão

A ordem do Presidente para alteração do discurso consta da página 229 da ata, distante de onde está o discurso objeto dos pedidos de correção, quase ao final da sessão, de forma abrangente: “quero pedir à Taquigrafia que faça uma revisão de todas as expressões que possam ser consideradas ofensivas e que elas sejam retiradas” (linhas 295-298TT).

Esse pronunciamento não apresenta aspectos de descortesia, pois, além de ser pronunciado distante da polêmica, é realizado de forma generalizada, já que não especifica o que deverá ser corrigido nem qual discurso deverá ser revisto.

5.1.1.4 Intervenções dos retextualizadores

✓ Em atendimento à solicitação de correção

Texto transcrito	Texto retextualizado
senhor Presidente... o que a presidente Dilma acha que é magnífico para o Brasil... que é a mandioca... a mandioca é o que ela tá colocando nos brasileiros com este projeto de lei... ((gargalhadas, gritos, conversas)) a mandio::ca ela tá colocando nos brasileiros Brasil afo::ra... é uma irresponsabilidade esse projeto sem tamanho... (linhas 1-8TT). [...]	Sr. Presidente, <i>(expressões retiradas por determinação da Presidência)</i> . Esse projeto é uma irresponsabilidade sem tamanho (linhas 1-4TR). [...]
querem empurrar um relatório goela abaixo... esse relatório vai embrulhado numa mandioca de porte grande para enfiar em todos os brasileiros Brasil afora... (linhas 88-89TT)	querem empurrar um relatório goela abaixo <i>(expressões retiradas por determinação da Presidência)</i> . <i>(Texto escoimado de expressão, conforme arts. 17, inciso V, alínea “b”, 73, inciso XII, e 98, § 6º, do Regimento Interno.)</i> (linhas 87-88TR)

Como se observa no quadro anterior, em atendimento à determinação do Presidente, os retextualizadores optaram pela eliminação de dois segmentos em que aparece a palavra mandioca, a qual foi mantida em outros dois trechos do discurso: “Deve ser para isso que ela quer a mandioca. Ela não sabe que a mandioca é nativa do Brasil” (linhas 4-6TR) e “A Presidente Dilma não merece mandioca, merece banana” (linhas 146-148TR).

✓ Outras intervenções

Outras modificações no texto transcrito contribuem para torná-lo mais formal que o discurso oral, pelos seguintes recursos:

a) *substituição de formas de tratamento*: “você” (linhas 47, 62, 63, 74, 82, 84, 88TT) por “V.Exas.” (linhas 43, 60, 61, 73, 80, 82, 87TR), “você” (linha 58TT) por “os senhores” (linha 57TR), “ela” (linha 233TT) por “A Presidenta” (linha 234) e “ele” (linha 250TT) por “S.Exa.” (linha 250TR).

b) *inserção de identificadores (sobrenome e nome)*:

Texto transcrito	Texto retextualizado
a presidente Dilma em junho... pregou mais uma mentira para o país em junho de 2014 (linhas 70-72TT)	A Presidente Dilma <i>Rousseff</i> , em junho de 2014, pregou mais uma mentira no País. (linhas 69-70TR)
aliás... no governo Dilma tudo é provisório... inclusive ela (linhas 78-79TR)	Aliás, no Governo Dilma <i>Rousseff</i> , tudo é provisório, inclusive ela (linhas 76-78TT)
se alguns interpretaram o que eu disse sobre a fala da presidente Dilma sobre a questão da mandioca hoje lá (linhas 229-231TT)	se alguns mal interpretaram o que eu disse sobre a fala da Presidenta Dilma <i>Rousseff</i> sobre a questão da mandioca (linhas 228-231TR)
muitos petistas sabem disso... como o Afonso Florence... como o Deputado Molon e outros que têm ab... que nós abrimos diálogo (linhas 260-263TT)	Muitos petistas sabem disso, como o Deputado Afonso Florence, o Deputado <i>Alessandro</i> Molon e outros com quem nós abrimos diálogo. (linhas 259-263TR)

c) *substituição de apelido por nome parlamentar*:

Texto transcrito	Texto retextualizado
eu só quero deixar claro... inclusive ao Deputado <i>Zequinha</i> Sarney... (linhas 244-247TT)	inclusive ao Deputado <i>Sarney Filho</i> (linhas 245-247TT)

d) *substituição de forma verbal (imperfeito do subjuntivo pelo mesmo verbo no presente do indicativo)*:

Texto transcrito	Texto retextualizado
eu queria solicitar que vossa excelência <i>retirasse</i> dos Anais (linhas 153-155TT)	eu queria solicitar que vossa excelência <i>retire</i> dos Anais (linhas 153-154TR)

Outras alterações verificadas no texto retextualizado, como a formalidade imposta pela substituição de formas de tratamento informais por outras formais, como registrado na alínea (a), tornam o texto formal e adequado ao contexto parlamentar, mas não mais cortês, pois a forma você, quando dirigida aos outros deputados, estaria sendo usada em uma posição simétrica, de largo uso no Português brasileiro.

O acréscimo do nome e do sobrenome de pessoas citadas no discurso, alíneas (b) e (c), também trazem formalidade ao texto transcrito e introduzem um distanciamento entre o interlocutor e as pessoas citadas não registrado no texto oral, da mesma forma que a substituição do apelido do Deputado Sarney Filho pelo seu nome parlamentar.

A substituição do verbo “retirar” empregado pelo orador no imperfeito do subjuntivo pelo mesmo verbo no mesmo modo, no tempo presente, confere uma feição

descortês ao discurso retextualizado não presente no discurso oral, pois a forma substituta carrega uma ideia de ordem e não de sugestão, como a forma original.

5.1.2 Segundo bloco: discurso do Deputado Fernando Chiarelli (Apêndice B)

Este bloco compõe-se do discurso-base, de intervenções do Presidente da Sessão e de recusa à correção.

5.1.2.1 Identificação dos envolvidos

✓ Deputado Fernando Chiarelli [FC]

Nasceu em 1957 na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Em sua biografia no portal da Câmara consta que é professor, mas não há informações a respeito de sua formação acadêmica. Em sua ficha no TRE consta que é professor de Ensino Médio e tem nível superior incompleto. Iniciou sua carreira política como vereador na cidade de Ribeirão Preto, no período de 1992 a 1995, pelo PDS. Em 2009, assumiu o mandato de Deputado Federal em virtude do falecimento do Deputado João Herrmann.

✓ Deputado Marcelo Ortiz (MO) [Francisco Marcelo Ortiz Filho]

Nascido em Penápolis, Estado de São Paulo, em 1934, é advogado Especialista em Direito Tributário. Sempre filiado ao PV, foi eleito Deputado Federal para os períodos de 2003 a 2007 e 2007 a 2011, pelo Estado de São Paulo. Sua intervenção justifica-se pelo fato de estar na presidência da Sessão no momento do discurso e se constitui na ordem de eliminação, no texto transcrito, de expressão utilizada pelo orador.

5.1.2.2 Discurso-base

No discurso, com duração de três minutos, pela ordem, proferido no Grande Expediente da Sessão Ordinária realizada em 21 de dezembro de 2010⁹⁰, o Deputado faz críticas a atos do governo e acusações tanto ao governo quanto a seus pares.

⁹⁰Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2010/12/V211210.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

6.1.2.3 Análise

Iniciamos a análise deste bloco com o trecho do discurso-base em que aparece a expressão interditada.

✓ Ofensa

nada de aumento do salário do trabalhador... vai ter o aumento de um saco de feijão... e está satisfeito o povo... vão tirar não sei quantos milhões da educação... e esse governo *de porcaria* deve tirar mesmo... porque se educar o povo... o povo vai botar fogo nesse País... o povo bota fogo na Presidência da República... no Supremo... no Congresso... bota fogo em tudo... (linhas 17-25TT).

Neste recorte, há críticas ao governo, mas não existem termos chulos como no bloco anterior nem ofensas graves que requeiram atenção. Seu destaque deve-se ao fato de estar nele a expressão interditada pelo Presidente da Sessão: “governo de porcaria”.

Além das ofensas ao governo destacadas no trecho anterior, observam-se ataques explícitos e implícitos aos parlamentares com insinuações de que são ladrões, corruptos, estão ligados ao tráfico e que trabalham em causa própria:

Machado de Assis já dizia... né... que não é a ocasião que faz o ladrão... a ocasião faz o furto... o ladrão nasce feito... e todo mundo viu aqui no painel... outro dia... aquele montão de gente votando pro bingo... tudo aí comendo na mão de traficante... o Brasil viu todo mundo aqui votando o próprio salário no painel... (linhas 5-12TT).

O povo é acusado de acomodado e o Executivo de negligente na educação: “vai ter o aumento de um saco de feijão... e está satisfeito o povo... vão tirar não sei quantos milhões da educação... e esse governo de porcaria deve tirar mesmo... porque se educar o povo... o povo vai botar fogo nesse País...” (linhas 18-23TT).

O Executivo é responsável também por um programa assistencial nocivo:

lá vem o orçamento... e no orçamento tem um montão de dinheiro para cesta básica... para a famosa Bolsa Família... que nada mais é que a destruição de uma raça de Leônidas... que a destruição de uma raça de Zaratustras... que a destruição da raça de bandeirantes que somos nós brasileiros... transformados todos em pedintes... está aí bilhões... bilhões... bilhões... bilhões para ensinar o povo a pedir esmola... (linhas 27-35TT).

No dizer do orador, a imprensa é omissa; o Líder da Oposição e um representante do Ministério Público são covardes:

a imprensa deveria pegar no pé não só daqueles que votaram a favor do aumento... onde estava o Seu Dimas Ramalho... do Ministério Público? passou a largo... onde estava o Líder da Oposição... o tal de Nogueira? passou a largo... olha que gente covarde... e a covardia... já está lá em Shakespeare... é o mais baixo dos sentimentos... (linhas 39-47TT).

Não há FFAs dirigidos aos interlocutores nem a terceiros. Eles são dirigidos implicitamente, porém, ao orador, já que ele conhece as mazelas do País e é competente, pois está apto a criticar seus pares, o governo e o povo.

✓ Decisão/recusa

Apesar dos vários elementos ofensivos no discurso, o Presidente determina que seja eliminada apenas uma expressão: “Determino à Secretaria que retire do pronunciamento do nobre Deputado a expressão ‘governo porcaria’... isso não é expressão que possa ser usada...” (linhas 52-55TT), “retirar a expressão ‘governo de porcaria’” (linhas 66-67TT).

O orador não aceita a correção e gera a seguinte discussão entre ele e o Presidente da Sessão (linhas 52-74TT):

MO	determino à Secretaria que retire do pronunciamento do nobre Deputado a expressão “governo porcaria”... isso não é expressão que possa ser usada...
FC	imponho embargos... foram/ foram expressões usadas por Rui Barbosa...
MO	vossa excelência...
FC	Rui Barbosa usara essa expressão...
MO	vossa excelência não tem o direito da palavra... eu estou falando e eu espero que vossa excelência me respeite como eu respeito vossa excelência...
FC	só estou impondo embargos... perdão...
MO	vossa excelência falou eu fiquei ouvindo... agora vossa excelência tem de esperar a minha conclusão... retirar a expressão “governo de porcaria”
FC	imponho embargos...
MO	essa é a decisão da Presidência...
FC	imponho embargos...
MO	se vossa excelência for contrário vossa excelência pode recorrer...
FC	recorro...

A intervenção do Presidente ameaça a face do orador, tanto pela ordem de não inclusão da expressão no texto transcrito quanto pelas respostas às suas contestações, que mostra não considerar que o termo deva ser eliminado de seu discurso, já que “impõe embargos”, ratificando a ofensa e sacramentando o ataque à face do governo. Com a finalidade de salvar sua face, atribui a expressão a uma terceira pessoa: Rui Barbosa.

5.1.2.4 Intervenções dos retextualizadores

✓ Em atendimento à solicitação de correção

Texto transcrito	Texto retextualizado
vão tirar não sei quantos milhões da educação... e esse governo <i>de porcaria</i> deve tirar mesmo... porque se educar o povo... o povo vai botar fogo nesse País... (linhas 19-23TT)	Vão tirar não sei quantos milhões da educação. E esse Governo [...] deve tirar mesmo, porque se for educado o povo vai botar fogo no País. (linhas 19-22TR)

Texto transcrito	Texto retextualizado
determino à Secretaria que retire do pronunciamento do nobre Deputado a expressão “ <i>governo porcaria</i> ”... isso não é expressão que possa ser usada... (linhas 52-55TT)	Determino à Secretaria que retire do pronunciamento do nobre Deputado a expressão <i>citada</i> . Isso não é expressão que possa ser usada. (linhas 52-55TR)
vossa excelência falou eu fiquei ouvindo... agora vossa excelência tem de esperar a minha conclusão... retirar a expressão “ <i>governo de porcaria</i> ”... (linhas 65-68TT)	V.Exa. falou, eu fiquei ouvindo. Agora, V.Exa. tem de esperar a minha conclusão. Que se retire a expressão [...]. (linhas 65-67TR)

A ordem do Presidente foi atendida pelos retextualizadores com a eliminação da expressão “de porcaria” no discurso do orador: “E esse Governo [...] deve tirar mesmo” (primeiro recorte). Na fala do Presidente, a saída foi a substituição do termo por “citada” na primeira ocorrência: “Determino à Secretaria que retire do pronunciamento do nobre Deputado a expressão *citada*” (segundo recorte) e a eliminação na segunda: “Agora, V.Exa. tem de esperar a minha conclusão. Que se retire a expressão [...]” (terceiro recorte).

✓ Outras intervenções dos retextualizadores

Além dessas correções relacionadas à determinação do Presidente, o texto sofreu outras alterações que não interferem nos aspectos de face e cortesia. Por isso, não cuidaremos delas.

5.1.3 Terceiro bloco: discurso do Deputado Paulo Marinho (Apêndice C)

Este bloco é composto do discurso-base e da intervenção do Presidente.

5.1.3.1 Identificação dos envolvidos

✓ Deputado Paulo Marinho (PM) [Paulo Celso Fonseca Marinho]

Nasceu em Caxias, Maranhão, em 1958. Sua biografia no portal da Câmara dos Deputados mostra que ele tem vasto conhecimento na área do Direito. Prefeito de sua cidade natal no período de 1993 a 1996 pelo PSC, foi Deputado Federal em três períodos pelo PSC e pelo PFL. Teve seu último mandato cassado em 11 de agosto de 2005 por improbidade administrativa quando Prefeito da Cidade de Caxias.

✓ Deputado Severino Cavalcanti (SC) [Severino José Cavalcanti Ferreira Nascimento]

Nasceu na Cidade de João Alfredo, Estado de Pernambuco, em 18 de dezembro de 1930. Há dúvidas quanto à sua escolaridade, pois, em sua biografia no portal da Câmara dos

Deputados, consta nível secundário; no portal do TSE, para candidatura a Deputado Federal nas eleições de 2002, consta superior completo ao passo que, para Prefeito da Cidade de João Alfredo nas eleições de 2008, consta nível fundamental completo.

Ocupou o cargo de Prefeito de sua cidade em dois períodos: de 1964 a 1966, pela UDN; de 2009 a 2012, pelo PP. No âmbito estadual, cumpriu sete mandatos de Deputado em seu Estado, passando pelos quadros da ARENA, do PDS, do PDC e do PL; na esfera federal, filiado ao PFL e depois ao PPB, foi Deputado por três mandatos. Eleito Presidente da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2005, renunciou ao cargo e ao mandato de Deputado em 21 de setembro do mesmo ano.

5.1.3.2 *Discurso-base*

Com duração de 20 minutos, o discurso foi proferido no Grande Expediente da Sessão Ordinária de 10 de agosto de 2005⁹¹, véspera da cassação do mandato do orador. Em sua fala, o Deputado acusa o então Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Edson Carvalho Vidigal, de persegui-lo politicamente e de usar meios fraudulentos para conseguir sua cassação.

5.1.3.3 *Análise*

Para a análise deste bloco, selecionamos dez segmentos do Apêndice C, todos com substituições ou eliminações de termos agressivos específicos na publicação da Câmara.

✓ Ofensas

o STJ é presidido por *um estelionatário... um falsário* cujo nome não é Edson Carvalho Vidigal... (linhas 143-145TT)

[...]

e o STJ sendo presidido por *um estelionaTÁrio...* (160-163TT)

[...]

como é que ele pode julgar alguém *se ele na verdade é um criminoso... é um falsário... é um falsificador?* e preside um Tribunal de Justiça nesse bas/ Brasil... (183-186TT)

[...]

cassar mandato de parlamenTAR atendendo limiNAR por conta de pressão de JUIZ... *de estelionaTÁrio...* de um homem como esse Edson Vidigal... (195-198TT)

[...]

um falsário presidindo a Corte Superior de Justiça do Brasil usando documentos FALsos... (203-205TT)

[...]

⁹¹Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2005/8/V100805.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

agora ele esta lá na minha cidade TODos os finais de seMAna reunindo vereador... deputado... governador... *fazendo poLÍ::tica...* (216-219TT)

[...]

mas tem mais... mui::to mais... *ele é desonesto... ele é ladrão.... ele é laDRÃO e eu vou dizer por que que ele é ladrão...* perguntem à bancada de RonDônia... (238-241TT)

[...]

o grande medo dele está aqui na minha mão... *é no Brasil saber quem ele é... é no Brasil saber que o Presidente da Corte Superior de Justiça do Brasil é um falsário, um estelionatário...* (286-290TT)

[...]

e o seu Edson Vidigal? *e esse falsário... e esse estelionatário...* e esse poLÍ::tico que não se despe da toga para me enfrentar no voto? (293-296TT)

[...]

o Tribunal Superior de Justiça do Brasil é presidido por *um este-liona-tário* que usa nome falso... (311-312TT)

Nos trechos destacados, o orador qualifica o Ministro como “estelionatário”, “falsário”, “criminoso”, “falsificador”, “desonesto” e “ladrão”. Essas palavras sobressaem no texto, mas não são os únicos instrumentos de ataque usados pelo orador. Como se observa no Apêndice, toda referência ao Ministro é acusatória.

Os pontos de abrandamento são aqueles em que o orador se dirige ao Presidente da Casa e a outros deputados, no início do discurso, em busca de adesão dos colegas a sua causa, usando formas de tratamento apropriadas ao contexto e formas verbais corteses:

senhor Presidente... senhores e senhoras Deputados e Deputadas... eu vou usar da palavra nesse momento e eu queria que o Presidente da Casa eh/... o Deputado Severino... que está ali no plenário... pudesse me ouvir... (linhas 1-6TT).

No decorrer de sua fala, ele ainda apela aos amigos deputados numa espécie de lamento e pedido de compaixão:

aí... meus amigos... é doído... é muito doído... é muito doído... Presidente Severino... e o senhor sabe disso... o senhor é do Nordeste... o Deputado Inocêncio sabe disso... o Deputado Inocêncio conhece a minha cidade e conhece a minha história... já teve negócios lá próximo... (linhas 135-141TT).

[...]

está ali o Deputado João Castelo que é meu conterrâneo e meu opositor mas sempre fez uma política limpa comigo. (linhas 213-215TT).

Termina o discurso de forma semelhante à que o iniciou, com delicadeza e humildade, mas deixando transparecer um desafio:

senhor Presidente... meu destino está na mão da Mesa... não creio... sinceramente não creio... que a Mesa da Câmara dos Deputados vá... vá se entregar à pressão de quem quer que seja... eu sei... senhor Presidente... que o senhor não aceitou as pressões... eu sei que o senhor tem sido altivo... que o senhor tem enfrentado essa situação com altivez e eu espero que o senhor continue assim... enfrente... senhor Presidente... (linhas 300-310TT).

A norma regimental que veta a descortesia para com autoridades em discursos proferidos na Câmara dos Deputados foi desrespeitada. Por isso, o Presidente da Sessão ordenou a limpeza do discurso.

✓ Decisão

Em sua decisão, o Presidente invoca o artigo 73 do Regimento Interno para determinar a correção: “Nos termos do Artigo 73... Inciso XXI... ((sic))⁹² determino a retirada das notas taquigráficas das *expressões descorteses e injuriosas* em relação ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.../ do Superior Tribunal de Justiça...” (linhas 315-319TT).

Ao invocar o Regimento Interno, o Presidente transfere a responsabilidade da correção para a norma e protege, assim, sua face. É ainda em busca de proteção da própria face que ele desmente as afirmações do orador de que estaria sendo pressionado para cassar seu mandato:

e quero também afirmar aqui que nunca recebi pressão de NINGuém para cassar mandato de nenhum parlamentar porque eu não acredito que nenhum/ nenhuma autoridade tenha coragem de me procurar porque eu rechaçarei na hora... eu não aceitarei injunções de quem quer que seja para cassar mandatos dos senhores parlamentares... essa é a posição do Presidente da Câmara dos Deputados... (linhas 320-328TT).

Com a ordem de correção e o desmentido do Presidente, o orador tem sua face duplamente ameaçada, uma vez que, além de ter faltado com o respeito para com uma autoridade na tribuna da Casa, seria mentiroso, pois teria feito afirmações falsas.

5.1.3.4 Intervenção dos retextualizadores

✓ Em atendimento à solicitação de correção

Este discurso, por sua extensão e quantidade de termos “impróprios”, foi objeto de muitas correções pelos retextualizadores, como se observa nos recortes que seguem:

Texto transcrito	Texto retextualizado
o STJ é presidido por <i>um estelionatário... um falsário</i> cujo nome não é Edson Carvalho Vidigal... (linhas 143-145TT)	o STJ é presidido por <i>alguém</i> cujo nome não é Edson Carvalho Vidigal. (143-144TR)
e o STJ sendo presidido por <i>um estelionaTÁRIO...</i> (160-161TT)	E o STJ está sendo presidido por <i>ele!</i> (157-158TR)
Como é que ele pode julgar alguém <i>se ele na verdade é um criminoso... é um falsário... é um falsificador?</i> e preside um Tribunal de Justiça nesse bas/ Brasil... (183-186TT)	Como ele pode julgar alguém? [...] E preside um Tribunal de Justiça neste Brasil. (182-184TR)
cassar mandato de parlamenTAR atendendo limiNAR por conta de pressão de JUIZ... <i>de estelionaTÁRIO...</i> de um homem como esse Edson Vidigal... (195-198TT)	Cassar mandato de Parlamentar, atendendo a liminar, por pressão de juiz, [...] de um homem como esse Edson Vidigal (194-197TR)

⁹²O correto é Inciso XII.

Texto transcrito	Texto retextualizado
<i>Um falsário</i> presidindo a Corte Superior de Justiça do Brasil usando documentos FALsos... (203-205TT)	Há um <i>homem</i> presidindo a Corte Superior de Justiça do Brasil que usa falsos documentos. (203-205TR)
mas tem mais... mui::to mais... <i>ele é desonesto... ele é ladrão.... ele é laDRÃO e eu vou dizer por que que ele é ladrão...</i> perguntem à bancada de RonDônia... (238-241TT)	Mas tem mais, muito mais. [...] Perguntem à bancada de Rondônia. (238-239TR)
o grande medo dele está aqui na minha mão... <i>é no Brasil saber quem ele é... é no Brasil saber que o Presidente da Corte Superior de Justiça do Brasil é um falsário, um estelionatário...</i> (286-290TT)	o grande medo dele está aqui na minha mão: [...] é de o Brasil saber quem é o Presidente da Corte Superior de Justiça do Brasil. [...] (285-288TR)
E o seu Edson Vidigal? <i>e esse falsário... e esse estelionatário...</i> e esse poLÍ::tico que não se despe da toga para me enfrentar no voto? (293-296TT)	E o Sr. Edson Vidigal? [...] E esse político que não se despe da toga para me enfrentar no voto (293-295TR)
o Tribunal Superior de Justiça do Brasil é presidido por <i>um este-liona-tário</i> que usa nome falso... (311-313TT)	o Superior Tribunal de Justiça é presidido por <i>quem</i> usa nome falso. (309-310TR)

Os recursos usados na retextualização para limpeza do texto no que diz respeito à ordem do Presidente são os seguintes, como se verifica nas linhas do quadro:

a) *substituição de palavras ou segmentos*: “um estelionatário... um falsário” por “alguém” (primeira linha), “um estelionatário” por “ele” (segunda linha), “um falsário” por “homem” (quinta linha), “um estelionatário por “quem” (nona linha da tabela).

b) *eliminação de palavras ou segmentos*: “se ele na verdade é um criminoso... é um falsário... é um falsificador?” (terceira linha), “de estelionaTÁRIO” (quarta linha), “ele é desonesto... ele é ladrão.... ele é laDRÃO e eu vou dizer por que que ele é ladrão” (sexta linha), “é no Brasil saber quem ele é”, “é um falsário, um estelionatário” (sétima linha) e “e esse falsário... e esse estelionatário” (oitava linha).

✓ Outras intervenções

O bloco contém outras mudanças que deixam o texto mais descortês, das quais ressaltamos:

a) *substituição de forma politicamente correta por forma tradicional*: o orador inicia seu discurso de forma politicamente correta com relação às questões de gênero: “senhor presidente... senhoras e senhores deputados e deputadas” (linhas 1-2TT), o que não se verifica na versão retextualizada, em que foi usada a forma masculina “Sr. Presidente, Srs. deputados” (linha 1TR) para compreender os dois gêneros representados no parlamento brasileiro;

b) *substituição de formas verbais*: na introdução do discurso, o orador demonstra cortesia pelo uso de verbos no pretérito imperfeito do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo, os quais são substituídos por formas verbais diretas:

Texto transcrito	Texto retextualizado
<i>eu queria</i> que o Presidente da Casa eh/... o Deputado Severino... que está ali no plenário... <i>pudesse me ouvir</i> ... (linhas 3-6TT)	<i>quero</i> que o Presidente da Casa, Deputado Severino <i>Cavalcanti</i> , que está no plenário, <i>ouça-me</i> ” (linhas 2-4TR)

c) *substituição de formas atenuadas por outras diretas*: ainda no início do discurso, são usadas formas corteses que poderíamos comparar a uma oração: “quero pedir aqui”, “para que eu possa”, as quais são substituídas por termos diretos: “peço” e “a fim de”.

Texto transcrito	Texto retextualizado
<i>quero pedir aqui</i> inspiração ao Espírito Santo... que Ele me cubra de energias boas <i>para que eu possa</i> revelar o que <i>tenho</i> que revelar ao Brasil e a essa Casa...” (linhas 9-13TT)	<i>peço</i> inspiração ao Espírito Santo, para que Ele me cubra de energias boas, <i>a fim de</i> revelar o que <i>tenho a</i> revelar ao Brasil e a esta Casa (linhas 8-11TR)

d) *substituição de locução verbal*: no recorte anterior, o orador usa a locução “tenho que” – com a qual indica ser obrigado a fazer uma revelação, o que lhe concede uma condição de oprimido e de esclarecedor – a qual é substituída por “tenho a” – que implica o simples interesse de revelar alguma coisa.

e) *Inserção de identificadores (nome, sobrenome, função)*: apesar de o orador não pronunciar o sobrenome do Presidente da Casa em seu discurso, ele é inserido em alguns pontos, o que acontece também com o nome e a função:

Texto transcrito	Texto retextualizado
o que está por trás disso? O presidente Severino sabe... (linhas 46-47TT)	O que está por trás disso? O Presidente Severino <i>Cavalcanti</i> sabe (linhas 40-41TR)
certa feita... quando o Presidente foi ao gabinete dele (linhas 102-103TT)	Certa feita, quando o Presidente <i>Severino Cavalcanti</i> foi ao gabinete dele (linhas 96-98TR)
<i>o Severino</i> não tratou com o Vidigal (linhas 114-115TT)	O <i>Presidente Severino Cavalcanti</i> não tratou com o Vidigal (linhas 107-108TR)

A limpeza deste bloco, relativa à ordem do Presidente, apesar das substituições e eliminações realizadas no primeiro quadro, não esconde as ofensas, pois o nome do Juiz é mantido e sua desqualificação pelo orador continua evidente por diversas marcas que restaram em todos os recortes que apresentamos. As outras correções colaboram para a redução do pouco de cortesia que havia no texto, pois, como se observa nas alíneas (a) a (e), todos os procedimentos redundam no endurecimento do discurso.

5.1.4 Quarto bloco: discurso do Deputado José Carlos Aleluia (Apêndice D)

Este bloco é composto do discurso do Deputado José Carlos Aleluia, de pronunciamento de contestação do Deputado João Grandão e de justificativa do orador principal, intercalada com réplicas do contestador.

5.1.4.1 Identificação dos envolvidos

✓ Deputado José Carlos Aleluia (JC) [José Carlos Aleluia Costa]

Nascido na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, em 9 de dezembro de 1947, é formado em Engenharia Elétrica. Filiado ao PFL, foi eleito Deputado Federal para cinco mandatos consecutivos, a partir de 1991. Nos quadros do DEM, está no sexto mandato a ser cumprido no período de 2015 a 2019. Assumiu várias posições de liderança.

✓ Deputado João Grandão (JG) [João Batista dos Santos]

Nasceu na cidade de Rinópolis, Estado de São Paulo, em 26 de dezembro de 1959. Tem formação em Direito. Filiado ao PT, elegeu-se Deputado Federal para dois mandatos: de 1999 a 2003 e de 2003 a 2007. Foi vice-líder de seu partido na Câmara em duas ocasiões.

5.1.4.2 Discurso-base

O discurso, referente a denúncias de corrupção no Governo Lula, é curto. Tem duração de dois minutos e seis segundos e foi proferido na condição de Líder da Minoria, na sessão extraordinária realizada no turno matutino do dia 23 de junho de 2005⁹³. Em sua fala, referindo-se ao depoimento de Maurício Marinho, um dos arrolados na CPI dos Correios, o orador cita a expressão “outro ponto negro do governo Lula”, o que resulta na solicitação de alteração nos *Anais* da Casa.

5.1.4.3 Análise

Para início da análise deste bloco, será utilizado o seguinte trecho, no qual se encontra o termo interditado.

⁹³Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2005/6/EM230605.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

✓ Ofensa

a *Folha de S.Paulo* traz a/ o depoimento do Seu Marinho... que levanta um OUtro iceberg... um OUtro *ponto negro* do Governo Lula que vai ser desvendado... é a ação do Ministro Gushiken... (linhas 68-70TT).

Como se observa no recorte, o orador usou a palavra “negro” de forma politicamente incorreta. Por isso, foi desafiado por um de seus pares.

✓ Desafio

O desafiador é o Deputado João Grandão, o qual se dirige ao orador e ao Presidente da Sessão, de forma cortês, usando atenuador e verbo no pretérito imperfeito do indicativo e no futuro do pretérito, referindo-se ao interlocutor com deferência: “*eu só queria* fazer um apelo ao *nobre Deputado Aleluia* e a vossa excelência...” (linhas 101-102TT), “*eu gostaria* que vossa excelência *retirasse* dos Anais da Ca/ da...” (linhas 109-110TT).

✓ Recusa

O desafio é recusado, pois o desafiado não vê necessidade de correção: “não há necessidade de fazer nenhuma correção... quando eu me referi me referi ao escu::ro... obscu::ro deste Governo... da corrupção na área do Ministro Gushiken...” (linhas 124-128TT).

✓ Protesto

O desafiador não aceita a recusa e justifica, de forma delicada, usando tratamento cortês e desviando a ameaça à face do desafiado para terceiros: “*nobre Deputado...* o problema é que a/ a *sociedade racista...* *ela...* tudo quanto é errado... tudo que é obscuro... tudo que é/ se faz essa/ essa terminologia como alguma coisa negra... portanto eu gostaria de deixar registrado...” (linhas 129-134TT).

✓ Oferenda

Diante da justificativa, é aceito o desafio e feita a oferenda: “eu aceito... vou colocar ‘obscuro’” (linha 135TT).

✓ Aceitação

A oferenda é aceita, com agradecimento do desafiador: “tá bom... muito obrigado” (linha 136TT).

✓ Outras intervenções

Texto transcrito	Texto retextualizado
a Folha de S.Paulo traz a/ o depoimento do Seu Marinho... que levanta um OÚtro iceberg... um OÚtro <i>ponto negro</i> do Governo Lula que vai ser desvendado... é a ação do Ministro Gushiken... (linhas 68-70TT)	A Folha de S.Paulo traz o depoimento do Sr. Marinho, que aponta para outro iceberg, outro <i>ponto negro</i> do Governo Lula a ser desvendado: a ação do Ministro Gushiken. (linhas 68-69TR)

Como se constata no recorte anterior, apesar da aceitação do desafiado, o item interditado foi mantido. Entretanto observam-se, no Apêndice, correções que tornam o texto publicado nos *Anais* mais formal que o proferido. Exemplos disso são as substituições da forma de tratamento “vocês” (linhas 29, 31, 38, 42, 45TT) por “os senhores” (linhas 29, 31-32, 37-38, 41-42, 44-45TR).

Além da forma de tratamento, há outras correções relevantes no bloco que dizem respeito aos aspectos de face e de cortesia, como os que seguem:

a) *substituição de linguagem politicamente correta por linguagem tradicional:*

Texto transcrito	Texto retextualizado
senhor Presidente Severino Cavalcanti... <i>senhoras Deputadas... senhores Deputados...</i> (linhas 1-2TT)	Sr. Presidente Severino Cavalcanti, <i>Sras. e Srs. Deputados</i> (linhas 1-2TR)

b) *substituição do pronome pessoal pelo nome parlamentar:*

Texto transcrito	Texto retextualizado
de forma muito determinada... mas <i>ele</i> usou uma expressão que... na nossa avaliação... é uma expressão racista... (linhas 103-106TT)	de forma muito determinada, <i>o Deputado José Carlos Aleluia</i> usou a expressão que, na nossa avaliação, é racista (linhas 103-103TR)

c) *substituição de nome popular por nome oficial de CPI:*

Texto transcrito	Texto retextualizado
o Supremo Tribunal Federal or:::denou ao Presidente do Congresso Nacional que aprove... que faça a designação dos membros da <i>CPI do Waldomiro</i> ... (linhas 61-65TT)	o Supremo Tribunal Federal ordenou ao Presidente do Senado Federal a designação dos membros da <i>CPI dos Bingos</i> . (linhas 61-64TR)
a <i>Folha de S.Paulo</i> anuncia que o Supremo Tribunal Federal MANda... deterMINA... orDENA que seja instalada a <i>CPI do Waldomiro</i> ... (linhas 89-92TT)	A <i>Folha de S.Paulo</i> noticia que o Supremo Tribunal Federal determinou que a <i>CPI dos Bingos</i> fosse instalada. (linhas 89-92TR)

d) *substituição do destinatário do discurso pelo Presidente da Sessão:*

Texto transcrito	Texto retextualizado
olha... eu não referi a/ não me referiria a <i>vossa excelência</i> como negro... eu me referiria a <i>vossa excelência</i> como um GRANde Deputado afrodescendente brasileiro (linhas 110-113TT)	<i>Sr. Presidente</i> , eu não me referiria ao <i>nobre colega João Grande</i> como negro, mas como um grande Deputado afrodescendente brasileiro. (linhas 110-112TR)

Texto transcrito	Texto retextualizado
vossa excelência sabe que eu... como vossa excelência... somos descendentes de negros brasileiros... (linhas 116-118TT)	S.Exa. sabe que eu, como S.Exa., sou descendente de negros brasileiros (linhas 115-116TR)

e) *acréscimo de identificadores (nome, sobrenome e título):*

Texto transcrito	Texto retextualizado
o Senador Bornhausen... o Líder Rodrigo... o Líder José Agripino... os companheiros do PSDB... o Deputado Goldman... o Deputado Jutahy... (linhas 24-27TT)	o Senador <i>Jorge</i> Bornhausen, o Líder Rodrigo <i>Maia</i> , o Líder José Agripino, os companheiros do PSDB — Deputados <i>Alberto</i> Goldman, <i>Jutahy Junior</i> (linhas 24-27TR)
Deputado Jutahy... parece que nós estamos fazendo oposição com punhos de renda... (linhas 55-56TT)	Deputado <i>Jutahy Junior</i> , parece que estamos fazendo oposição com punhos de renda. (linhas 55-56TR)
O Governo tentou fugir de toda forma da investigação da corrupção de Waldomiro (linhas 59-62TT)	O Governo tentou fugir de toda maneira da investigação da corrupção de Waldomiro <i>Diniz</i> . (linhas 59-61TR)
eu só queria fazer um apelo ao nobre Deputado Aleluia e a vossa excelência... (linhas 101-102TT)	<i>Sr. Presidente</i> , queria fazer um apelo ao nobre Deputado <i>José Carlos</i> Aleluia e a V.Exa. (linhas 101-102TR)

f) *eliminação de segmento atenuador:*

Texto transcrito	Texto retextualizado
nobre Deputado... o problema é que a/ a sociedade racista... <i>ela... tudo quanto é errado... tudo que é obscuro... tudo que é/ se faz essa/ essa terminologia</i> como alguma coisa negra... (linhas 129-133TT)	Nobre Deputado, o problema é que a sociedade racista <i>fará analogia</i> como alguma coisa negra. (linhas 129-130TR)

O cotejo do texto retextualizado com o transcrito revela que este bloco, tal como o primeiro, sofreu substituições da forma de tratamento “vocês” para “os senhores”, tornando-o mais formal e adequado aos padrões parlamentares. Porém, é de se atentar para o fato de que essas substituições são feitas em um discurso relatado, supostamente havido entre um jovem e o parlamentar e não entre parlamentares no plenário, o que justificaria a manutenção da informalidade.

As outras substituições havidas no bloco conferem formalidade ao texto e, no caso das alíneas (a) e (d), reduzem o grau de cortesia demonstrado pelo orador, pois ele foi politicamente correto ao se dirigir aos colegas parlamentares com a forma “Senhoras Deputadas, Senhores Deputados” e, mesmo arriscando sua face, dirigiu-se diretamente ao colega e não ao presidente, como está registrado nos *Anais*.

O acréscimo dos identificadores contribui para a formalidade do texto e não interfere nos aspectos de cortesia, o que não ocorre com a eliminação do segmento modulador no recorte da alínea (f).

5.2 SÍNTESE

Para fins de recapitulação e de síntese, revisitaremos os blocos analisados e comentaremos alguns aspectos relevantes.

No *primeiro bloco*, o orador foi desafiado em virtude de trechos indesejáveis em seu discurso. Em troca, ameaçou as faces de seus desafiadores, pois, ao negar a ofensa afirmando estar convicto de que não a praticou e ao colocar-se como vítima, os coloca na condição de mentirosos e malvados. Além disso, com as acusações e a ameaça, indica que poderá revelar fatos desabonadores daqueles que o questionam. A desqualificação da ofendida e a outra ofensa exacerbam a ameaça à face da Presidenta, a qual os desafiadores pretendiam deixar a salvo no texto transcrito publicado nos *Anais*. Podemos dizer então, que, no discurso-base, tínhamos ameaça à face de uma pessoa; no bloco, temos quatro faces ameaçadas.

O texto retextualizado não colabora para o salvamento das faces de nenhum dos envolvidos nem torna o discurso publicado mais cortês que o original, pois o leitor, ciente de que foram feitas correções, poderá fazer inferências que o levarão ao preenchimento dos vazios com termos tão grosseiros quanto os proferidos.

No *segundo bloco* não há desafios ao orador, mas o presidente da sessão condena uma expressão usada. Em defesa de sua face, o orador contesta a decisão do responsável pela sessão colocando, assim, a face do outro em situação desconfortável. Além disso, ao contestar a correção, ele confirma sua opinião a respeito do governo, exacerbando a ofensa.

As intervenções no material retextualizado, em atendimento à ordem de correção, amenizam a ameaça à face do governo com substituição e eliminação de termos interditados. As outras intervenções a que o texto foi submetido não trazem consequências em termos de cortesia.

No *terceiro bloco* também não há desafios, mas ordem de correção por parte do presidente da sessão, a qual não é contestada pelo orador. Assim, permanecem três faces em jogo no discurso: a do Ministro Vidigal (explicitamente atacada pelo orador), a do Presidente da Câmara (implicitamente ameaçada pelo orador) e a própria face do orador, a qual também não sai ilesa diante da autoridade do Presidente, que determina a limpeza em sua fala e nega parte de seu discurso.

Da mesma forma que ocorre no primeiro bloco, as intervenções dos retextualizadores em atendimento à ordem do Presidente não colaboram para o salvamento das faces dos três envolvidos nem torna o discurso publicado mais cortês que o original, já

que há pistas das alterações e outras informações que induzem o leitor a imaginar as ofensas omitidas. As outras correções, também, tornam o texto retextualizado mais descortês que o original, já que as poucas formas de cortesia presentes no discurso oral foram alteradas para formas mais rudes.

No *quarto bloco*, o orador foi desafiado por ter usado um termo politicamente incorreto. Inicialmente, recusa o desafio, de forma cortês, mas, diante de explicações do desafiador, que também usa de cortesia, aceita o desafio e apresenta sua oferenda, a qual é aceita pelo desafiador,

O material retextualizado publicado nos *Anais* não corresponde à harmonia demonstrada na interação entre o desafiado e o desafiador, pois o termo questionado não é substituído. Além disso, a substituição de forma politicamente correta por outra politicamente incorreta, a troca do destinatário do discurso pelo presidente da sessão e a eliminação de atenuador imprimem ao bloco retextualizado um caráter menos cortês que o apresentado no original.

A análise dos quatro blocos revela que os pedidos de correção na versão oral dos discursos são atos descorteses que acarretam ameaças às faces dos oradores principais e que essas ameaças podem resultar na devolução das ameaças aos desafiadores e ratificação das falas pretensamente incorretas ou descorteses. Quanto à versão retextualizada, as alterações em atendimento às solicitações de correção não protegem as faces dos envolvidos, pois os vestígios da descortesia presentes no texto retextualizado induzem o leitor a identificar a ofensa ou a imaginar uma agressão ainda maior. As correções de iniciativa dos retextualizadores, por sua vez, não contribuem para a cortesia nos textos. Ao contrário, há exemplos de incremento da descortesia.

6 CONCLUSÃO

O discurso parlamentar apresenta características próprias no tocante a sua elaboração, apresentação no plenário e transposição para a escrita, as quais suscitam vários questionamentos. Neste trabalho, propusemo-nos a responder às seguintes questões: a) as solicitações de correção no discurso do outro no plenário contribuem para o salvamento das faces ameaçadas ou provocam exacerbação da ameaça?; b) as correções realizadas pelos retextualizadores em atendimento a tais solicitações cumprem o papel de proteção de faces no texto escrito?; c) as correções efetuadas pelos retextualizadores para adequação dos discursos a padrões recomendados pelas casas legislativas ou por motivos pessoais atuam sobre os aspectos da (des)cortesia?

Com a finalidade de responder a tais questões, dedicamos um capítulo ao discurso parlamentar, considerando-o como um dos gêneros do discurso político, com base não apenas em textos acadêmicos nacionais e estrangeiros, como também em manuais de procedimentos de casas legislativas e na legislação pertinente, além de artigos e notícias da imprensa pública e privada disponíveis na internet.

Inicialmente, conceituamos os discursos político e parlamentar. Em seguida, passamos para os lugares desses discursos, ou seja, as instâncias nas quais eles são gestados e encenados (política, cidadã e midiática). Além de conceituarmos essas instâncias, traçamos um perfil de cada uma no contexto brasileiro, o que revelou discrepância entre as instâncias política e cidadã com relação à escolaridade, à raça, ao gênero social e à idade, mas convergência no tocante à religião. Quanto à instância midiática, destacamos sua importância como órgão de pressão para o fazer político e para a formação da consciência cidadã, com ressalva da necessidade de filtragem das informações por ela veiculadas.

O plenário da Câmara dos Deputados serviu de exemplo para o contexto em que o discurso parlamentar é encenado, com a descrição daquele local e dos espaços reservados às personagens que atuam naquele ambiente, ou seja, os parlamentares, o pessoal da equipe e o público. Os atores dos discursos político e parlamentar foram conceituados nesse capítulo e destacados os *ethé* característicos e necessários a esses atores, ou seja, credibilidade (que inclui seriedade, virtude e competência) e identificação (expressa pela demonstração de potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de capacidade de chefia e de solidariedade). As condições de uso da palavra pelos parlamentares nas sessões da Câmara dos Deputados foram descritas com destaque para o ritual previsto para esses eventos e as regras a serem respeitadas.

Face e cortesia linguística são objetos de outro capítulo, no qual fizemos uma visita a estudos sobre o assunto, consultamos manuais de procedimentos de casas legislativas e, também, legislação relacionada ao tema no contexto parlamentar. A partir de Goffman (1980, 2011), Brown e Levinson (1996) e Kerbrat-Orecchioni (1992, 2002), procedemos a uma discussão sobre o assunto do capítulo considerando os conceitos de face e de cortesia. Evoluímos com trabalhos de outros autores, dos quais destacamos aqueles voltados à cortesia no discurso parlamentar. Nesses textos, verificamos que a descortesia nesse discurso é regra e não exceção e que, além da descortesia linguística, há outras formas de desrespeito entre os parlamentares, como a falta de atenção à fala dos oradores e outras demonstrações de desprezo.

A textualização e a retextualização de discursos parlamentares são tratadas em capítulo único. No primeiro item, considerando a elaboração de discursos parlamentares para pronunciamento no plenário, ressaltamos a adequação do discurso nesse passo, tanto ao parlamentar que o pronuncia quanto ao público a que se dirige. Evidenciamos, também, a recomendação do uso de recursos gráficos simples para facilitar a leitura pelo orador, de linguagem também simples e do uso da repetição para facilitar a memorização pelo ouvinte.

No segundo item, retextualização, conceituamos o termo e justificamos seu uso. Em seguida, tratamos dos procedimentos de reformulação (repetição, paráfrase e correção) e situamos, por meio de exemplos ou de referência a outros trabalhos, a presença de tais recursos no discurso parlamentar. Após essa etapa, passamos a tratar dos procedimentos de retextualização, em que destacamos as variáveis propósito da retextualização e conhecimentos do retextualizador, agregados a consultas e pesquisas, como fatores determinantes da boa retextualização.

No tocante à retextualização de discursos parlamentares especificamente, elegemos o *Manual de normas e procedimentos do Detaq*, norte dos trabalhos dos retextualizadores da Câmara dos Deputados. Nesse *Manual*, constatamos recomendações que visam à fidelidade ao dito pelo orador mediante respeito ao seu vocabulário e à mensagem por ele transmitida, pelo uso de estratégias como a reaudição dos textos retextualizados, sem descuidar das normas da língua.

Com embasamento no referencial teórico, em capítulo próprio, procedemos à análise do *corpus* a partir da comparação entre a transcrição feita por nós e aquela publicada nos *Anais* da Câmara dos Deputados. Os blocos de pronunciamentos selecionados (quatro) foram analisados considerando os conceitos de “ofensa”, “desafio”, “oferenda”, “aceitação”,

“busca de pontos” e “agradecimento”, propostos por Goffman (2002), e de “recusa” e “decisão”, introduzidos por nós.

A análise dos blocos demonstrou que as ofensas resultaram em desafios que, por sua vez, provocaram recusa ou busca de pontos pelos ofensores. Isso contribuiu para ressaltar as ofensas e ampliar o grupo de ofendidos, atingindo tanto os desafiados quanto os desafiadores. Cabe então, aqui, a advertência de Goffman (1980, p. 84) de que, “ao tentar salvar a face de outros, deve-se escolher uma ação que não leve à perda da própria face; ao tentar salvar a própria face, deve-se considerar a perda da face que esta ação pode acarretar nos outros”.

As correções efetuadas pelos retextualizadores em atendimento aos pedidos de correção não contribuíram para a proteção das faces das pessoas envolvidas, pois restaram pistas das ofensas que induzem o leitor a imaginar injúrias ainda mais fortes, a depender de sua imaginação. Além disso, em alguns casos, é difícil fazer a limpeza total do texto, como se verifica no terceiro bloco, em que as ofensas são muitas e estão entranhadas no texto de tal forma que é impossível limpá-lo e manter alguma coisa que se aproxime do expresso pelo orador.

Quanto às outras correções – aquelas relativas à adequação dos textos às normas da língua, às recomendações do *Manual do Detaq* e a questões subjetivas –, constatamos, em alguns casos, maior grau de cortesia nos discursos retextualizados que naqueles proferidos, pela substituição de formas de tratamento informais por outras formais. Entretanto, a descortesia foi implantada em alguns casos pela substituição de apelido carinhoso pelo nome parlamentar, pela troca de forma politicamente correta por forma tradicional e de formas atenuadas por formas diretas, além da eliminação de segmentos atenuadores.

A retomada dos capítulos e essas reflexões nos dão suporte para responder às questões propostas: a) as solicitações de correção do discurso do outro no plenário *não* contribuem para o salvamento de faces e provoca a expansão da ameaça; b) as correções realizadas pelos retextualizadores em atendimento a tais solicitações *não* cumprem o papel de proteção de faces e, sim, colaboram para despertar o interesse pelas ameaças; c) as correções efetuadas pelos retextualizadores para adequação dos discursos a padrões recomendados pelas casas legislativas ou por motivos pessoais podem atuar tanto para a implantação da cortesia quanto da descortesia nos discursos publicados na forma escrita.

Nossas observações, diante das respostas obtidas, são de que seria mais conveniente o pedido de retratação do orador em plenário e não a correção no discurso

retextualizado. Assim, não haveria a institucionalização do falseamento dos discursos como ocorre atualmente nos plenários de várias casas legislativas.

Quanto às outras alterações promovidas pelos retextualizadores, consideramos ser necessária maior atenção ao dito pelo orador e desapego ao que ele deveria ter dito. Isso contribuiria para a maior credibilidade dos *Anais* e evitaria fatos como o relatado por Flores Treviño e Infante Bonfiglio, que usaram artigos da imprensa como fontes primárias em sua pesquisa e as publicações oficiais do parlamento mexicano como fontes secundárias pelo fato de essas últimas não representarem a realidade das sessões. Conforme justificam os autores:

O objetivo de usar fontes primárias e secundárias neste trabalho decorre do interesse de contar com a descrição mais fidedigna da situação comunicativa em estudo, uma vez que na versão estenográfica, por exemplo, embora seja a “oficial”, editam-se e eliminam-se agressões e disfemismos pronunciados na sessão, o que desacredita sua objetividade para os fins deste estudo. Os artigos jornalísticos, por sua vez, os quais não estão sujeitos a essa censura, descrevem fielmente o que ocorreu. Para nos assegurarmos disso, cotejamos diferentes versões do fato diversas em fontes.⁹⁴ (FLORES TREVIÑO; INFANTE BONFIGLIO, 2014, p. 55, tradução nossa).

Acrescentamos que, a julgar pela finalidade dos *Anais*, não faz sentido que se apaguem ou modifiquem falas de parlamentares sob qualquer justificativa, a não ser que se pretenda legar ao País uma história falseada.

Com esta pesquisa não pretendemos – nem poderíamos pretender – esgotar as discussões sobre o tema, que poderá ser observado por diversos ângulos e sob vários pontos de vista. Acreditamos, entretanto, que ela trará contribuições para os trabalhos de retextualização de discursos parlamentares e despertará a atenção de pesquisadores para o estudo de campo tão vasto e ainda pouco explorado.

⁹⁴El propósito de emplear fuentes primarias y secundarias en este trabajo, resulta del interés por contar con la descripción más fidedigna de la situación comunicativa en estudio, ya que en la versión estenográfica, por ejemplo, aunque es la “oficial”, se editan y eliminan las agresiones y disfemismos que en la sesión se pronunciaron, lo cual demerita su objetividad para los fines de este estudio. En cambio, los artículos periodísticos, que no están sujetos a esta censura, describen fielmente lo ahí ocurrido. Para asegurarnos de que es así, se cotejaron distintas versiones del hecho en diversas fuentes.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. *TSE indica que maioria do eleitorado é jovem e com baixa escolaridade*. Brasília: Senado Federal, 26 set. 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/09/26/maioria-do-eleitorado-e-jovem-e-com-baixa-escolaridade>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- AMBUYO, Bevelyne Asiko, INDEDE, Florence Ngesa; KARANJA, Peter Ndichu. Face threatening acts and standing orders: ‘politeness’ or ‘politics’ in the question time discussions of the Kenyan Parliament. *International Journal of Humanities and Social Science*. New York, v.1, n.9, p. 209-218, jun. 2011. Disponível em: <http://www.ijhssnet.com/journals/Vol._1_No._9_Special_Issue_July_2011/23.pdf>. Acesso em: 25 jan 2016.
- APLOMB. In: *Grande Dicionário Houaiss Beta da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. Cortesia e descortesia em debates radiofônicos – um estudo das sequências indicativas de desacordo. In: PRETI, Dino (Org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 355-375. (Projetos Paralelos – NURC/SP, v. 9).
- ARISTÓTELES. *Retórica*. 1.ed., 1.reimp. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2013.
- ATA. In: *Grande Dicionário Houaiss Beta da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- AZEVEDO, Silvânia Alves de. *A regulamentação da transmissão ao vivo das atividades legislativas pela TV Senado: perspectivas e dificuldades operacionais*. 2014. 53 f. Monografia (Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Legislativo) – Instituto Legislativo Brasileiro/Senado Federal, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/513201>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- BACKES, Ana Luiza. *A 55ª legislatura (2015-2018)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/composicao-da-camara-dos-deputados-2015-2019-fev-2015/texto-base-da-consultoria-legislativa-pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.
- BARBOSA, Bagma Tavares. O fenômeno do reparo na fala. *Veredas*. Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 99-109, jan. 2000. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/edicoes/2000-2/volume-4-n-1-2000/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. 6.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 147-178. (Projetos Paralelos: v.1).
- BASTHI, Angelica. *Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia*. Brasília: ONU Mulheres/FENAJ/F-ODM, 2011. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. Disponível em <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BLAS ARROYO, José Luis. Diga por qué, diga por qué...!. La repetición en el debate político-electoral. *Revista de Invertigación Lingüística*. Murcia, v.2, n.1, p. 5-42, 1999. Disponível em: <<http://revistas.um.es/ril/article/view/3891/0>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BOLÍVAR, Adriana. La descortesía en la dinámica social y política. In: Actas: II Colóquio Internacional del Programa EDICE, 2006, Costa Rica. *Actos de habla y cortesía en distintas variedades del Español: perspectivas teóricas y metodológicas*. Stokolmo/Costa Rica: Universidade de Stokolmo/Universidad de Costa Rica, 2006. p. 137-164. Disponível em: <http://www.su.se/polopoly_fs/1.135444.1369041592!/menu/standard/file/2coloquioEDICE.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Annaes do Parlamento Brasileiro - Assembléa Constituinte 1823*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Biblioteca. 1874. v.1. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8567>>. Acesso em 10 maio 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 4.520*, de 16 de dezembro de 2002. Brasília: Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4520-16-dezembro-2002-489719-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Glossário*. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/glossario>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Lei nº 2.749*, de 2 de abril de 1956. Brasília: Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2749-2-abril-1956-355226-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Lei nº 8.930*, de 6 de setembro de 1994. Brasília: Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8930-6-setembro-1994-322476-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Lei nº 9.504*, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-normaatu-alizada-pl.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Lei nº 9.709*, de 18 de novembro de 1998. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9709-18-novembro-1998-352644-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Lei nº 9.840*, de 28 de setembro de 1999. Brasília: Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9840-28-setembro-1999-369164-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 10.826*, de 22 de dezembro de 2003. Brasília: Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10826-22-dezembro-2003-490580-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Lei nº 11.124*, de 16 de junho de 2005. Brasília: Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11124-16-junho-2005-537348-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Lei nº 12.605*, de 3 de abril de 2012. Brasília: Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12605-3-abril-2012-612646-publicacaooriginal-135686-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Lei Complementar nº 78*, de 30 de dezembro de 1993. Brasília: Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1993/leicomplementar-78-30-dezembro-1993-364976-norma-pl.html>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Lei Complementar nº 135*, de 4 de junho de 2010. Brasília: Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2010/leicomplementar-135-4-junho-2010-606575-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Manual de normas e procedimentos do Detaq*. Brasília: Departamento de Taquigrafia, 2013.

_____. Câmara dos Deputados. *Manual de Redação*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 2004. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5684/manual_redacao.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2012-2015.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-2>>. Acesso em 10 fev. 2016.

_____. IBGE. *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Rio de Janeiro: Sala de Imprensa, 2012. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 2.ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/ManualRedPR2aEd.PDF>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BRASIL. Senado Federal. *Manual de Redação Parlamentar e legislativa*. Brasília: Consultoria Legislativa, 2006. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/institucional/documentos/institucional/SF/OAS/CONLEG/arquivos/manuais/manual-de-redacao-parlamentar-e-legislativa>>. Acesso: em 10 fev. 2016.

_____. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição nº 98*. Atividade Legislativa, 2015. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122308>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language usage*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1996 [1987].

BRUM, Eliane. Doutor advogado e Doutor médico: até quando? *Época*, Rio de Janeiro, 10 set. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/09/doutor-advogado-e-doutor-medico-ate-quando.html>>. Acesso em 15 abr. 2016.

CAMACHO ADARVE, María Matilde. *Análisis del discurso y repetición: palabras, actitudes y sentimientos*. Madrid : Arco/Libros, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAROLLES, Michel. Spécialisation des marqueurs et spécificité des opérations de reformulation, de dénomination et de rectification. In: BANGE, Pierre (Ed.). *L'analyse des interactions verbales, la dame de Caluire: une consultation*. Berna: Peter Lang, 1987. p. 99-122.

COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008. (Coleção Teses e Dissertações, v. 1).

CORTELAZZO, Michele A. Dal parlato al (tra)scritto: i resoconti stenografici dei discorsi parlamentari. In: HOLTUS, Günter; HADTKE, Edgar (Hrsg.). *Gesprochenes Italienische in Geschichte und Gegenwart*. Tübingen: Narr, 1985. p. 86-118.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfose do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução Milton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

CURY, Waldir. *Preciosidades taquigráficas*. Taquigrafia: Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <http://taquigrafia.emfoco.nom.br/artigos/preciosidades_otimizadas.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.

ÉPOCA. *A voz do Brasil: um programa fora de sintonia*. 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI152378-15223,00-A+VOZ+DO+BRASIL+UM+PROGRAMA+FORA+DE+SINTONIA.html>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

FÁVERO, Leonor Lopes. A cortesia nas interações cotidianas. In: PRETI, Dino (Org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 305-322. (Projetos Paralelos – NURC/SP, v. 9).

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. Cortesia verbal e ensino de língua: reflexões sobre competência comunicativa, jogo interpessoal e normatividade. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, v.7, n.1, p. 101-129, jan./jun, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/109108>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____; _____. AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. Correção. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça (Org.). *Gramática do Português falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 255-273.

FERES JÚNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o policamente correto. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 2013, v. 56, n. 1, p. 69-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n1/a04v56n1.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

FLORES TREVINHO, María Eugenia; INFANTE BONFIGLIO, José Maria. (Des)cortesía, imagen y performance en el intercambio comunicativo de los diputados mexicanos. In: _____. *La (des)cortesía en el discurso: perspectivas interdisciplinarias (imagen, actos de habla y atenuación)*. Monterrey-Estocolmo: UANL-EDICE, 2014, p. 53-84. Disponível em: <http://edice.org/descargas/Flores_Trevio_e_Infante_Bonfiglio_2014.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FOLHA de S.Paulo. *Manual da Folha de São Paulo*. São Paulo, 2002.

FONTES, Rosa Ângela. *Curso sobre redação técnica: princípios da produção documental no processo legislativo – atas, anais, ofícios, memorandos e requerimentos*. Curitiba: ABRASCAM, 2008. Apostila.

FUCHS, Catherine. A paráfrase linguística – equivalência, sinonímia ou reformulação? Tradução João Vanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos lingüísticos*. Campinas: UNICAMP/IEL, 1985, v. 8, p. 129-134. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3394>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

G1. *71% dos futuros deputados se dizem católicos e 16%, evangélicos*. 31 jan. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/01/71-dos-futuros-deputados-se-dizem-catolicos-e-16-evangelicos.html>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

GARCÉS GÓMEZ, María Pilar. La repetición: formas y funciones en el discurso oral. In: CASTAÑER, Maria Rosa; ENGUITA, María José. (ed.) *In memoriam Manuel Alvar (1923-2001)*, Archivo de Filología Aragonesa, LIX-LX. Saragoza: Institución “Fernando el Católico” C.I.S.C.), 2004. p. 437-456. Disponível em: <<http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/26/50/ebook2589.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. Marcadores de corrección y rectificación en los textos escritos. *Revista de investigación lingüística n° 13*. Murcia: Universidade de Murcia, 2010. Disponível em: <<http://revistas.um.es/ril/article/view/114141/108091>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GARCEZ, Pedro Maria; LODER, Letícia Ludwig. Reparo iniciado e levado a cabo pelo outro na conversa cotidiana em Português do Brasil. *D.E.L.T.A.* 2005, p. 279-312. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v21n2/a06v21n2.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GOFFMAN, Erving. A elaboração da face. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (Org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980 [1967]. p. 76-114.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução Maria Célia Santos Raposo. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2011 [1959].

GUITART ESCUDERO, Maria Pilar. *Lenguaje político y lenguaje políticamente correcto en España (con especial atención al discurso parlamentario)*. 2003. 545 f. Tese. Departamento de Teoría de los Lenguajes. Universitat de Valencia: Valencia, 2003. Disponível em: <<http://roderic.uv.es/handle/10550/15299>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

GÜLICH, Elisabeth; KOTSCHI, Thomas. Les actes de reformulation dans la consultation: la dame de caluire. In: BANGE, Pierre (Org.). *L'analyse des interactions verbales, la dame de Caluire: une consultation*. Berna: Peter Lang, 1987, p. 15-81. Actes du Colloque tenu à l'Univ. Lyon 2 du 13-15 décembre 1985.

_____; _____. Les marqueurs de la reformulation paraphrastique. In: Connecteurs pragmatiques et structure du discours. Actes du 2ème Colloque de Pragmatique de Genève (7-9 mar. 1983). *Cahiers de linguistique française*, 5. Genève: Univ. de Genève, 1993. p. 305-351. Disponível em: <<http://clf.unige.ch/numeros/5/>>. Acesso em: 16 jun 2016.

HILGERT, José Gaston. A cortesia no monitoramento de problemas de compreensão na fala. In: PRETI, Dino (Org.). *Cortesia Verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 125-155.

_____. Paráfrase. In: FLORES, Valdir do Nascimento et al. (Org.). *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 284.

_____. Parafraseamento. In: SPINARDI, Clélia Cândida Jubran; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (Org.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.

_____. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. 6.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 117-146. (Projetos Paralelos: v.1).

JEFFERSON, Gail. Preliminar notes on abdicated other-correction. *Journal of Pragmatics*. 2007. p. 445-461. Disponível em: <http://www.liso.ucsb.edu/liso_archives/Jefferson/Abdicated_Other_Correction.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

JERÔNIMO, Isabel Cristiane. *Léxico do preconceito*. 2007. 169 f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista: Assis, 2007. <Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/157447?locale=pt_BR>. Acesso em: 28 jan. 2016.

JORNAL do Brasil. *MPF/SP recebe representação contra 40 congressistas por sociedade em emissoras*. Rio de Janeiro, 24 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/11/24/mpfsp-recebe-representacao-contr-40-congressistas-por-sociedade-em-emissoras/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

JORNAL do Senado. *Maioria do eleitorado, mulher soma 30% das candidaturas*. Brasília: Senado Federal, 29 ago. 2014. Disponível em:

<<http://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/2014/08/29/maioria-do-eleitorado-mulher-soma-30-das-candidaturas>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin, 1992.

_____. Politesse en deçà des Pyrénées, impoliteness au delà: retour sur la question de l'universalité de la (theorie de la politesse). *Marges linguistiques*, Lyon, mai, 2002. Disponível em: <<http://icar.univ-lyon2.fr/Equipe1/documents/MargesKerbrat.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LEECH, Geoffrey. *Principals of pragmatics*. New York: Longman, 1990 [1983].

LEITE, Marli Quadros. Cortesia e descortesia: a questão da normatividade. In: PRETI, Dino (Org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 49-87.

_____. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2012.

LIMA, Luciana. *Durante votação do ajuste fiscal, manifestantes jogam dinheiro falso no Plenário*. Brasília: Poder Online, 6 mai. 2015. Disponível em: <<http://poderonline.ig.com.br/index.php/2015/05/06/durante-votacao-do-ajuste-fiscal-manifestantes-jogam-dinheiro-falso-no-plenario/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

LOUZADA, Maria Silvia Olivi. Político é “corrupto”: discurso, cenografia, *ethos*. *Signo*, v.35, n.59, p. 302-312, jul.-dez., 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/1423/1271>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MARCEL, Thyago. *80% dos deputados federais eleitos têm nível superior*. Agência Câmara Notícias/Câmara dos Deputados. 6 out. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475472-80-DOS-DEPUTADOS-FEDERAIS-ELEITOS-TEM-NIVEL-SUPERIOR.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3.reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. Repetição. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça (Org.). *Gramática do Português falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 219-254.

MARQUES, Maria Aldina. Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro. In: OLIVEIRA, Fátima; DUARTE, Isabel Margarida (Org.). *O fascínio da linguagem*. Actas do colóquio em homenagem a Fernanda Irene Fonseca. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. p. 277-296. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id015id1256&sum=sim>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MARQUESI, Sueli Cristina. Escrita e reescrita de textos no ensino médio. In: ELIAS, Vanda Maria (Org.). *Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Ferdinando et al. *Manual de Comunicação LGBT*. Curitiba: ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, 2010. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/cress/imagens/file/arquivos_comuns/manualcomunicacaolgbt_portugues.pdf>. Acesso: em 10 fev. 2016.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes. Referenciação e retextualização de textos acadêmicos: um estudo do resumo e da resenha. *Letramento do Professor*. Campinas: IEL/UNICAMP, [2003?]. Disponível em: <http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/referenciacao_e_retextualizacao_MariaMatencio.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

MENDONÇA, Ricardo; REVERBEL, Paula. Ações visam caçar licenças de rádio e TV de 40 congressistas. *Folha de S. Paulo*, 22 nov. 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1709360-acoes-visam-cassar-licencas-de-radio-e-tv-de-40-congressistas.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MENEZES, Augusto William. Discurso político e gêneros discursivos. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/site/index.php/pt-BR/elivros>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Revista USP*, 2006. p. 46-57. Disponível em: <<https://http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482/15300>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do Português*. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. A incorreção política do policiamento da metalinguagem: a propósito do cultivo irracional do “politicamente correto” em linguagem. *Todas as Letras*. 2012. 198-207. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4698/3769>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

NEVEU, Franck. Dicionário de ciências da linguagem. Tradução Albertina Cunha e José Antônio Nunes. Petrópolis: Vozes, 2008.

NOLETO FILHO, Pedro Aquino. *Mídia e política na imagem do Congresso*. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação/Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/midia-e-politica-na-imagem-do-congresso>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

OLIVEIRA, Maria Rodrigues de. A correção como estratégia de reformulação textual no discurso parlamentar. IV SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Goiânia: UFG, 2013. *Anais...* Disponível em: <<https://www.simelp.letras.ufg.br/anais.php>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

OLIVEIRA, Maria Rodrigues de. A heterocorreção heteroiniciada no discurso parlamentar: a elaboração de faces em destaque. *Dominios de Linguagem*, Uberlândia, v.9, n.5, p. 389-409, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/29257>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *Discurso parlamentar: estratégias de retextualização*. 2009, 123 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2009. <Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10224>. Acesso em: 10 jul. 2015.

OLIVEIRA, Mariana. *Supremo analisará processo de juiz que quer ser chamado de “doutor”*. G1: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/supremo-analisara-processo-de-juiz-que-quer-ser-chamado-de-doutor.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PAIVA, Cláudia Gomes. Pronunciamentos parlamentares: notas de uma oficina. Brasília: Câmara dos Deputados, maio/ago. *Caderno Aslegis*, n. 31, v. 8, p. 61-72, 2007. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/11232>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *Uma viagem pelo discurso parlamentar: gênero discursivo por desvendar*. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de Brasília: Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6474/1/2006_CI%C3%A1udia%20Gomes%20Paiva.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PASSARINHO, Nathalia; CALGARO, Fernanda. *Militante joga dólares de mentira na cabeça de Cunha durante entrevista*. G1. 4 nov. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/militante-joga-dolares-de-mentira-na-cabeca-de-cunha-durante-entrevista.html>>. Acesso em 26 fev. 2016.

PENA, Sérgio Danilo Junho; BIRCHAL, Telma de Souza. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? *Racismo I*. n. 68, p. 10-21, 2006, . Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13479/15297>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

PETIT, Gérard. Paráfrase. Tradução Rosilene de Fátima Couto. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Org.). *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PIRIS, Eduardo Lopes. *Elementos para um estudo do ethos numa polêmica parlamentar: análise dos pronunciamentos dos parlamentares que protagonizaram a sessão deliberativa de 12 de dezembro de 1968*. 2005, 184f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

POMPÉO, Wagner Augusto Hundertmarck; MARTINI, Alexandre Jaenisch. *O papel da mídia na construção da democracia, cidadania e justiça no mundo globalizado: um estudo*

voltado aos efeitos das ações de imprensa e micropolíticas fundadas no espaço local. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/28.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma linguagem de madeira. *Polifonia*. v. 12 n. 2. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 47-72. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/polifonia/article/view/1070/842>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

PRESIDENTA. In: *Grande Dicionário Houaiss Beta da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

PRETI, Dino. Idosos e jovens corteses. In: _____ (Org.). *Cortesias verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 215-233.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1998].

RODRIGUES, David Fernandes. *Cortesias linguística: uma competência discursivo textual* (Formas verbais corteses e descorteses em Português). 2003, 510f. Tese (Doutoramento em Linguística – Teoria do Texto) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2003.

SAUTCHUK, Inez. *Perca o medo de escrever*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SAN MARTÍN NÚÑEZ, Abelardo; GUERRERO GONZÁLEZ, Silvana. Estratégias de descortesia en el discurso parlamentario chileno. *Alpha - Revista de Artes, Letras e Filosofia*. v. 35. 2012. p. 147-168. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/revista/5902/A/2012>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SCHEGLOFF, Emanuel A. *Sequence organization in interaction: a primer in conversation analysis*. 5.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____; JEFFERSON, Gail; SACKS, Harvey. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. Chicago: *Linguistic Society of America*, 1977, v. 53, p. 361-382. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

SILVA, Luiz Antonio. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETI, Dino (Org.). *Cortesias verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 157-192.

SOUZA, Joel Martins de. *Revisão de discurso parlamentar no Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados*. 2009, 116 f. Monografia. (Especialização em Processo Legislativo) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3626>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

TANNEN, Deborah. Repetition in conversation: toward a poetics of talk. *Language*. 1987, v. 63, p. 574-602. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/415006?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 10 maio 2016.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 14-23, set./nov. 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/67/02-faustino.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 4º, organizadores: Adair Bonini, Débora de Carvalho Figueiredo, Fábio José Rauhen. *Anais...* Tubarão: UNISUL, 2007. p. 1297-1306. Disponível em: <www.ileel.ufu.br/travaglia>. Acesso em: 31 maio 2013.

TRAVAGLIA, Neuza Gonçalves. *Tradução retextualização: a tradução numa perspectiva textual*. Uberlândia: EDUFU, 2003.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. In: HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.

_____. ¿Qué es análisis del discurso político? In: _____. RODRIGO MENZÁBAL, Iván (Org.). *Análisis del discurso social y político*. Quito, Equador: Abya-Yala, 1999. p. 9-102.

VILLAÇA, Ingedore Grunfeld; BENTES, Anna Christina. Aspectos da cortesia na interação face a face. In: PRETI, Dino (Org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos da PUC-SP*. Org. Marlene Cardoso, apresentação Ana Maria Rapassi. São Paulo: Biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury, 2015. Disponível em: <<http://biblio.pucsp.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

APÊNDICE A – Discurso do Deputado Nilson Leitão (NL)

	Texto transcrito	Texto retextualizado
NL	1 senhor presidente... a::/ o que a presidente 2 Dilma acha que é magnífico para o Brasil... 3 que é a mandioca... a mandioca é o que ela tá 4 colocando nos brasilei::ros com este projeto 5 de lei... ((gargalhadas, gritos, conversas 6 paralelas)) a mandio::ca ela tá colocando nos 7 brasileiros Brasil afo::ra... 8 é uma irresponsabilidade esse projeto sem 9 tamanho... sem tamanho... deve ser pra isso 10 que ela quer a mandioca... ela não sabe que a 11 mandioca é nativa do Brasil... 12 essa incompetên::cia dessa mulher vai falir o 13 país... não é possível que queiram aprovar um 14 projeto onde vai desempregar MAIS do que já 15 está desempregando... muito mais do que tá 16 desempregando... 17 a Presidente Dilma ela tem que ser 18 interna::da... ela tá precisando de um 19 psiquia::tra... não é certo... não é correto saber 20 que a crise está instalada devido a um governo 21 incompetente e agora apresentando um tal de 22 ajuste fiscal... 23 a Datafolha mostrou de forma cla::ra... minha 24 gente... tem muito deputado do bem aqui... 25 será que vocês vão estragar sua biografia 26 contra a população que já entendeu que o 27 ajuste fiscal... de cada dez brasileiros... sete 28 entendem de que vai prejudicar o trabalhador 29 mais pobre... 30 e isso que tá acontecendo nesse projeto vai ser 31 para matar o trabalhador mais pobre... o 32 desemprego vai começar em frigoríficos... em 33 indústrias... na construção civil... em todos os 34 luga::res... já está ocorrendo sem essa 35 oneração... a irresponsabilidade do governo 36 em trazer um projeto como esse e o nosso 37 Ministro Joaquim Levy dizer que isso é a 38 forma de salvar o Brasil... eu não sei o que que 39 ele vai salvar com isso... 40 eu nunca vi um país desempregar... acabar 41 com o crescimento... parar com o 42 desenvolvimento... frear o seu 43 desenvolvimento de um país e achar que isso 44 vai melhorar um país... o estado mínimo 45 melhora o país... a Presidente Dilma não sabe 46 o que é estado mínimo e nem estado 47 necessário... ((manifestação no plenário)) 48 ela está se perdendo a todo dia... os petistas 49 que gritam aqui vão gritar em porta de 50 fábrica... na semana que vem se vocês 51 aprovarem isso... não têm coragem mais de 52 entrar em avião... é ministro sendo expulso de 53 avião comercial... 54 a população não quer mais voar com mais/ 55 com ministro nenhum... 56 o que está acontecendo nos últimos dias é uma	Sr. Presidente, (<i>expressões retiradas por determinação da Presidência</i>). Esse projeto é uma irresponsabilidade sem tamanho. Sem tamanho! Deve ser para isso que ela quer a mandioca. Ela não sabe que a mandioca é nativa do Brasil. A incompetência dessa mulher vai falir o País. Não é possível que queiram aprovar um projeto que vai desempregar mais do que já está desempregando, muito mais do que está desempregando. A Presidente Dilma tem que ser internada. Ela está precisando de um psiquiatra. Não é certo, não é correto saber que a crise está instalada, devido a um Governo incompetente, que agora apresenta um tal de ajuste fiscal. O Datafolha mostrou de forma clara, minha gente! Existe muito Deputado do bem aqui. Será que V.Exas. vão estragar as suas biografias com a população, que já entendeu o ajuste fiscal? De cada dez brasileiros, sete entendem que vai prejudicar o trabalhador mais pobre. Isso que está acontecendo nesse projeto vai ser para matar o trabalhador mais pobre. O desemprego vai começar em frigoríficos, em indústrias, na construção civil, em todos os lugares. Já está ocorrendo sem essa oneração. É irresponsabilidade do Governo trazer um projeto como esse e do nosso Ministro Joaquim Levy dizer que essa é a forma de salvar o Brasil. Eu não sei o que ele vai salvar com isso. Eu nunca vi um país desempregar, acabar com o crescimento, parar com o desenvolvimento, frear o seu desenvolvimento e achar que isso vai melhorar o País. O Estado mínimo melhora o País. A Presidente Dilma não sabe o que é Estado mínimo e Estado necessário. (Manifestação no plenário.) Ela está se perdendo todo dia. Os petistas que gritam aqui vão gritar em porta de fábrica, na semana que vem, se V.Exas. aprovarem isso. Não têm coragem mais de entrar em avião, pois há Ministro sendo expulso de avião comercial. A população não quer mais voar com Ministro nenhum. O que está acontecendo nos últimos dias é

		Texto transcrito	Texto retextualizado
	57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	demonstração sórdida de um governo que não sabe ter gestão... que não sabe governar e quer empurrar para o colo do brasileiro to::das as dívidas que ELE contraiu... quer empurrar para o colo de todos aqueles o que foi o início da manifestação... eu quero aqui fazer um alerta a todos <i>vocês</i>... a primeira manifestação de porte foi em junho de 2013... e qual foi o motivo? foi o aumento da passagem... foi o aumento da passagem... <i>vocês</i> nesse projeto estão onerando ainda mais o transporte público... <i>vocês</i> tiveram aqui uma greve de caminhoneiros... agora estão aqui onerando o frete... o transporte que transporta a mercadoria... o alimento... o eletrodoméstico... que faz com que o Brasil se movimenta... não vem dizer que está reduzindo nada... reduzir nada é deixar como tá... a presidente Dilma em junho... pregou mais uma mentira para o país em junho de 2014... ela trouxe para cá uma MP que de-so-ne-rou... e era per-ma-nente... a palavra permanente ela grifou... e <i>vocês</i> votaram aqui desonerando vários setores... passam-se alguns meses depois das eleições... acabou a permanência e passou a ser provisório... aliás... no governo Dilma tudo é provisório... inclusive ela... inclusive ela... ((manifestação no plenário))... a presidente Dilma está rasgando o que ela fez há poucos meses atrás... <i>vocês</i> endossaram a desoneração e agora estão assinando a reoneração... resumindo... <i>vocês</i> estão aumentando imposto para o país... o Brasil é o país que mais paga impostos... o trabalhador brasileiro é a maior carga tributária do mundo... são cinquenta e quatro por cento... e <i>vocês</i> essa noite querem empurrar um relatório goela abaixo... <i>esse relatório vai embrulhado numa mandioca de porte grande para enfiar em todos os brasileiros Brasil afora</i>...	uma demonstração sórdida de um Governo que não tem gestão, que não sabe governar e quer empurrar para o colo do brasileiro todas as dívidas que ele contraiu! Quer empurrar para o colo de todos aqueles o que foi o início das manifestações. Eu quero aqui fazer um alerta a todos os <i>senhores</i>: a primeira manifestação de porte foi em junho de 2013. E qual foi o motivo? Foi o aumento da passagem! <i>V.Exas.</i>, com esse projeto, estão onerando ainda mais o transporte público! <i>V.Exas.</i> tiveram aqui uma greve de caminhoneiros; agora, estão aqui onerando o frete, o transporte da mercadoria, do alimento, do eletrodoméstico, que faz com que o Brasil se movimente. Não venham dizer que não se está reduzindo nada! Reduzir nada é deixar como está. A Presidente Dilma <i>Rousseff</i>, em junho de 2014, pregou mais uma mentira no País. Ela trouxe para cá uma MP que desonerou, e era permanente – a palavra permanente ela grifou –, e <i>V.Exas.</i> votaram aqui desonerando vários setores! Passados alguns meses das eleições, acabou a permanência, passou a ser provisório. Aliás, no Governo Dilma <i>Rousseff</i>, tudo é provisório, inclusive ela - inclusive ela! (Manifestação no plenário.) A Presidente Dilma <i>Rousseff</i> está rasgando o que ela fez há poucos meses. <i>V.Exas.</i> endossaram a desoneração e, agora, estão assinando a reoneração. Resumindo: <i>V.Exas.</i> estão aumentando os impostos para o País. O Brasil é o país em que mais se paga impostos! O trabalhador brasileiro tem a maior carga tributária do mundo, são 54%! E <i>V.Exas.</i>, nesta noite, querem empurrar um relatório goela abaixo (<i>expressões retiradas por determinação da Presidência.</i>) (<i>Texto escolhido de expressão, conforme arts. 17, inciso V, alínea “b”, 73, inciso XII, e 98, § 6º, do Regimento Interno.</i>)
JF	100	olha o baixo nível por favor...	Olhe o baixo nível!
NL	101 102 103	não é justo... não é certo... não é correto... não é honesto em nenhum sentido o que está fazendo...	Não é justo, não é certo, não é correto, não é honesto em nenhum sentido o que ela está fazendo.
JF	104	para de baixaria...	Pare de baixaria!
NL	105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115	a crise criada no Brasil... que tem nome e sobrenome... Dilma Rousseff com a sigla PT... não pode ser pago hoje pelos brasileiros... tenham piedade do Brasil... <i>vocês</i> já fizeram tudo errado pro país... não continuem fazendo isso... eu peço que <i>vocês</i> não votem favorável a esse projeto... votem contrário para voltar para a base de cada um de cabeça erguida... mas de cabeça erguida... isso não é ajuste fiscal... isso é um jeito de matar o Brasil... matar o emprego... aumentar cada vez mais o	A crise criada no Brasil, que tem nome e sobrenome, Dilma Rousseff, com a sigla PT, não pode ser paga, hoje, pelos brasileiros. Tenham piedade do Brasil! <i>Vocês</i> já fizeram tudo errado com o País! Não continuem fazendo isso. Eu peço que não votem favoravelmente a esse projeto. Votem contrariamente, para que cada um volte para a base de cabeça erguida - de cabeça erguida! Isso não é ajuste fiscal, isso é um jeito de matar o Brasil, matar o emprego, aumentar

Texto transcrito		Texto retextualizado
116	sofrimento dos brasileiros Brasil afora...	cada vez mais o sofrimento dos brasileiros Brasil afora.
117	senhor Presidente... eu entendo a pressa de	Sr. Presidente, eu entendo a pressa de muita
118	muita gente... eu fiz uma proposta para que	gente. Eu fiz uma proposta para que este
119	esse Plenário pudesse discutir um pouco mais	Plenário pudesse discutir um pouco mais
120	exaustivamente... muitos que estão aqui hoje...	exaustivamente. Muitos que estão aqui hoje,
121	sem precisar desfazer de ninguém... porque	sem precisar me desfazer de ninguém, porque
122	não é culpa de ninguém que está aqui... mas	não é culpa de ninguém que está aqui, mas
123	muitos não sabem o que está votando hoje...	muitos não sabem o que estão votando hoje,
124	muitos não sabem nem o que está sendo	muitos não sabem nem o que está sendo
125	discutido...	discutido.
126	o fato é que a Presidente Dilma mandou um	O fato é que a Presidente Dilma mandou um
127	relatório para cá... onerando todos os setores	relatório para cá, onerando todos os setores do
128	do Brasil... o relator... tentando salvar alguns	Brasil. O Relator, tentando salvar alguns
129	setores... separou alguns setores... significa o	setores, separou alguns. Isso significa o
130	seguinte... “você vai falar e você não vai	seguinte: você vai falar, e você não vai falar.
131	falar”... nós estamos escolhendo quem vai falar	Nós estamos escolhendo quem vai falar e
132	e quem não vai falar nesse país como se um	quem não vai falar neste País, como se um
133	setor fosse melhor que o outro... como se um	setor fosse melhor do que o outro, como se um
134	brasileiro fosse menos ou mais brasileiro que	brasileiro fosse menos ou mais brasileiro do
135	o outro....	que o outro.
136	não é justo... não é correto um projeto como	Não é justo, não é correto um projeto como
137	esse... num momento como esse... num	esse, num momento como esse, num momento
138	momento em que o Brasil desabriga vários	em que o Brasil desabriga vários
139	trabalhadores... fábricas fechando...	trabalhadores, em que fábricas estão fechando.
140	a indústria cresceu menos seis por cento...	A indústria cresceu menos 6%. Decresceu! E
141	decresceu... de-cresceu... e vocês vão fazer o	vocês vão fazer o quê? Fechar mais indústrias
142	quê? fechar mais indústrias no Brasil?	no Brasil?
143	eu fui a Mato Grosso na segunda-feira... dois	Eu fui a Mato Grosso na segunda-feira: dois
144	frigoríficos fechados... dois mil funcionários	frigoríficos fechados, 2 mil funcionários na
145	na rua... pai de família... mãe de família...	rua - pai e mãe de família.
146	o que nós estamos fazendo com o Brasil é uma	O que nós estamos fazendo com o Brasil é
147	covardia... vendo uma presidente com	uma covardia, vendo uma Presidente, com
148	corrupção... com má gestão... incompetência...	corrupção, com má gestão, incompetência,
149	inoperância... agora quer corrigir isso... que os	inoperância e que agora quer corrigir isso,
150	brasileiros paguem... o aposentado... o pobre...	fazendo com que os brasileiros paguem: o
151	o assalariado... o chão de fábrica... é isso que	aposentado, o pobre, o assalariado, o chão de
152	vai fazer? <i>a presidente Dilma não merece</i>	fábrica. É isso o que se vai fazer? <i>A</i>
153	<i>mandioca... merece banana... merece um</i>	<i>Presidente Dilma não merece mandioca,</i>
154	<i>tchau... que ela vá pra casa...</i>	<i>merece banana, merece um tchau, que ela vá</i>
155	<i>por favor... presidente Dilma... pede pra sair...</i>	<i>para casa.</i>
156	<i>vai para casa... PAra de falar o Brasil...</i>	<i>Por favor, Presidente Dilma, peça para sair, vá</i>
157	<i>((palmas e manifestações))</i>	<i>para casa, pare de falar o Brasil. (Palmas.)</i>
158		<i>(Manifestação no plenário.)</i>
159		

Pronunciamento do Deputado José Guimarães (JG)

Texto transcrito		Texto retextualizado
JG	160 senhor presidente... primeiro eu queria	Sr. Presidente, primeiro, eu queria solicitar a
161	solicitar que vossa excelência <i>retirasse dos</i>	V.Exa. <i>que retire dos Anais</i> essas palavras de
162	<i>Anais</i> essas palavras de baixo calão usadas	baixo calão usadas pelo Líder do PSDB. (Muito
163	pelo Líder do PSDB... ((muito bem! Palmas,	bem! Palmas.)
164	manifestações))	
165	isso... senhor presidente... ((dirigindo-se ao	V.Exa., Deputado, até para receber de nós o
166	Deputado Nilson Leitão)) vossa excelência...	respeito, deveria respeitar. Eu não estou
167	vossa excelência... até para receber respeito de	exigindo que V.Exa. concorde com o Governo
168	nós... deveria respeitar... eu não estou	da Presidenta Dilma. Mas V.Exa. respeite a
169	exigindo que vossa excelência concorde com	instituição, respeite a mulher, que é a Presidenta
170	o governo da Presidenta Dilma... mas vossa	do Brasil, e não use esse tipo de palavras aqui,

Texto transcrito		Texto retextualizado
171	excelência respei::te a instituição... resPEIte a	na Câmara dos Deputados! (Muito bem!) Seja,
172	mulher que é a presidenta do Brasil e não use	no mínimo educado!
173	esse tipo de palavra aqui na Câmara dos	
174	Deputados... ((manifestações)) seja... no	
175	Mínimo educado...	
176	nós podemos divergir... mas o resPEIto tem	Nós podemos divergir, mas o respeito tem que
177	que preserv/ prevalecer nas nossas relações	prevalecer nas nossas relações políticas aqui
178	políticas aqui dentro... senhor Presidente...	dentro, Sr. Presidente.
179	por isso eu quero neste momento requerer ao	Por isso eu quero neste momento requerer ao
180	líder do PSDB... com quem eu tenho um bom	Líder do PSDB, com quem eu tenho um bom
181	diálogo... nesse nível... líder do PSDB... não	diálogo: nesse nível, Líder do PSDB, não dá
182	dá para estabelecer uma convivência	para estabelecer uma convivência respeitosa
183	respeitosa aqui dentro... usando esse tipo de	aqui dentro, usando esse tipo de discurso chulo,
184	discurso chula ((sic))... esse tipo de palavra	esse tipo de palavra que denigre, que é
185	que denegre ((sic)) ... que é/ que é exatamente	exatamente o oposto daquilo que V.Exas.
186	o oposto daquilo que vossas excelências	pregam aqui dentro.
187	pregam aqui dentro...	
188	essa Ca::sa... senhor presidente... precisa ser	Esta Casa, Sr. Presidente, precisa ser respeitada.
189	respeitada... nós estamos aqui votando uma	Nós estamos votando aqui uma matéria. Quanto
190	matéria porque... quanto tempo nós estamos	tempo nós a estamos discutindo? Não tem
191	discutindo ela? não tem deputado analfabeto	Deputado analfabeto aqui. Todo mundo que está
192	aqui dentro não... todo mundo que está aqui	aqui foi eleito e treinado para votar as matérias
193	foi eleito e (treinado) para votar as matérias	que querem votar aqui.
194	que querem votar aqui dentro...	
195	portanto o líder do PSDB não merece/ ou ele	Portanto, ou o Líder do PSDB faz uma
196	faz uma autocritica ou não merece mais o meu	autocrítica ou não merece mais o meu respeito
197	respeito por ter usado essas palavras de baixo	por ter usado essas palavras de baixo calão
198	calão contra a presidenta da República - - o	contra a Presidenta da República.
199	Governo portanto encaminha o voto “sim”...	O Governo, portanto, encaminha o voto “sim”,
200	senhor presidente...	Sr. Presidente.

Pronunciamento do Deputado Sarney Filho (SF)

Texto transcrito		Texto retextualizado
SF	201 Senhor Presidente... antes propriamente de	Sr. Presidente, antes propriamente de entrarmos
	202 entrarmos na discussão da matéria... eu	na discussão da matéria, eu gostaria de me
	203 gostaria de me solidarizar com a Presidente	solidarizar com a Presidente Dilma.
	204 Dilma...	
	205 a Bíblia... tão querida... inclusive tá aqui na	A Bíblia, tão querida - inclusive há um
	206 mesa... diz que há momentos de se plantar e	exemplar na Mesa -, diz que há momentos de
	207 há momentos de se colher... Deputado Nilson	plantar e há momentos de colher. Deputado
	208 Leitão... eu digo... há momentos de falar e há	Nilson Leitão, eu digo que há momentos de
	209 momentos de se calar... esse discurso foi	falar e há momentos de calar. Esse discurso de
	210 desastroso até pelo início desqualificando a	V.Exa. foi desastroso, até pelo início, ao
	211 mandioca...	desqualificar a mandioca.
	212 a mandioca... as civilizações começaram a	Em relação à mandioca, <i>devo dizer a V.Exa.</i> que
	213 partir de quando o homem descobriu... o ser	as civilizações começaram a partir do momento
	214 humano descobriu a cultu::ra da agricultura...	em que o homem descobriu a agricultura. As
	215 as civilizações indígenas... os povos que aqui	civilizações indígenas, os povos que aqui
	216 chegaram... eles usaram a mandioca...	chegaram, usaram a mandioca - e por isso
	217 conseguiram viver... e na minha terra... no	conseguiram viver! E na minha terra, no
	218 Maranhão... <i>tem</i> uma farinha feita à base de	Maranhão, <i>há</i> uma farinha feita à base de
	219 mandioca... a farinha d'água... que é um	mandioca, a farinha d'água, que é um alimento
	220 alimento base do povo maranhense...	básico do povo maranhense.
	221 portanto... até nisso <i>sua excelência</i> se	Portanto, até nisso <i>S.Exa.</i> se equivocou. Talvez
	222 equivocou... talvez porque seja Presidente da	porque seja Presidente da <i>Comissão Especial</i>
	223 PEC 215... a PEC que quer exterminar com os	que analisa a PEC 215, que quer exterminar os
	224 índios aqui no Brasil... ((palmas no plenário))	índios aqui no Brasil. (Palmas no plenário.)
	225 [...]	[...]

Texto transcrito			Texto retextualizado
	226 227 228 229 230	mas gostaria que essas/ esses discursos desrespeitosos que aqui foram pronunciados estivessem fora dos nossos Anais porque eles desrespeitam a nossa Casa... desrespeitam a mulher e desrespeitam as instituições...	Mas gostaria que esses discursos desrespeitosos que aqui foram pronunciados fossem fora dos nossos Anais, porque eles desrespeitam a nossa Casa, desrespeitam a mulher e desrespeitam as instituições. (<i>Palmas.</i>)

Pronunciamento do Deputado Nilson Lobão justificando sua fala, intercalado com protestos da Deputada Jandira Feghalli, do Deputado Arnaldo Faria de Sá e do presidente da Sessão, o Deputado Eduardo Cunha.

Texto transcrito			Texto retextualizado
NL	231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241	senhor Presidente... eu só gostaria de deixar muito claro aqui... o líder Zé Guimarães já atuou comigo em outros momentos de liderança nessa Casa... eu tenho convicção que não eu usei nenhuma palavra de baixo calão... eu tenho convicção que não fui machista... ((manifestação no plenário))... mas eu quero dizer aqui... se alguns interpretaram o que eu disse sobre a fala da presidente <i>Dilma</i> sobre a questão da mandioca hoje lá...	Sr. Presidente, eu só gostaria de deixar muito claro aqui - e o Líder José Guimarães já atuou comigo em outros momentos de liderança nesta Casa - que tenho convicção de que não usei nenhuma palavra de baixo calão e de que não fui machista. (Manifestação no plenário.) Mas eu quero dizer aqui - se alguns mal interpretaram o que eu disse sobre a fala da Presidenta <i>Dilma Rousseff</i> sobre a questão da mandioca
JF	242	pede desculpa... ((manifestação no plenário))	Peça desculpas! (Manifestação no plenário.)
NL	243 244	quando recebeu os índios... <i>ela</i> foi de uma infelicidade enorme... eu não...	quando <i>S.Exa.</i> lá recebeu os índios - que <i>a Presidenta</i> foi de uma infelicidade enorme.
JF	245	pede desculpa...	-
NL	246 247 248	jamais ofenderia uma mulher... eu tenho mãe... esposa... filha... e convivo bem com todas elas e com todas as pessoas...	Eu jamais ofenderia uma mulher. Eu tenho mãe, esposa, filha, e convivo bem com todas elas.
JF	249	ah é?	-
NL	250 251 252 253 254 255	agora... quem apelou com palavras de ofensa a mim... eu também não tenho nenhum problema... não tem nenhum... quem apelou comigo não é santo... eu conheço a história... mas não é o mérito em que vou entrar... eu só quero deixar claro...	Agora, quanto a quem apelou e utilizou palavras de ofensa a mim, eu também não tenho nenhum problema. Quem apelou comigo não é santo, eu conheço a história. Mas não é o mérito em que vou entrar. Eu só quero deixar claro
EC	256	((soa a campainha)) deputado...	-
NL	257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275	inclusive ao Deputado <i>Zequinha Sarney</i> ... que sabe muito bem e eu acho que <i>ele</i> exagerou sobre a PEC 215... que tudo o que tô fazendo é acordado com <i>ELE</i> ... cada passo que está sendo dado... nen-hum passo eu dei na PEC 215 sem combinar com ele... com os demais membros... inclusive com muitos membros do PT... hoje às quinze horas eu tinha uma audiência com o Ministro da Justiça para inclusive discutir mais temas junto do Deputado Osmar Serraglio... então esse tipo de maldade na tribuna não precisa fazer também... sabem que eu não estou traindo com a PEC 215... alg/ muitos petistas sabem disso... como o Afonso Florence... como o Deputado Molon e outros que têm ab... que nós abrimos diálogo... o próprio deputado Chico Alencar já conversei com ele sobre isso... sobre a questão	inclusive ao Deputado <i>Sarney Filho</i> , que sabe muito bem e acho que exagerou ao falar sobre a PEC 215 - que tudo o que estou fazendo é acordado com <i>S.Exa.</i> , cada passo que está sendo dado. Nenhum passo eu dei na PEC 215 sem combinar com ele, com os demais membros, inclusive com muitos membros do PT. Hoje, às 15 horas, eu tinha uma audiência com o Ministro da Justiça, para inclusive discutir mais temas junto com o Deputado Osmar Serraglio. Então, <i>ninguém</i> precisa fazer esse tipo de maldade na tribuna, porque eles sabem que eu não estou traindo com a PEC 215. Muitos petistas sabem disso, como o Deputado Afonso Florence, o Deputado <i>Alessandro Molon</i> e outros com quem nós abrimos diálogo. E o próprio Deputado Chico Alencar também sabe, pois já conversei com ele sobre a questão
EC	276	Para concluir deputado... para concluir...	-
NL	277	indígena...	indígena.

Texto transcrito			Texto retextualizado
EC	278	((...))	-
NL	279 280 281 282 283 284	então... eu só quero deixar claro que esse clima aqui da tribu/ aqui hoje houve aqui... o meu discurso na tribuna... eu usei aquilo que eu achei que era conveniente para o momento... para um projeto que eu acho absurdo...	Então, eu só quero deixar claro que, quanto a esse clima que houve hoje aqui, no meu discurso da tribuna eu usei aquilo que achei que era conveniente para o momento, para um projeto que eu acho absurdo.
AF	285	vamos votar...	Vamos votar.
JF	286	vamos votar, Presidente... vamos votar...	Vamos votar, Presidente.
EC	287	para concluir deputado...	Deputado, conclua
NL	288	não vem se defender do projeto...	-
EC	289	para concluir... deputado...	-
JF	290	vamos votar... presidente... vamos votar...	-
NL	291 292 293 294	não vem se defender do projeto distorcendo a situação... o meu respeito continua igual... agora o meu desrespeito à gestão da presidente Dilma continua cada vez maior...	Não venham defender o projeto distorcendo a situação. O meu respeito continua igual. Agora, o meu desrespeito à gestão da Presidente Dilma continua cada vez maior.

Decisão do Presidente da Sessão, Deputado Eduardo Cunha.

Texto transcrito			Texto retextualizado
EC	295 296 297 298	quero pedir à Taquigrafia que faça uma revisão de todas as expressões que possam ser consideradas ofensivas e que sejam retiradas...	Quero pedir à Taquigrafia que faça uma revisão de todas as expressões que possam ser consideradas ofensivas e que elas sejam retiradas.

APÊNDICE B – Discurso do Deputado Fernando Chiarelli (FC)

		Texto transcrito	Texto retextualizado
FC	1	senhor Presidente... povo do Brasil... mas não	Sr. Presidente, povo do Brasil, não se passa um
	2	tem um dia que não tenha uma infâmia para	dia sem uma infâmia para se contar no País.
	3	contar nesse País... é o País das infâmias feitas	Este é o País das infâmias feitas ao meio-dia,
	4	ao meio-dia... sob o sol da luz/ sob o sol...	sob a luz do sol.
	5	Machado de Assis já dizia... né... que não é a	Machado de Assis já dizia que não é a ocasião
	6	ocasião que faz o ladrão... a ocasião faz o	que faz o ladrão; a ocasião faz o furto. O ladrão
	7	furto... o ladrão nasce feito...	nasce feito!
	8	e todo mundo viu aqui no painel... outro dia...	Todos viram no painel, outro dia, aquele montão
	9	aquele montão de gente votando pro bingo...	de gente votando a matéria do bingo, todos
	10	tudo aí comendo na mão de traficante... o	comendo nas mãos de traficante. O Brasil viu
	11	Brasil viu todo mundo aqui votando o próprio	todo o mundo aqui votar o próprio salário no
	12	salário no painel... uma vergonha para todos	painel. Uma vergonha para todos nós! Uma
	13	nós... uma vergonha para o parla/ para o	vergonha para o Parlamento!
	14	parlamento...	
	15	e o que é pior... agora... com essa história de	E o que é pior: agora, com essa história do
	16	orçamento... a infâmia vem... vem... vem é de	Orçamento, a infâmia vem de caminhão. Nada
	17	caminhão... nada de aumento do salário do	de aumento para o salário do trabalhador; vai ter
	18	trabalhador... vai ter o aumento de um saco de	aumento o saco de feijão. E está satisfeito o
	19	feijão... e está satisfeito o povo... vão tirar não	povo! Vão tirar não sei quantos milhões da
	20	sei quantos milhões da educação... e esse	educação. E esse Governo [...] deve tirar
	21	<i>governo de porcaria</i> deve tirar mesmo...	mesmo, porque se for educado o povo vai botar
	22	porque se educar o povo... o povo vai botar	fogo no País, botar fogo na Presidência da
	23	fogo nesse País... o povo bota fogo na	República, no Supremo, no Congresso, botar
	24	Presidência da República... no Supremo... no	fogo em tudo, em face da palhaçada que está
	25	Congresso... bota fogo em tudo... em face à	sendo feita.
	26	palhaçada que está sendo feita com ele...	
	27	lá vem o orçamento... e no orçamento <i>tem</i> um	Lá vem o Orçamento! E no Orçamento <i>há</i> um
	28	montão de dinheiro para cesta básica... para a	montão de dinheiro para a cesta básica, para o
	29	famosa Bolsa Família... que nada mais é que a	famoso Bolsa Família, que nada mais é do que a
	30	destruição de uma raça de Leônidas... que a	destruição de uma raça de Leônidas, a
	31	destruição de uma raça de Zaratustras... que a	destruição de uma raça de Zaratustra, a
	32	destruição da raça de bandeirantes que somos	destruição de uma raça de bandeirantes que
	33	nós brasileiros... transformados todos em	somos nós brasileiros, transformados todos em
	34	pedintes... está aí bilhões... bilhões... bilhões...	pedintes. Estão aí bilhões, bilhões, bilhões e
	35	bilhões para ensinar o povo a pedir esmola...	mais bilhões para ensinar o povo a pedir esmola.
	36	pois é... a traição já está feita... nem cinquenta	Pois é, a traição já está feita. Nem 50 anos de
	37	anos de governo vai consertar dezesseis anos	governo vão consertar 16 anos de desgoverno.
	38	de desgoverno...	
	39	a imprensa deveria pegar no pé não só	A imprensa deveria pegar no pé não só daqueles
	40	daqueles que votaram a favor do aumento...	que votaram em favor do aumento. Onde estava
	41	onde estava o Seu Dimas Ramalho... do	o Sr. Dimas Ramalho, do Ministério Público?
	42	Ministério Público? passou a largo... onde	Passou ao largo! Onde estava o Líder da
	43	estava o Líder da Oposição... o tal de	Oposição, o tal de Nogueira? Passou ao largo!
	44	Nogueira? passou a largo... olha que gente	Olhem que gente covarde! E a covardia, já dizia
	45	covarde... e a covardia... já está lá em	Shakespeare, é o mais baixo dos sentimentos.
	46	Shakespeare... é o mais baixo dos	Lamento, Brasil. Este é o Congresso. Essas são
	47	sentimentos... Lamento... Brasil... este é o	as instituições. Como dizia Neruda: “ <i>Nada,</i>
	48	Congresso... essas são as instituições... como	<i>nada o protege</i> ”.
	49	dizia Neruda... “ <i>nada... nada o protege</i> ”...	(<i>Texto escoimado de expressão, conforme arts.</i>
	50		<i>17, inciso V, alínea “b”, 73, inciso XII, e 98, §</i>
	51		<i>6º, do Regimento Interno.)</i>

Pronunciamento do Presidente Marcelo Ortiz (MO) intercalado com protestos do orador.

Texto transcrito			Texto retextualizado
MO	52 53 54 55	determino à Secretaria que retire do pronunciamento do nobre Deputado a expressão “ <i>governo porcaria</i> ”... isso não é expressão que possa ser usada...	Determino à Secretaria que retire do pronunciamento do nobre Deputado a expressão <i>citada</i> . Isso não é expressão que possa ser usada.
FC	56 57	imponho embargos... foram/ foram expressões usadas por Rui Barbosa...	Imponho embargos. Foi expressão usada por Rui Barbosa.
MO	58	vossa excelência...	-
FC	59	Rui Barbosa usara essa expressão...	-
MO	60 61 62 63	vossa excelência não tem o direito da palavra... eu estou falando e eu espero que vossa excelência me respeite como eu respeito vossa excelência...	V.Exa. não tem direito à palavra. Estou falando. Espero que V.Exa. me respeite, como respeito V.Exa.
FC	64	só estou impondo embargos... perdão...	Estou impondo embargos.
MO	65 66 67 68	vossa excelência falou eu fiquei ouvindo... agora vossa excelência tem de esperar a minha conclusão... retirar a expressão “ <i>governo de porcaria</i> ”...	V.Exa. falou, eu fiquei ouvindo. Agora, V.Exa. tem de esperar a minha conclusão. Que se retire a expressão.
FC	69	imponho embargos...	Imponho embargos.
MO	70	essa é a decisão da Presidência...	Esta é a decisão da Presidência.
FC	71	imponho embargos...	-
MO	72 73	se vossa excelência for contrário vossa excelência pode recorrer...	Se V.Exa. for contrário, V.Exa. pode recorrer.
FC	74	recorro...	Recorro.

APÊNDICE C – Discurso do Deputado Paulo Marinho (PM)

		Texto transcrito	Texto retextualizado
PM	1	senhor Presidente... <i>senhores e senhoras</i>	Sr. Presidente, <i>Sras. e Srs. Deputados</i> , vou usar a palavra neste momento <i>e quero</i> que o Presidente da Casa, Deputado Severino <i>Cavalcanti</i> , que está no plenário, <i>ouça-me</i> , porque acho que o que vou <i>dizer</i> desta tribuna é de extrema importância para esta Casa e para o Brasil.
	2	<i>Deputados e Deputadas</i> ... eu vou usar da	
	3	palavra nesse momento e <i>eu queria</i> que o	
	4	Presidente da Casa eh/... o Deputado	
	5	Severino... que está ali no plenário... <i>pudesse</i>	
	6	<i>me ouvir</i> ... porque acho que o que vou falar	
	7	nessa tribuna é de extrema importância para	
	8	essa Casa e para o Brasil... quero dizer aos	
	9	senhores...	
	10	inicialmente <i>quero pedir aqui</i> inspiração ao	
	11	Espírito Santo... que Ele me cubra de energias	
	12	boas <i>para que eu possa</i> revelar o que <i>tenho</i>	
	13	<i>que</i> revelar ao Brasil e a essa Casa...	
	14	senhor Presidente... há dezesseis anos atrás...	
	15	através do voto popular... conquistei o meu	
	16	primeiro mandato de Deputado Federal... com	
	17	muitos amigos nessa Casa... colegas...	
	18	inclusive daquele tempo... na metade do	
	19	mandato me afastei e me elegi Prefeito da	
	20	minha cidade... Caxias... no Maranhão... fui	
	21	Prefeito por quatro anos... na época não havia	
	22	reeleição... elegi o meu sucessor.. o meu	
	23	vice-Prefeito... deixei a Prefeitura... fiquei dois	
	24	anos sem mandato e me reelegi novamente	
	25	Deputado Federal... nesse espaço de tempo...	
	26	minha esposa foi Deputada Federal aqui nessa	
	27	Casa...	
	28	Pois bem... quando saí da Prefeitura... comecei	
	29	a enfrentar um verdadeiro calvário... <i>um</i>	
	30	<i>calvário</i> patrocina::do por uma figura do	
	31	Judiciá::rio brasileiro... um Ministro do	
	32	Superior Tribunal de Justiça do Brasil... um	
	33	Ministro com nome falso... que se chama	
	34	Edson Carvalho Santos... esse Ministro... que	
	35	tem boa parte da imprensa suja na mão... há	
	36	muito tempo vem <i>pregando</i> notinhas em	
	37	jornais... em revistas... denegrindo a mim... a	
	38	minha família e o meu caráter...	
	39	hoje mesmo... na coluna de um marginal	
	40	chamado Cláudio Humberto... ele <i>pregou</i> uma	
	41	<i>notinha</i> ameaçando o Presidente dessa Casa	
	42	de priSÃO. De prisão... a que ponto	
	43	chegamos... <i>meus</i> senhores e <i>minhas</i>	
	44	senhoras? a que ponto chegamos... de ver o	
	45	Presidente da Câmara dos Deputados sendo	
	46	ameaçado por um jornalista que todos	
	47	conhecem... de prisão...	
	48	e o que que está por trás disso? o Presidente	
	49	Severino sabe... esse Ministro... há muitos	
	50	anos... vem tentando cassar o meu mandato de	
	51	Deputado... evitar que eu seja Deputado	
	52	Federal... e o que ele fez? conseguiu uma	
	53	decisão do Juiz de minha Cida::de... de	
	54	Primeira Instância... me condeNANdo...	
	55	cassando os meus direitos políticos por seis	
	56	anos... no ano de 1999... sob alegação de que	
			Inicialmente, <i>peço</i> inspiração ao Espírito Santo, para que Ele me cubra de energias boas, <i>a fim de</i> revelar o que <i>tenho a</i> revelar ao Brasil e a esta Casa.
			Sr. Presidente, há 16 anos, por meio do voto popular, conquistei meu primeiro mandato de Deputado Federal. Com muitos amigos nesta Casa, colegas, inclusive daquele tempo, na metade do mandato me afastei e me elegi Prefeito da minha cidade, Caxias, no Maranhão. Fui Prefeito por 4 anos. Na época, não havia reeleição. Elegi meu sucessor, o Vice-Prefeito. Deixei a Prefeitura, fiquei 2 anos sem mandato e me elegi novamente Deputado Federal. Nesse espaço de tempo, minha esposa foi Deputada Federal.
			Pois bem, quando saí da Prefeitura, comecei a enfrentar um verdadeiro calvário, patrocinado por uma figura do Judiciário brasileiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, um Ministro com nome falso, Edson Carvalho Santos. Este Ministro, que tem boa parte da imprensa suja na mão, há muito tempo vem <i>publicando</i> notinhas em jornais e revistas denegrindo a mim, minha família e meu caráter.
			Hoje, na coluna de um marginal chamado Cláudio Humberto, ele <i>publicou uma nota</i> ameaçando de prisão o Presidente da Câmara dos Deputados. A que ponto chegamos, senhores e senhoras: ver o Presidente da Casa ser ameaçado de prisão por um jornalista que todos conhecem!
			O que está por trás disso? O Presidente Severino <i>Cavalcanti</i> sabe. Esse Ministro, há muitos anos, vem tentando cassar meu mandato de Deputado, evitando que eu seja Deputado Federal. E o que ele fez? Conseguiu uma decisão de 1ª instância, concedida por um juiz da minha cidade, que cassava meus direitos políticos por 6 anos, no ano de 1999, sob alegação de que eu teria, quando Prefeito, vendido ações da Prefeitura

	Texto transcrito	Texto retextualizado
57	eu teria... quando PreFEItO... vendido ações da	que pertenciam à Companhia Energética do
58	Prefeitura... pertencentes à Companhia	Maranhão.
59	Energética do Maranhão...	
60	cheguei nessa Casa na Legislatura passada...	Cheguei a esta Casa na Legislatura passada.
61	quando vim tomar posse tinha um ofício do	Quando vim tomar posse havia ofício do juiz
62	juiz dizendo que eu estava condenado...	me condenando, e à revelia. Não sabia da
63	condenado à revelia... sem saber de processo...	existência desse processo; não fui sequer citado.
64	sem saber de nada... sem ser citado sequer... e	Não sabia de nada. Mas aqui havia uma decisão
65	aqui estava uma decisão judicial para ser	judicial para ser cumprida.
66	cumprida...	
67	não entendi... entrei na Justiça... consegui uma	Não entendi, recorri à Justiça, obtive uma
68	liminar... tomei posse e fui atrás da história...	liminar, tomei posse no cargo e procurei saber
69		da história.
70	fui à CEMAR... quando peguei o processo de	Fui à CEMAR e, ao verificar o processo de
71	transferência das ações... verifiquei que a	transferência das ações, constatei que a minha
72	minha assinatura era falsificada... fui à Polícia	assinatura fora falsificada. Fui à Polícia Federal.
73	Federal... pedi para instaurar um inquérito	Pedi que se instaurasse um inquérito para apurar
74	para apurar... a Polícia prendeu os envolvidos	o fato. A Polícia prendeu os envolvidos e todos
75	e todos eles confessaram que haviam	eles confessaram que haviam falsificado a
76	falsificado a minha assinatura...	minha assinatura.
77	se não bastasse... a Polícia Federal fez um	Como se não bastasse, a Polícia Federal fez um
78	laudo... um exame grafotécnico... e	laudo, após exame grafotécnico, e comprovou
79	comproVOU que a minha assinatura havia	que minha assinatura havia sido falsificada por
80	sido falsificada por imitação... mas não	imitação. Mas não bastou. Entrei com ação
81	bastou... entrei com ação rescisória no	rescisória no tribunal e ganhei. O tribunal
82	Tribunal... ganhei a ação rescisória... o	anulou a sentença.
83	Tribunal anulou a sentença...	
84	Daí para cá... esse Ministro do STJ... através	De lá para cá, esse Ministro do STJ, por
85	de amigos... recorreu para o próprio STJ e	intermédio de amigos, recorreu ao próprio STJ e
86	conseguiu no STJ uma decisão INÉdita...	conseguiu decisão inédita: revogou uma súmula
87	revogou uma sú::mula daquele Tribunal... fez	daquele Tribunal, fez a Corte apreciar matéria
88	a Corte apreciar matéria de prova... matéria de	de prova, matéria de fato, algo que jamais
89	fato... coisa nunca aconteCida no Superior	acontecera no Superior Tribunal de Justiça.
90	Tribunal de Justiça... mas meus amigos...	Meus amigos, tudo que esse Ministro fazia era
91	TUDO que esse Ministro fazia era falso e	falso. Aquilo me despertou curiosidade e parti
92	aquilo me despertou para ir à busca dele...	em busca dele. Imaginei que ele deveria ter algo
93	imaginei... ele tem alguma coisa errada na	errado em sua vida. Não é normal que se persiga
94	vida dele... não é normal que se persiga uma	uma pessoa baseado em falsidades, plantando
95	pessoa em cima de falsidades plantando	processos.
96	processos...	Quando saí da Prefeitura, procuraram todas as
97	quando saí da Prefeitura... pegou TODas as	licitações da minha época de Prefeito,
98	licitações da minha época de Prefeito...	subtraíram páginas para criar fatos e gerar um
99	subtraíram PÁginas para criar fatos para gerar	processo contra mim. Cada vez que entravam
100	um processo contra mim.. e cada vez que	com um processo, <i>publicavam</i> matéria na
101	entravam com um processo <i>plantavam</i> uma	<i>ISTOÉ</i> , onde ele estava sempre à véspera dos
102	matéria na <i>IstoÉ</i> onde ele esteve sempre na	acontecimentos com o Cláudio Humberto,
103	véspera da coisa... no Cláudio Humberto...	enfim, na imprensa que todos conhecem.
104	enfim... na imprensa que todos conhecem...	Pois bem, esse sujeito, que hoje é o Presidente
105	pois bem... esse sujeito que hoje é o	do Superior Tribunal de Justiça brasileiro, foi ao
106	PresiDENTE do SuperIOR Tribunal de Justiça	gabinete do Presidente desta Casa exigir que
107	do Brasil... que foi ao gabinete do Presidente	S.Exa. me cassasse. Certa feita, quando o
108	dessa Casa exigir que me caSSAsse... que	Presidente <i>Severino Cavalcanti</i> foi ao gabinete
109	foi... certa feita... quando o Presidente foi ao	dele, levando um grupo de Deputados do Estado
110	gabinete dele levando um grupo de Deputados	de Rondônia, pediu a S.Exa. que me cassasse. E
111	do Estado de Rondônia... chamou o Presidente	mais: não foi o Presidente Severino quem me
112	Severino e pediu que me cassasse... mas tem	disse isso, mas os asseclas dele, que ontem, na
113	mais... não foi o Presidente Severino quem me	ante-sala da Mesa, estavam me achacando.
114	disse isso não... quem fala isso são os asseclas	
115	dele que ontem estavam aqui... ali na ante-sala	

	Texto transcrito	Texto retextualizado
116	da Mesa... me achacando...	Na minha cidade eles dizem claramente: “O
117	e lá na minha cidade eles dizem claramente...	Vidigal hoje esteve com o Severino e disse ao
118	“o VidiGAL hoje esteve com o Severino e	<i>Presidente</i> que vai cassar o mandato de Paulo
119	disse ao <i>Severino</i> que vai cassar o Paulo	Marinho; o Vidigal foi visitado pelo Severino”.
120	Marinho... o VidiGAL foi visitado pelo	O <i>Presidente</i> Severino <i>Cavalcanti</i> não tratou
121	Severino”... e o Severino não tratou com o	com o Vidigal. E as notinhas sempre saindo nas
122	Vidigal... e sempre as notinhas saindo nas	colunas.
123	colunas...	Pois bem, recorri da decisão do STJ, e o
124	pois bem... recorri da decisão do STJ... foi	processo foi para o Supremo Tribunal Federal.
125	para o Supremo Tribunal e para minha	Para minha surpresa, quinta-feira passada, meu
126	surpresa... quinta-feira passada... o meu	suplente impetrou mandado de segurança e
127	suplente impetra um mandato ((sic)) de	obteve liminar para cassar meu mandato e tomar
128	segurança e consegue liminar... uma liminar	posse. A que ponto chegamos: uma sentença à
129	querendo com isso cassar o meu mandato e	revelia, um fato que não aconteceu, que é falso,
130	tomar posse... a que ponto chegamos? uma	e uma liminar cassando o mandato de um
131	sentença à revelia de assunto que não	Deputado Federal. Mas nós não cassamos
132	aconteceu... que é falso... uma liminar	mandatos de Ministros de quaisquer que sejam
133	cassando o mandato de um Deputado	os tribunais.
134	Federal... mas nós não cassamos mandatos de	
135	Ministros de qualquer que seja os tribunais...	Isso, meus amigos, é doído, é muito doído. É
136	ai... meus amigos... é doído... é muito doído...	muito doído, <i>Sr. Presidente</i> Severino
137	é muito doído... Presidente Severino... e o	<i>Cavalcanti</i> . E <i>V.Exa.</i> sabe disso, pois é do
138	<i>senhor</i> sabe disso... o senhor é do Nordeste...	Nordeste. O <i>nobre</i> Deputado Inocêncio <i>Oliveira</i>
139	o Deputado Inocêncio sabe disso... o	sabe disso, porque <i>S.Exa.</i> conhece minha cidade
140	<i>Deputado Inocêncio</i> conhece a minha cidade e	e minha história, uma vez que tinha negócios lá
141	conhece a minha história... já teve negócios lá	perto. É muito difícil.
142	próximo... é muito difícil...	Mas difícil - e agora revelo ao Brasil - é
143	mas o que é difícil e eu quero agora revelar	sabermos que o STJ é presidido por <i>alguém</i> cujo
144	para o Brasil... é a gente saber que o STJ é	nome não é Edson Carvalho Vidigal. E aqui
145	presidido por <i>um estelionatário... um falsário</i>	estão as provas, <i>Sr. Presidente</i> : o nome dele é
146	cujo nome não é Edson Carvalho Vidigal... e	Edson Carvalho Santos. Ele usa certidão falsa,
147	aqui está as provas... senhor Presidente... o	sua idade é falsificada. Como um homem desses
148	nome dele é Edson Carvalho Santos... ele usa	pode exigir a cabeça de um Deputado? E as
149	certidão falsa... ele tem a idade falsificada...	provas estão nas minhas mãos. É tudo falso.
150	como é que um homem desse pode exigir	Está aqui a certidão original de batismo dele.
151	cabeça de Deputado? e está aqui as provas	Ele nasceu em 1941 e na identidade diz que ele
152	estão na minha mão... é tudo falso... está aqui	nasceu em 1944. Aqui o nome da mãe dele é
153	a certidão de batismo dele... original... ele	um, depois ele muda o nome da mãe. Ele nunca
154	nasceu em 1941 e aqui na identidade diz que	foi Edson Carvalho Vidigal, ele nunca teve esse
155	ele nasceu em 44... aqui o nome da mãe dele é	nome. O nome dele era Edson Carvalho Santos.
156	um... depois ele muda o nome da mãe dele...	Está aqui a ata da escola onde ele estudou, e seu
157	ele nunca foi Edson Carvalho Vidigal... ele	nome era Edson Carvalho Santos. E o STJ está
158	nunca teve esse nome... o nome dele era	sendo presidido por <i>ele</i> !
159	Edson Carvalho Santos... está aqui a ata da	
160	escola onde ele estuDOU com o nome DELE	
161	como Edson Carvalho Santos... e o STJ sendo	
162	presidido por <i>um estelionaTÁRIO...</i>	Está nas minhas mãos a certidão de batismo que
163	está aqui na minha mão a certidão de batismo	ele falsificou na cidade de Caxias, no Maranhão,
164	que ele falsificOU lá na cidade de Caxias no	minha terra. O que ele fez nessa certidão de
165	Maranhão... onde é minha terra... e nessa	batismo? Alterou a idade, diminuiu a idade para
166	certidão de batismo... o que foi que ele fez?	ganhar tempo e à época ser o candidato a
167	alterou a idade... diminuiu a idade para ganhar	Vereador mais jovem do Brasil na minha
168	tempo e naquela época ser candidato a	cidade. Estão em minhas mãos as provas. Mas
169	vereador na minha cidade como sendo o	não é só isso. Depois ele falsificou o próprio
170	vereador mais jovem do Brasil... está aqui nas	registro de nascimento. Está aqui nas minhas
171	minhas mãos as provas... mas não é só isso...	mãos. É falso também!
172	depois ele falsificOU o registro de	
173	nascimento dele... está aqui na minha mão... é	
174	falso também...	E esse sujeito é o Presidente do Superior

	Texto transcrito	Texto retextualizado
175	e esse sujeito é o Presidente do Superior	Tribunal de Justiça, veio a esta Casa ameaçar o
176	Tribunal de Justiça... veio aqui a essa Casa	Presidente, planta matérias em jornais. Esse
177	ameaçar o Presidente... planta matérias em	sujeito é o paladino da moralidade. Vai para as
178	jornais... esse sujeito é o paladino da	revistas falar mal dos Deputados, diz que as
179	moralidade... vai para as revistas falar mal dos	CPIs são um circo e que não trabalhamos.
180	Deputados... dizer que as CPIs são um circo...	Esse sujeito hoje é reconhecido como um
181	dizer que nós não trabalha::mos... esse sujeito	homem cheio de moral, cheio de direito, um
182	hoje é reconhecido como um homem cheio de	homem que julga as pessoas. Como ele pode
183	moral... cheio de direito... um homem que	julgar alguém? [...] E preside um Tribunal de
184	julga as pessoas... Como é que ele pode julgar	Justiça neste Brasil.
185	alguém se ele na verdade é um <i>criminoso</i> ... é	
186	um <i>falsário</i> ... é um <i>falsificador</i> ? e preside um	Meus amigos, é muito doído. [...] Sr.
187	Tribunal de Justiça nesse bas/ Brasil...	Presidente, [...] não podem querer cassar meu
188	meus amigos... é muito doído... <i>eu não FIZ</i> ...	mandato por ato que não pratiquei. [...] As
189	Presidente... <i>eu não FIZ</i> ... não podem querer	ações que foram objeto do recurso já estão de
190	me caSSAR pelo ato que eu não pratiquei...	volta à Prefeitura. E mais: já se passaram 7
191	<i>Não FIZ</i> ... as ações já estão na Prefeitura... de	anos; essa decisão já está prescrita. Mesmo
192	volta... que foram objeto lá do recurso... mas	assim, a Mesa da Câmara ainda pensa em cassar
193	tem mais... já se passaram sete anos... essa	o meu mandato. Cassar mandato de
194	decisão já está prescrita... mesmo assim a	Parlamentar, atendendo a liminar, por pressão
195	Mesa da Câmara ainda pensa em cassar o	de juiz, [...] de um homem como esse Edson
196	meu mandato... cassar mandato de	Vidigal, que, na verdade, chama-se Edson
197	parlamenTAR atendendo limiNAR por conta	Carvalho Santos! Esse é o seu nome. Repito:
198	de pressão de JUIZ... <i>de estelionaTÁRIO</i> ... de	Edson Carvalho Santos.
199	um homem como esse Edson Vidigal que na	
200	verdade chama-se Edson Carvalho Santos...	E ele diminuiu a idade. Diminuindo a idade,
201	esse é o nome dele... repito... Edson	ganha mais 5 anos no STJ. [...] Há um <i>homem</i>
202	CarVALHO SANTos...	presidindo a Corte Superior de Justiça do Brasil
203	e ele diminuiu a idade.... e diminuindo a idade	que usa falsos documentos, pressiona a Câmara
204	ele ganha mais cinco a::nos no STJ... <i>Um</i>	dos Deputados, usa do prestígio de juiz para
205	<i>falsário</i> presidindo a Corte Superior de Justiça	plantar <i>notas</i> na imprensa, para pressionar a
206	do Brasil usando documentos FALsos...	Mesa da Câmara a cassar o mandato de um
207	pressionando a Câmara dos Deputados...	Deputado legitimamente eleito com a maior
208	usando do prestígio de juiz... usando do	parte dos votos de sua cidade.
209	prestígio de juiz para plantar <i>notinhas</i> na	
210	imprensa... para pressionar a Mesa da Câmara	Está aí o Deputado João Castelo, meu
211	a cassar o meu deputado... a cassar um	contrerrâneo e opositor. S.Exa. sempre fez uma
212	deputado legítimo eleito com a maior parte	política limpa comigo e sabe que, nas últimas
213	dos votos da minha cidade...	eleições, tive mais de 70% dos votos da minha
214	está ali o Deputado João Castelo que é meu	cidade. Que Deputado sou eu, se o povo é quem
215	contrerrâneo e meu opositor mas sempre fez	me conhece?
216	uma política limpa comigo... ele sabe que nas	Meus amigos, quem bota os Deputados nesta
217	últimas eleições agora eu tive mais de setenta	Casa é o povo; quem os tira também é o povo.
218	por cento dos votos da minha cidade... então	
219	que Deputado sou eu se o povo é quem me	Edson Vidigal foi Deputado Federal, colocado
220	conhece?	pelo Deputado João Castelo, quando era
221	meus amigos... quem bota os Deputados aqui	Governador; candidato à reeleição, não se
222	nessa Casa é o Povo... quem Tira também é o	elegeu. O povo o tirou; obteve votação pífia.
223	povo...	Agora ele está na minha cidade todos os finais
224	esse Edson Vidigal foi Deputado aqui...	de semana reunindo Vereador, Deputado,
225	colocado pelo Deputado João Castelo quando	Governador. [...]
226	era Governador... candidato à reeleição... não	
227	se elegeu... o povo o Tirou... teve votação	Como pode, Sr. Presidente, Ministro do
228	Pífia... agora ele esta lá na minha cidade	Superior Tribunal de Justiça fazer política?
229	TOdos os finais de seMAna reunindo	Como pode um homem que preside a Corte de
230	vereador... deputado... governador... <i>fazendo</i>	
231	<i>poLÍ::tica</i> ...	
232	como POde? Presidente Severino me dê	
233	atenção... ((conversas paralelas)) como pode...	

	Texto transcrito	Texto retextualizado
234	Presidente... um Ministro do Superior	Justiça e julga todos os Governadores fazer
235	Tribunal de Justiça fazer polí::tica? como	política?
236	pode... Presidente Severino... um homem que	
237	preside a Corte de Justiça que julga todos os	
238	governadores fazer política?	
239	mas tem mais... mui::to mais... <i>ele é</i>	Mas tem mais, muito mais. Perguntem à
240	<i>desonesto... ele é ladrão.... ele é laDRÃO</i> e eu	bancada de Rondônia. Vejam a fita que tenho na
241	vou dizer por que que ele é ladrão...	mão. O Governador de Rondônia está dizendo
242	perguntem à bancada de RonDônia... vejam	que fez acordo com ele para não ser cassado.
243	uma fita que tenho nas mãos... o Governador	Verifiquem as passagens aéreas de um senhor
244	de Rondônia dizendo que fez um acordo com	chamado Washington Torres.
245	ele para não ser cassado... verifiquem as	
246	passagens aéreas de um senhor chamado	
247	Washington TORres...	Ele estava aqui ontem, na ante-sala da Mesa, na
248	que estava aqui ontem na ante-sala da Mesa...	sala do Dr. Mozart, pressionando os Deputados
249	na sala do doutor MoZART... pressionando os	a cassarem o meu mandato. <i>O Sr.</i> Washington
250	Deputados para cassarem o meu mandato...	Torres é o testa-de-ferro do Sr. Edson Vidigal, o
251	esse Washington TORres é o testa-de-ferro do	sujeito que arma a venda de sentenças judiciais.
252	senhor Edson Vidigal... é o sujeito que arma a	
253	venda de sentenças judiciais...	
254	lá no Maranhão... quando ele era do TSE...	No Maranhão, quando era do TSE, cassou
255	cassou vários Prefeitos... faziam acordos com	vários Prefeitos. Faziam acordos com os
256	os prefeitos que haviam perdido a eleição...	candidatos que haviam perdido a eleição,
257	depois tiravam o Prefeito titular... botavam o	tiravam os Prefeitos titulares, botavam os que
258	que perdeu e recebiam o dinheiro...	perderam e recebiam o dinheiro.
259	meus amigos... eu tenho a consciência limpa e	Meus amigos, eu tenho a consciência limpa e
260	em pa::z... meus filhos... vinte anos...	em paz. Meus filhos, de 20 anos e 19 anos,
261	dezenove anos... sabem que eu não pratiquei	sabem que não pratiquei esse ato. É muito triste
262	esse ato... é muito triste alguém/ meu filho que	meu filho que estuda na Fundação Getúlio
263	estuda na Fundação Getúlio Vargas lá em São	Vargas, em São Paulo, ouvir seus colegas
264	Paulo... ver os ((chorando)) cole::gas... ver os	perguntarem por que vão cassar o mandato de
265	seus coleGUInhas perguntando... Presidente...	seu pai se ele não fez aquilo de que está sendo
266	por que vão cassar o pai dele se ele não fez o	acusado. <i>(Choro.)</i>
267	que está sendo acusado...	
268	e o senhor sabe e o senhor não vai me	O senhor sabe - e o senhor não vai me
269	desmentir que ele já esteve em sua casa lhe	- que ele já esteve em sua casa, pressionando-o
270	pressionando para me cassar por um ato que	a me cassar por um ato que eu não cometi. No
271	eu não fiz... no STJ... Presidente... ele lhe	STJ, Sr. Presidente, ele o chamou, na presença
272	chamou na presença de outro Deputado e/	de outro Deputado: “Quando é que o senhor vai
273	((pausa)) “quando é que o senhor vai cassar?	cassar? Quando é que o senhor vai cassar?” Fez
274	quando é que o senhor vai cassar?” como se	isso como se esta Casa fosse um lugar de cassar
275	essa Casa fosse um lugar de cassar de	Deputados; como se a nossa alma, os nossos
276	Deputados... como se a nossa alma... se os	votos fossem apenas para entregar para aquelas
277	nossos votos fossem apenas para entregar para	pessoas que não conhecem o nosso trabalho,
278	aquelas pessoas que não conhecem o nosso	que não conhecem os nossos eleitores, que
279	trabalho... que não conhecem os nossos	plantam matéria na imprensa sempre em busca
280	eleitores... que plantam matéria na imprensa	de algum resultado.
281	sempre em busca de algum resultado...	
282	existe a imprensa e a imprensa e eu quero...	Existem a imprensa e a imprensa.
283	meus colegas deputados... eu não podia...	Não podia, Sr. Presidente, deixar de falar desta
284	senhor Presidente... deixar de falar dessa	tribuna. A esta altura, eu tenho certeza de que
285	tribuna... a essa altura eu tenho certeza de que	ele deve estar lá no STJ pensando em ligar para
286	ele deve estar lá no STJ pensando em ligar	cá e tentar agir mais uma vez, porque o grande
287	para cá e tentar agir mais uma vez... porque o	medo dele está aqui na minha mão: <i>é de o Brasil</i>
288	grande medo dele está aqui na minha mão... é	<i>saber quem é o Presidente da Corte Superior de</i>
289	no Brasil saber quem ele é... <i>é no Brasil saber</i>	<i>Justiça do Brasil.</i>
290	<i>que o Presidente da Corte Superior de Justiça</i>	
291	<i>do Brasil é um falsário... um estelionatário...</i>	Aqui, basta que algum Deputado faça qualquer
292	e aqui basta que algum Deputado faça	coisa para ir para o Conselho de Ética, para ser

Texto transcrito		Texto retextualizado
293	qualquer coisa para ir para o Conselho de	exposto. E no Judiciário? E o Sr. Edson
294	Ética para ser exposto... e o Judiciário? e o seu	Vidigal? [...] E esse político que não se despe
295	Edson Vidigal? <i>e esse falsário... e esse</i>	da toga para me enfrentar no voto; que usa da
296	<i>estelionatário...</i> e esse poLÍ:tico que não se	Justiça, que todo mundo teme; que usa da toga
297	despe da toga para me enfrentar no voto? que	para querer cassar meu mandato, para me tirar
298	usa da Justiça e todo mundo teme a Justiça?	do Parlamento, eleito que fui pela terceira vez?
299	que usa da toga para querer cassar o meu	Sr. Presidente, meu destino está na mão da
300	mandato... para querer me tirar do	Mesa. Sinceramente não creio que a Mesa da
301	Parlamento... eleito pela terceira vez? senhor	Câmara dos Deputados vá se entregar à pressão
302	Presidente... meu destino está na mão da	de quem quer que seja.
303	Mesa... não creio... sinceramente não creio...	
304	que a Mesa da Câmara dos Deputados vá... vá	Sei, Sr. Presidente, que V.Exa. não aceitou as
305	se entregar à pressão de quem quer que seja...	pressões. Sei que V.Exa. tem sido altivo, tem
306	eu sei... senhor Presidente... que o senhor não	enfrentado essa situação com altivez. Espero
307	aceitou as pressões... eu sei que o senhor tem	que V.Exa. continue assim. Que o Brasil saiba,
308	sido altivo... que o senhor tem enfrentado essa	mais uma vez, que o Superior Tribunal de
309	situação com altivez e eu espero que o senhor	Justiça é presidido por <i>quem</i> usa nome falso.
310	continue assim... enfrente... senhor	Era o que tinha a dizer.
311	Presidente... que o Brasil saiba mais uma	(<i>Texto escoimado de expressões</i>
312	vez... o Tribunal Superior de Justiça do Brasil	<i>antirregimentais, conforme art. 17, inciso V,</i>
313	é presidido por <i>um este-liona-tário</i> que usa	<i>alínea "b", do Regimento Interno.)</i>
314	nome falso... era isso senhor Presidente...	

Pronunciamento do Presidente da Sessão, Deputado Severino Cavalcanti (SC)

Texto transcrito		Texto retextualizado
SC	315 Nos termos do Artigo 73... Inciso XXI...((sic))	Nos termos do art. 73, inciso XII, do Regimento
	316 determino a retirada das notas taquigráficas	Interno, determino a retirada das notas
	317 das expressões descorteses e injuriosas em	taquigráficas das expressões descorteses e
	318 relação ao Presidente do Supremo Tribunal de	injuriosas em relação ao Presidente do Superior
	319 Justiça.../ do Superior Tribunal de Justiça	Tribunal de Justiça.
	320 e quero também afirmar aqui que nunca recebi	Quero também afirmar que nunca recebi pressão
	321 pressão de NINGuém para cassar mandato de	de ninguém para cassar mandato de
	322 nenhum parlamentar porque eu não acredito	Parlamentar. Não acredito que nenhuma
	323 que nenhum/ nenhuma autoridade tenha	autoridade tenha coragem de me procurar com
	324 coragem de me procurar porque eu rechaçarei	esse fim, porque rechaçarei tal pedido na mesma
	425 na hora... eu não aceitarei injunções de quem	hora. Não aceitarei injunções de quem quer que
	326 quer que seja para cassar mandatos dos	seja para cassar mandato <i>de Deputado</i> . Essa é a
	327 <i>senhores parlamentares...</i> essa é a posição do	posição do Presidente da Câmara dos
	328 Presidente da Câmara dos Deputados...	Deputados.

APÊNDICE D – Discurso do Deputado José Carlos Aleluia (JC)

		Texto transcrito	Texto retextualizado
JC	1	senhor Presidente Severino Cavalcanti...	Sr. Presidente Severino Cavalcanti, Sras. e Srs.
	2	senhoras Deputadas... senhores Deputados...	Deputados, toda a Nação está preocupada com a
	3	eu e toda a Nação... nós todos estamos	velocidade com que denúncias de
	4	preocupados com a velocidade com que as	irregularidades no Governo do Presidente Lula
	5	denúncias contra o Governo Lula... contra	começam a aparecer.
	6	irregularidades... demonstrando	
	7	irregularidades no Governo do Presidente Lula	
	8	aparecem em todo lugar...	
	9	eu me coloco no lugar dos líderes da base	Coloco-me no lugar dos Líderes da base aliada
	10	aliada do Governo... uns estão atacando o	do Governo. Enquanto uns atacam o Governo,
	11	Governo... e ainda outros tentam organizar o	outros tentam organizar o exército de defesa,
	12	exército de defesa... mas é uma tarefa difícil	mas é uma difícil tarefa defender este Governo,
	13	defender este Governo... por que difícil?	porque a cada depoimento tomado na CPMI dos
	14	porque a ca::da depoimen::to que aparece na	Correios, a cada depoimento tomado na
	15	CPI dos Correios... ou a cada depoimento que	Comissão de Ética, a cada depoimento tomado
	16	aparece na Comissão de Ética... ou a cada	na sindicância criada nesta Casa Deputados
	17	depoimento que aparece na sindicância criada	vão-se desnudando mais irregularidades.
	18	na Câmara Deputados vão-se desnudando	
	19	mais irregularidades...	
	20	hoje... pela manhã... recebi a ligação de um	Hoje, pela manhã, recebi a ligação de um jovem
	21	jovem... jovem da minha terra... jovem da	de Paulo Afonso, no interior do Estado da
	22	Bahia... jovem lá do interior da Bahia... de	Bahia, na qual ele me dizia:
	23	Paulo Afonso... ele me dizia...	
	24	“Deputado... o senhor... o PFL... o Senador	<i>Deputado, o senhor, o Senador Jorge</i>
	25	Bornhausen... o Líder Rodrigo... o Líder José	<i>Bornhausen, o Líder Rodrigo Maia, o Líder</i>
	26	Agripino... os companheiros do PSDB... o	<i>José Agripino, os companheiros do PSDB —</i>
	27	Deputado Goldman... o Deputado Jutahy...	<i>Deputados Alberto Goldman, Jutahy Junior,</i>
	28	que é baiano também ... todos têm feito muita	<i>que também é baiano — todos têm feito muita</i>
	29	oposição ao Governo Lula... vocês optaram	<i>oposição ao Governo Lula; os senhores</i>
	30	por fazer oposição ao Governo Lula porque	<i>optaram por fazer oposição ao Governo Lula</i>
	31	foi isso que o eleitor mandou, mas vocês	<i>porque foi isso que o eleitor mandou, mas os</i>
	32	foram sempre muito elegantes e nunca	<i>senhores foram sempre elegantes e nunca</i>
	33	acusaram o Governo das irregularidades que	<i>acusaram o Governo das irregularidades que</i>
	34	estão aparecendo.... eu acho... Deputado... que	<i>estão aparecendo. Acho, Deputado, que o</i>
	35	o dep... que o fabricante de botinha	<i>fabricante de botinha camuflada, que</i>
	36	camuflada... que está depondo agora na CPI	<i>estádepondo agora na CPI dos Correios, já fez</i>
	37	dos Correios... já fez mais estrago ao Governo	<i>mais estragos no Governo Lula do que os</i>
	38	Lula do que vocês por dois anos e meio... eu	<i>senhores em 2 anos e meio. Acho que aquele</i>
	39	acho que aquele funcionário dos Correios que	<i>funcionário dos Correios, que depôs ontem e</i>
	40	depôs ontem... aquele que recebeu três mil	<i>que recebeu 3 mil reais de um araponga, já fez</i>
	41	reais de um araponga... já fez mais estrago ao	<i>mais estrago no Governo Lula do que os</i>
	42	Governo Lula do que vocês... eu acho que o	<i>senhores. Acho que o Deputado Roberto</i>
	43	Deputado Roberto Jefferson... que era do	<i>Jefferson, que era do núcleo de poder do</i>
	44	núcleo de poder do Governo Lula... já fez	<i>Governo Lula, já fez mais estragos do que os</i>
	45	mais estrago do que vocês... Deputado... eu	<i>senhores. Deputado, a preocupação dos</i>
	46	acho que a preocupação dos senhores... de	<i>senhores, de forma responsável, permitindo que</i>
	47	forma responsável... de permitir que o	<i>o Governo prossiga até dezembro de 2006, tem</i>
	48	Governo vá até dezembro de 2006... tem feito	<i>lhes permitido fazer oposição como se fossem</i>
	49	com que vocês façam oposição como se	<i>do Itamaraty.</i>
	50	fossem do Itamaraty...”	
	51	E há um tempo em que se dizia que o	Houve um tempo em que se dizia que os
	52	Itamaraty e que os diplomatas brasileiros...	diplomatas brasileiros, como os do mundo,
	53	aliás... como os do mundo... fazem política	faziam política com punhos de renda.
	54	com punhos de renda...	
	55	Deputado Jutahy... parece que nós estamos	Deputado Jutahy Junior, parece que estamos
	56	fazendo oposição com punhos de renda... os	fazendo oposição com punhos de renda. Os
	57	FAtos são mais GRAves do que nossos	fatos são mais graves do que os nossos

Texto transcrito		Texto retextualizado
	58 disCURsos... 59 as manchetes dos jornais... o Governo tentou 60 fugir de toda for::ma da investigação da 61 corrupção de Waldomiro... ontem... o 62 Supremo Tribunal Federal or::denou ao 63 Presidente do Congresso Nacional que 64 aprove... que faça a designação dos membros 65 da CPI do Waldomiro... que chamamos de 66 CPI do Correio... essa é a manchete do jornal 67 <i>O Globo</i>... 68 a <i>Folha de S.Paulo</i> traz a/ o depoimento do 69 Seu Marinho... que levanta um OUtro 68 iceberg... um OUtro <i>ponto negro</i> do Governo 69 Lula que vai ser desvendado... é a ação do 70 Ministro Gushiken... agora... o Ministro/ o 71 ex-Ministro agora Deputado Zé Dirceu já não 72 vai estar só... a crise continua no PaLÁ::cio... 73 porque a crise é LULA... a crise é GushiKEN... 74 a crise é a ação desse Governo... 75 e observem... senhores Deputados... o 76 Governo do Presidente Lula cometeu um 77 grande erro na área comandada por 78 Gushiken... politizou e partidariou as 79 fundações... as fundações que administram o 80 patrimônio dos empregados das empresas 81 estatais... todo mundo sabe que neste País 82 onde não há pouPANça... as fundações têm 83 um poder econômico muito grande... ainda 84 recentemente... as fundações se envolveram 85 em uma disputa pelo controle de uma 86 telefônica... a investigação na área de 87 Gushiken vai render mais do que nas outras 88 áreas todas juntas... 89 só para concluir... a <i>Folha de S.Paulo</i> anuncia 90 que o Supremo Tribunal Federal MANDa... 91 deterMINA... orDNA que seja instalada a 92 CPI do Waldomiro... os líderes do Governo 93 vão passar certamente o tempo todo 94 justificando as falhas do Governo na CPI do 95 Waldomi::ro... na CPI dos Correii::os e na CPI 96 do Mensalão... que é a CPI da corrupÇÃO... 97 porque o dinheiro do mensalão que corrompe 98 Deputados é um dinheiro que sai da corrupção 99 do Governo Lula... Muito obrigado... senhor 100 presidente...	discursos revelam. Vejamos as manchetes dos jornais. O Governo tentou fugir de toda maneira da investigação da corrupção de Waldomiro Diniz. Ontem, o Supremo Tribunal Federal ordenou ao Presidente do Senado Federal a designação dos membros da CPI dos Bingos. É a manchete do jornal <i>O Globo</i>. <i>A Folha de S.Paulo</i> traz o depoimento do Sr. Marinho, que aponta para outro <i>iceberg</i>, outro <i>ponto negro</i> do Governo Lula a ser desvendado: a ação do Ministro Gushiken. O ex-Ministro e agora Deputado José Dirceu já não mais estará só. A crise continua no Palácio do Planalto, porque a crise é Gushiken, a crise é Lula, a crise é este Governo. Observem, Srs. Deputados, o Governo do Presidente Lula cometeu um grande erro na área comandada por Gushiken: politizou e partidariou as fundações que administram o patrimônio dos servidores das empresas estatais. Todo o mundo sabe que neste País, onde a poupança é pequenas, as fundações têm grande poder econômico. Ainda recentemente, fundações se envolveram em uma disputa pelo controle da Telefônica. Pois a investigação na área de Gushiken vai render mais do que em todas as outras áreas juntas. Para concluir, Sr. Presidente. A <i>Folha de S.Paulo</i> noticia que o Supremo Tribunal Federal determinou que a CPI dos Bingos fosse instalada. Certamente, os Líderes do Governo vão passar o tempo todo justificando as falhas do Governo na CPI do Waldomiro e nas CPMIs dos Correios e do Mensalão. O dinheiro do mensalão que corrompe Deputados sai da corrupção do Governo Lula. Muito obrigado.

Pronunciamento do Deputado João Grandão (JG)

Texto transcrito		Texto retextualizado
JG	101 eu só queria fazer um apelo ao nobre 102 Deputado Aleluia e a vossa excelência... 103 ele... na sua fala... de forma muito 104 determinada... mas ele usou uma expressão 105 que... na nossa avaliação... é uma expressão 106 racista... quando fala/ quando ((solicitou)) os 107 pon/... “mais um <i>um ponto negro do Governo</i> 108 <i>Lula</i>”... 109 eu gostaria que vossa excelência retirasse dos 110 Anais da Ca/ da...	Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao nobre Deputado José Carlos Aleluia e a V.Exa. Na sua fala, de forma muito determinada, o Deputado José Carlos Aleluia usou a expressão que, na nossa avaliação, é racista, quando se referiu a “<i>outro ponto negro do Governo Lula</i>”. Gostaria que V.Exa., Sr. Presidente, mandasse retirar dos Anais da Casa essa expressão.

Justificativa do Deputado José Carlos Aleluia, intercalada com protestos do Deputado João Grandão

		Texto transcrito	Texto retextualizado
JC	111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129	... olha... eu não referi a/ não me referiria a vossa excelência como negro... eu me referiria a vossa excelência como um GRANDe Deputado afrodescendente brasileiro... o esCUro não se enxerga... quando eu falei que é ponto negro é ponto onde não se enxerga... é esCUro... é obsCUro... vossa excelência sabe que eu... como vossa excelência... somos descendentes de negros brasileiros... e tenho muito orgulho disso... toda a minha a ação aqui foi nesse sentido... como Presidente da Comissão de Justiça... fui quem comandeí uma ação de investigação das mais profundas nesta Casa por desrespeito à legislação de defesa da raça... portanto... não há necessidade de fazer nenhuma correção... quando eu me referi me referi ao escu::ro... obscu::ro deste Governo... da corrupção na área do Ministro Gushiken...	Sr. Presidente, eu não me referiria ao nobre colega João Grande como negro, mas como um grande Deputado afrodescendente brasileiro. O escuro não se enxerga. Falei ponto negro, porque é um ponto que não se enxerga, é obscuro. S.Exa. sabe que eu, como S.Exa., sou descendente de negros brasileiros, e tenho muito orgulho disso. A menção que fiz foi nesse sentido. Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, comandeí uma investigação das mais profundas nesta Casa sobre o desrespeito à legislação em defesa da raça. Portanto, não há necessidade de fazer nenhuma correção. Referi-me ao lado escuro, obscuro deste Governo, à corrupção na área do Ministro Gushiken.
JG	130 131 132 133 134 135	nobre Deputado... o problema é que a/ a sociedade racista... ela... tudo quanto é errado... tudo que é obscuro... tudo que é/ se faz essa/ essa terminologia como alguma coisa negra... portanto eu gostaria de deixar registrado...	Nobre Deputado, o problema é que a sociedade racista fará analogia como alguma coisa negra.
JC	136	eu aceito... vou colocar “obscuro”...	Eu aceito. Vou trocar por “obscuro”.
JG	137	tá bom... muito obrigado...	Muito obrigado.

ANEXO A – SISTEMA DE CORTESIA DE KERBRAT-ORECCHIONI

I) Principes A-orientés : ils sont tous favorables à A. (1) Politesse négative : <i>Evitez ou atténuez les menaces envers</i> a) la face négative de A [cf. Leech I-a] b) la face positive de A [Leech III-a, V-a, VI-a] soit : évitez de lui donner des ordres brutaux, de lui poser des questions indiscrètes, d'empiéter sur ses réserves, de lui faire perdre inutilement son temps ; mais aussi : abstenez-vous de lui faire des remarques désobligeantes, des critiques trop acerbes, des réfutations trop radicales, des reproches trop violents — bref : épargnez le narcissisme de votre partenaire d'interaction. (2) Politesse positive : <i>Produisez des anti-menaces envers</i> a) la face négative de A [Leech I-b] b) la face positive de A [Leech III-b, V-b, VI-b] soit : faites-lui des petits cadeaux (ils entretiennent l'amitié), proposez-lui votre aide ou vos services ; mais aussi : valorisez sa face positive en lui prodiguant éloges, compliments, manifestations d'accord, signes d'intérêt et de sympathie... II) Principes L-orientés : on y rencontre non seulement des consignes favorables à L, mais aussi des règles qui lui sont défavorables (du type : soyez modeste), d'où la nécessité d'établir sous cette rubrique une distinction supplémentaire. A) Principes qui jouent en faveur de L (1) Versant négatif : <i>Arrangez-vous pour ne pas perdre trop ostensiblement</i> a) votre face négative b) votre face positive, soit : sauvegardez dans la mesure du possible votre territoire (résistez aux incursions par trop envahissantes, protégez-vous des « casse-pieds », ne faites pas de promesses inconsidérées, etc.) ; mais aussi : ne vous laissez pas « traîner dans la boue », ne tolérez pas que votre image soit injustement dégradée, répondez aux critiques, aux attaques et aux insultes... (2) Versant positif : pas de principes correspondants — c'est-à-dire qu'on ne saurait raisonnablement admettre, parmi les principes constitutifs du savoir-vivre, quelque chose comme « faites votre propre éloge » (pendant en II du principe I-(2)-b) : sauf circonstances exceptionnelles, le plaidoyer pro domo est proscrit dans notre société, qui juge sévèrement les manifestations trop insolentes de l'auto-satisfaction. Autrement dit : on rencontre bien en II des consignes à valeur de protection de ses propres faces, mais rien qui recommande la valorisation ostensible de ces mêmes faces. Bien plus, on y rencontre aussi, comme il a été annoncé, des B) Principes qui jouent en la défaveur de L, avec cette fois leurs deux versants : (1) Versant négatif : <i>Evitez ou atténuez les anti-menaces envers</i> a) votre face négative [Leech II-a] b) votre face positive [Leech IV-a] soit : si jamais vous avez à faire votre propre éloge, qu'au moins ce soit sur le mode atténué de la litote. (2) Versant positif : <i>Produisez des menaces envers</i> a) votre face négative [Leech II-b] b) votre face positive [Leech IV-b] soit : il peut même être de mise, dans certaines circonstances, de se « sacrifier » (de léser son propre territoire), ou de se dévaloriser soi-même par quelque auto-critique — cette dernière série de principes s'appliquant de façon très variable selon les situations, les cultures, et les individus.
--

ANEXO B – MÁXIMAS E SUBMÁXIMAS DE LEECH

- (I) TACT MAXIM (in impositives and commissives)
 - (a) Minimize cost to *other* [(b) Maximize benefit to *other*]
- (II) GENEROSITY MAXIM (in impositives and commissives)
 - (a) Minimize benefit to *self* [(b) Maximize cost to *self*]
- (III) APPROBATION MAXIM (in expressives and assertives)
 - (a) Minimize dispraise of *other* [(b) Maximize praise of *other*]
- (IV) MODESTY MAXIM (in expressives and assertives)
 - (a) Minimize praise of *self* [(b) Maximize dispraise of *self*]
- (V) AGREEMENT MAXIM (in assertives)
 - (a) Minimize disagreement between *self* and *other* [(b) Maximize agreement between *self* and *other*]
- (VI) SYMPATHY MAXIM (in assertives)
 - (a) Minimize antipathy between *self* and *other* [(b) Maximize sympathy between *self* and *other*]

Fonte: LEECH, 1990, p. 132.

ANEXO C – TRECHO DE SESSÃO DO PARLAMENTO QUENIANO

Mp. B: *On a point of order, Mr. Deputy Speaker sir. As much as I would not want to challenge your ruling on deferring the question I stand to be corrected if I misunderstood you the reason for deferring the question is because the minister had written to the speaker indicating that he may be out of the country and so in your assessment he could not be around. There was a cabinet reshuffle last week and my friend Mp. L, was appointed the assistant minister in the ministry and I have seen him loitering around. Is it in order for you to defer the question when there is somebody else who can answer it? We are all mortal.*

Mp. C: *On a point of order, Mr. Deputy Speaker sir. I have pleaded with our fellow colleagues to treat this house with the due decorum that it deserves. “Loitering,” for heavens sake is not parliamentary language. Can he withdraw and apologize.*

Mp. T1: *On a point of order, Mr. Deputy Speaker sir.*

Mr. Deputy Speaker: *Order, Mp Q1! Mp B the word loitering is unparliamentarily. Honorable members and ministers do not loiter around. Could you withdraw?*

Mp. B: *Mr. Deputy Speaker sir, and may I clarify that I saw him wandering around.*

Mr. Deputy Speaker: *Order! Order! Mp B! This is not a laughing matter. This is not a comedy. Withdraw the word “loitering.”*

Mp. B: *Mr. Deputy Speaker, sir, I really want to do it but which word would I use here?*

Mr. Deputy Speaker: *You saw the Assistant minister in the precincts of parliament.*

Mp. B: *I saw the Assistant minister in the precincts of parliament.*

Mr. Deputy Speaker: *You did not see him loitering.*

Mp. B: *I did not see him loitering.*

(Laughter)

Mp. A: *Mr. Deputy Speaker, sir I would like to seek your clarification on whether the honorable member actually met the chair's demand to withdraw and apologize for the language.*

Mr. Deputy Speaker: *Indeed he has not met my demand. Please, withdraw and apologize. There is a standard procedure for doing that.*

Mp. B: *Mr. Deputy Speaker, sir, I have said that I saw the Assistant minister within the precincts of parliament and I withdraw the words “loitering” and “wandering”. (Tuesday, 19 May, 2009).*

ANEXO D – NORMAS DO PROJETO NURC/SP PARA TRANSCRIÇÃO

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	::podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh ::: ... o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	- - - -	...a demanda de moeda - - vamos dar essa notação - - demanda de moeda por motivo

Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 338 EF e 331 D².

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Superposição, simultaneidade de vozes	[ligando as linhas	A. na casa da sua irmã B. [sexta-feira? A. fizeram lá... B. [cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima...ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós”...

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.).
2. Fáticos: *ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por está: *tá?* você está brava?).
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...(alongamento e pausa)*.
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois-pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*.

Fonte: PRETI, 2008, p. 17-18.